

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo



Dissertação

**Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza
1813 – 1933.**

Larry Andelmo Silva de Andrade

Pelotas, 2016

Larry Andelmo Silva de Andrade

Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Célia Helena Castro
Gonsales

Pelotas

2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

A111c Andrade, Larry Andelmo Silva de

Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza
1813-1933 / Larry Andelmo Silva de Andrade ; Célia Helena
Castro Gonsales, orientadora. — Pelotas, 2016.

199 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Urbanismo em Fortaleza. 2. Planos urbanos. 3.
Códigos de postura. 4. Ciclo do algodão. 5. Secas. I.
Gonsales, Célia Helena Castro, orient. II. Título.

CDD : 711.4

Larry Andelmo Silva de Andrade

Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 01 de julho de 2016

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr^a. Célia Helena Castro Gonsales (Orientadora)
Doutora em *Escuela Tecnica Superior de Arquitectura de Barcel* pela
***Universidad Politecnica de Cataluña*, U.P.C., Espanha.**

.....
Prof. Dr^a. Ana Lúcia Costa de Oliveira
Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

.....
Prof. Dr^a. Célia Ferraz de Souza
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, USP,
Brasil.

.....
Prof. Dr^a. Ester Bendjouya Gutierrez
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do
Sul, PUCRS, Brasil.

AGRADECIMENTOS

As pessoas que ajudaram a preparar este trabalho são por demais numerosas para que eu possa citá-las todas. Entretanto, cabe uma menção especial a Deus. Também devo agradecer à minha família, meu pai Benedito, que não se encontra mais neste mundo, minha mãe Lourdes, meus irmãos Marcelo e George. E um especial agradecimento à minha tia Conceição, Feliz, Iraneide, e à minha avó Amália.

Agradeço à minha orientadora Célia Gonsales, por acreditar e confiar no trabalho, por sua ajuda nas orientações, conselhos, sugestões, paciência e estímulo, na busca de sempre melhorar a dissertação.

Também agradeço críticas, conselhos e aprendizado dos meus professores do PROGRAU, Adriane Borda, Ana Ó, André Carrasco, Eduardo Rocha, Ester Gutierrez, e Sylvio Jantzen. Devo agradecer, ainda, à professora Célia Ferraz, que participou da qualificação e contribuiu através de seus questionamentos, comentários e referências bibliográficas, e também, à professora do DAU – UFC Margarida Andrade, pela sua disponibilidade e sua biblioteca. E aos funcionários e alunos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, em especial à Cristiane.

Além disso, devo aqui registrar minha dívida para com uma lista cada vez maior de amigos. Dela fazem parte meus amigos cearenses Cícero, Cristina, Douglas, Ivo, Kriscia, Robson e Samyr, aos meus amigos e colegas esportistas (ciclistas, corredores e de futebol) e aos meus amigos gaúchos Angélica, Lessandro, Matheus e também, aos meus colegas mestrandos.

Resumo

ANDRADE, Larry Andelmo Silva de. **Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933**. 2016. 199f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O Ceará teve colonização tardia se comparado a outros estados do Nordeste brasileiro. Mesmo assim, Fortaleza é hoje a quinta cidade mais populosa do Brasil. A Capital cearense enfrentou um grande fluxo populacional principalmente na segunda metade do século XIX, devido às mudanças trazidas pela produção algodoeira e às constantes secas no interior do Estado que levaram à migração dos sertanejos para Fortaleza. As exigências comerciais internas e o aumento populacional fizeram a cidade passar por uma série de transformações urbanas, que seguiam, no primeiro momento, as premissas das concepções urbanísticas da metrópole a partir de um traçado ortogonal e, mais adiante, as ideias urbanas que surgiram na Europa durante o século XIX e XX em resposta aos problemas gerados pela Revolução Industrial. Neste trabalho pretende-se estudar a morfologia urbana da cidade de Fortaleza promovida pelo poder público através de planos, plantas e códigos de postura entre 1813 e 1933, e como essas medidas contribuíram para racionalizar e ordenar o crescimento urbano. O plano de trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de promover uma análise da relação entre os primeiros projetos urbanos e códigos de postura de Fortaleza com os conceitos urbanos enraizados nas visões de mundo da época. Considera-se esse período como o antecedente do urbanismo moderno em Fortaleza, pois a partir de 1932 (código), e 1933 (plano), começa a se perceber na cidade características do movimento moderno no campo do urbanismo.

Palavras-chave: Urbanismo em Fortaleza. Planos Urbanos. Códigos de Postura. Ciclo do Algodão. Secas.

Abstract

ANDRADE, Larry Andelmo Silva de. **Controle e expansão – códigos e plantas. Fortaleza 1813-1933**. 2016. 199f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Ceará had delayed colonization compared to other states in northeastern Brazil. Even so, Fortaleza is now the fifth most populous city in Brazil. The cearense Capital faced a major population flow mainly in the second half of the nineteenth century, due to the changes brought by cotton production and droughts in the state that led to the migration of country people to Fortaleza. The internal business requirements and population growth have made the city go through a series of urban transformations that followed, at first, the premises of town planning conceptions of the metropolis from an orthogonal layout and, later, urban ideas that emerged in Europe during the nineteenth and twentieth century in response to the problems generated by the Industrial Revolution. This work aims to study the urban morphology of the city of Fortaleza promoted by the government through plans, plants and posture codes between 1813 and 1933 and how these measures contributed to rationalize and order the urban growth. The work plan was developed through bibliographic and documentary research in order to promote an analysis of the relationship between the first urban projects and Fortaleza posture codes with urban concepts rooted in worldviews of the time. It is considered that period as the History of modern urbanism in Fortaleza, as from 1932 (code), and 1933 (plan), you begin to realize the city features of the modern movement in the urban planning field.

Keywords: Urbanism in Fortaleza. Urban plans. Posture codes. Cotton cycle. Droughts.

Índice de ilustrações

Figura 1: Fortaleza na época em que foi elevada à categoria de vila em 1726. Desenho do capitão-mor Manuel Francês. O vazio representava a Praça do Conselho, atual Praça da Catedral, em cima, à direita a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, com a bandeira portuguesa. Fonte: REIS, 2000a, p. s/n.....	17
Figura 2: Manifestações em Fortaleza durante a construção do viaduto na Avenida Engenheiro Santana Júnior, em 2013. E o viaduto já construído em 2014. Fonte: Diário do Nordeste/ Jornal o Povo.....	18
Figura 3: Diagrama das formas de crescimento urbano. Fonte: Solà-Morales I Rubió (1997), p. 21.....	29
Figura 4: Quadro da metodologia teórico de análise.....	31
Figura 5A: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta do Porto, e Villa da Fortaleza</i> ”, 1813, de Silva Paulet. Mapa base para análise do crescimento urbano em Fortaleza. Autor: Larry Andrade Fonte: ANDRADE, 2012, p. 23/ REIS, 2000a, p. s/n..	32
Figura 5B: Redesenho de reconstituição do “ <i>Plano de Expansão da Cidade de Fortaleza</i> ”, 1863, executada por Adolfo Herbster. Mapa base para análise do crescimento urbano em Fortaleza. Autor: Larry Andrade Fonte: ANDRADE, 2012, p. 75.....	33
Figura 5C: Redesenho “Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza”, elaborado por Nestor de Figueiredo em 1933. Mapa base para análise do crescimento urbano em Fortaleza. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 256/ IPLAM (1990), p. 23.....	33
Figura 6: Planta do litoral de Fortaleza, com a indicação de seus Fortes. Fonte: GIRÃO, 1982, p. 93.....	37
Figura 7: Planta do Forte de Schoonenborch da Capitania do Siara. Original manuscrito de Algemenn Rijksarchief, 1649. Fonte: REIS, 2000a, p. s/n.....	37
Figura 8: Antigos caminhos descritos por Domingos Afonso Mafrense numa carta enviada ao Governador Geral do Brasil durante o século XVIII, espacializados por Clóvis Jucá Neto em 2007. Fonte: DINIZ, 2013, p. 47.....	38
Figura 9: Distribuição espacial da incidência de secas no Nordeste. Fonte: SUNDENE, 1973.	44
Figura 10: Carta da Capitania do Ceará e Costa, 1813. Correspondente levantada por ordem do Governador Manoel Ignácio de Sampaio e seu ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet no ano de 1813. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 41.	46
Figura 11: Planta do Porto, e Villa da Fortaleza, 1813. Detalhe da Carta da Capitania do Ceará e Costa. Levantada por ordem do Governador Manoel Ignácio de Sampaio e seu ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet no ano de 1813. Fonte: REIS, 2000a, p. s/n.	47
Figura 12: Câmara pede ao Governador Sampaio plano de extensão ao lado leste da Praça da Carolina, uma vez que existe um plano para o lado oeste, o plano deveria ser elaborado pelo engenheiro Silva Paulet. Fonte: INSTITUTO DO CEARÁ, 2010, p. s/n.	47
Figura 13: Carta da Capitania do Ceará levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio, por seu ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet, em 1818. Fonte:	

< https://divadahistoria.files.wordpress.com/2009/03/carta_da_capitania_do_cearc3a1_1818.jpg >. Acesso abril 2016.	49
Figura 14: Detalhe da carta marítima e geográfica da Capitania do Ceará. “ <i>Planta da Villa da Fortaleza e seu Porto</i> ”, executada por Paulet, 1818 Fonte: ANDRADE, 2012, p. 67.	49
Figura 15: Plano da cidade de Lisboa, projeto elaborado pelos arquitetos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel em 1758. Projeto escolhido para reconstrução da cidade após o terremoto de 1755. Utilização do traçado ortogonal. Fonte: < http://en.wikipedia.org/wiki/Lisbon_Baixa#mediaviewer/File:Pombaline_Baixa_Lisbon_map_1756.jpg >. Acesso junho 2014.	50
Figura 16: Santa Casa de Fortaleza, construída para socorrer os flagelados da seca de 1845. Percebe-se que o prédio possuía apenas o pavimento térreo. Fonte: MAPURUNGA, 2012, p. 10.	51
Figura 17: Planta da Cidade da Fortaleza organizada por Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850, desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira em 1883. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 70.	52
Figura 18: “ <i>Planta Exacta da Capital do Ceará</i> ” – abril de 1859, feita pelo engenheiro Adolfo Herbster. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 73.	53
Figura 19: Planta da Cidade de Fortaleza, levantada no ano de 1856, pelo padre Manoel do Rego Medeiros – Guaraci de Lavor – copiou. Fonte: CHAVES, 2006, p. 25.	54
Figura 20: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta do Porto, e Villa da Fortaleza</i> ”, 1813, de Silva Paulet. Autor: Larry Andrade Fonte: ANDRADE, 2012, p. 23/ REIS, 2000a, p. s/n.	55
Figura 21: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta da Villa da Fortaleza e seu Porto</i> ”, 1818, executada por Silva Paulet. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 67.	56
Figura 22: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta da Cidade de Fortaleza</i> ”, 1850, executada por Ferreira de Farias. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 71.	57
Figura 23: Redesenho de reconstituição do “ <i>Levantamento Cadastral</i> ”, 1856, executado pelo Padre Manoel Rêgo Medeiros. Autor: Larry Andrade. Fonte: OLIVEIRA, 2007, p. 67.	58
Figura 24: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta Exacta da Capital do Ceará</i> ”, 1859, executada por Adolfo Herbster. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 74.	59
Figura 25: Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1813 – Alinhamento das quadras. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 23/ REIS, 2000a, p. s/n.	60
Figura 26: Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1818 – Alinhamento das quadras. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 67.	60
Figura 27: Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1850 – Tentativa de alinhamento das edificações nas quadras. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 71.	62
Figura 28: Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1818 – Estradas com acesso ao núcleo urbano de Fortaleza. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 67.	63
Figura 29: Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1850 – Traçado das quadras sem paralelismo entre os lados Leste-Oeste. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 71.	65
Figura 30: Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1850, 1855 e 1859 – Diferente dimensões das quadras. Autor: Larry Andrade Fonte: ANDRADE, 2012, p. 71/ OLIVEIRA, 2007, p. 67/ ANDRADE, 2012, p. 74.	67

Figura 31: Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1855 – Pontos de infecção miasmáticas em Fortaleza nos anos de 1845 a 1855. Autor: Larry Andrade. Fonte: OLIVEIRA, 2007, p. 67.	69
Figura 32: Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1813 – Praças em Fortaleza no ano de 1813. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 23/ REIS, 2000a, p. s/n.	71
Figura 33: Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1859 – Praças em Fortaleza no ano de 1859. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 74.	71
Figura 34: Palácio da Luz, antiga sede do Governo do Estado, sua construção é da segunda metade do século XVIII. Atual Academia Cearense de Letras. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 166 e 167.	72
Figura 35: Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Fortaleza, 1812, Silva Paulet. Quartel, 1860, Adolfo Herbster. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 70 e 71.	73
Figura 36: Igreja do Rosário, sua construção é da primeira metade do século XIX. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 169 e 170.	73
Figura 37: Igreja do Patrocínio, sua construção é 1849. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 116 e 117.	73
Figura 38: Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, data da construção de 1861, reformada em 1915 pelo italiano P. Fiorilo. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 74 e 75.	74
Figura 39: “ <i>Planta Exacta da Capital do Ceará</i> ” – abril de 1859, feita pelo engenheiro Adolfo Herbster. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 73.	83
Figura 40: “ <i>Planta da Cidade da Fortaleza e Subúrbios</i> ”, desenhada por Adolfo Herbster em 1875. Fonte: SOUZA, 2006, p.51.	84
Figura 41: Retirantes da seca 1877 – 1879, Ceará. Fonte: BEZERRA, 2006, p. s/n.	85
Figura 42: Pedido de ajuda do inspetor de saúde pública da cidade de Granja ao governador da Província, Ceará. Fonte: Arquivo Público do Ceará, 2015.	86
Figura 43: O farmacêutico Rodolfo Teófilo, aplicando a vacina antivariólica no início do século XX no Morro do Moinho. Fonte: NIREZ, 2001, p. 274.	88
Figura 44: “ <i>Planta da Cidade de Fortaleza</i> ”, desenhada por Adolfo Herbster em 1888. Fonte: < http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart519681/cart519681.jpg > Acesso dezembro de 2014.	89
Figura 45: Redesenho de reconstituição do “ <i>Plano de Expansão da Cidade de Fortaleza</i> ”, 1863, executada por Adolfo Herbster. O núcleo mais antigo e a área de expansão. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 75.	92
Figura 46: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta da Cidade da Fortaleza e Subúrbios</i> ”, 1875, efetuada por Adolfo Herbster. Ocupação e perímetro urbano. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012 p. 148/ COSTA, 2005 p. 58.	93
Figura 47: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta da Cidade da Fortaleza</i> ”, 1888, efetuada por Adolfo Herbster. Ocupação e perímetro urbano. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012 p. 158.	94
Figura 48: Redesenho de reconstituição do “ <i>Plano de Expansão da Cidade de Fortaleza</i> ”, 1863. Abertura das vias, de acordo com o Plano de Adolfo Herbster. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012 p. 75.	97
Figura 49: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta Topográfica de Fortaleza e seus Subúrbios</i> ”. Sistema viário de Fortaleza de acordo com a Planta de Adolfo Herbster 1875. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012 p. 148/ COSTA, 2005 p. 58.	99

Figura 50: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta da Cidade da Fortaleza</i> ”. Abertura das vias, de acordo com o Planta de Adolfo Herbster 1888. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012 p. 158.....	100
Figura 51: Bonde de tração animal Fortaleza. Fonte: CAPELO FILHO, 2006 p. 218 e 219.	101
Figura 52: Redesenho de reconstituição do Plano de 1863 e das Plantas de 1875 e 1888 desenhadas por Adolfo Herbster. Estrutura das quadras retangulares. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012 p. 75, 148 e 158/ COSTA, 2005, p.58.....	102
Figura 53: Redesenho de reconstituição da Planta de 1888, desenhada por Adolfo Herbster. Estrutura das quadras triangulares. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 158.	103
Figura 54: Redesenho de reconstituição do “ <i>Plano de Expansão da Cidade de Fortaleza</i> ”, 1863. Mapa: Indicações dos largos e praças, de acordo com o Plano de Adolfo Herbster. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 75.	105
Figura 55: Caixas d’água na Praça Visconde de <i>Pellotas</i> . Fonte: NIREZ, 2001, p. 295.....	106
Figura 56: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta Topográfica de Fortaleza e seus Subúrbios</i> ”. Mapa: Indicações dos Largos e Praças de acordo com a Planta de Adolfo Herbster 1875. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012 p. 148/ COSTA, 2005, p.58.	107
Figura 57: Praça do Ferreira com seus antigos quiosques. Fonte: LOPES, 1998 p. s/n / NIREZ, 2001, p. 264/ SOUZA, 2012 p. 69 e 70.	107
Figura 58: Passeio Público. Fonte: LOPES, 1998 p. s/n / NIREZ, 2001 p. 259 e 261/ SOUZA, 2012, p.110.....	108
Figura 59: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta da Cidade da Fortaleza</i> ”. Mapa: Indicação dos Largos e Praças de acordo com a Planta de Adolfo Herbster 1888. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012 p.158.	109
Figura 60: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta da Cidade da Fortaleza</i> ”. Mapa: Indicação do perímetro das ruas Dom Pedro, General Sampaio, Assembleia e Izabel e do Arraial Moura Brasil de acordo com a Planta de Adolfo Herbster 1888. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.158.	110
Figura 61: Redesenho de reconstituição do Plano de 1863 e das Plantas de 1875 e 1888, desenhadas por Adolfo Herbster. Estrutura das quadras retangulares e forma de ocupação nas quadras. Autor: Larry Andrade Fonte: ANDRADE, 2012 p. 75, 148 e 158/ COSTA, 2005, p.58.....	111
Figura 62: Redesenho de reconstituição do Plano de 1863 e das Plantas de 1875 e 1888, desenhadas por Adolfo Herbster. Sentido da expansão das edificações na cidade. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012 p. 75, 148 e 158/ COSTA, 2005, p.58.	112
Figura 63: Redesenho de reconstituição de Fortaleza, 1872. Processo de ocupação fundiária de Fortaleza. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.84.	113
Figura 64: Redesenho de reconstituição da Planta de 1888, desenhada por Adolfo Herbster. Ocupação Arraial Moura Brasil, processo de urbanização marginal. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 158/ BASE CARTOGRÁFICA PREFEITURA DE FORTALEZA 1999, p. s/n.....	114
Figura 65: Redesenho de reconstituição da “ <i>Planta da Cidade da Fortaleza</i> ”, 1888, efetuada por Adolfo Herbster. Mapa: Variações tipológica e Ocupação. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.158.....	117
Figura 66: Museu do Ceará, Antiga Assembleia Provincial, obra concluída em 1871. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 184 e 185.	118

Figura 67: Estação João Felipe, construção 1873/ 1880. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 127, 128 e 129/ SOUZA, 2012, p.108.....	118
Figura 68: Bancário, antiga Alfândega, data da construção 1891. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 164 e 165.	118
Figura 69: No ano de 1920, José Amaral critica o governo do Estado, expondo a situação do Ceará no início do século XX. Fonte: INSTITUTO DO CEARÁ, 2010, p. s/n.....	132
Figura 70: Mapa da cidade de Fortaleza no ano de 1932, indicando a localização dos “Campos de Concentrações”. Fonte: RIOS, 1998, p. 74.	134
Figura 71: Teatro José de Alencar (1910) frontispício metálico trazido da Europa produzida pela empresa escocesa Walter MacFalne & Co., de Glasgow em estilo art nouveau. Fonte: PONTE, 1993, p.47.....	134
Figura 72: Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza, desenho elaborado por Nestor Figueiredo. Fonte: IPLAM, 1990, p.23.	136
Figura 73: Plano de Remodelação e extensão da cidade de Fortaleza, elaborado por Sabóia Ribeiro, 1947. Fonte: COSTA, 2005, p.74.	137
Figura 74: Redesenho “Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza”, elaborado por Nestor de Figueiredo em 1933. Autor: Larry Andrade Fonte: ANDRADE, 2012, p. 256/ IPLAM, 1990, p. 23.	138
Figura 75: Redesenho, reconstrução cartográfica de Fortaleza, 1932, Mapa: Ocupação. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 194/ CAPELO FILHO, 2006, p. 226 e 227.	139
Figura 76: Parcelamento de um terreno no lugar da Floresta, zona oeste da cidade, na década de 1930, projeto de Fernando Lima. Fonte: ANDRADE, 2012, p.190.....	142
Figura 77: Parcelamento da Chácara Iracema (Vila Iracema) na década de 1930. Fonte: ANDRADE, 2012, p.190.....	142
Figura 78: Redesenho loteamento Lydianópolis Nova Cidade, (1931). Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 253.	143
Figura 79: Doonat Alfred Agache: Plano do Rio de Janeiro, 1928-1930. Perspectiva axonométrica do centro monumental e bairros de intercambio e negócios, com avenidas em “Y” e eixos monumentais. Fonte: LAMAS, 1992, p. 275.	144
Figura 80: Le Corbusier: “ <i>La Ville Contemporaine</i> ”, de 1922. É o plano de cidade contemporânea para 3 milhões de habitantes. As vias de comunicação organizam-se em três níveis hierarquizados. Fonte: LAMAS, 1992, p. 353.....	144
Figura 81: Reportagens noticiando o aumento do número de acidentes e a poluição sonora em Fortaleza na década de 1930. Fonte: BORGES, 2006, p.67/ NIREZ, 2001, P.322.	146
Figura 82: Redesenho Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza. Traçado viário e alargamento das principais vias de acordo com o Plano de Nestor de Figueiredo, 1933. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.256/ IPLAM, 1990, p.23.....	147
Figura 83: Alguns dos encontros das grandes avenidas elaborado por Nestor de Figueiredo no Plano de 1933. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.256/ IPLAM, 1990, p.23.	147
Figura 84: Fortaleza década de 1930: rede das linhas do bonde de tração elétrica que circundava a praça do Ferreira. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 223.....	148
Figura 85: Alargamento das principais vias, de acordo com o Plano de Nestor de Figueiredo, 1933, com os respectivos nome das ruas e avenidas na atualidade. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.256/ IPLAM, 1990, p.23.	149

Figura 86: Imagens dos bondes de tração elétrica de Fortaleza na década de 1930. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 225.	149
Figura 87: Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza, elaborado por Nestor de Figueiredo, 1933. Crescimento contínuo (radioconcêntrico). Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.256/ IPLAM, 1990, p.23..	151
Figura 88: Traçado viário em cruz, adotado no Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza, elaborado por Nestor de Figueiredo em 1933. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.256/ IPLAM 1990, p.23.	151
Figura 89: Quadras no sentido circular, adotada no Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza, elaborado por Nestor de Figueiredo em 1933. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.256/ IPLAM, 1990, p.23.	152
Figura 90: Alguns times da capital cearense na década de 1920 e 1930. Primeiro estádio de Fortaleza, o Prado, inaugurado em 1913. Fonte: NIREZ, 2001, p. 283, 301 e 304.	154
Figura 91: Residência da família Gentil, no bairro Benfica. Famílias abastadas começam a se deslocar para os subúrbios da capital. Fonte: CHAVES, 2006, p.58.	155
Figura 92: Primeira Sede da Fênix Caixeiral, 1905. Fonte: LOPES, 1998, p. 69.	157
Figura 93: Teatro São José. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 175.	157
Figura 94: Colégio Justiniano de Serpa. Fonte: ALBÚM DE VISTA DO CEARÁ DE 1908/ CAPELO FILHO, 2006, p. 176 e 177.	158
Figura 95: Prédio Secretaria da Fazenda – SEFAZ. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 65, 66 e 67.	158
Figura 96: Museu da secas – DNOCS. Fonte: CAPELO FILHO/ 2006, p. 159 e 160.	158
Figura 97: Exelcior Hotel. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 114 e 115.	159
Figura 98: Sobrado Thomas Pompeu. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 119.	160
Figura 99: Igreja do Pequeno Grande. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 178 e 179/ CHAVES, 2006, p.108.	160
Figura 100: Mercado dos Pinhões. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 214/ CHAVES, 2006, p.158.	161
Figura 101: Teatro José de Alencar. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 136 e 137/ CHAVES, 2006, p.159.	161
Figura 102: Casa Thomaz Pompeu Sobrinho. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 210.	162
Figura 103: Fábrica de Tecidos São José. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 211.	162
Figura 104: Centro de Saúde Pública de Fortaleza. Fonte: BORGES, 2006, p.99, 100.	163
Figura 105: Antigo Mercado Central de Fortaleza, atual Centro de Referência do Professor. Fonte: BORGES, 2006, p. 103 e 104.	163
Figura 106: Edifício dos correios e telégrafos. Fonte: BORGES, 2006, p.107, 109 e 110.	163

Lista de Abreviaturas e Siglas

CODEF/PMF – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Seca

EMCETUR – Empresa Cearense de Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPLAM – Instituto de Planejamento do Município

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

Sumário

1. Introdução	16
1.1. Caracterização do problema.....	16
1.1.1. Justificativa e relevância.....	19
1.1.2. Pergunta de pesquisa	20
1.1.3. Objetivos da dissertação	20
1.2. Revisão Bibliográfica	21
1.2.1. Das questões sociais, culturais, históricas, urbanísticas e economicas de Fortaleza	21
1.2.2. Das origens, fontes e ideias urbanísticas europeias	23
1.2.3. Dos autores brasileiros no estudo do espaço urbano	25
1.2.4. Dos subsídios para analisar a cidade	26
1.3. Técnicas e procedimentos metodológicos	30
1.3.1. Metodologia de análise das plantas e planos urbanos e dos códigos de Postura de Fortaleza.....	32
2. Fortaleza: de 1813 a 1863.....	36
2.1. Ceará, das primeiras tentativas de conquista até a independência de Pernambuco	36
2.2. A independência da Capitania do Ceará e Fortaleza Capital	39
2.3. Fatores políticos e econômicos no Ceará até 1860	40
2.4. Secas e migrações na primeira metade do século XIX	43
2.5. Crescimento urbano em Fortaleza de 1813 a 1863	45
2.6. As plantas de Fortaleza de 1813 a 1859.....	55
2.6.1. Traçado	59
2.6.2. Quarteirão	66
2.6.3. As praças e a salubridade.....	67
2.6.4. As edificações	72
2.7. Código de Postura de Fortaleza de 1835.....	74
2.7.1. Ao arruador e ao inspetor.....	75
2.7.2. Circulação	76
2.7.3. Ordenanças de ordem sanitária	77
2.7.4. Construções na cidade	78
2.7.5. Comércio e Mercado.....	79
3. Fortaleza no período de Adolfo Herbster: de 1864 a 1893	81
3.1. Crescimento urbano em Fortaleza de 1864 a 1893	81

3.2.	O “ <i>Plano de extensão da cidade de Fortaleza</i> ” de 1863, e as Plantas de 1875 e 1888.....	91
3.2.1.	Traçado	96
3.2.2.	Quarteirão.....	101
3.2.3.	As praças e largos.....	104
3.2.4.	As edificações	109
3.3.	Códigos de Postura de Fortaleza: 1865, 1870, 1879 e 1893	119
3.3.1.	Circulação	120
3.3.2.	Ordenanças sobre quarteirão.....	122
3.3.3.	Ordenanças de ordem sanitária.....	122
3.3.4.	Ordenanças das atividades construtivas	126
3.3.5.	Ordenanças de boa construção	128
4.	Introdução do ideário moderno em Fortaleza no início dos anos de 1930	130
4.1.	Crescimento urbano em Fortaleza de 1864 a 1933	130
4.2.	O “Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza”, 1933	138
4.2.1.	Contratação do Plano de Nestor de Figueiredo	138
4.2.2.	A concepção do plano de Nestor de Figueiredo	143
4.2.3.	Traçado	145
4.2.4.	Quarteirão	150
4.2.5.	O espaço verde como cura do corpo e da cidade.....	153
4.2.6.	Surgimento dos novos bairros residenciais.....	155
4.2.7.	Arquitetura da cidade.....	156
4.3.	Código de Postura de Fortaleza, 1932.....	164
4.3.1.	Circulação	165
4.3.2.	Ordenança sobre o quarteirão e o lote	167
4.3.3.	Ordenança de ordem sanitária.....	168
4.3.4.	Ordenanças das atividades construtivas	169
4.3.5.	Ordenanças de boa construção	171
5.	Considerações Finais.....	174
6.	Referências Bibliográficas.....	180
	Apêndices	189

1. INTRODUÇÃO

1.1 Caracterização do problema

São quase seis horas da manhã. O silêncio se dispersa levando o brilho da noite. O sol vem surgindo aos poucos. A cidade vai se organizando. A marcha da população vai adquirindo velocidade. O cinza das calçadas vai ganhando cores. À distância se escuta o barulho dos automóveis, o ruído das portas metálicas das lojas vai ganhando ritmo. A Capital dos cearenses se transforma em um “caos” humano. Extingue-se, por fim, a calma da madrugada. As ruas são dominadas pela mecanização do dia a dia.

Talvez essa reunião de partes seja vestígio de uma sociedade em plena formação. Dessa forma a temática relativa ao estudo do urbanismo apresenta ao pesquisador um leque de caminhos na busca de testemunhos que reproduzam a constituição da cidade, seja no campo sociológico, morfológico, econômico, jurídico e político, seja no campo epistemológico da Capital do Estado do Ceará.

O objeto de estudo deste trabalho consiste nos **elementos morfológicos do espaço urbano da cidade de Fortaleza e os seus componentes estruturantes**. O conhecimento dos elementos estruturantes, ou seja, do traçado, do quarteirão, das praças, da arquitetura da cidade e dos fenômenos que lhes deram origem é fundamental para a compreensão da história da cidade e também das intervenções que poderão vir a surgir.

A cidade de Fortaleza é, atualmente, a quinta cidade mais populosa do Brasil, com 2.591.188 habitantes, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília (IBGE, 2015). Formou-se a partir da construção do forte holandês em 1649. O forte, construído de madeira, foi renomeado pelos portugueses

em 1654 como “Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção”. Nas proximidades do forte formou-se uma povoação de casebres, tornando-se vila no dia 13 de abril de 1726. No mesmo ano foi elaborado um desenho pelo capitão-mor Manuel Francês, trazendo uma reunião de pequenas casas desalinhas, dispersas entre a vegetação, no entorno onde hoje se encontra o quartel (Figura 1). De acordo com Mapurunga (2012, p. 06), “há estudiosos que acreditam que o desenho é meio *fictício*”. É importante Lembrar que durante o século XVIII Fortaleza cresceu lentamente, e somente com a sua escolha como Capital da província, em 1799, e durante o século XIX, a cidade se tornaria o principal centro administrativo, fato importante para sua hegemonia urbana. A sua consolidação iria acontecer, em especial, no século XX.



Figura 1 – Fortaleza na época em que foi elevada à categoria de vila em 1726. Desenho do capitão-mor Manuel Francês. O vazio representava a Praça do Conselho, atual Praça da Catedral, em cima, à direita a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, com a bandeira portuguesa. Fonte: REIS, 2000a, p. s/n.

A origem deste trabalho se deu em um panorama de inquietações relacionadas às soluções propostas pelo poder público através de intervenções na cidade de Fortaleza. Essas inquietações se transformaram em manifestações ocorridas durante a Copa das Confederações no Brasil, em julho de 2013, somadas

à luta entre o poder público e os manifestantes da Capital cearense a favor e contra a construção do viaduto na Avenida Engenheiro Santana Júnior (Figura 2).

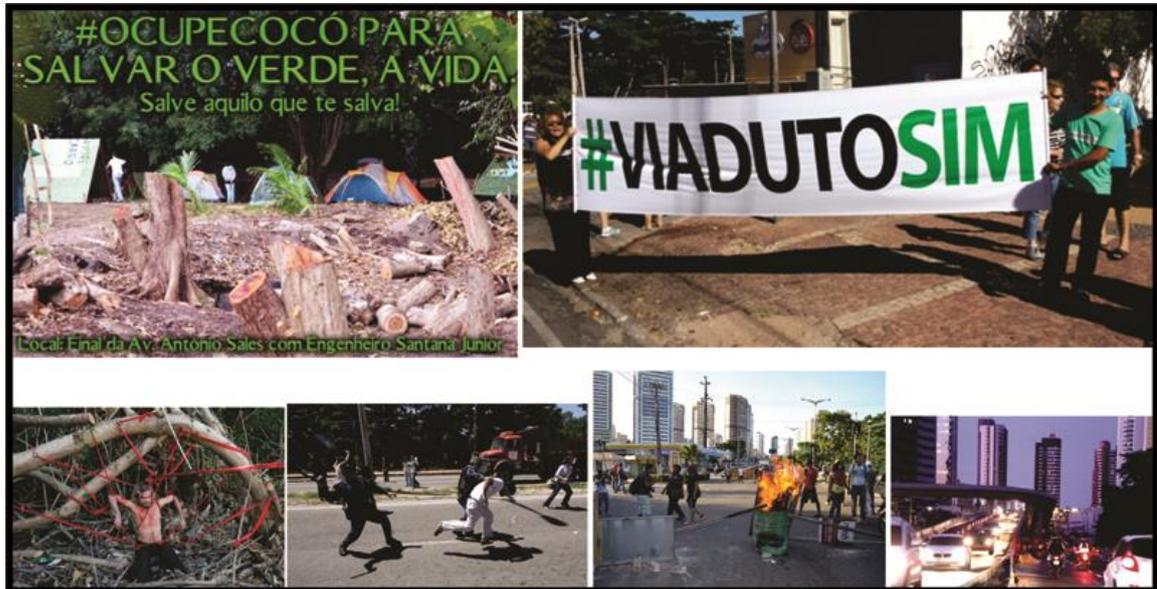


Figura 2 – Manifestações em Fortaleza durante a construção do viaduto na Avenida Engenheiro Santana Júnior, em 2013. E o viaduto já construído em 2014. Fonte: Diário do Nordeste/ Jornal o Povo.

Para Souza (2003), o que chama a atenção é que, em relação a esses temas, grande parte da população, regada de opiniões superficiais, acha que tem a “*resposta na ponta da língua*” aos problemas urbanos das grandes cidades. “*O problema é a falta de planejamento*”, costuma-se ouvir: “*Essas cidades cresceram demais, é preciso livrar-se de uma parte da população*”, dizem outros, normalmente sem explicar qual seria a forma mais adequada de “*livrar-se*” de um suposto “*excedente populacional.*” Outras pessoas afirmam que é preciso impedir a formação de novas favelas. O que dizem essas afirmações? Ao se observar com rigor e atenção, pode-se notar que abrigam estereótipos, clichês e preconceitos na esteira de equívocos e simplificações.

Entender as causas dos problemas de uma metrópole é uma tarefa, obviamente, muito complexa. A compreensão da origem dos problemas das cidades constitui um requisito indispensável na delimitação de peças e operações de combate e superação desses problemas. De acordo com Mumford (2004), muitos problemas das metrópoles da atualidade se encontram na sua constituição enquanto cidade e no modo como se deu esse avanço.

Daqui deriva a vontade de estudar as estratégias adotadas pelo poder público para o crescimento da cidade. Assim, a análise da morfologia urbana da cidade de Fortaleza e dos seus espaços públicos estruturantes abrange um período de 120 anos, entre 1813 e 1933, período no qual a sociedade fortalezense enfrentou sucessivas calamidades que proporcionaram diversas estratégias de intervenções urbanas. Foi dada uma atenção especial aos elementos estruturantes do espaço urbano – **traçado, quarteirão, praças e edifícios**. Esses elementos, ligados às medidas de controle – **circulação, ordem sanitária, atividades construtivas e boa construção** – dariam continuidade ao processo de expansão da cidade.

A organização do limite temporal estabelecido para o estudo considera que em 1813 foi elaborada a primeira planta após a escolha de Fortaleza como Capital do Ceará, e em 1933, no plano de remodelação e extensão da cidade foram introduzidos os ideários urbanísticos típicos da Primeira República simultaneamente aos conceitos de um urbanismo moderno ainda em busca de consolidação. Na verdade, as questões que nos preocupam são a MORFOLOGIA URBANA e as REGRAS de CRESCIMENTO da cidade, refletindo-se que a produção de Fortaleza se dá sob determinados contextos econômicos, políticos e sociais. No entanto, mesmo estando claro que, as condições socioeconômicas repercutiram na produção do espaço, este também é resultado de teorias, posturas e estéticas de engenheiros e urbanistas que desenharam a cidade.

1.1.1 Justificativa e relevância

Uma das primeiras tarefas a enfrentar quando se procura estudar a história da cidade e do urbanismo é estabelecer o começo do período. Em outras palavras, quanto mais se adentra em busca da origem de uma “intenção urbana” em Fortaleza, mais atrás ela parece estar. Tende-se a recuá-la até o início do século XIX, pois este é o momento no qual a cidade se consolida como o principal centro urbano cearense. E assim se intensificam as tentativas de regularizar o traçado urbano.

A relevância desta investigação se dá, em especial, pela importância do estudo de sistematização de plantas, planos e códigos de postura, os principais instrumentos de política urbana e de controle do desenvolvimento físico espacial de

construção da cidade. Outro ponto fundamental é o fato de não existirem muitos estudos urbanísticos morfológicos que apontem os principais agentes que influenciaram a produção espacial da cidade através da relação entre as plantas e os códigos. Geralmente se encontram trabalhos voltados a um contexto histórico, social, político e econômico, entre outros.

O estudo visa também contribuir para trabalhos futuros sobre o desenvolvimento urbano e a história da capital cearense.

1.1.2 Pergunta de pesquisa

As perguntas de pesquisa desta investigação são:

- a) Quais teorias, regras e princípios estão contidos nos desenhos (plantas e planos) e nas ordenanças para Fortaleza entre 1813 e 1933?
- b) Qual a relação de continuidade entre os planos/plantas com os códigos de postura de Fortaleza no período entre 1813 e 1933?
- c) Como os fatores morfológicos e regulamentares contribuíram para a origem do “urbanismo moderno” em Fortaleza?

1.1.3 Objetivos da dissertação

A narrativa deste trabalho tem como objetivo geral o estudo da morfologia urbana da cidade através das plantas e planos e das ordenanças – códigos de postura, com características sanitárias e urbanísticas – utilizadas pelo poder público para organizar e controlar as transformações do espaço urbano de Fortaleza, no contexto histórico do período, entre 1813 a 1933, ressaltando a relação da organização do espaço urbano naquele momento com os fatores sociais (secas), econômicos (ciclo do algodão), e políticos com representações na geração do espaço físico.

A investigação busca também trazer novas reflexões sobre a origem da modernização da cidade iniciado no século XIX e continuado no século XX. Assim, trabalhamos com a hipótese de que a organização estruturada através dos planos

urbanos e dos códigos de postura preparou a transformação para a cidade moderna: a Fortaleza dos anos 1930 e 1940.

Como objetivos específicos pretende-se:

- De maneira documental e operacional: investigar, analisar e sistematizar as propostas de ordenamento urbano que o poder público adotou no período aqui determinado, utilizando o desenho e os regramentos urbanos.
- De maneira orientadora da aprendizagem: que o trabalho seja uma nova fonte documental de estudo morfológico do espaço urbano.

1.2 Revisão Bibliográfica

1.2.1 Das questões sociais, culturais, históricas, urbanísticas e econômicas de Fortaleza.

Avançando nos suportes teóricos de investigação adota-se o conceito de **Peter Burke**, no livro “*A escrita da história*” (1992), que contrapõe a “nova história” ao “paradigma tradicional.” Segundo ele, devem ser consideradas outras atividades que num primeiro momento poderiam ter um papel secundário, considerando essenciais essas outras atividades para o estudo da nova história. “*Tudo tem uma história*”. Na apropriação desse conceito pretende-se não apenas narrar os acontecimentos, mas também estudar as relações econômicas e sociais que possibilitaram a supremacia de Fortaleza em relação às outras cidades do Estado e assim contribuíram na sua formação urbana.

Entre os autores utilizados para os estudos sobre Fortaleza destacam-se **Airton de Farias**, com o livro “*História do Ceará, dos índios à geração cambéba*” (1997), que tem como enfoque a história política da cidade; e **Maria Clélia Lustosa da Costa** (2005), que no livro “*Ceará: um novo olhar geográfico*” aborda os fatores econômicos e os investimentos públicos e privados que favoreceram o crescimento da capital cearense. Pela dimensão nacional que atingiu, no que se refere ao estudo da economia brasileira, tem-se a obra de **Caio Prado Júnior**, “*História econômica do Brasil*”. E no relato da economia cearense tem-se como referência o livro de **Raimundo Girão** “*Evolução histórica cearense*”.

Contribui também o estudo feito por **Liberal de Castro** nos livros “*Fatores de localização e expansão da cidade de Fortaleza*” (1973), e “*Cartografia urbana Fortalezaense na Colônia e no Império e outros comentários*” (1982), que estudam os acontecimentos urbanos de expansão da cidade, destacando os desenhos de remodelação. Nesse contexto mais amplo o autor estuda as variadas inter-relações dos acontecimentos econômicos com os planos de remodelação e expansão da cidade. Também é importante para este estudo “*A construção de uma Fortaleza*”, de **José Mapurunga**, que relata a evolução do pequeno povoado da Capitania do Siará, no século XVII, que mais tarde deu origem à metrópole de Fortaleza.

Sob o ponto de vista da história do urbanismo fortalezense, tem-se a tese da professora **Margarida Júlia F. de Salles Andrade**, “*Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1810-1933*”, onde a autora estuda as transformações urbanísticas de Fortaleza entre 1810 e 1933, analisando as ações do poder público e da iniciativa privada na produção física da cidade. Este trabalho também é referência na reprodução da parte gráfica, pois a autora tem em sua tese a reconstituição cartográfica de vários desenhos no período por ela estudada.

Na questão sobre os problemas sociais se dá ênfase ao trabalho executado por **Gina Pompeu** (2006), no livro “*Seca, Forno e Estado de Emergência*”, que pontua os grandes períodos de seca que o Estado cearense enfrentou ao longo de sua história. Considerando os trabalhos de **Raimundo Girão**, “*Fortaleza e a crônica histórica*” (1983), e “*Geografia estética de Fortaleza*” (1997), tem-se as direções sobre as questões de melhoramentos urbanos. Em relação à disciplina social, ao embelezamento e à higienização, utiliza-se a contribuição do trabalho de **Sebastião Rogério Ponte** “*Fortaleza Belle Époque*” (1993).

Destaca-se também a importante análise de alguns códigos de postura do século XIX efetuados por **Eduardo Campos** em “*A Fortaleza provincial: rural e urbana*” (1988). Nesse estudo destacam-se os acontecimentos sociais oriundos da seca inter-relacionados com a necessidade de ordenamento urbano.

Nesta pesquisa, da mesma forma que **Antônio Cândido** em “*O discurso e a cidade*” (2003), propõem-se novas reflexões entre a literatura e a sociedade. Considerando a literatura como nova fonte de estudo histórico, pretende-se trazer uma nova narrativa para o trabalho relacionando a literatura cearense com a cidade

e a sociedade. Neste sentido foram importantes algumas obras de destaque da literatura cearense: **Adolfo Caminha**, no seu livro “*A normalista*”, de 1893, além de produzir um romance naturalista retrata Fortaleza durante a seca de 1877-1879, relatando como a sociedade burguesa observa a chegada de retirantes, compondo uma espécie de painel de costumes da vida social de Fortaleza no final do século XIX. Além disso, o livro traz várias descrições dos aspectos físicos da capital cearense na época em que se passa a história.

Outros livros importantes da literatura que serão utilizados no trabalho são “*A fome*”, de **Rodolfo Teófilo**, e “*O quinze*”, de **Rachel de Queiroz**. O primeiro livro foi publicado em 1890 e traz cenas das secas do Ceará durante os anos de 1877-1879. É considerado por alguns autores como um livro documental. O segundo, “*O quinze*”, narra a história de retirantes fugindo dos sertões para Fortaleza durante a seca de 1915, e dirige a atenção para a forma como os governantes buscavam soluções para as populações afetadas pela seca, que de certa forma contribuía para o crescimento de Fortaleza. Não menos importante é o livro “*A afilhada*” de **Manuel de Oliveira Paiva**, romance que foi publicado em um jornal em 1889, e somente em 1961 transformado em livro. O romance traz como pano de fundo o cenário urbano de Fortaleza no final do século XIX, uma cidade que estava em processo de transição para a modernidade.

Com esse material bibliográfico e documental pretende-se enfatizar a importância da interdisciplinaridade quando se trata de questões urbanas. Essas contribuições, oriundas muitas vezes de outras áreas, demonstram sua forte relação com o sistema maior denominado cidade.

1.2.2 Das origens, fontes e ideias urbanísticas europeias

Através da bibliografia estudada interpretam-se os conceitos urbanísticos que serviram de referência para a construção dos planos e dos códigos da cidade. Inicialmente estudam-se os conceitos relativos à morfologia do plano quadriculado. Para esse tema, a obra clássica de **Lewis Mumford**, “*A cidade na história*”¹ (2004), é referência importante. Esse sociólogo retrata a cidade como uma forma de relação

¹ MUMFORD, Lewis. “The City in History – Its Origins, Transformations and Its Prospects”. O livro original foi publicado em 1961, ganhou o prêmio “*US National Book Award*”. O livro foi traduzido e reeditado em diversos países.

social que integra o meio e a sociedade. Além disso, Mumford ressalta conceitos e origens das formas urbanas ao longo da história das cidades, com associação ao aspecto econômico indicando que o uso de linhas retas “provinha da colonização militar”.

Quanto à morfologia das quadras e organização do espaço destinado ao núcleo habitado, são verificadas diferentes necessidades quando se estuda a quadrícula. Considerando que as cidades gregas e romanas são os exemplos ocidentais mais antigos desse traçado, em cada caso há uma ideia que atende a uma necessidade. Na Grécia representou o triunfo do racionalismo; na Roma antiga representou o espírito prático e militar; na América do Sul a quadrícula representou a colonização hierárquica.

Neste trabalho destacam-se também os estudos de dois autores que retratam o modo de planejar as cidades a partir das transformações da sociedade durante o processo de industrialização: **Françoise Choay**, com o livro “*O urbanismo*” (2005), e **Leonardo Benévolo**, com “*As origens da urbanística moderna*” (1994). Benévolo afirma que foram colocadas novas ideologias ao tratar o espaço urbano. A Revolução Industrial proporcionou uma alteração na sociedade europeia em poucas décadas, modificando a estrutura do processo de organização do território europeu e dos espaços das cidades. Assim, inicia-se, juntamente à sociedade industrial, uma nova disposição do espaço urbano: a substituição das morfologias que vinham desde a Idade Média, rompendo bruscamente com seus antecedentes e preparando a constituição da cidade moderna.

Para Choay (2005), os primeiros pensadores sobre as reformulações da cidade industrial são chamados de pré-urbanistas, denominação utilizada pela autora, pois os pensadores advinham de diferentes áreas do conhecimento. Benévolo os classifica como utopistas que surgiram durante o século XIX. Os autores que estabeleceram as bases do pensamento que Choay chama de pré-urbanismo culturalista foram Pugin, Ruskin, Morris, Carlyle, e pré-urbanismo progressista Owen, Fourier, Cabet, Proudhon, Godin. As duas abordagens traziam características em comum: muitas dessas obras são produtos apenas hipotéticos, visto que na maioria dos casos não foram levadas à prática. Muitos desses discursos possuíam apenas intenção política.

Segundo Choay (2005), as ideias propostas para o ordenamento urbano se apoiavam em duas direções fundamentais do tempo: o passado (culturalismo), e o futuro (progressismo). As duas correntes de pensamento se originaram da observação da cidade industrial passando a ser necessária aos “tempos modernos”, resolvendo todos os problemas da sociedade na busca da harmonia universal. Mesmo com ideologias diferentes, os modelos dos pré-urbanistas, culturalista e progressista, possuíam características em comum que fizeram algumas de suas utopias serem realizadas.

1.2.3 Dos autores brasileiros no estudo do espaço urbano

Para Abreu (1997), era “*comum afirmar-se que a cidade teve um papel pouco importante na colonização brasileira*”. Segundo Azevedo (1956), após a independência do Brasil, em 1822, o país contava com apenas 219 núcleos urbanos, a grande maioria com tamanhos bem reduzidos. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, os estudos sobre o período colonial ganharam novas dimensões com trabalhos de Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Murillo Marx e Nestor Goulart Reis.

Os autores Caio Prado Júnior e Celso Furtado, por exemplo, indicam a estrutura da economia colonial como importante na transferência de excedentes para a metrópole, os seja, os núcleos urbanos coloniais brasileiros não foram apenas um ponto de controle do território. Sendo assim, a autonomia da economia colonial estimulava a ocupação dos centros urbanos. Murillo Marx e Goulart Reis demonstram que nos primeiros tempos os núcleos urbanos da colônia brasileira tenderam à irregularidade. A partir do século XVIII, a colônia brasileira apresentou sinais de mudanças devido ao desenvolvimento da mineração que estimulou o comércio interno e fez surgir um padrão de ocupação aos núcleos urbanos; ideias do iluminismo começaram a chegar e a Revolução Industrial veio fortalecer a produção colonial brasileira. De maneira geral, estes foram alguns pontos de partida para as cidades que iriam se desenvolver no Brasil a partir do século XIX, com dois eixos de reflexão: o primeiro voltado ao pensamento dos engenheiros militares, e o segundo através de uma “política de controle” assegurando bem-estar, segurança e o pensamento higienista.

Como o trabalho aqui apresentado analisa o período que começa no século XIX e segue até o século XX, foi importante acompanhar essas transformações nos núcleos urbanos tendo como referência brasileira o trabalho de **Murillo Marx** (1991), “*Cidade no Brasil terra de quem?*”, livro que reúne estudos sobre as transformações nas cidades brasileiras. Mesmo que sua abordagem relate as questões territoriais sobre a base da apropriação do solo, parte não estudada nesta pesquisa, considera-se como relevantes as abordagens da mudança do traçado das cidades com implicações sobre a paisagem urbana.

Ivone Salgado, entre os seus trabalhos no Caderno de Pesquisa da LAP, “*Pierre Patte e a cultura urbanística do Iluminismo francês*”, aborda as obras e teorias de Pierre Patte durante o século XVIII na França. Indica que seus fundamentos de planificação urbana e as teorias médicas higienistas serviram de base para o pensamento urbano no Brasil durante o século XIX.

Maria Cristina da Silva Leme relaciona vários textos sobre a história das ideias urbanísticas em oito cidades brasileiras: Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Niterói, e Vitória, no livro “*Urbanismo no Brasil: 1895-1965*”, o que permite estabelecer um nexo entre as ideias que estavam acontecendo em outras cidades brasileiras e a Capital cearense.

1.2.4 Dos subsídios para analisar a cidade.

O estudo morfológico permite a **construção da imagem de conjunto**. A morfologia urbana “*estuda, portanto, o tecido urbano e seus elementos construídos formadores através de sua evolução, transformações, inter-relações e dos processos sociais que os geraram*” (DEL RIO, 1990, p.71). A morfologia urbana relaciona dados retirados de disciplinas diversas – economia, geografia, história, sociologia, etc. – com a intenção de explicar a cidade como um fenômeno físico e construído. Explicação que determina a intensão de compreender por total a forma urbana e seu processo de formação (LAMAS, 1992).

Para analisar a morfologia de planos e plantas de Fortaleza recorreu-se aos escritos de **José M. Ressabi Garcia Lamas**, no livro “*Morfologia urbana e desenho da cidade*” (1992). O autor aborda os aspectos exteriores do meio urbano e os elementos estruturantes do espaço urbano: o quarteirão, o logradouro, a rua, a

praça, o monumento, entre outros. Sendo assim, para este trabalho foram escolhidos quatro dos onze elementos morfológicos do espaço urbano identificados por Lamas, os quatro elementos assim definidos:

- **Traçado:** é o elemento mais fácil de identificação quanto à forma da cidade. Nele se estabelecem a disposição de edifícios e quarteirões, ligando os vários elementos da cidade;
- **Quarteirão:** o quarteirão pode ser baseado no desenho do traçado. Pode-se dizer que o quarteirão constitui o espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias subdivididas em lotes para a construção de edifícios;
- **Praças e Largos:** se a rua e o traçado são os lugares de circulação, a praça é o lugar do encontro, dos acontecimentos, das práticas sociais, das manifestações da vida urbana. Sua geometria pode variar de um quadrado a um triângulo passando por círculos, elipses, paralelogramos etc. O largo por sua vez não pode ser compreendido no conceito de praça, pois não nasceu com a ideia de praça. O largo é um alargamento ou um vazio da estrutura urbana que, com o tempo, foi aprimorado e usado.
- **Edifícios:** é através dos edifícios que se constitui o espaço urbano e se organizam os diferentes espaços identificáveis e com “forma própria”, entre eles a rua, a praça, o beco, a avenida.

Com relação ao tema do crescimento urbano, foram selecionados os estudos produzidos por **Manuel Solà-Morales i Rubió**, em “*Las formas de crecimiento urbano*” (1997), do *Departamento de Urbanismo de la Escola d’Arquitectura de Barcelona*, que retrata a investigação sobre a forma de crescimento urbano. O autor indica que a forma de crescimento da cidade se dá de seis maneiras diferentes, das quais quatro foram identificadas no estudo sobre a morfologia urbana de Fortaleza. As seis formas são condicionadas por três componentes materiais importantes que determinam o processo de construção da cidade:

- Parcelamento (P) consiste em uma atribuição do uso do solo, ou seja, a transformação do solo rural em urbano.

- Urbanização (U), operação de construção dos elementos físicos da cidade, infraestrutura, vias, equipamentos públicos e etc.
- Edificação (E), construção das edificações.

Através dos componentes materiais – e do momento de seu acontecimento no desenvolvimento da cidade – podem-se definir as tipologias estruturais sobre o crescimento urbano como (Figura 3):

1. Expansão: Parcelamento + Urbanização + Edificação;
2. Crescimento suburbano: Urbanização + Parcelamento + Edificação;
3. Urbanização marginal: Parcelamento + Edificação;
4. Polígonos: Parcelamento, Urbanização e Edificação².

² As outras duas formas de crescimento urbano, indicado por Solà-Morales são - 5. “*Barraca*”: Edificação e 6. “*Cidade jardim*”: Parcelamento, urbanização + edificação.

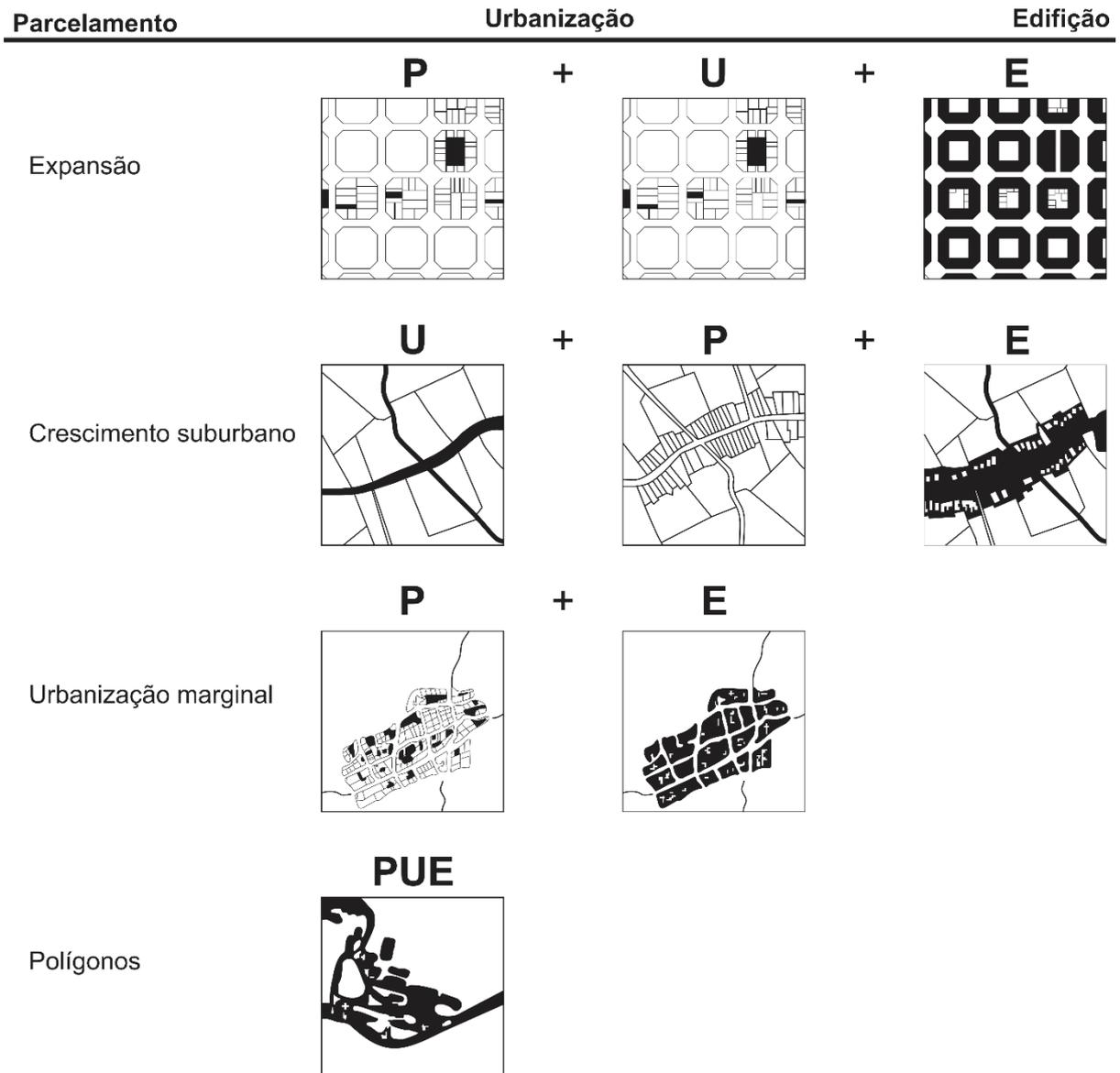


Figura 3 – Diagrama das formas de crescimento urbano. Fonte: Solà-Morales I Rubió (1997), p. 21.

Com esse método, pretende-se estudar o processo de construção do espaço urbano a partir da sistemática de parcelamento do solo, de urbanização e das edificações, assim desenhadas nas plantas e planos durante os três momentos de realizações definidas para o estudo.

Quando se estuda o ordenamento urbano na cidade de Fortaleza utilizam-se os conceitos adotados por **Joaquin Sabaté**, em “*El proyecto de la calle sin nombre*” (1999), considerando essenciais as ordenanças quanto à regularização da estrutura do espaço urbano. O autor sistematiza as ordenanças urbanas em seis categorias diferentes, mesmo quando mais de uma categoria esteja contida no mesmo código.

De acordo com a evolução dos códigos de postura em Fortaleza, as categorias vão sendo acrescentadas. Sabaté assim os define:

- Ordenança da atividade construtiva: relacionada com a forma da cidade e suas construções;
- Ordenança de boa construção: preocupada com as regras de estabilidade e segurança das construções arquitetônicas;
- Ordenança de boa vizinhança: regulariza o direito da construção, mais especificamente com a separação de aberturas, paredes, altura das edificações, abertura nas fachadas etc.;
- Ordenança de ornamento público: relacionado essencialmente com as fachadas das construções públicas;
- Ordenança de higiene: retrata a preocupação com a higiene na circulação de luz e ar na cidade;
- Ordenança de zonificação: separação dos diferentes usos da cidade.

1.3 Técnicas e procedimentos metodológicos

No que diz respeito à metodologia de desenvolvimento deste trabalho, depois do levantamento inicial histórico-documental dos dados procede-se à análise do crescimento urbano da cidade e da inter-relação do urbanismo fortalezense com os sistemas políticos, econômicos e sociais. A narrativa desta dissertação está na análise da **evolução morfológica** urbana de Fortaleza entre 1813 e 1933. Procura-se, assim, não somente uma revisão histórica das obras selecionadas, mas sobretudo o enquadramento das teorias urbanas adotadas pelo poder público na produção e na forma da cidade.

Definem-se três principais realizações marcantes na história do urbanismo fortalezense: “*Planta do Porto e Villa da Fortaleza*”, do tenente-coronel engenheiro António Jozé da Silva Paulet (1813); “*Plano de Expansão*,” de Adolfo Herbster (1863), e “*Plano de Remodelação e Extensão*”, do engenheiro Nestor de Figueiredo (1933). O caso da planta de Silva Paulet é um pouco diferente. A reconstrução dessa planta foi possível através de documentos gráficos e escritos, mas com critérios diferentes do restante das outras plantas, isso porque o desenho se

apresentava fora de escala. No entanto, a sua escolha responde ao radicalismo que detém, pois marca a mais antiga vontade de organização racional da cidade. É o primeiro desenho que permite verificar dois padrões urbanos; o mais antigo, irregular, com diferentes direções ao redor da praça da Sé; e o mais novo, com ruas ortogonais e quadras retangulares (BOLTSHAUER, 1968).

Como metodologia de análise será adotada aquela elaborada por SOUZA; C. F. e MULLER; D. M. (1997), que trata da relação biunívoca entre a população e as funções. Ou seja, há uma interferência no núcleo urbano quando ocorrem alterações quantitativas e/ou qualitativas em sua população. Diz-se que há uma correspondência entre os elementos de dois ou mais conjuntos, tal que a cada elemento de um corresponde a um do outro.

Considera-se apropriado expor uma síntese utilizando o quadro do processo de evolução urbana inter-relacionando-o com as implicações mais relevantes em determinadas fases de organização da estrutura da cidade (Figura 4).

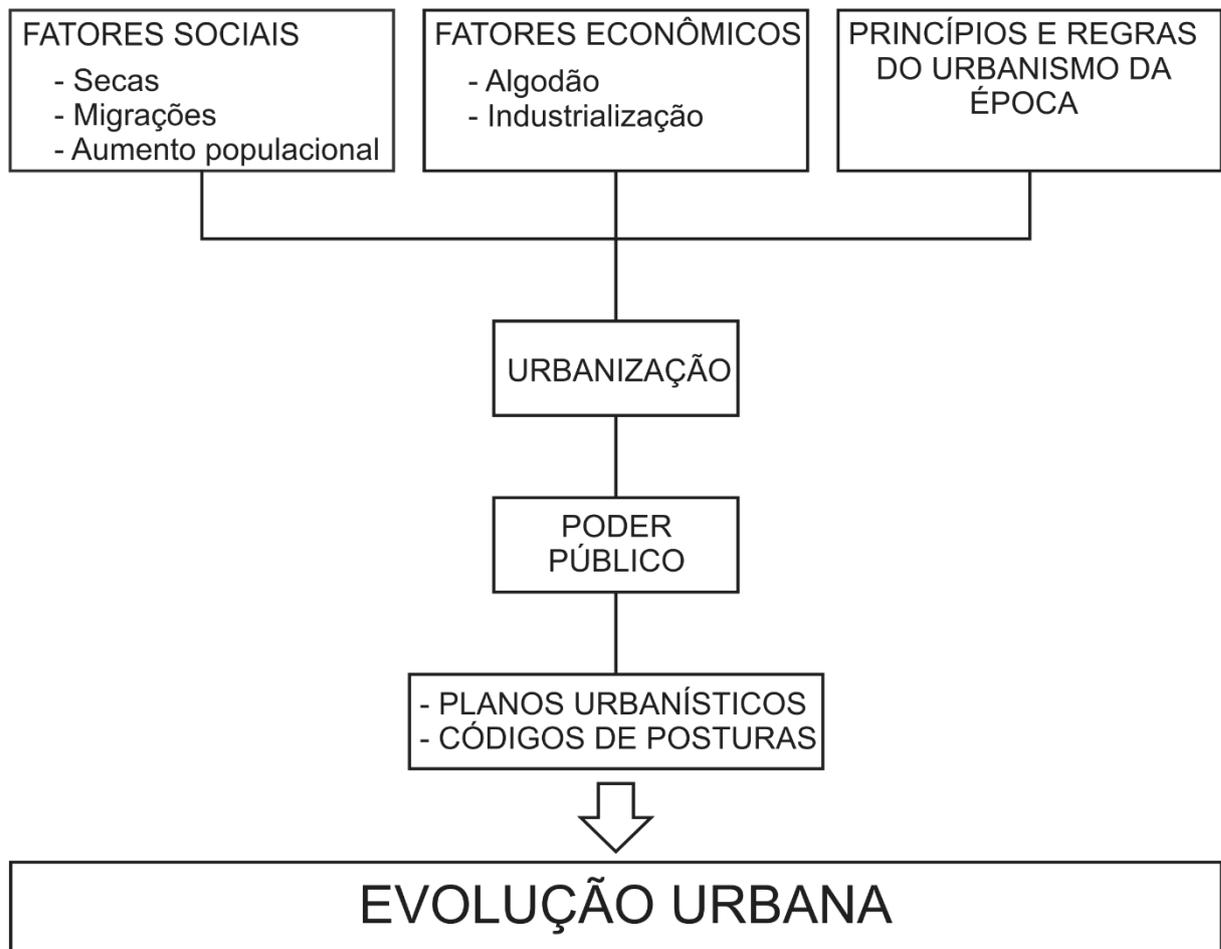


Figura 4 – Quadro da metodologia teórico de análise.

1.3.1 Metodologia de análise das plantas e planos urbanos e dos Códigos de Posturas de Fortaleza

No processo de análise de desenhos utilizam-se os conceitos adotados por Solà-Morales i Rubió (1997), já citado anteriormente, pois esse modelo desempenha, em sua essência, diferentes tipologias estruturais sobre o crescimento urbano, possibilitando o estudo de vários métodos de construção da cidade.

A Figura 5 (A, B, C), que representa os desenhos urbanos de Fortaleza nos anos de 1813, 1863, e 1933, faz parte de um conjunto de pormenores que foram materializados ao longo da história da arquitetura e do urbanismo da cidade. Nesses desenhos localizam-se as principais obras arquitetônicas que permitem uma reflexão sobre a forma urbana enquanto objeto do urbanismo.

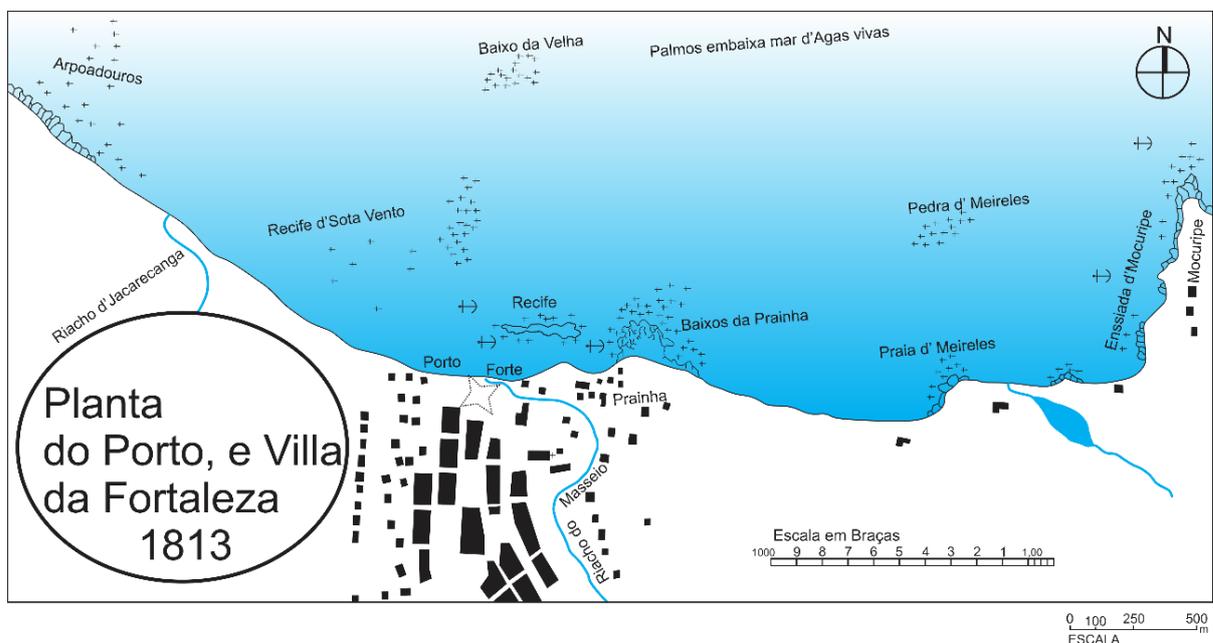


Figura 5A – Redesenho de reconstituição da “Planta do Porto, e Villa da Fortaleza”, 1813, de Silva Paulet. Mapa base para análise do crescimento urbano em Fortaleza. Autor: Larry Andrade Fonte: ANDRADE, 2012, p. 23/ REIS, 2000a, p. s/n.

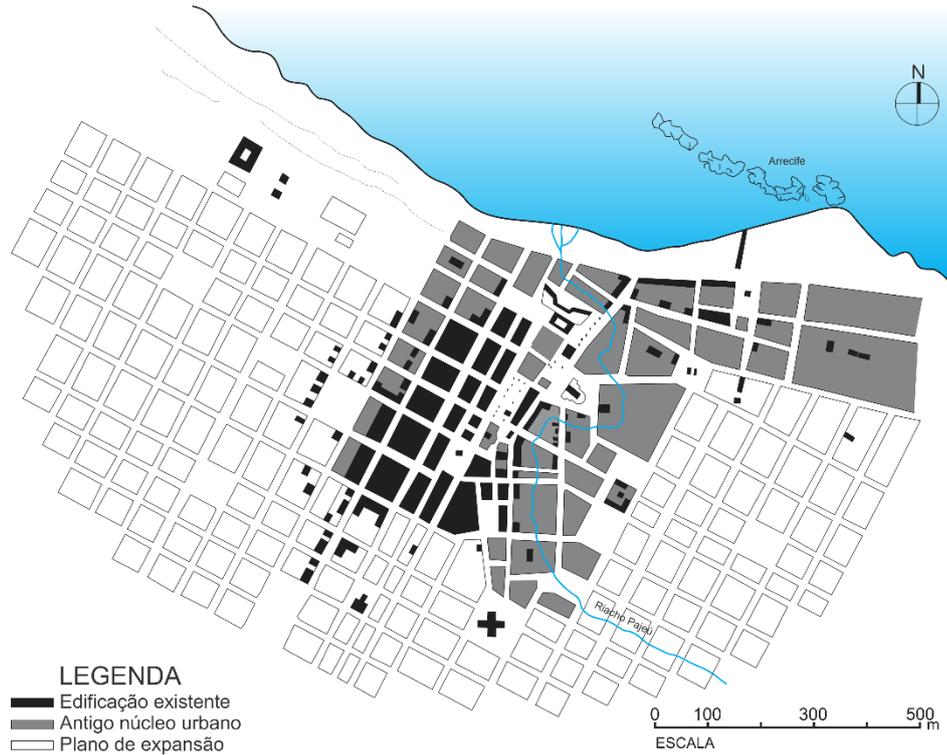


Figura 5B – Redesenho de reconstituição do “Plano de Expansão da Cidade de Fortaleza”, 1863, executada por Adolfo Herbster. Mapa base para análise do crescimento urbano em Fortaleza. Autor: Larry Andrade Fonte: ANDRADE, 2012, p. 75.

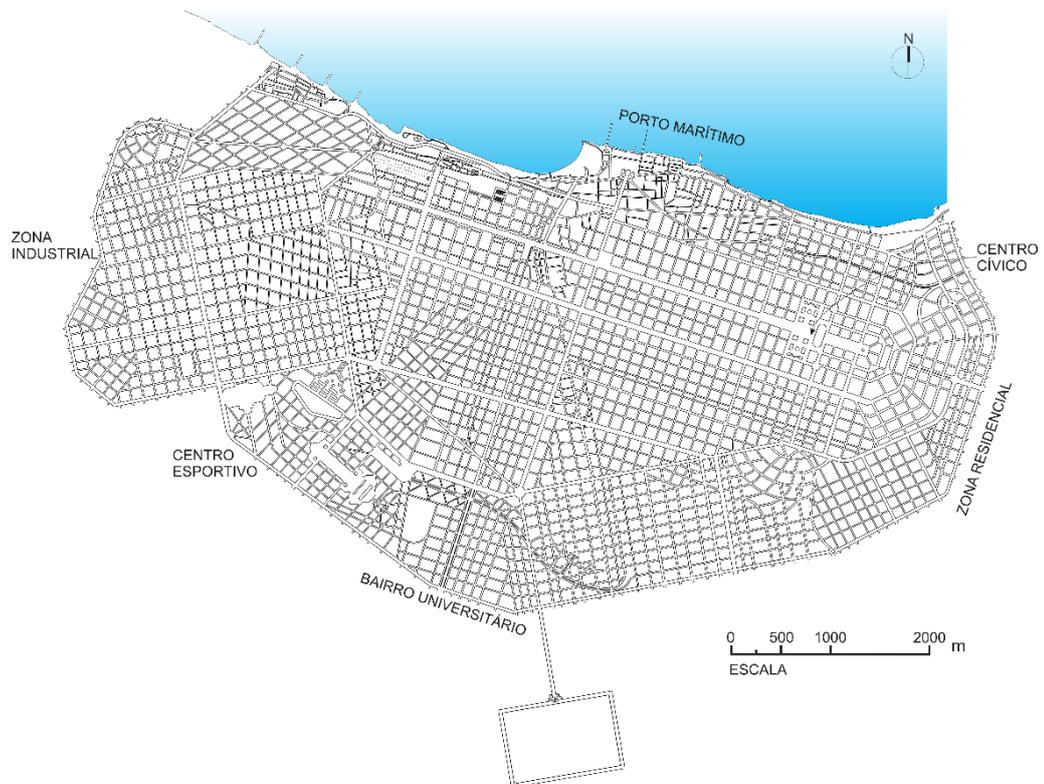


Figura 5C – Redesenho “Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza”, elaborado por Nestor de Figueiredo em 1933. Mapa base para análise do crescimento urbano em Fortaleza. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 256/ IPLAM (1990), p. 23.

Como método de sistematização, cada mapa foi redesenhado e exposto com os nomes próprios das ruas, usados atualmente ou recebidos na época. Os Acréscimos de cada desenho são apresentados com linhas em cores diferentes. Já os equipamentos localizados constam no período de seu surgimento. A inclusão desse estudo na metodologia de trabalho parte do princípio de que a arquitetura estabelece no planejamento e no urbanismo uma causa essencial, a construção do espaço humanizado (LAMAS, 1992).

O estudo dos primeiros códigos de postura de Fortaleza permite entender as intervenções do poder público na tentativa de controlar os “problemas” da cidade. Conforme Sabaté, os “*objetivos de cada código se modificam conforme o passar do tempo*”. Sendo assim, utilizam-se conceitos e análises produzidos pelo autor no seu estudo sobre ordenanças resgatando as regras de construção da cidade, uma das ferramentas decisivas na construção do espaço físico.

Sintetiza-se, assim, a estrutura deste trabalho em três capítulos:

- Capítulo 2. *Fortaleza, de 1813 a 1863* – constitui uma parte introdutória onde se fala resumidamente dos antecedentes históricos da cidade, da construção do forte, da separação do Ceará da Província de Pernambuco, da escolha de Fortaleza como capital, das migrações internas devido às secas, e do algodão como principal produto econômico cearense no século XIX. Apresenta, ainda, o estudo da morfologia das plantas de Fortaleza entre 1813 e 1859. E por último, é analisado o controle do espaço urbano e das construções da cidade através do código de postura de Fortaleza de 1835.

- Capítulo 3. *Fortaleza de 1863 a 1893* – é nesse capítulo que se fala das grandes migrações dos sertanejos para Fortaleza, principalmente devido às grandes secas de 1877, 1878 e 1879, reforçando o pensamento higienista que tentava dar resposta às epidemias que assolavam a capital cearense. A ideia de “progresso tecnológico” é instalada na cidade. O estudo do plano de Adolfo Herbster, de 1863, e das plantas de 1875 e 1888 mostra a difusão do traçado ortogonal com aberturas de grandes avenidas. A análise dos códigos de postura demonstra a atualização das ordenanças dos códigos anteriores com ênfase nas questões de salubridade e o início da padronização das atividades construtivas e os procedimentos técnicos de boa construção.

- Capítulo 4. *Fortaleza de 1894 a 1933* – a primeira parte este capítulo traz os conflitos políticos e sociais que ocorreram no Estado cearense e influenciaram o desenvolvimento da cidade de Fortaleza no início do século XX. As secas de 1915 e de 1932 contribuíram com as migrações para a capital cearense e fizeram o poder público tomar medidas rígidas em relação aos flagelados nos conhecidos “campos de concentração”. O estudo morfológico é feito no plano de Nestor de Figueiredo, de 1933, um plano com “ares de modernidade”. Grandes avenidas, preocupação com a ligação entre os bairros, o automóvel como o principal meio de comunicação, e uma cidade separada em zonas. Em seguida é estudado o código de postura de 1932. Um código que confirma a ideia de modernidade. É o primeiro código que divide a cidade em zonas, traz referências à ocupação do solo, às dimensões de quadras e lotes, estimula a verticalização e novas técnicas relativas à construção, em especial o concreto.

2. FORTALEZA: DE 1813 A 1863

2.1 Ceará, das primeiras tentativas de conquista até a independência de Pernambuco

A história brasileira registrou que, até trinta anos após a chegada de Pedro Álvares Cabral, houve certo desinteresse de Portugal pela Colônia, pois os portugueses estavam voltados para o comércio e o lucro das especiarias orientais (FARIAS, 1997). Apenas em 1530, Portugal decidiu por definitivo colonizar as novas terras, para evitar perder a posse do Brasil para outros povos que assediavam a Colônia, e para torná-la economicamente viável. D. João III dividiu o Brasil em capitanias que foram doadas hereditariamente aos seus súditos, para que pudessem explorar suas riquezas naturais. Algumas capitanias não despertaram nenhum interesse, como no caso do Ceará. Assim, registrou-se que o donatário fez expedições em terras cearenses entre 1535 e 1551, mas não demonstrou nenhum entusiasmo (FARIAS, 1997).

As primeiras expedições portuguesas no Ceará surgiram a partir do século XVII. Pero Coelho de Souza fundou, em 1603, o Fortim de São Tiago, e Martim Soares Moreno, em 1612, implantou o Forte de São Sebastião, ambos na Barra do Ceará (Figura 6). Essas expedições, que tiveram pouca duração, tinham como objetivo defender o litoral contra as invasões de estrangeiros (GIRÃO, 1984).



Forte Schoonenborch, no Pajeú (n. 8). À direita, o rio Ceará (n. 12), distante 9 km. Vê-se aí, sob n. 13, a indicação do fortzinho S. Sebastião, já completamente abandonado. O n. 11 indica o riacho Jacarecanga.

Figura 6 – Planta do litoral de Fortaleza, com a indicação de seus Fortes. Fonte: GIRÃO, 1982, p. 93.

O holandês Matias Beck realizou uma expedição em 1649, quando construiu, nas margens do riacho Pajeú, o Forte Schoonenborch (Figura 7). Nas proximidades surgiu um pequeno aglomerado de casas que deu origem à cidade de Fortaleza. No ano de 1654, os portugueses expulsaram os holandeses do Ceará e o referido forte passou para o domínio português, com a denominação de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Hoje, o Forte sedia a 10º Região Militar.

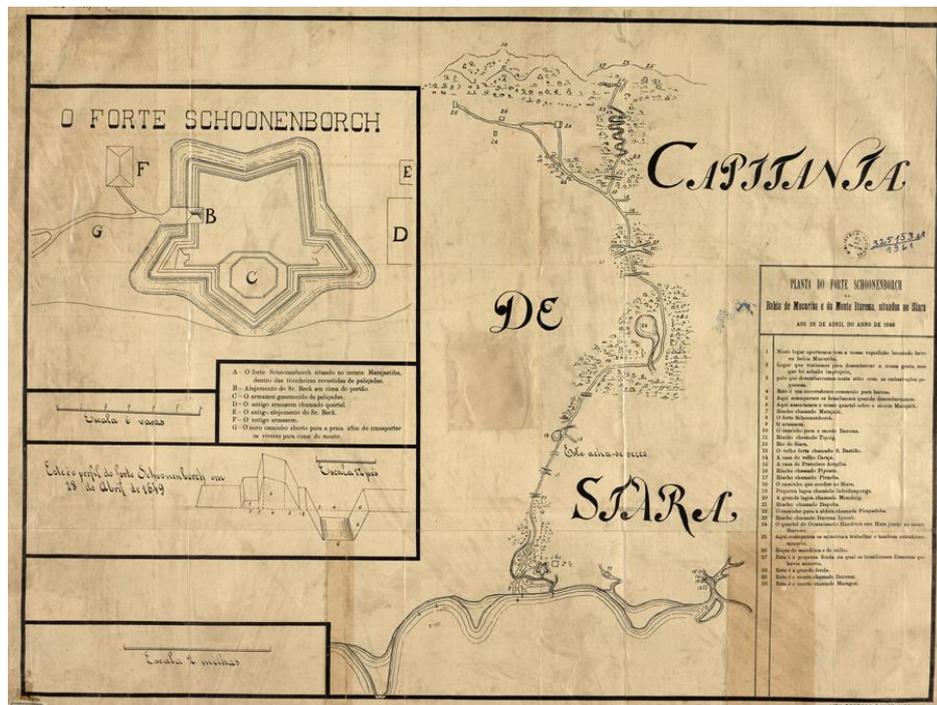


Figura 7 – Planta do Forte de Schoonenborch da Capitania do Siara. Original manuscrito de Algemenn Rijksarchief, 1649. Fonte: REIS, 2000a, p. s/n.

O crescimento urbano de Fortaleza foi bastante lento nos primeiros anos. Sua ocupação tinha função especialmente militar e administrativa (DANTAS, 2009). No início da ocupação do Ceará, as cidades que se desenvolveram primeiro foram Aracati, Icó, Sobral e Acaraú, devido ao fato de se localizarem às margens de rios, o que favorecia a economia de Pernambuco, visto que a capitania cearense era subordinada à pernambucana. Há que se observar que as *Capitanias do Norte* estavam interligadas entre si e com outras regiões da colônia (Figura 8).

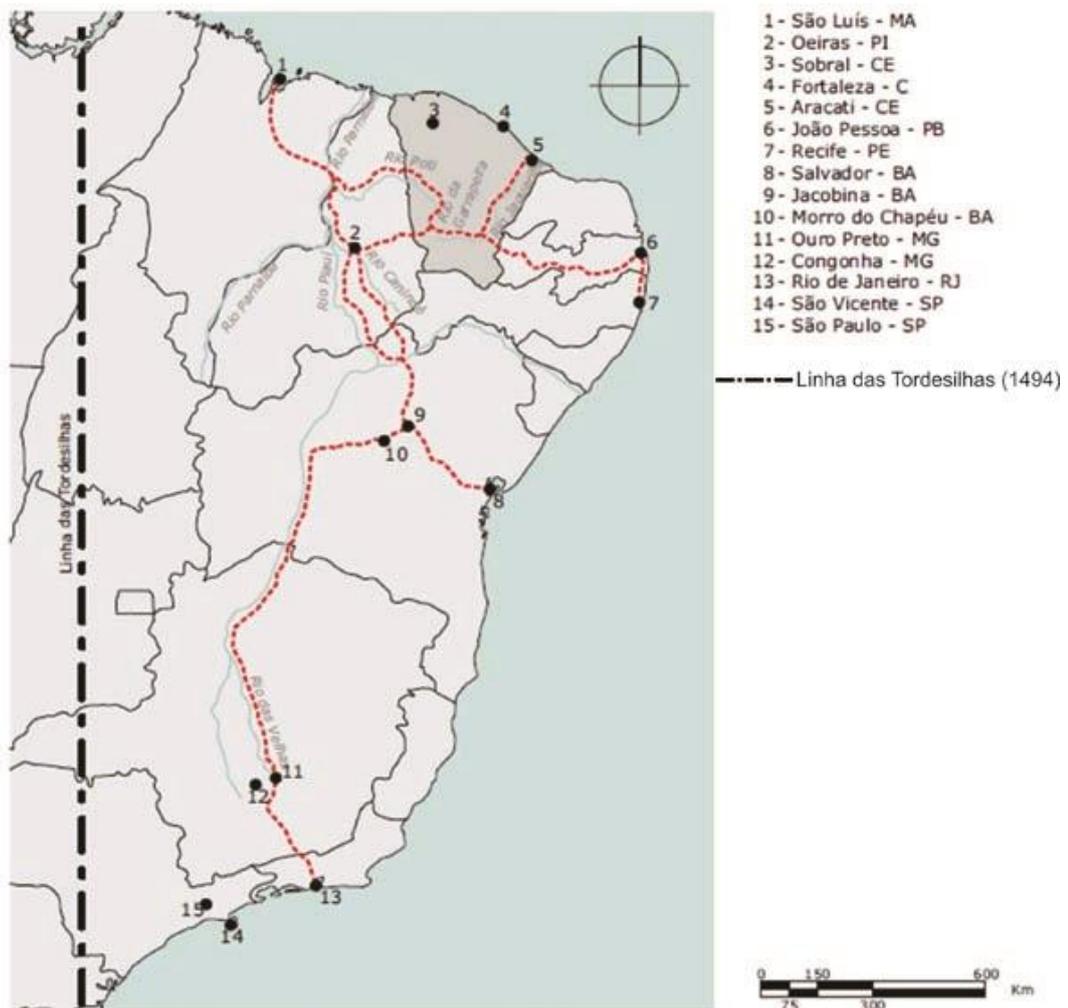


Figura 8 – Antigos caminhos descritos por Domingos Afonso Mafrense numa carta enviada ao Governador Geral do Brasil durante o século XVIII, especializados por Clóvis Jucá Neto em 2007. Fonte: DINIZ, 2013, p. 47.

Nesse primeiro momento, a atividade econômica da capitania do Ceará era a pecuária. O Ceará exportava carne, couro e animais de tração para os canaviais da capitania de Pernambuco. Devido à fragilidade dos caminhos, as cidades cearenses mantinham poucas relações comerciais entre si (GIRÃO, 1984).

No ano de 1799, ocorreu a separação do Ceará da capitania de Pernambuco, e chegou à Fortaleza o seu primeiro governador, Bernardo Manuel Vasconcelos. Esse, em um de seus ofícios, demonstrou desapontamento com Fortaleza: “*Um montão de areia profundo [sic] apresentando do lado pequenas casas térreas, entrando nesta classe a muito velha e arruinada casa dos governadores*”. (RIBEIRO, 1955, p.223).

2.2 A Independência da Capitania do Ceará e Fortaleza Capital

O ano de 1799, como mencionado, foi marcado pela separação da capitania cearense da capitania pernambucana. Assinada no dia 17 de janeiro de 1799, pela rainha de Portugal, D. Maria I, “a louca”, a Carta Régia trouxe a autonomia dos governos das Capitânicas do Ceará e da Paraíba, que se encontravam vinculadas ao governo da Capitania de Pernambuco (GIRÃO, 1985).

Com a independência, tanto o Ceará como a Paraíba poderiam manter comércio direto com a Metrópole (GIRÃO, 1985).

Dessa maneira, o fator econômico não foi o único que levou a tal decisão sobre a cisão entre as capitânicas. Elementos sociais, políticos e administrativos foram importantes para tal juízo. Como exemplo, destacam-se os desastres que afetaram Fortaleza e o interior cearense, durante a seca de 1790 e 1793 (POMPEU, 2006), quando milhares de pessoas foram afetadas com epidemias, fome e mortes, e pouca foi a atuação do poder público, devido à capitania não possuir recursos. Sequer havia um médico para amparar as vítimas.

Quando se fala em interesses econômicos, destacam-se, especialmente, os produtores e exportadores de algodão, uma vez que os mesmos haviam iniciado a comercialização do produto para abastecer a Revolução Industrial europeia. Vários comerciantes que armazenavam sua produção no Ceará sentiram-se lesados com a intermediação pernambucana, prejudicados pelos tributos e gastos com transportes. Esse fato, então, foi relevante para pressionar Portugal a separar as duas capitânicas (FARIAS, 1997).

Com a cisão oficial das capitânicas, era necessária a escolha da capital. Do ponto de vista administrativo, Fortaleza era bem desenvolvida para a época, dado que, desde 13 de abril de 1726, fora transformada em “*vila com status de Capital*”

com a denominação de “*Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção*” (JUCÁ, 2003). À boa localização geográfica de Fortaleza, aproximadamente no centro do litoral da capitania, com um porto marítimo e várias estradas que ligavam a vila a outras vilas cearenses, somavam-se dois rios abundantes em peixes, além de riachos perenes, recursos hídricos importantes para a resistência nos períodos de secas. Essas justificativas foram levadas ao Reino de Portugal pela Câmara dos Vereadores de Fortaleza, de modo a persuadir a metrópole para escolher Fortaleza como a nova Capital da Capitania (MAPURUNGA, 2012).

Assim, apesar de menos desenvolvida do que outras vilas, Fortaleza foi ratificada como a nova Capital, gerando protestos de vilas mais desenvolvidas como Icó e Aracati (MAPURUNGA, 2012).

A separação jurisdicional do Ceará em relação a Pernambuco, juntamente com a abertura dos portos e a comercialização direta com a Europa, foram importantes para o crescimento urbano da pequena vila de Fortaleza (FARIAS, 1997).

2.3 Fatores políticos e econômicos no Ceará até 1860

A formação da cidade de Fortaleza, no século XIX foi, no primeiro momento, a história de um fato particular: a mudança da economia cearense, que antes era baseada na pecuária e se tornou cotonicultura. De fato, essa mudança econômica ocasionou, mais adiante, problemas sociais, obrigando o poder público a buscar medidas que organizassem o espaço urbano, objetivando uma simbiose positiva.

A primeira grande mudança foi caracterizada pela cisão entre a capitania de Pernambuco e a capitania cearense, para facilitar o ingresso do Ceará no mercado internacional, de modo a abastecer o comércio exterior, isso devido à produção acentuada de algodão na capital cearense (ACCIOLY, 1993).

Na verdade, desde a década de 1760, a produção agrícola luso à brasileira representava um fator primordial no recinto das exportações. Esse fortalecimento do setor agrário se deu não apenas em corolário da decadência da mineração, mas especialmente do repentino crescimento da população europeia e do

desenvolvimento da revolução industrial na Inglaterra, que ofereceram uma valorização dos produtos coloniais (SILVA, 1989).

Durante o Brasil colonial, em especial na segunda metade do século XVIII, iniciou-se a produção do algodão e, conseqüentemente, sua exportação (PRADO JÚNIOR, 2004).

Mesmo com a produção algodoeira não seguindo outras tradicionais culturas brasileiras, como o açúcar e o tabaco, o Ceará continuou produzindo e exportando para a Europa durante o século XIX (PRADO JÚNIOR, 2004). A verdade é que, desde 1777, o algodão cearense passou de um elemento de subsistência para um produto comerciável. E com a chegada do português Antônio José Moreira Gomes, que contribuiu com o seu esforço, intensificando a produção, o Ceará se livrou da dependência excessiva do gado. Sendo assim, a cotonicultura e a pecuária transformaram-se nas principais fontes econômicas da Capitania (GIRÃO, 1985). Daí é que surgiu o binômio gado-algodão, para também caracterizar a história econômica cearense (SILVA, 1989).

Os principais centros produtores da capitania se encontravam na bacia do Jaguaribe e no interior de Icó, o que demonstra a fixação do produto na região do agreste (PRADO JUNIOR, 2004). No início do século XIX, a lavoura algodoeira se estabeleceu em outras regiões, iniciando-se nas serras de Aratanha, Baturité e Uruburetama, próximas a Fortaleza; depois disso, seguindo o mesmo passo, a cultura se disseminou nas serras da Meruoca e do Pereiro. Isso permitiu que, desde 1811, Fortaleza ultrapassasse as outras vilas cearenses na exportação do algodão (42,9%), tornando-se o único porto a manter relações comerciais com o mercado inglês (ANDRADE, 2012).

Em nível nacional, os portos brasileiros foram abertos ao comércio exterior em 1808, eliminando o monopólio português sobre o comércio da colônia (SILVA, 1989). Por conseguinte, esse mecanismo fez emergir uma transformação na composição interna da capital cearense e, vagarosamente, a partir de 1810 até 1820, Fortaleza iniciou uma hegemonia não apenas administrativa, mas também política e econômica, fato que se intensificou na segunda metade do século (ANDRADE, 2012).

O crescimento da capital cearense, que no ano de 1810 passou de povoado a um núcleo estruturado, deveu-se essencialmente às suas funções mais dinâmicas: a comercial e a portuária. O desenvolvimento de Fortaleza se realizou devido à produção do algodão, e boa parte dessa exportação era destinada à Europa. De certa forma, a cotonicultura desafogou a economia pecuária, que já havia assumido o seu papel de desenvolvimento da capitania, fornecendo nos séculos passados o gado para a cultura açucareira em outros centros do Nordeste.

Antes e após a Independência do Brasil, o Nordeste foi cenário de revoltas e turbulência política. O sertão foi novamente afetado por mais uma seca em 1824 e 1825. No Ceará, instalou-se o “Tribunal de Sangue”, comissão para julgar e condenar os líderes cearenses que participaram da Confederação do Equador³. Esse foi um período em que Fortaleza pouco produziu sobre as medidas de controle urbano. Todavia, no dia 1º de outubro de 1828, o Brasil regulamentou a primeira lei relativa às municipalidades, que deveria ser adotada em todas as cidades e vilas do império, e que tinha como encargo (art. 66) o de promover:

“Alinhamento, limpeza, iluminação, e despachamento das ruas, caes e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edifícios, e prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, poços, tanques, e quaesquer outras construcções em beneficio commum dos habitantes, ou para decôro e ornamento das povoações [sic]” (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1828).

Na década de 1830, Fortaleza ultrapassou Aracati em importância econômica. Durante o ano de 1835, o porto da Capital arrecadou 35:953\$512, enquanto o porto de Aracati, no mesmo ano, conseguiu arrecadar apenas 9:545\$509. O presidente da Província, José Martiniano Pereira de Alencar (1834–1837), decidiu investir no desenvolvimento de Fortaleza e no aperfeiçoamento dos materiais relativos à produção algodoeira (ANDRADE, 2012). Dentre as propostas havia a instituição do Branco Provincial do Ceará, inaugurado em 1835; o início da abertura e alargamento das estradas do interior para a Capital, a fim de facilitar a chegada de produtos de outras regiões da província; a construção do açude Pajeú, através da direção do arquiteto francês Jean Seraine (ANDRADE, 2012), além da

³ A Confederação do Equador teve como objetivo a união, de forma federativa, das províncias do Norte-Nordeste em uma República similar à dos Estados Unidos. Pernambuco incluiria as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, provavelmente, o Piauí e o Pará. Porém, a Confederação do Equador não teve condições de se manter e resistir militarmente às tropas do governo, sendo então derrotada nas então províncias nordestinas, até ser extinta em novembro de 1824 (FAUSTO, 1995).

instituição da Lei n. 145, de 14 de setembro de 1836, que autorizava o poder público a adquirir máquinas que ficariam à disposição da sociedade, com a finalidade de servirem de modelo para que a população fizesse outras parecidas. Entre as máquinas expostas, havia uma que retirava o caroço do algodão (GIRÃO, 1985).

Como se pode notar, o poder público buscou estimular a produção do algodão. Esse incentivo contribuiu para o crescimento da produção a partir dos anos 1840, crescimento maior do que nos anos anteriores. Desde então, o Ceará não parou de produzir algodão, estabelecendo-se como um dos principais produtores do país (GIRÃO, 1985). Desse modo, a cotonicultura contribuiu com a participação de Fortaleza na conjuntura internacional, além de promover o desenvolvimento urbano de um núcleo embrionário de 1.200 pessoas em 1810, para 8.896 em 1848 (ACCIOLY, 1993).

2.4 Secas e migrações na primeira metade do século XIX

Os relatórios sobre as secas são antigos e bastante polêmicos. A seca é considerada como a principal causa dos fluxos migratórios da população nordestina. A região Nordeste ocupa hoje uma área de 1.539.000 Km², destacando-se 882.000 Km², 57% do território castigados pela seca (DUARTE, 2013). O Ceará sofreu bastante com as secas, e uma das soluções adotadas pelos flagelados foi o êxodo. Em período de crises climáticas, sabe-se que a seca traz danos irreversíveis. Para se ter ideia, segundo Teófilo (1997), durante a seca de 1877, o Ceará perdeu um terço de sua população pela fuga e pela morte. Além disso, 93% do território cearense estão inseridos no semiárido nordestino (Figura 9) (DANTAS, 2009).

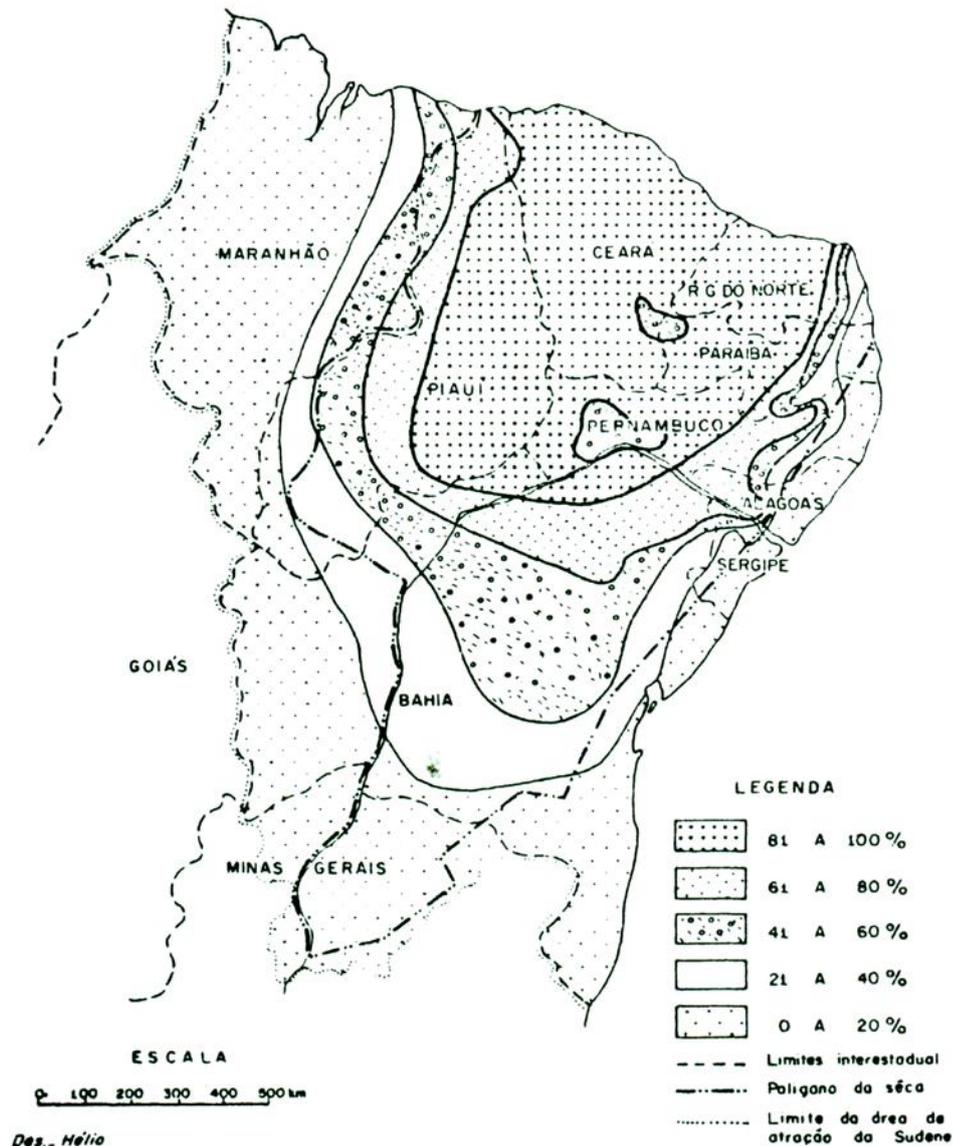


Figura 9 – Distribuição espacial da incidência de secas no Nordeste. Fonte: SUNDENE, 1973.

O século XIX iniciou-se com bastante chuva. O ano de 1805 registrou um inverno tão rigoroso que seus resultados foram comparados aos desastres ocasionados pela seca de 1790 (POMPEU, 2006). As secas, assim, iniciaram-se em 1809, mas sem grandes prejuízos. Seguindo para 1814, há registros de perdas na criação de gado, e no mesmo ano foi publicado o livro *Memória sobre a Capitania do Ceará*. No registro do livro há estudos sobre as crises climáticas que castigavam, sistematicamente, a região cearense (POMPEU, 2006).

Todavia, a primeira seca no século XIX que trouxe mais estragos foi a de 1824 – 1825. Nesse período, o Ceará estava envolvido na Confederação do Equador. O ano de 1825 começou e continuou sob a influência de seca e fome; revoltas armadas e mortes, e mais adiante a peste da bexiga (GIRÃO, 1985). As

fazendas de gados estavam arrasadas e as que escaparam sofriam com os ataques dos ladrões. Nessa ocasião, o Governo Imperial enviou uma embarcação com mantimentos para socorrer os famintos do Ceará. Alguns habitantes da província promoveram as migrações para as regiões litorâneas, serranas mais úmidas e para alguns grandes povoados da província (POMPEU, 2006). Fortaleza começou a socorrer os flagelados em busca de ajuda. Segundo Girão (1985, p.195), os flagelados fugiam em bandos para a Capital: *“E pelas estradas, campos, praças e ruas, iam deixando insepultos os cadáveres dos que não podiam resistir.”*

Entre os anos de 1844 e 1845, ocorreu uma grande crise climática no Ceará Imperial. Apesar de alguns trabalhos e planos de combate às enfermidades, nenhum benefício foi computado (POMPEU, 2006). Sem comida e sem expectativa de chuvas, grande parte dos sertanejos convergiu para a capital nesse período. Segundo Girão (1985), mais de 30.000 mil pessoas sem recursos e em um estado de magreza espantoso migraram para Fortaleza. O problema do Nordeste tomou proporções nacionais e a província cearense recebeu dinheiro para amenizar a problemática, através da construção da Santa Casa, com início em 1847, que foi um dos resultados dessa ajuda.

2.5 Crescimento urbano em Fortaleza de 1813 a 1863

À medida que cresceu o número de habitantes em Fortaleza, alterou-se a disposição urbana do território da então vila. As primeiras modificações dizem respeito à organização formal, sobretudo à expansão da vila. Segundo o viajante luso-inglês Henry Koester, no final do ano de 1810 e início de 1811, definiram-se as acomodações da Vila de Fortaleza em um local arenoso, seguindo uma organização quadrangular que partia da Praça da Igreja com quatro ruas bastante longas e sem calçamentos, e casas apenas com o pavimento térreo (GIRÃO, 1979). Todavia, a vila estava crescendo, mesmo que lentamente. Sua organização seguia a sinuosidade do riacho Pajeú (COSTA, 2005). Por causa do crescimento às margens do riacho, o então governador da Província, o português Manuel Inácio de Sampaio, contratou o tenente-coronel engenheiro, também português, António José da Silva

Paulet⁴, que elaborou importantes mapas da Capitania Cearense e Capital, sendo o primeiro, em 1813, “*Carta da Capitania do Ceará e Costa*” (Figura 10), com dois detalhes relevantes “*Planta do Porto da Villa da Fortaleza*” (Figura 11) e a “*Planta do Porto e Villa de Aracati*”, embora, desde 1812, o engenheiro já estivesse assessorando General Sampaio na organização do espaço urbano de Fortaleza (Figura 12).



Figura 10 – Carta da Capitania do Ceará e Costa, 1813. Correspondente levantada por ordem do Governador Manoel Ignácio de Sampaio e seu ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet no ano de 1813. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 41.

⁴ “Antônio José da Silva Paulet (1778-1837) nasceu em Portugal, natural da Villa de Nogueira de Azeitão, filho de João Rabello da Silva Paulet e D. Antonia Joaquina de Cabedo e Vasconcellos. Em 1812 passou para o Real Corpo de Engenheiros, desempenhando, em 1824, o posto de coronel (Arquivo de Engenharia). Um decreto de 9 de dezembro de 1821, nomeando os governadores das províncias do Brasil, designa o coronel Antônio José da Silva Paulet para governador do Ceará. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro existe dele a seguinte: *Carta da Capitania do Ceará, levantada por ordem do governador Manoel Ignácio de Sampaio por seu ajudante Antonio José da Silva Paulet (1818).*” (VITERBO, 1988, p.242).

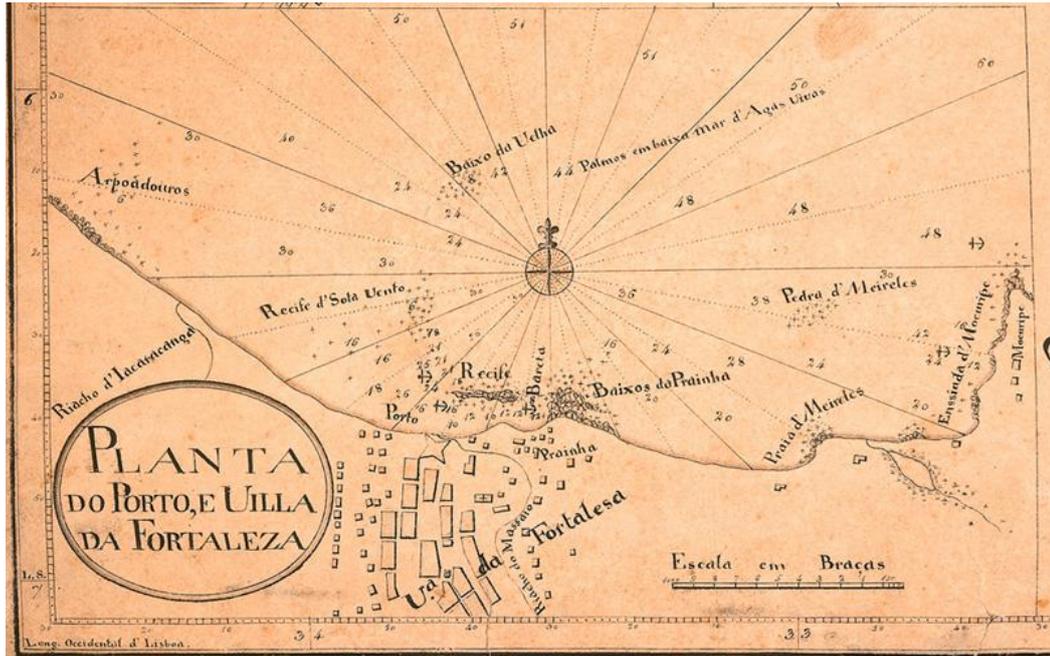


Figura 11 – Planta do Porto, e Villa da Fortaleza, 1813. Detalhe da Carta da Capitania do Ceará e Costa. Levantada por ordem do Governador Manoel Ignácio de Sampaio e seu ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet no ano de 1813. Fonte: REIS, 2000a, p. s/n.

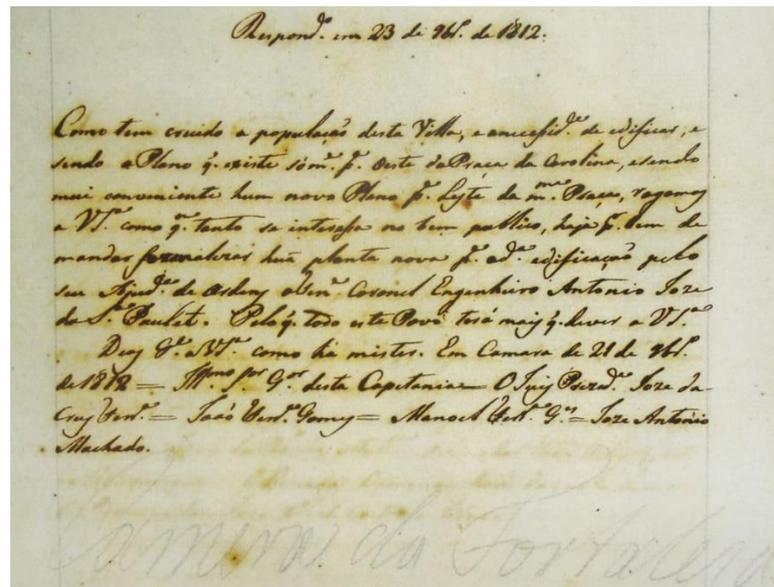


Figura 12 – Câmara pede ao Governador Sampaio plano de extensão ao lado leste da Praça da Carolina, uma vez que existe um plano para o lado oeste, o plano deveria ser elaborado pelo engenheiro Silva Paulet. Fonte: INSTITUTO DO CEARÁ, 2010, p. s/n.

Manuel Inácio de Sampaio assumiu o cargo de governador em 1812 e, no período entre 1813 ou 1814, surgiram as primeiras produções literárias cearenses, denominadas de Oiteiros (AZEVEDO, 1976). A poesia desse grupo se reunia em torno das feitorias do então governador, destacando-se o nome de Pacheco Espinosa, Castro e Silva e Costa Barros. No soneto “Ao Aumento da Vila de Fortaleza”, de Pacheco Espinosa, é retratado o progresso da vila e são aplaudidos

os feitos do governo – “*talvez pelo fato de terem sido patrocinados pelo Governador Sampaio*” (ANDRADE, 2009, p.7).

Vai ó Fama, por toda a redondeza,
Publicando por tuas bocas cento,
Do Ceará que foi pobre o muito aumento,
A grande exportação, suma riqueza.

Dize que já se vê fausto e grandeza,
Na sua Capital do Chefe assento:
Que **polícia** já tem, tem **luzimento**,
E tem o que não tinha, Fortaleza.

Dize que do Governo a alta mente
Estas obras brotou assaz louvadas,
Por todos, sim, por todos geralmente;

Erários novos, **rampas e calçadas**,
Aterro, Chafariz, Aula excelente,
Novas ruas, muralhas elevadas!⁵

Em 1818, Silva Paulet elaborou a planta de ordenação e expansão da vila, através da “*Carta da Capitania do Ceará*” (Figura 13) e “*Planta da Vila de Fortaleza*” (Figura 14). Percebe-se, assim, que Fortaleza cresceria a partir de um desenho. De acordo com Castro (1973), Paulet considerou o desenho que encontrou, e introduziu o traçado em reticulado, acomodando-o no terreno ligeiramente ondulado. Dando continuidade ao pensamento dos engenheiros militares introduzido no Brasil colonial no século XVIII, o que não se restringiu apenas às áreas de fronteiras com os núcleos urbanos da América Espanhola (REIS, 2000b). Segundo Girão (1979), essas concepções estavam ligadas às ideias urbanísticas da metrópole, pois Portugal havia adotado o traçado ortogonal, já utilizado por vários países europeus há alguns séculos. Esse delineamento reticulado foi introduzido em Lisboa quando ocorreu a reconstrução da cidade após o terremoto de 1755 (Figura 15).

⁵ *Ao Aumento da Vila de Fortaleza*. Apud Dolor Barreira. “Associações Literárias no Brasil e particularmente no Ceará – Oiteiros”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. LVII, 1943, p. 148.

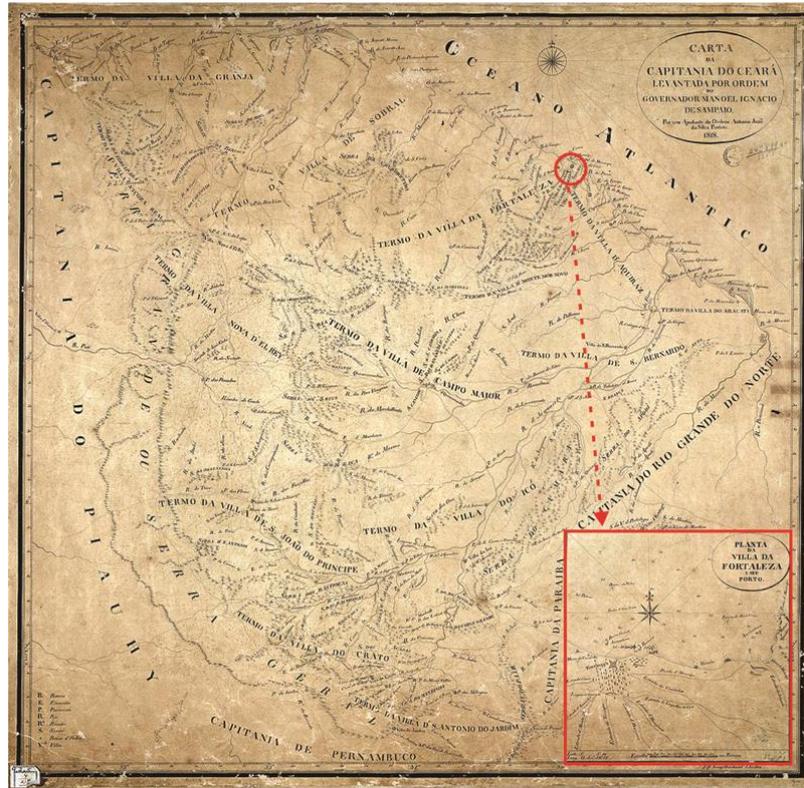


Figura 13 – Carta da Capitania do Ceará levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio, por seu ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet, em 1818. Fonte: <https://divadahistoria.files.wordpress.com/2009/03/carta_da_capitania_do_cearc3a1_1818.jpg>. Acesso abril 2016.



Figura 14 – Detalhe da carta marítima e geográfica da Capitania do Ceará. Planta da Villa da Fortaleza e seu Porto, executada por Paulet, 1818 Fonte: ANDRADE, 2012, p. 67.

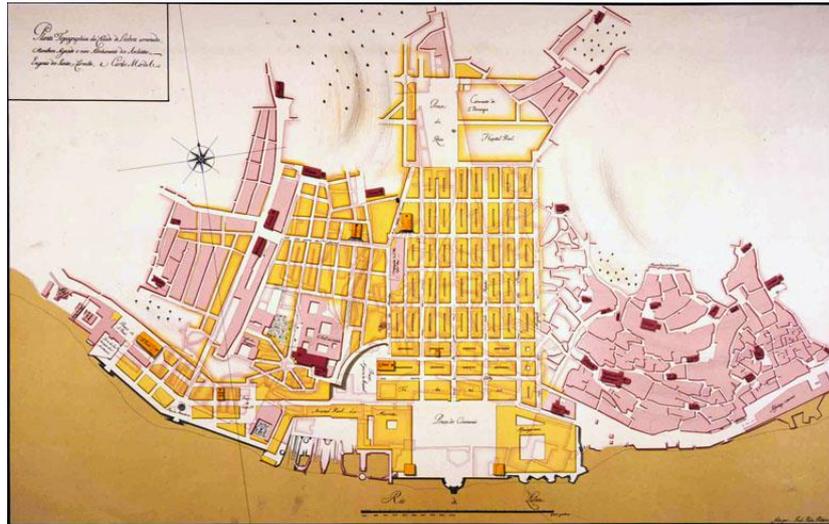


Figura 15 – Plano da cidade de Lisboa, projeto elaborado pelos arquitetos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel em 1758. Projeto escolhido para reconstrução da cidade após o terremoto de 1755. Utilização do traçado ortogonal. Fonte: < http://en.wikipedia.org/wiki/Lisbon_Baixa#mediaviewer/File:Pombaline_Baixa_Lisbon_map_1756.jpg>. Acesso junho 2014.

Ao ser proclamada a independência por Dom Pedro I, em 1822, destacou-se um importante decreto aprovado por ele e que elevava todas as vilas que fossem capitais de províncias à categoria de cidades. Dessa forma, no dia 17 de março de 1823, a vila com o nome de “*Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção*” foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de “*Cidade da Fortaleza de Nova Bragança*”. Aos poucos, foi sendo chamada de Fortaleza, denominação que se oficializou (CASTRO, 1973).

Mesmo com a nomeação de capital da província, o primeiro código de postura de Fortaleza, datado no dia 5 de junho de 1835, conservava normas com características rurais, ainda que a predominância da regularização tivesse sido herdada de Portugal (CAMPOS, 1988). Esse fato demonstrou um momento significativo para a cidade, pois foram encontradas as primeiras iniciativas do poder público em organizar o crescimento urbano, além de inspirar a publicação de posturas municipais de outras vilas da Província (CAMPOS, 1988).

Ao mesmo tempo, a produção algodoeira ajudou a sustentar a economia cearense na primeira metade do século XIX. Aos poucos, a cidade cresceu, ainda que, Segundo Girão (1993), na década de 1840, fosse dito que Fortaleza “*dormia com as galinhas*”, expressão utilizada devido à proibição, por parte da polícia, do trânsito público a partir das 9 horas da noite, hora em que se escutava o toque de recolher no Quartel do Corpo Fixo e também eram fechadas as portas nas tavernas.

A seca de 1844-1845 não impediu que a cidade ganhasse ares de capital, dado que, a partir de 1844, foram criadas algumas instituições urbanas tradicionais. No ano de 1844, foi construído o Liceu do Ceará e, no ano de 1847, foram iniciadas as obras da Santa Casa de Fortaleza (Figura 16). Essa foi erguida com sobras dos recursos do Governo Imperial designadas para socorrer possíveis vítimas da seca de 1844 (MAPURUNGA, 2012).

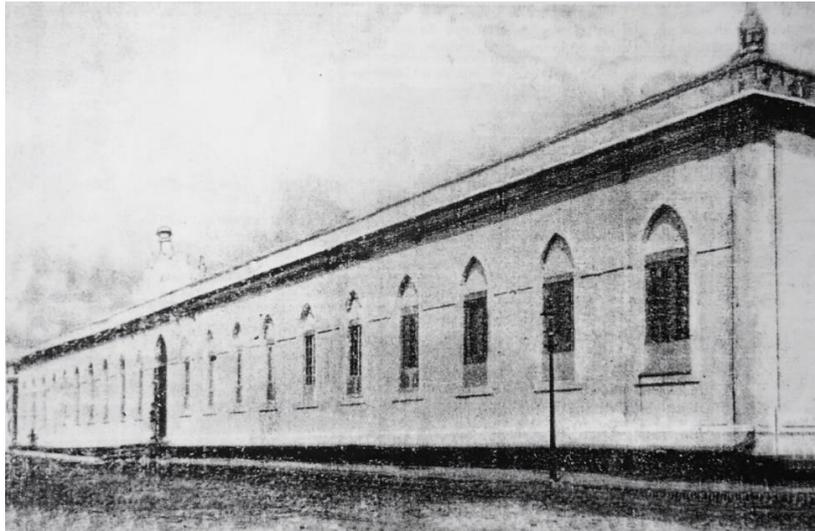


Figura 16 – Santa Casa de Fortaleza, construída para socorrer os flagelados da seca de 1845. Percebe-se que o prédio possuía apenas o pavimento térreo. Fonte: MAPURUNGA, 2012, p. 10.

O dinheiro destinado à seca de 1844-1845 foi utilizado com iniciativas para resolver a problemática social. Devido às necessidades da época, foi renovada e alargada a estrada que ligava Fortaleza a Messejana e foram construídas as pontes sobre o rio Cocó e o riacho Tauape. Além dessas obras, foi recuperado também o chafariz próximo à Igreja do Rosário e instalado um novo chafariz na Prainha (MAPURUNGA, 2012). No ano de 1848, foi iniciada a implantação da iluminação pública de Fortaleza e fundado o primeiro cemitério da cidade, denominado de Cemitério do Croatá (GIRÃO, 1979). Destaca-se que, em 1848, Fortaleza possuía uma população de aproximadamente 8.000 habitantes, e o número de casas era de 1.418. Dessas, somente 517 eram de tijolo e telha (JUCÁ, 2003).

Naturalmente, a maioria das novas instalações eram inadequadas para moradia. As condições insalubres relacionadas à ventilação, instalações sanitárias e acúmulo de lixo eram acrescentadas às constantes secas, influenciadas pela carência de matas e, como consequência, à baixa umidade, que tornava o terreno árido e aumentava a incidência da varíola (OLIVEIRA, 2007). No início dos anos de

1850, outro surto de epidemia chegou à província cearense, mesmo com as medidas de prevenção adotadas pelas autoridades locais: era a febre amarela. Tais medidas consistiam em abrigar as pessoas que desembarcavam em Fortaleza num prédio da região da Jacarecanga, numa espécie de quarentena. Mesmo assim, a febre amarela chegou a Fortaleza em outubro de 1851, trazendo, com isso, uma onda de mortes para a pequena cidade (MAPURUNGA, 2012). O resultado dessas epidemias mostrava que, nos próximos códigos da cidade, deveriam ser utilizados parâmetros relacionados à higiene e à salubridade.

Em 1850, Antonio Simões Ferreira de Faria, arruador e coordenador da Câmara de Fortaleza, desenhou a “*Planta da Cidade da Fortaleza*” (Figura 17), indicando as ruas, quadras e áreas edificadas. Mais que isso, incluiu um projeto de expansão urbana na parte ocidental e oriental do Riacho Pajeú (ANDRADE, 2012).



Figura 17 – Planta da Cidade da Fortaleza organizada por Antonio Simões Ferreira de Faria em 1850, desenhada em escala reduzida por F. B. de Oliveira em 1883. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 70.

No ano de 1855, foi contratado pelo presidente da Câmara Antônio Rodrigues Ferreira, o engenheiro pernambucano Adolfo Herbster⁶, para ocupar o cargo de engenheiro da província. Dois anos depois, no dia 8 de janeiro de 1857, ele foi nomeado arquiteto da Câmara Municipal (GIRÃO, 1979). Em 1859, Herbster elaborou a “*Planta Exacta da Capital do Ceará*” (Figura 18), a partir de levantamento organizado pelo Padre Manoel do Rêgo Medeiros, e em 1856 “*Planta da Cidade de Fortaleza, levantada no ano de 1856, pelo Padre Manoel do Rêgo Medeiros*” (Figura 19). Foram utilizados novos instrumentos que possibilitaram a demarcação das áreas ocupadas e foi definida a nomenclatura das ruas, assim como as áreas de cultivo e os primeiros locais de expansão da cidade (IPLAM, 1990).

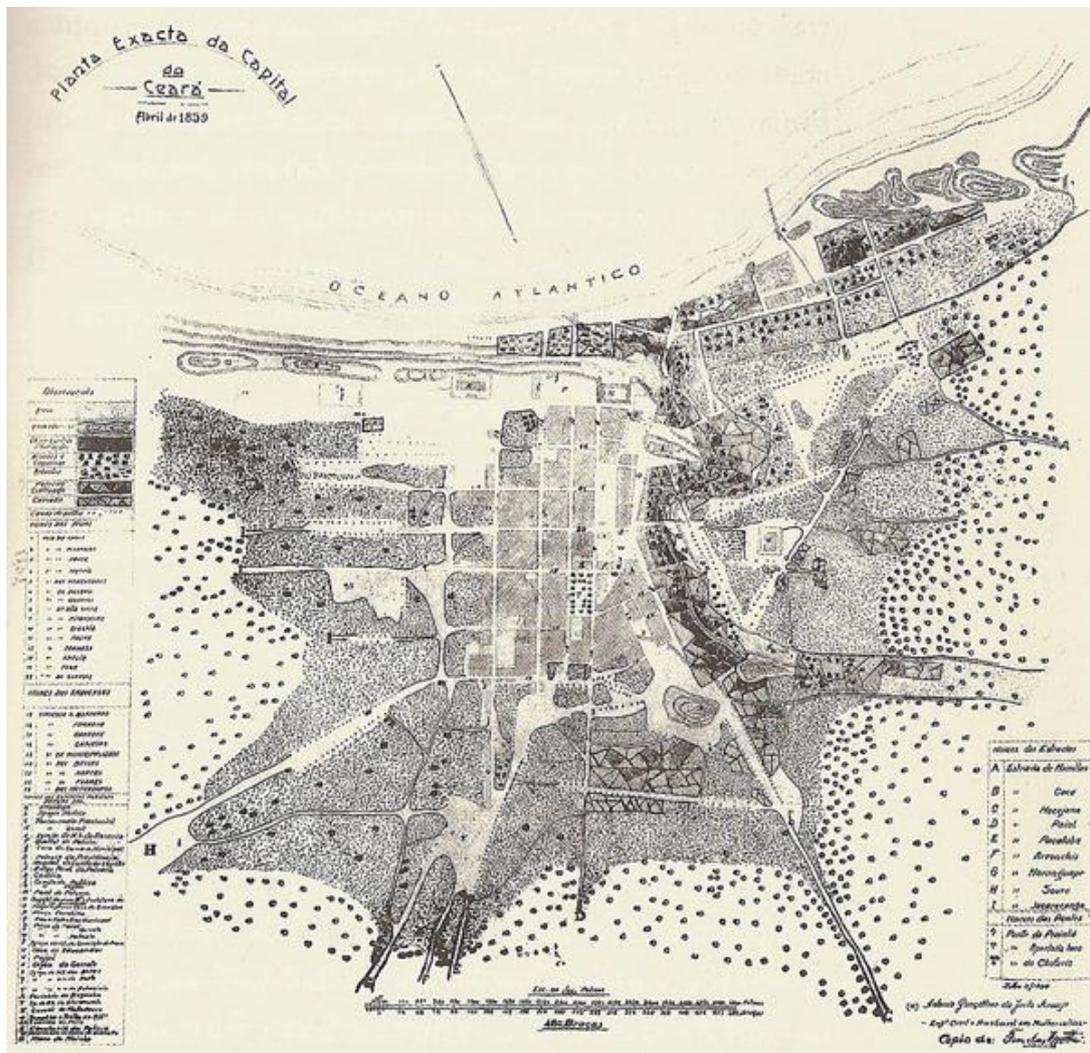


Figura 18 – “*Planta Exacta da Capital do Ceará*” – abril de 1859, feita pelo engenheiro Adolfo Herbster. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 73.

⁶ “João Adolpho Herbster, pernambucano, nascido em 14 de maio de 1826, filho do suíço alemão João Batista Herbster e de Luiza Margarida Herbster, de origem francesa. Adolfo Herbster veio para o Ceará em 1855, desembarcando em Fortaleza no dia 29 de janeiro, aos 29 anos de idade. Faleceu no dia 12 de novembro de 1893, em Fortaleza” (GIRÃO, 1979, p.96 e 98).



Figura 19 – Planta da Cidade de Fortaleza, levantada no ano de 1856, pelo padre Manoel do Rego Medeiros – Guaraci de Lavor – copiou. Fonte: CHAVES, 2006, p. 25.

Continuando os estudos sobre os anos de 1860, percebe-se que Fortaleza passou por súbitas inovações e vontade de progresso, mudando radicalmente a configuração da cidade. Nesse período, Fortaleza possuía 960 casas de tijolos e telhas e mais outras 800 cobertas de palhas. Alguns edifícios importantes já haviam sido finalizados: Santa Casa de Misericórdia, Palácio do Governo e a Igreja Matriz, que foi transformada em catedral. A cidade estava servida de água e iluminação a gás. Fortaleza possuía 53 lojas de tecidos, 73 tabernas, 93 quitandas, 16 armazéns, 15 açougues e 11 lojas de roupas e sapatos. A capital cearense possuía, ainda, algumas instituições de ensino, como o Liceu do Ceará e o Colégio Ateneu Cearense, além da Biblioteca Pública. Para as mulheres, havia também o Colégio da Imaculada Conceição. Dessa forma, a proporção de habitantes que sabiam ler era de um a cada três pessoas. As principais ruas de Fortaleza, antes de areia, receberam calçamentos (MAPURUNGA, 2012).

No dia 3 de agosto de 1865, o então Governador Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, publicou um novo Código de Postura para a cidade, com ordenanças relativas à higiene e ao ornamento público. Uma legislação que buscava, acima de tudo, disciplinar as obras civis.

2.6 As Plantas de Fortaleza de 1813 a 1859

Antes de Fortaleza se tornar a cidade mais influente da província na época imperial, rivalizando e enfraquecendo outros centros urbanos, tais como Aracati, Icó, Sobral e Crato, a capital cearense recebeu novos esquemas arquitetônicos e urbanísticos do engenheiro tenente coronel António José da Silva Paulet.

O engenheiro foi contratado durante o governo do Coronel Manoel Ignácio de Sampaio (1812-1820). Nesse período, Paulet elaborou duas plantas da Vila, em 1813 e 1818, além das obras do novo Forte de Nossa Senhora da Assunção, em 1812, e do Mercado Público, em 1815.

Silva Paulet elaborou importantes mapas da capitania cearense. Primeiro, através da “*Carta da Capitania do Ceará e Costa*”, de 1813, pormenorizando o núcleo inicial da povoação de Fortaleza, a “*Planta do Porto e da Villa da Fortaleza*” (Figura 20). A segunda contribuição urbana de Paulet diz respeito ao levantamento e às diretrizes de expansão que a Vila deveria seguir, através da “*Planta da Vila de Fortaleza*”, de 1818 (Figura 21). Segundo Boltshauser (1968, p.15), o desenho de Paulet possuía “*ruas rigidamente ortogonais e quadras retangulares*”, as quais deveriam seguir a expansão da Vila.⁷

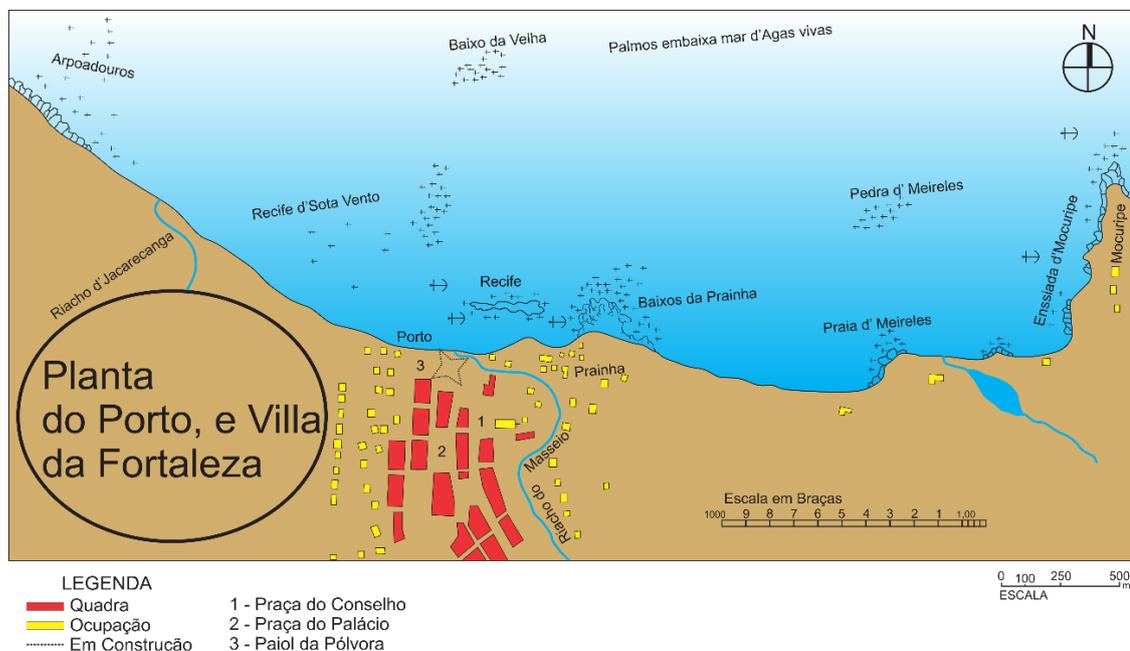


Figura 20 – Redesenho de reconstituição da “*Planta do Porto, e Villa da Fortaleza*”, 1813, de Silva Paulet. Autor: Larry Andrade Fonte: ANDRADE, 2012, p. 23/ REIS, 2000a, p. s/n.

⁷ Essas diretrizes foram inspiradas no “*traçado em xadrez, através do qual a cidade se identifica hoje*” (p.24) CASTRO, José Liberal de. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza. Faculdade de Artes e Arquitetura, Universidade Federal do Ceará, 1973.

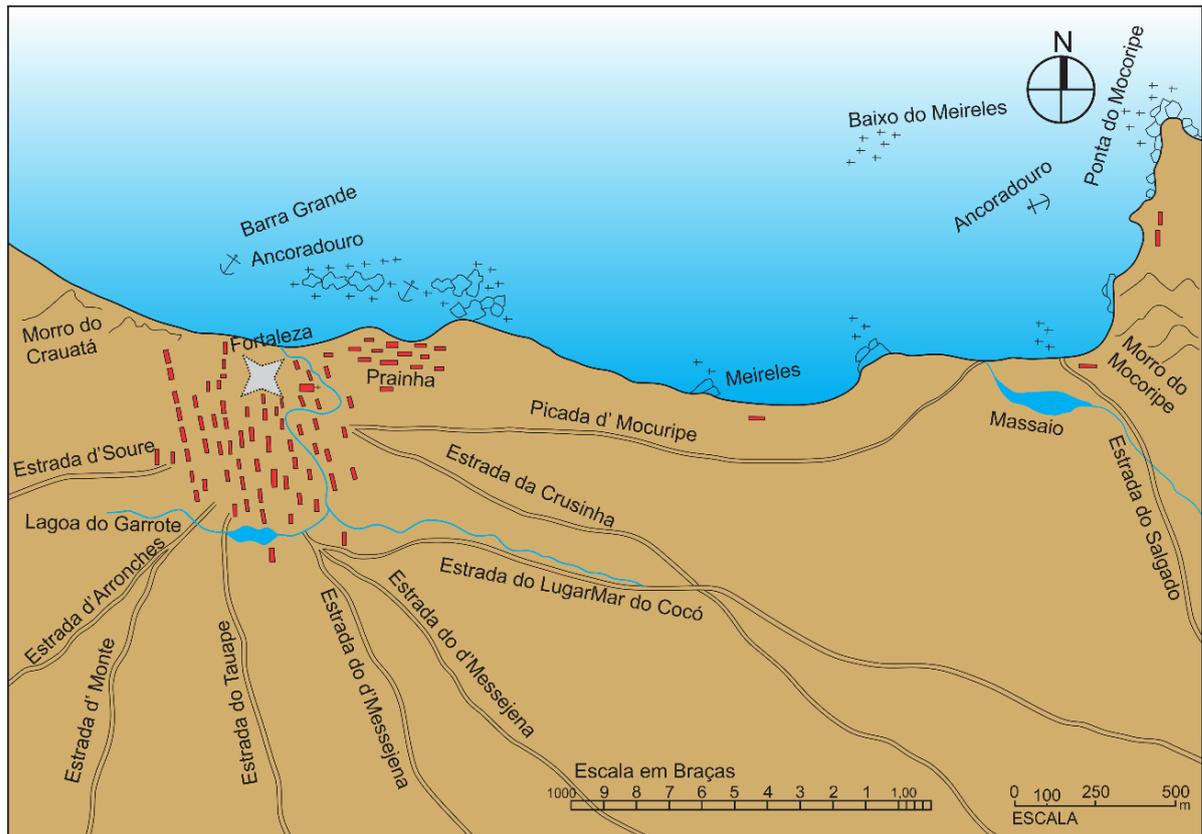
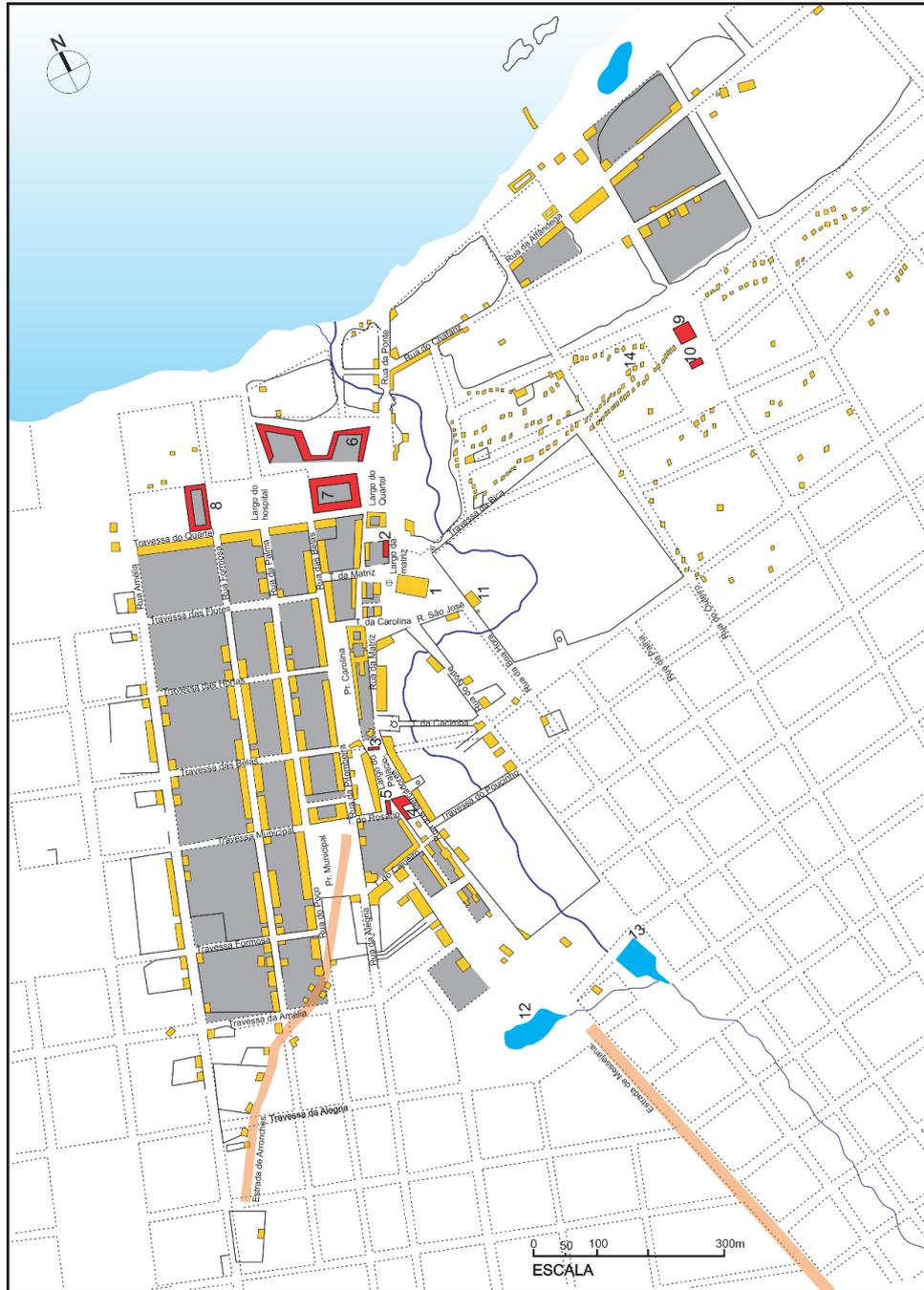


Figura 21 – Redesenho de reconstituição da “Planta da Villa da Fortaleza e seu Porto”, 1818, executada por Silva Paulet. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 67.

A planta seguinte de Fortaleza somente seria elaborada em 1850. Na verdade, desde 1842 fora solicitada a elaboração de uma nova planta para a cidade, através de Boticário Ferreira, quando esse assumiu a presidência da Câmara.

O responsável pela execução da planta é Antonio Simões Ferreira de Farias, arruador e coordenador da Câmara de Fortaleza. Ele desenhou a “Planta da Cidade da Fortaleza” (Figura 22) registrando as ruas, as quadras e as edificações, sendo acompanhando de um projeto de expansão da cidade, tanto para o lado leste como para o lado oeste do riacho Pajeú. De acordo com Andrade (2012), o projeto de extensão do lado leste da cidade talvez seguisse o ordenamento urbanístico elaborado por Paulet, em 1818, caracterizado por um traçado ortogonal, com quadras regulares.



<p>LEGENDA</p> <ul style="list-style-type: none"> ----- Plano de Expansão Antigos Caminhos Quadra/ Área Consolidada Ocupação Institucional 	<p>EDIFÍCIOS PÚBLICOS, IGREJAS E MATRIZ</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Matriz 2 - Tesouraria Provincial 3 - Tesouraria Geral 4 - Palácio do Governo 5 - Igreja do Rosário 6 - Forte 7 - Quartel 8 - Hospital 9 - Capela da Conceição da Prainha 10 - Cemitério da Cap. da Conceição da Prainha 11 - Chácara dos Guimarães 12 - Lagoa do Garrote 13 - Açude do Pajeú 14 - Outeiro da Prainha
--	--

Figura 22 – Redesenho de reconstituição da “Planta da Cidade de Fortaleza”, 1850, executada por Ferreira de Farias. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 71.

No ano de 1856, o Padre Manoel Rêgo Medeiros esboçou o “Levantamento Cadastral” (Figura 23), seguindo as diretrizes ortogonais e ampliando os limites da planta de Simões Farias. Assinalou o limite da cidade, a nomenclatura das ruas e a

identificação das edificações públicas. Para Costa (2006), o levantamento efetuado pelo padre é uma boa representação cartográfica em termos de detalhamento, consolidando cada vez mais o traçado ortogonal iniciado por Silva Paulet.



Figura 23 – Redesenho de reconstituição do “Levantamento Cadastral”, 1856, executado pelo Padre Manoel Rêgo Medeiros. Autor: Larry Andrade. Fonte: OLIVEIRA, 2007, p. 67.

Contratado em 1855 como engenheiro da província, o pernambucano Adolfo Herbster elaborou quatro desenhos, entre planos e levantamentos da capital cearense. A primeira, “*Planta Exacta da Capital do Ceará*” (Figura 24), datada de abril de 1859, é um levantamento rigoroso executado com o auxílio de instrumentos topográficos. Considerado por Castro (1973) como o mais “*verdadeiro retrato da cidade*”, além de ser uma fiel reconstrução cartográfica de Fortaleza, o levantamento esboça vetores de expansão urbana para o sudoeste da cidade (IPLAM, 1990).

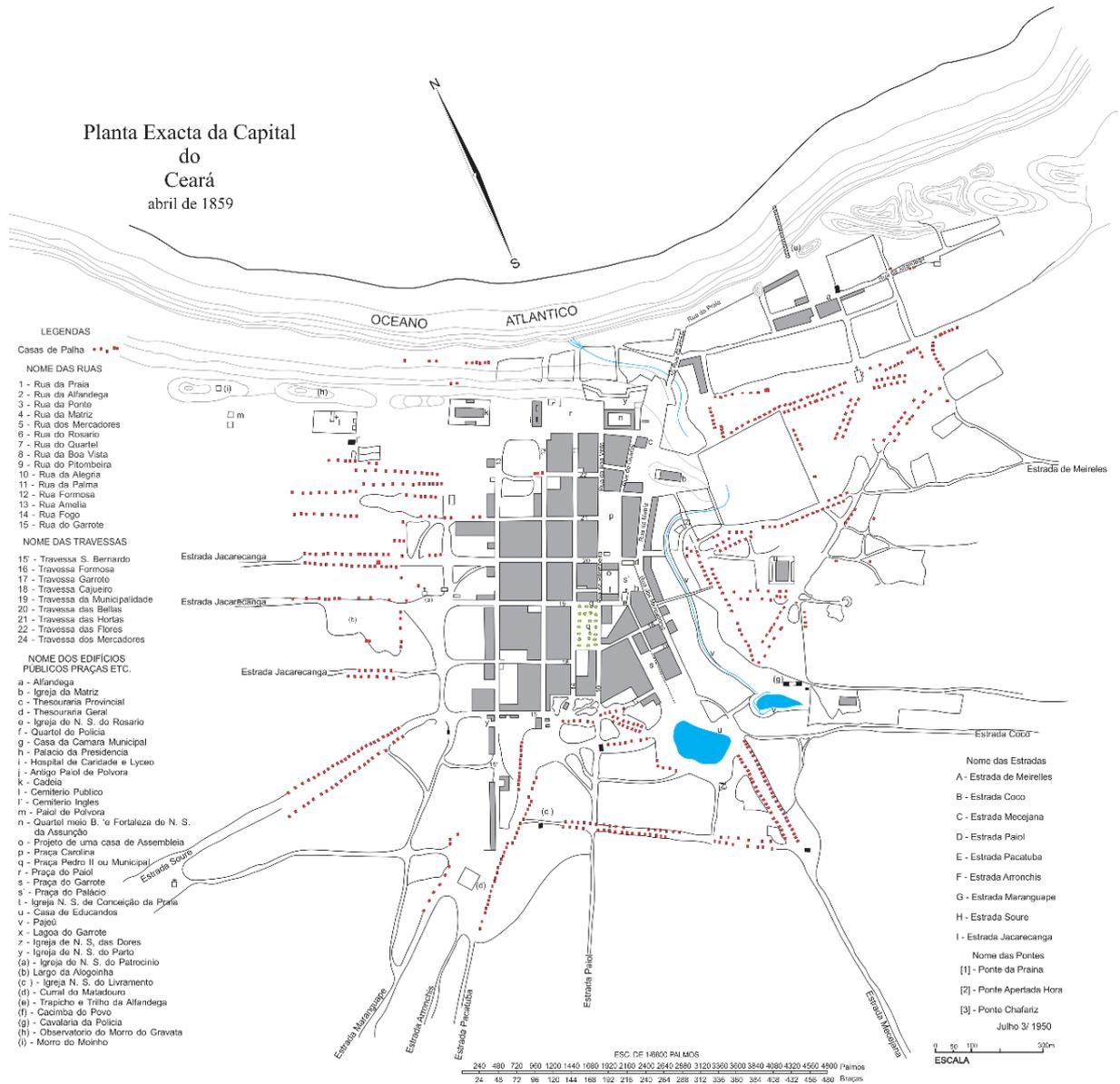
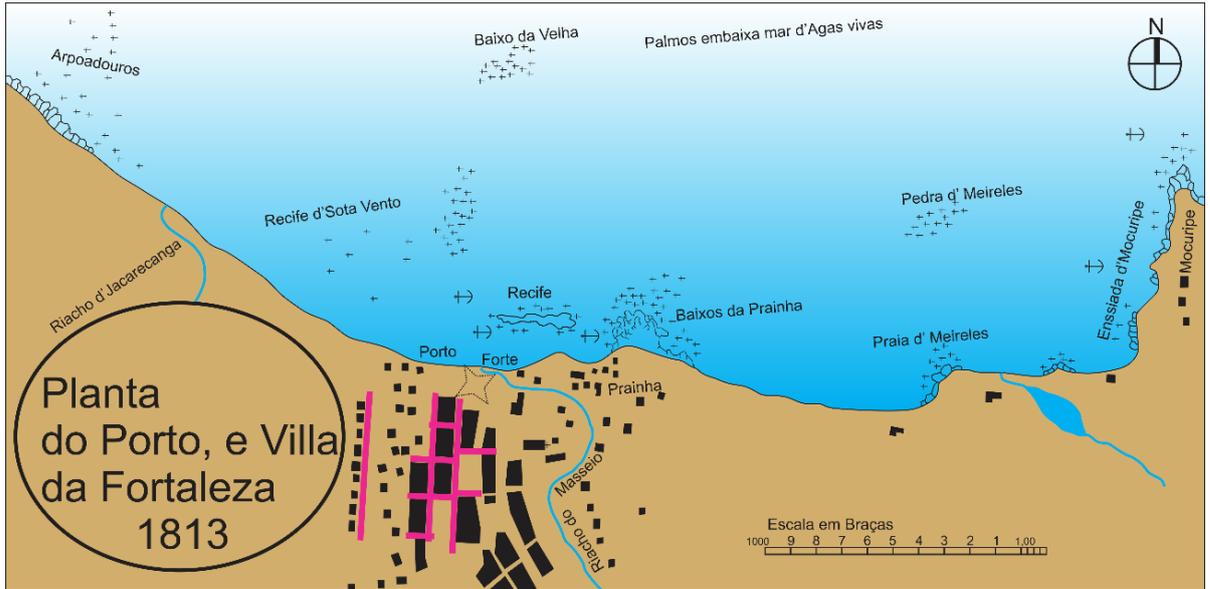


Figura 24 – Redesenho de reconstituição da “Planta Exacta da Capital do Ceará”, 1859, executada por Adolfo Herbster. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 74.

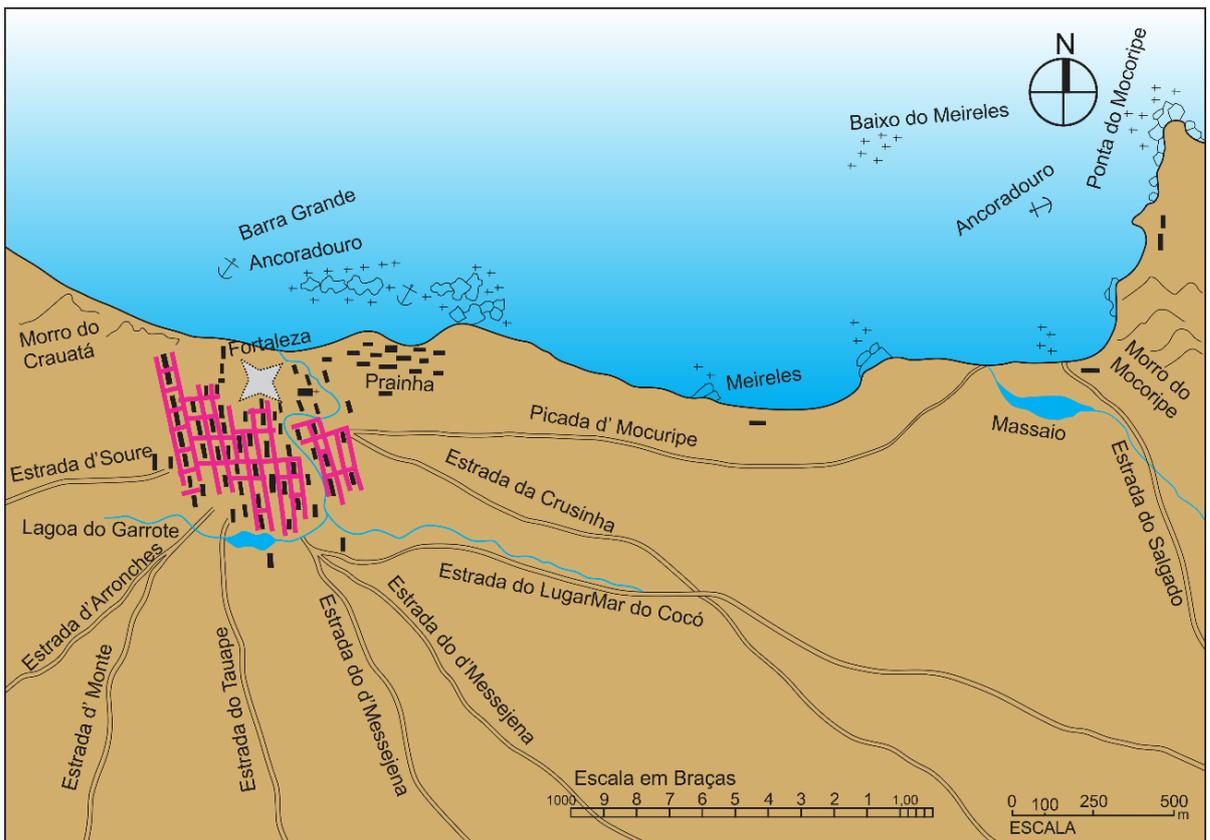
2.6.1 Traçado

É a partir do século XIX que o uso do traçado xadrez passa a contrapor-se à ideia de cidade colonial brasileira (YUNES, 1995). A utilização do traçado reticulado de Fortaleza surgiu no início do século XIX, através da planta de Paulet, em 1813 (Figura 25) e 1818 (Figura 26), tornando-se padrão nos desenhos seguintes da cidade durante o mesmo século. Assim, a adoção do traçado xadrez da capital cearense coincidiu com outras regiões brasileiras.



LEGENDA
 Alinhamento das Quadras/ edificações

Figura 25 – Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1813 – Alinhamento das quadras. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 23/ REIS, 2000a, p. s/n.



LEGENDA
 Alinhamento das Quadras/ edificações

Figura 26 – Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1818 – Alinhamento das quadras. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 67.

A verdade é que os padrões de racionalidade e regularidade dos traçados das vilas e cidades da colônia estabeleceram regras de controle na organização urbana, além de obedecer um projeto de política territorial prevista pela coroa portuguesa. A geometrização dos traçados ganhou força depois de 1720; entretanto, esse tipo de procedimento já havia sido utilizado em períodos mais antigos, como, por exemplo, em *Aquirás*, no Ceará, fundada em 1700 (REIS, 2000b).

A análise da “*Planta da Vila da Fortaleza*”, de 1818, de Paulet, mostra o procedimento de três bases sólidas que compõem o traçado reticulado em Fortaleza:

1 – As novas concepções da metrópole, abraçada em meados do século XVIII, por Portugal, como na Baixa Pombalina em Lisboa, e trazida ao Brasil por engenheiros militares: a necessidade distributiva de organização habitacional e extensão posterior inteiramente de acordo com o ideal renascentista de uniformização e racionalização do espaço, permitindo a hierarquização das ruas.

2 – A topografia: apesar de respeitar a sinuosidade do riacho Pajeú e as habitações existentes, Paulet justapôs uma nova ordem ao terreno levemente ondulado do sítio onde se desenvolveu a cidade.

3 – A origem militar: proveniente do forte cujo objetivo era a defesa do território por ocupações holandesas em meados do século XVII.

Dessa forma, também se verificou que a planta relativa ao crescimento urbano foi desempenhada ou acompanhada por técnicos especializados. Durante o século XIX, profissionais especializados estrangeiros eram contratados com o intuito de planejar e regularizar as vilas. Sua formação militar contribuía para o delineamento, a expansão e modernização (YUNES, 1995).

Através das análises dos planos e plantas, nota-se a vontade de incluir as casas existentes no desenho adotado pelo engenheiro. Nessa planta, o desenho se justapõe à edificação, tornando-se importante nos planos seguintes (Figura 27). Serão evidenciados mais adiante o levantamento e a expansão desenvolvidos em 1850, por Antônio Simões Ferreira de Farias, arruador da Câmara de Fortaleza, que desenhou a “*Planta da Cidade da Fortaleza*”.

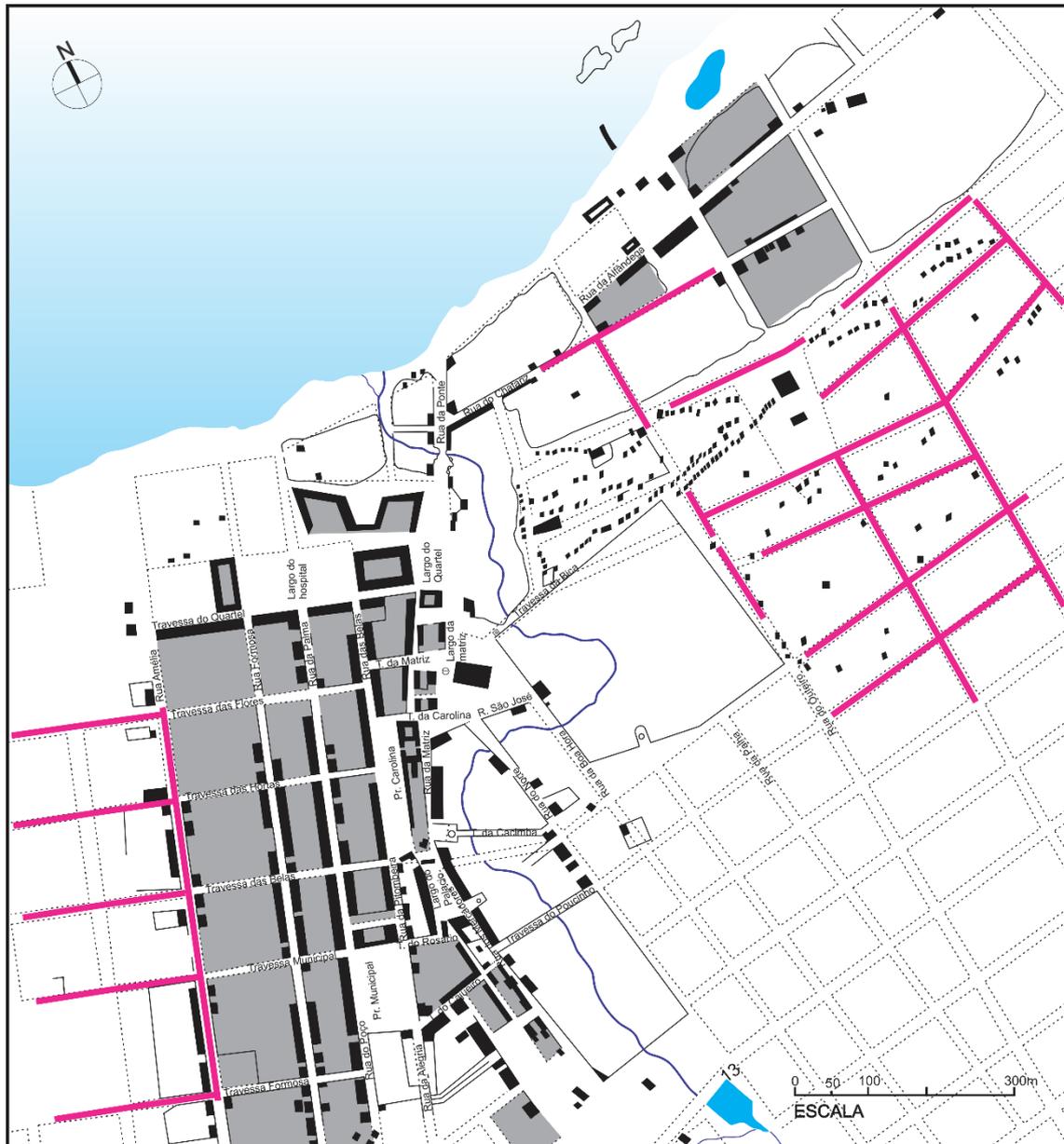


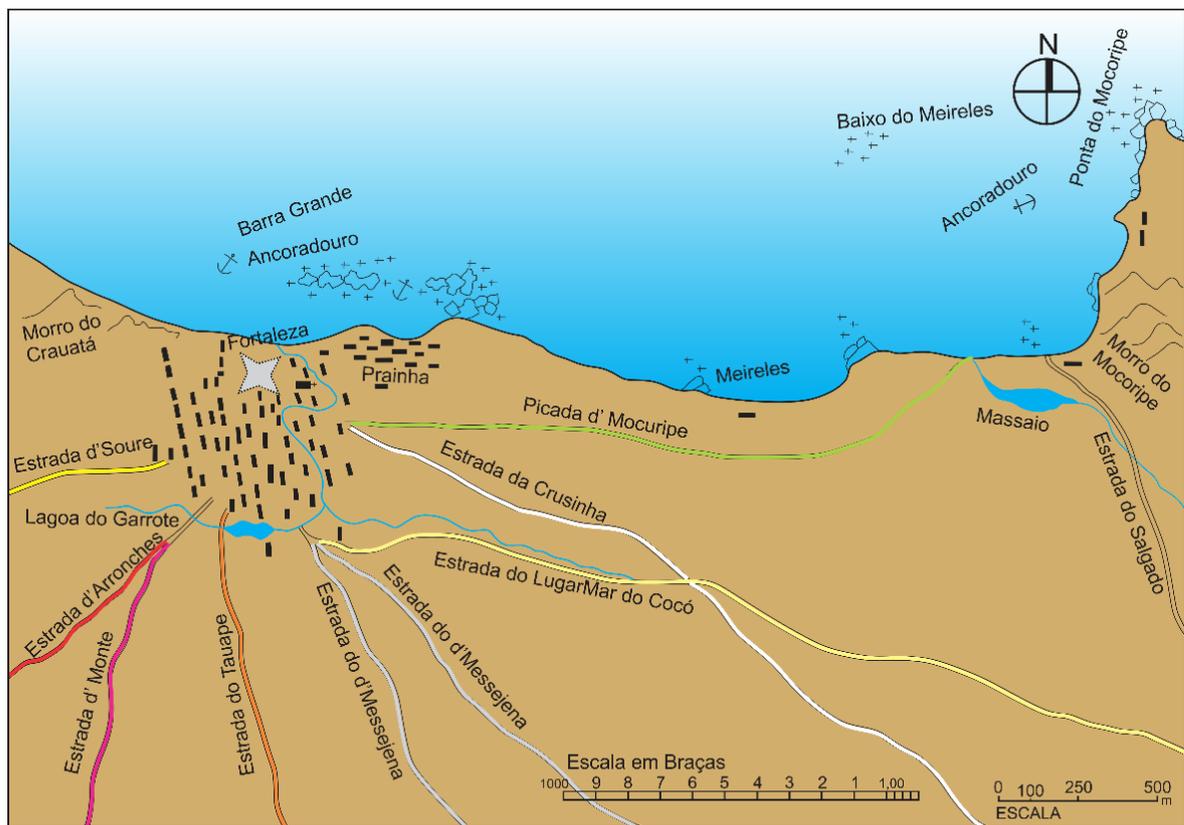
Figura 27 – Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1850 – Tentativa de alinhamento das edificações nas quadras. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 71.

As ruas e/ou as estradas se tornariam um elemento de grande importância para o crescimento urbano de Fortaleza.

As transformações de Paulet em Fortaleza incidiram sobre dois padrões urbanos. O primeiro, mais antigo, irregular, circundando a Praça da Sé, onde as ruas seguiam diversas orientações; e, outro mais novo, do início do século XIX, com as

ruas obedecendo ao sistema ortogonal e às quadras retangulares (BOLTSHAUSER, 1968), deixando em aberto possíveis ampliações.

Outro ponto importante na planta de Paulet que se pode observar é a relação estrada-Vila. A relação é de tal ordem que Fortaleza parece ser uma sucessão de estradas em torno das quais se organiza o tecido urbano (Figura 28). O sistema viário contribuiria para o desenvolvimento da economia e, conseqüentemente, para a urbanização, com a chegada de produtos, principalmente o algodão, não somente do Ceará, mas também de outras províncias. Segundo Andrade (2012), na “*Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará*” efetuada por Paulet, em 1818, existiam oito vias que chegavam até Fortaleza, podendo ser assim definidas:



LEGENDA

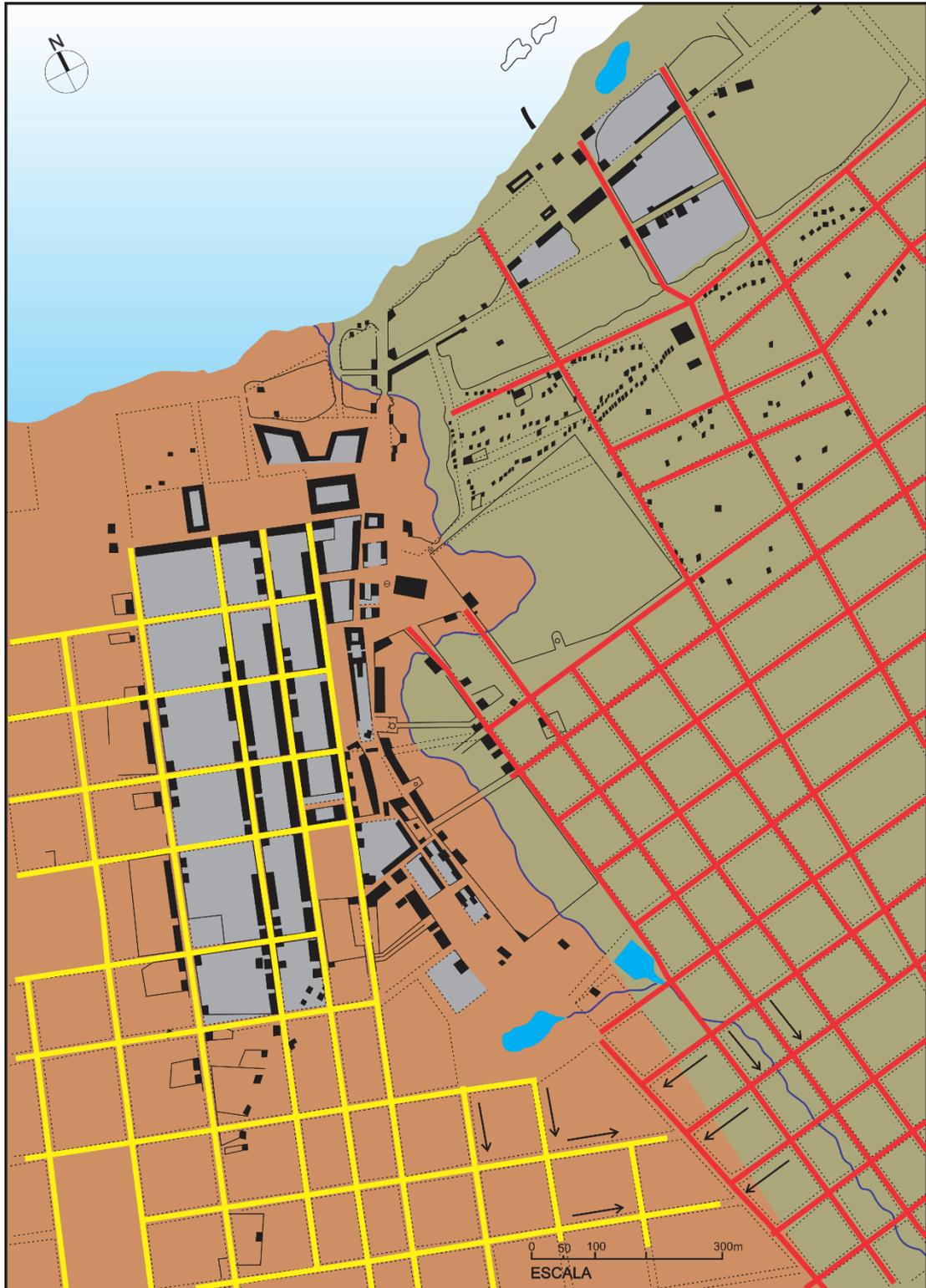
- Estrada d'Soure
- Estrada d'Arroches
- Estrada d'Monte
- Estrada do Tatuape
- Estrada do Messejana
- Estrada do LugarMar do Cocó
- Estrada da Crusinha
- Picada d'Mocuripe

Figura 28 – Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1818 – Estradas com acesso ao núcleo urbano de Fortaleza. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 67.

- Antiga estrada geral: chegada das vilas de Messejana, Aquiraz e Aracati, conectando com as capitanias do Rio Grande do Norte e Pernambuco;
- Estrada do Soure: ligava Fortaleza à vila de índios denominada “*Vila Real do Soure*” (atual Caucaia), e também estendia até as vilas de Sobral, Granja, Parnaíba-PI, e a província do Maranhão;
- Estrada do Tauape: ligava Fortaleza ao povoado de Canindé;
- Quarta estrada: ligava Fortaleza à vila de *Monte Mor* e Novo da América (atual Baturité).
- Quinta estrada: conectava Fortaleza à vila *Real dos Arroches* (atual Parangaba).
- Picada d’ Mocuripe: saía do Largo da Matriz e seguia pela cacimba do povo (Rua do Sol, atual Costa Barros);
- Estrada da Crusinha: partia do Largo da Matriz e separava da Picada d’ Mocuripe na cacimba do povo, seguindo ao sudoeste atravessando a atual praça Figueira;
- Estrada do LugarMar do Cocó.

As possíveis áreas de extensões de Paulet constituíram uma base fundamental de orientação para as próximas plantas de Fortaleza nos anos seguintes. Essas áreas contribuiriam para as extensões da cidade nos desenhos da Capital cearense.

Nas plantas de Fortaleza de 1850, 1856 e 1859, os retângulos seguiram o esboço de Paulet. No essencial, essas plantas prolongavam os traçados de ordem retangular. Compreende-se, também, que tanto no lado leste quanto no lado oeste do riacho Pajeú houve uma tentativa de regularizar o traçado com quadras retangulares. Entretanto, sem um paralelismo entre os dois lados, isso devido à sinuosidade do riacho (Figura 29).



LEGENDA

- Sentido do crescimento
- Lado Leste do Riacho Pajeú
- Lado Oeste do Riacho Pajeú
- Sentido do Crescimento lado Leste
- Sentido do crescimento lado Oeste

Figura 29 – Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1850 – Traçado das quadras sem paralelismo entre os lados Leste-Oeste. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 71.

2.6.2 Quarteirão

O quarteirão corresponde a um produto determinado através de vários traçados. O desenho de formato retangular dos quarteirões alongado, suas dimensões e a hierarquia de ruas e travessas foram estratégias adotadas por diversos engenheiros militares no processo de ocupação do território colonial. Durante o século XVIII, as quadras foram divididas em lotes retangulares e, conseqüentemente, os quarteirões ganharam o mesmo formato, originado do urbanismo medieval português (REIS, 2000b). Esse esquema foi assegurado nos desenhos propostos por Silva Paulet em Fortaleza no início do século XIX.

A divisão dos quarteirões desenhados por Paulet seguia uma organização em conjunto através de determinada racionalização e regularização. Na verdade, as formas das quadras na planta de 1818, em relação ao desenho de 1813, continuaram retangulares e praticamente imutáveis. Apesar de reduzida a planta de Paulet, esse norteou as próximas ações adotadas pelo poder público na expansão da malha urbana.

Nos desenhos de Fortaleza de 1850, 1855 e 1859, as dimensões das quadras retangulares que apareciam com maior frequência variavam sensivelmente com a intenção de excluir a ideia de tabulação ideal aplicável como regra geral (Figura 30). Em alguns casos, tinha-se uma pequena redução na largura das quadras, a exemplo do desenho de 1813, a partir das quadras da rua Boa Vista que, no lado esquerdo, apresentava dimensões variando entre 60 e 75 metros, aproximadamente. Já no projeto de Paulet de 1818, a maior largura da quadra era de cerca de 45 metros. Raramente chegava a 50 metros.

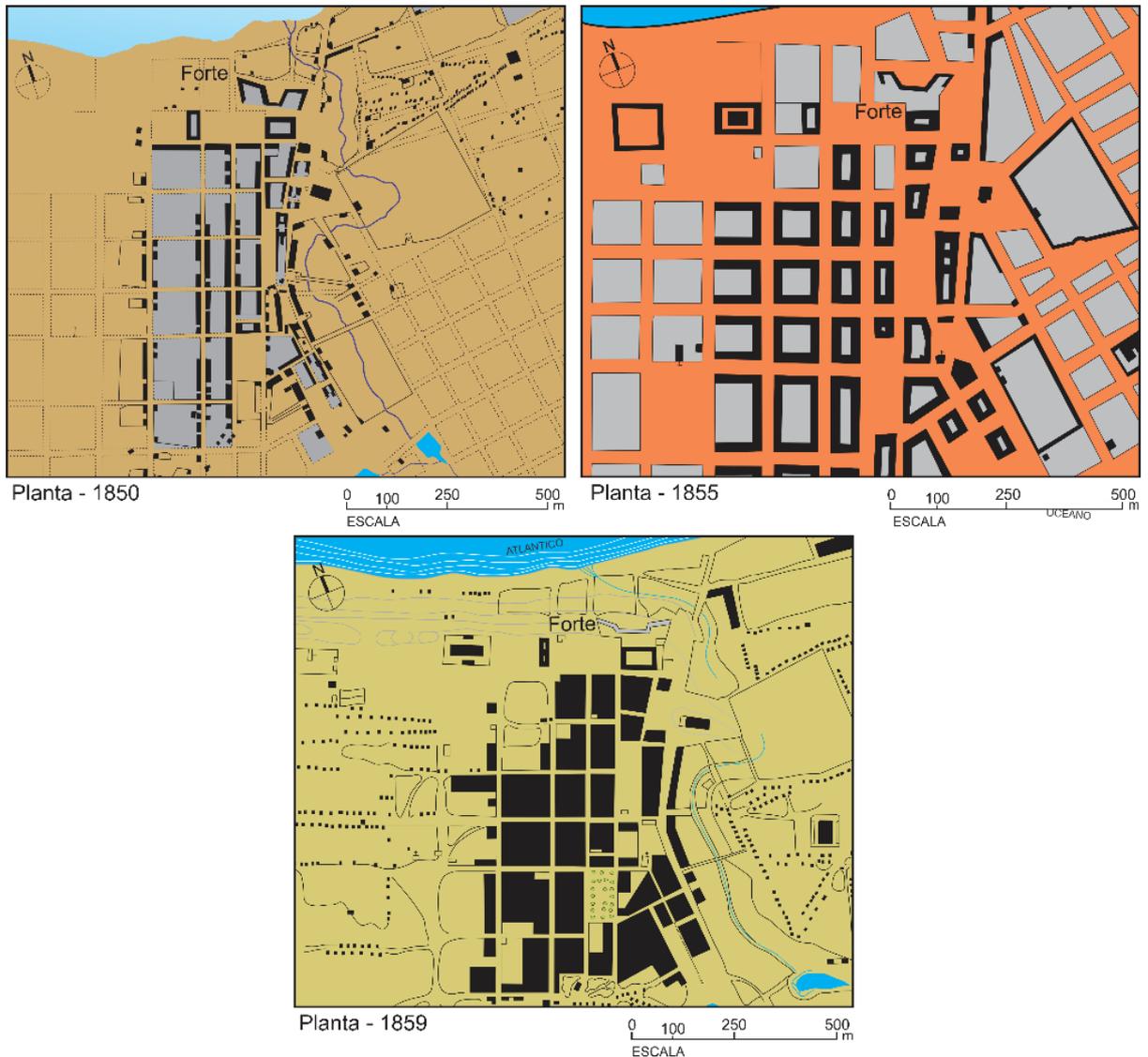


Figura 30 – Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1850, 1856 e 1859 – Diferente dimensões das quadras. Autor: Larry Andrade Fonte: ANDRADE, 2012, p. 71/ OLIVEIRA, 2007, p. 67/ ANDRADE, 2012, p. 74.

Mesmo num processo lento, vale lembrar que surgiriam algumas funções diversas no interior do quarteirão, com a introdução de alguns equipamentos, como praças, e serviços como artesanatos, oficinas de sapateiros e pequenos comerciantes, os quais se consolidaram na segunda metade do século XIX.

2.6.3 As praças e a salubridade

A partir da Revolução Industrial no século XVIII, o pensamento higienista foi reforçado nas cidades europeias. Na busca de respostas às epidemias que assolavam as grandes cidades, os médicos não hesitaram em associar as epidemias

e doenças com alguns elementos circundantes das cidades. Entre os elementos considerados vilões, destacaram-se os pântanos, pois, sendo lugares de putrefação de matéria orgânica, expeliam vapores prejudiciais à saúde e, devido aos ventos, eram disseminados para outros lugares. Os vapores, chamados *miasmas*, eram considerados agentes das epidemias, facilitadas pelas péssimas condições de higiene das habitações e das cidades (ABREU, 1997). Para Salgado (2003):

“Pierre Patte participará deste debate no campo da urbanística sendo uma das figuras mais destacadas na reflexão, quer sobre embelezamento da cidade, com um discurso carregado de simbolismos, quer sobre a necessidade de uma racionalização do espaço da mesma.” (SALGADO, 2003, p.7).

Segundo Abreu (1997), no Brasil houve indícios do pensamento higienista desde o final do século XVIII. Entretanto, somente no século XIX seria mais difundido. A maior força desse pensamento aconteceu no Rio de Janeiro, capital e maior cidade do país. Porém, as teses ditas higienistas ganharam força em outras cidades brasileiras. Fortaleza, por exemplo, demonstrou propostas de intervenções “médicas” desde as décadas de 1830, através da análise publicada pelo médico José Lourenço, que atribuiu como principais causadores das moléstias fortalezenses o clima associado às chuvas e ao calor (OLIVEIRA, 2007).

A preocupação em identificar e acabar com os locais de infecções miasmáticas na capital cearense cresceu a partir dos anos de 1843. Para Oliveira (2007), isso pode ser atribuído ao empenho do médico Castro Carreira no cargo de médico da pobreza. Entre suas práticas, era enfatizada a identificação e eliminação dos pontos de infecção miasmática. O médico considerava que o germe das moléstias estava nos pântanos e que, devido às situações climáticas propícias, os pântanos contaminavam o ar e espalhavam as febres.

De acordo com Oliveira (2007), os documentos de 1840 a 1850 afirmam que Fortaleza estava cercada por charcos situados nas áreas da prainha e do açude Pajeú (Figura 31). Nesse contexto, as indicações sanitárias também tratavam do tipo de cemitérios, hospitais e matadouros públicos localizados a distâncias apropriadas do núcleo habitado.



LEGENDA - PONTOS DE INFECÇÃO MIASMÁTICA

- | | | |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ■ Pântano da Prainha ■ Pântano do Pajeú — Área destinada aos equipamentos urbanos que oferecem risco de infecção miasmática localizados à sotavento do Centro | <ul style="list-style-type: none"> A/C - Acúmulo de lixo B - Cloaca (Poço destinado ao recebimento de dejetos domiciliares) D - Igreja do Rosário E - Cadeia do Quartel F - Cadeia da Câmara | <ul style="list-style-type: none"> G - Mercado H - Cacimba do Garrote (Água contaminada) I - Chafariz do Palácio (Água contaminada) J - Chafariz da Praia (Água contaminada) |
|---|---|--|

Figura 31 – Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1856 – Pontos de infecção miasmáticas em Fortaleza nos anos de 1845 a 1855. Autor: Larry Andrade. Fonte: OLIVEIRA, 2007, p. 67.

Ao lado da criação de novos equipamentos urbanos, a prática de enterrar os mortos nas igrejas foi questionada pelos médicos. Os espaços reduzidos, o odor dos corpos em putrefação e a exposição dos restos mortais foram descritos pelo presidente Souza Mello, nos anos 1830, ao defender a construção de um cemitério para a cidade:

“O prestífero ar que se respira na Igreja do Rozario, e deve estar convencidos que graves males podem provir da inspiração dos miasmas exalados continuamente de inúmeros corpos em putrefação, apenas cobertos com pequenas camadas de terra mal apertado e algumas taboas apresentando grandes fendas.”⁸

As praças da capital cearense tinham como funções importantes a de comércio e reuniões sociais. Houve uma tendência a referenciar o nome das praças e das ruas com às atividades dos serviços e do comércio (Praça do Conselho, Praça

⁸ Relatório com que o exm. Sr. Manoel Felizardo de Souza Mello presidente da província abriu a 1º Sessão da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de agosto de 1838. Saúde Pública p.08.

da Boa Vista; rua da Praia, da Alfândega, da Ponte, da Matriz, dos Mercadores, do Rosário, do Quartel, do Fogo).

A partir da segunda metade do século XIX, as praças começaram a receber regras sobre trocas e serviços: *“Praça da Boa Vista destinada para n’ella se venderem as aves e animaes miúdos, bem como porcos, cabras, e carneiros, e que os que venderem animais de grande porte soffrerão a multa de 2\$000 reis, ou quatro dias de prisão, e na reincidência o duplo”*⁹. Com o medo de doenças e a intervenção médica, as praças ganharam uma nova expressão dentro da paisagem urbana, espaços de renovação de ar através da arborização.

Na planta de Paulet de 1818, reuniram-se duas praças: a Praça do Conselho, e a Praça da Carolina (Figura 32). De acordo com Cunha (1990), tudo leva a crer que a Praça do Conselho é a mais antiga da cidade, hoje conhecida como Praça da Sé ou Praça Pedro II.

Na planta elaborada pelo engenheiro da província e arquiteto da Câmara, Adolfo Herbster, *“Planta Exacta da Capital do Ceará”*, em abril de 1859, Fortaleza contava com cinco praças, assim denominadas: Praça Carolina; Praça Pedro II ou Municipal; Praça do Paiol; Praça do Garrote, e Praça do Palácio (Figura 33).

Comparando as duas plantas, pode-se verificar que havia uma certa preocupação com os espaços abertos e arborizados dos planejadores da cidade. Mais que isso, a renovação e a criação dos espaços abertos foram promovidas para um dos temas relevante para os próximos planos e plantas de Adolfo Herbster nos anos seguintes de 1863, 1875 e 1888.

⁹ Coleção de Leis, Decretos, Resoluções e Regulamentos da Província do Ceará: Typographia Cearense – Impresso por Joaquim José D’Oliveira, 1853. Aprovando artigos de postura da câmara municipal da Capital. Resolução no. 622 de 5 de outubro de 1853.p 18.

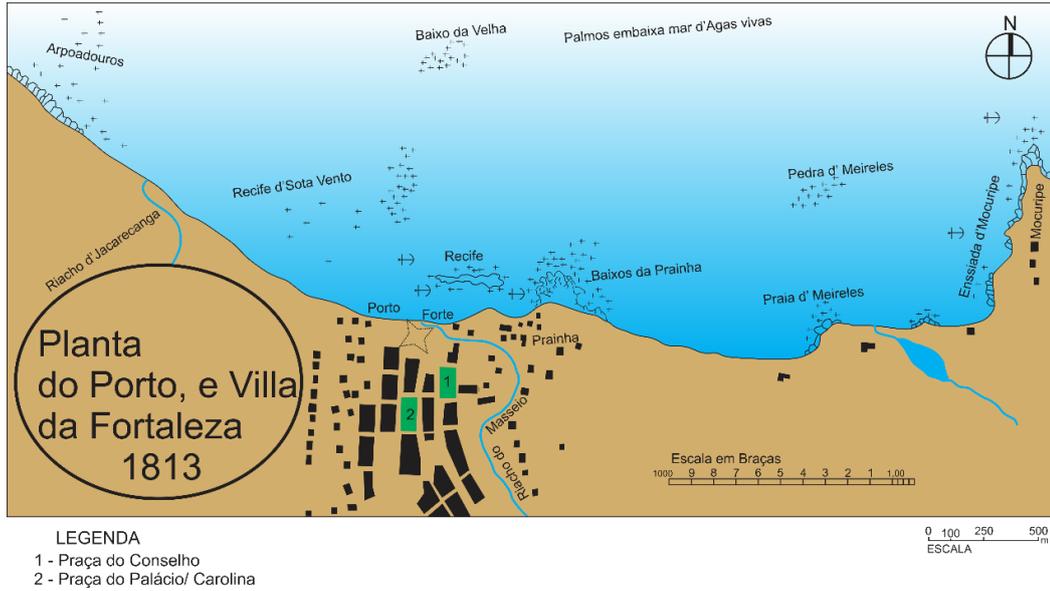


Figura 32 – Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1813 – Praças em Fortaleza no ano de 1813. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 23/ REIS, 2000a, p. s/n.

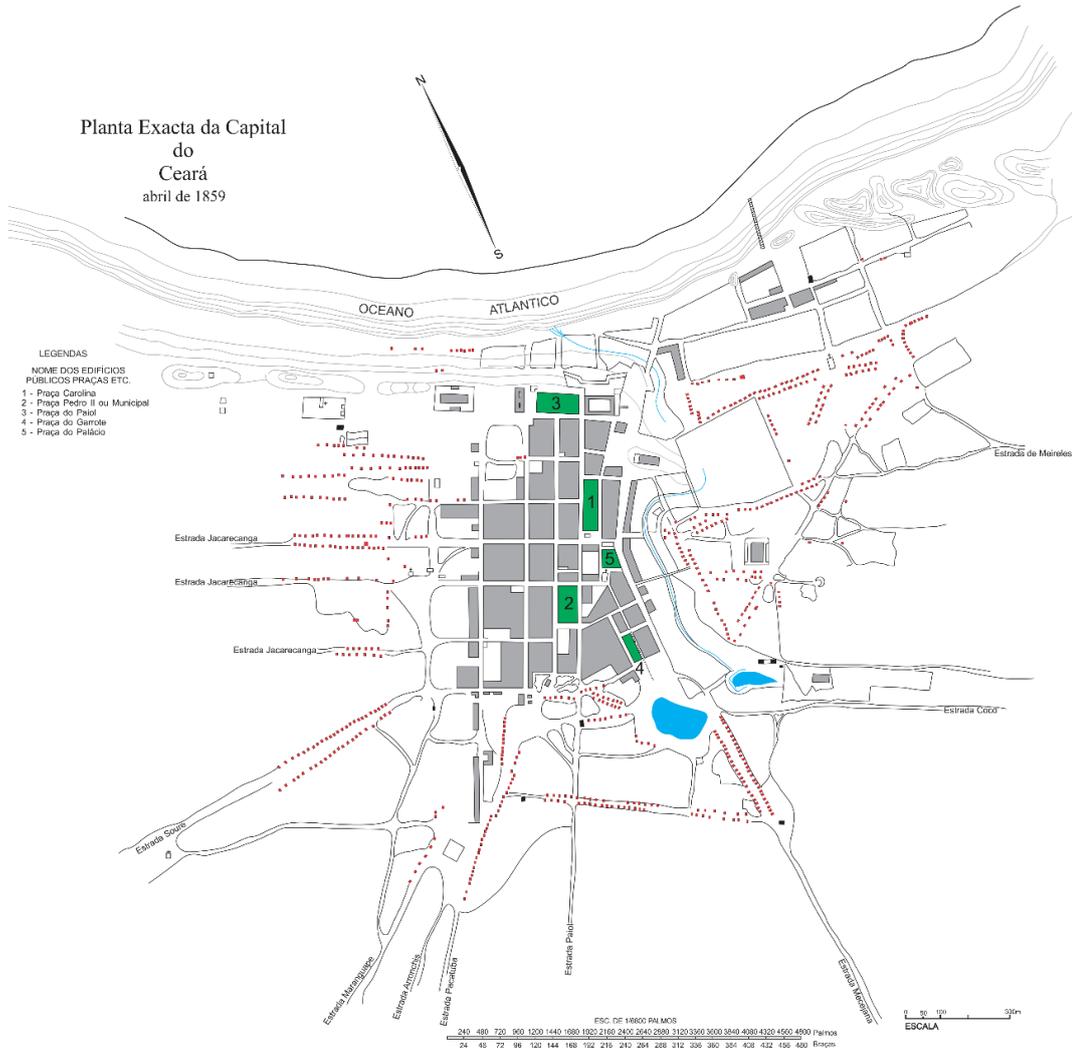


Figura 33 – Redesenho de reconstituição cartográfica, Fortaleza, 1859 – Praças em Fortaleza no ano de 1859. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 74.

2.6.4 As edificações

A historiografia da arquitetura e urbanismo da colônia no início do século XIX corresponde a sucessão das tradições herdada do período colonial (REIS, 1970). Para Reis (1870, p.34), a arquitetura desse século ocuparia uma posição de destaque, pois “à elaboração de novos esquemas de implantação da arquitetura urbana, que representariam um verdadeiro esforço de adaptação às condições de ingresso do Brasil no mundo contemporâneo e que podem ser vistas como etapas de transição entre aquelas tradições e a situação presente”.

Segundo Castro (2014), a segunda metade do século XIX foi o momento em que avançaram essas modificações no campo da arquitetura cearense:

“Os anos oitocentos assumiram papel preponderante na formação do Ceará contemporâneo, em particular após sua segunda metade. Quando, contudo, se busca obter uma visão ampla do processo de implantação da arquitetura o século XIX cearense, como já se assinalou, requer dilatação das suas balizas cronológicas” (CASTRO, 2014, p.13).

Entretanto, desde o início do século XIX, alguns edifícios de valor e sentido social, político ou religioso, passaram a obter uma individualidade e um caráter no seu posicionamento urbano.

A sede do governo (Figura 34), o forte (Figura 35) a igreja (Figura 36 e 37) e o hospital (Figura 38) foram colocados em locais específicos da cidade, fora da praça, no alto de um morro, ou até mesmo fora do perímetro urbano. Assim, alguns edifícios importantes mostram sua evolução arquitetônica ao longo da história da arquitetura fortalezense até os anos de 1860.

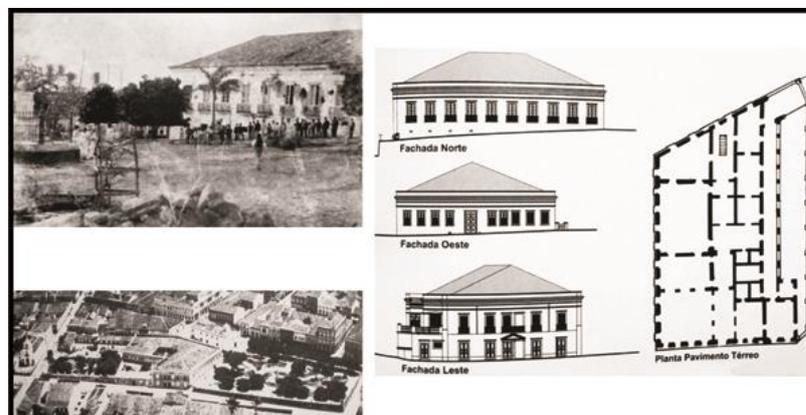


Figura 34 – Palácio da Luz, antiga sede do Governo do Estado, sua construção é da segunda metade do século XVIII. Atual Academia Cearense de Letras. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 166 e 167.

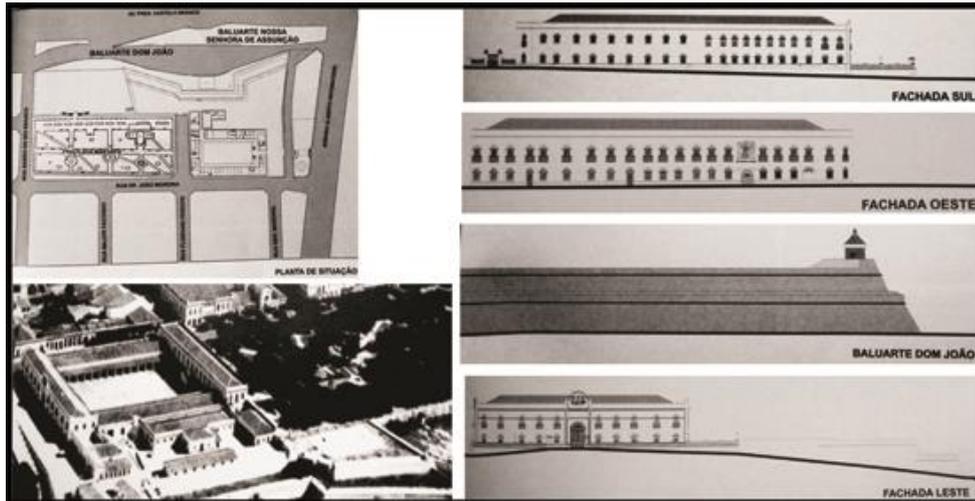


Figura 35 – Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Fortaleza, 1812, Silva Paulet. Quartel, 1860, Adolfo Herbster. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 70 e 71.



Figura 36 – Igreja do Rosário, sua construção é da primeira metade do século XIX. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 169 e 170.

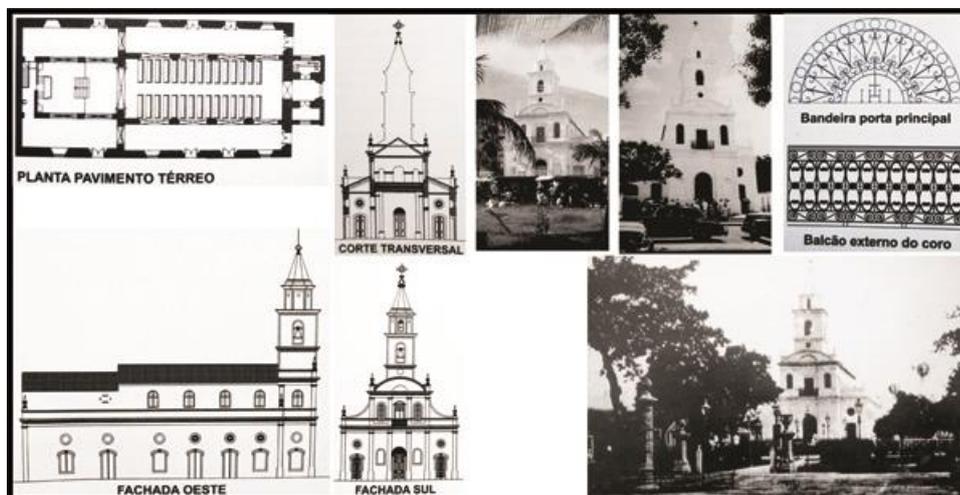


Figura 37 – Igreja do Patrocínio, sua construção é 1849. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 116 e 117.



Figura 38 – Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, data da construção de 1861, reformada em 1915 pelo italiano P. Fiorilo. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 74 e 75.

Observa-se, portanto, que nas primeiras plantas urbanas (1813 e 1818) do engenheiro-militar Silva Paulet, havia um sistema de ruas e travessas com quarteirões alongados, com construções de tipologias tradicionais e origens situadas no urbanismo medieval-renascentista de Portugal. É importante destacar, ainda, que as próximas plantas elaboradas até 1859 dera continuidade às bases lançadas pelo engenheiro português.

2.7 Código de Postura de Fortaleza de 1835

O Código de 7 de julho de 1835 foi o primeiro marco significativo no processo de regulamentação e defesa do espaço público de Fortaleza. É conveniente lembrar que cada artigo da legislação revelava o comportamento, os hábitos e os costumes da sociedade apoiada na economia agropecuária, mas ainda em formação, comprovando a existência de classes sociais distintas. Montenegro (2000) considera a economia o fator mais importante na estrutura das classes da capital, afirmando também que o povo cearense, devido ao clima árido de sua região, caminhou sempre apoiado no Estado. Dessa forma, o seguinte código revelava uma sociedade com diversas classes sociais.

De fato, desde a separação da Província do Ceará da de Pernambuco, houve numerosas tentativas por parte do poder público de evitar o crescimento desordenado da cidade de então. Basta lembrar o engenheiro Silva Paulet,

contratado em 1812 como assessor do governador, para auxiliá-lo no desenvolvimento urbano.

A ordenança aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial possuía regras para a construção na cidade, com parâmetros sobre higiene, circulação e aparência externas das edificações. Bem mais que isso, as ordenanças publicadas em 1835 traziam restrições ao barulho e ao modo de se vestir, além de prescrever o asseio dos indivíduos na cidade, a organização do abate de animais para consumo e a comercialização de alimentos perecíveis.

De maneira resumida, os 65 artigos publicados em 1835 foram apresentados pela Câmara Municipal de Fortaleza ao então Prefeito Jozé Ferreira Lima Sucupira. No dia 19 de setembro de 1838, o presidente da província cearense, Manoel Felizardo de Souza e Mello, aprovou mais dois artigos, 67 e 68, da Câmara Municipal da Capital. Esses artigos eram referentes à propriedade.

Com a evolução da cidade, a Câmara Municipal de Fortaleza se viu obrigada a complementar o Código de 1835. Sendo assim, o presidente da província, José Maria da Silva Bittancourt, aprovou e publicou a Lei n.º 308, de 24 de julho de 1844, referente aos artigos de números 69 a 76. E o mesmo presidente ainda aprovou a Lei n.º 328, de 19 de agosto de 1844, contemplando os artigos de números 70 a 74. Desse modo, concluiu-se o ciclo de ordenanças alusivas ao Código de Postura Municipal de Fortaleza na primeira metade do século XIX.

2.7.1 Ao arruador e ao inspetor

A promulgação do Código de Postura de 1835 trouxe a determinação da Câmara de nomear um arruador que cuidasse de alinhar as propriedades que fossem erguidas na Capital cearense. O Código também determinava um inspetor que auxiliasse o arruador na execução de suas obrigações.

Nada dentro da cidade deveria ser construído sem a licença da Câmara Municipal de Fortaleza. Cabia ao arruador “a *fiscalização do alinhamento das construções respeitando a planta aprovada*” (Art. 1º). Caso o construtor desconsiderasse a planta ou iniciasse a obra sem a licença, estaria sujeito a pagar multa ou teria a demolição da sua edificação.

De modo geral, as legislações municipais não foram rigorosamente cumpridas. Apesar disso, ou por isso mesmo, o município fazia ao inspetor determinadas exigências quanto às suas atribuições, sujeitando-o a penalidades caso não cumprisse o que ordenava a lei. Dentre algumas determinações ao servidor, destacavam-se estas:

- Fiscalizar os habitantes do município a manter limpa a frente de suas casas, os becos e os quintais de sua propriedade onde tivesse trânsito de pessoas;
- Ordenar aos proprietários de residências a extinção dos formigueiros de modo a evitar danos nas edificações;
- Cachorros soltos pelas ruas eram considerados perigosos, por isso deveriam ser mortos com “*pau ou ferro*” pelo inspetor, sendo proibido o procedimento com arma de fogo.

À medida que o inspetor ganhava notoriedade na condução de multas, nada mais natural que houvesse resistência por parte da população. Dessa forma, o Código de 1835, com a finalidade de impedir agressões, insultos ou menosprezo ao inspetor no exercício da lei, condenava o indivíduo a pagar multa e, no caso de reincidência, prisão de oito dias.

2.7.2 Circulação

De modo geral, a base econômica cearense até o início do século XIX foi a pecuária. Logo, não seria novidade a existência de regras que norteariam a condução de animais, em especial de gado, nos espaços públicos. Paralelamente, o poder público também utilizava alguns artigos sobre a circulação e o vestuário dos pedestres dentro da cidade.

A Câmara Municipal, alegando perigo aos moradores de Fortaleza, estabeleceu em seu Código de 1835: “*Pessoa alguma poderá conduzir gados dentro desta Cidade, tendo o cuidado em encaminhá-los por fora dela ao curral, a fim de evitar os perigos que podem causar aos moradores*” (Art. 9º), e os infratores eram sujeitos a multas. A exceção se dava para vacas “*paridas*” e “*boi manso*” com a sua respectiva cangalha. A condução dos carros de bois precisava de um guia, de modo a evitar danos às calçadas ou às quinas das casas. Sobre a condução a cavalo, esta

não poderia ser feita por cima das calçadas, nem era permitido amarrá-los na mesma. Era também proibido “*que pessoa alguma correr, e esquipar de noite pelas ruas desta Cidade a cavalo, e de dia desfiladamente*” (Art. 10°).

Para garantir o fluxo contínuo do tráfego, nenhum indivíduo poderia fazer alguma escavação onde existisse o trânsito público. Segundo a lei, a condução a pé também necessitava de alguns comportamentos dentro da cidade. Proibia a quem transportasse nas costas algum tronco de madeira ou outro objeto sem que manifestasse atenção dos pedestres nas calçadas, possibilitando que os indivíduos pudessem desviar. Além disso, não era permitido gritar a qualquer hora da noite dentro da cidade, muito menos transitar pelas ruas utilizando máscaras sem a licença do juiz de paz.

Com a Resolução 303, de 24 de julho de 1844, ordenou-se um complemento sobre o modo de se transitar na cidade: “*Nenhuma pessoa livre, ou escrava, poderá entrar nesta Cidade, ou percorrer suas ruas, de camisa e ceroula, pela imoralidade, e indecência do traje*” (Art. 69°). Segundo Campos (1988), esse artigo surgiu devido ao abuso que os senhores praticavam contra os seus escravos, fazendo-os utilizar esses trajes. E também devido a “*fatos decorrentes da liberdade de viver da vida do campo, de chamados “matutos”, que gostavam de andar à vontade, sem atentar para as modificações da convivência social.*” (CAMPOS, 1988, p. 109).

2.7.3 Ordenanças de ordem sanitária

É certo que o primeiro código ainda era sutil quando se tratava de ordenanças de higiene. Os artigos relativos à legislação sanitária eram causados, a princípio, pela poluição de mananciais, rios e lagoas da cidade. O cenário aparentemente rústico de Fortaleza revelava alguns surtos de cólera e doenças (MAPURUNGA, 2012), obrigando o poder público a buscar providências para melhorar a higiene da cidade.

A promoção da higiene infantil era originária do chefe da família, sendo este o responsável pela vacinação das crianças a partir do seu nascimento até o sexto mês de vida. Caso não efetuasse a medida, o responsável receberia uma notificação do juiz, e o não cumprimento da notificação, dentro de seis meses, levava o responsável a uma multa.

Tanto as águas das bicas como dos chafarizes da cidade deveriam ser utilizadas apenas para consumo e asseio da população. Conforme o artigo 16 do código de 1835, o banho ou a lavagem de roupas só poderia ser executado em tanque próprio; entretanto, o artigo permitia a limpeza durante a noite até que a Câmara construísse um local específico para essa finalidade. O inspetor da cidade era o responsável pela fiscalização do artigo. O descumprimento da lei por parte da população levava o infrator à multa ou até mesmo à prisão.

Na tentativa de melhorar as condições higiênicas da cidade, o poder público aplicava multa ou quatro dias de prisão a quem jogasse lixo dentro das cacimbas de uso público. No mesmo código, ainda se proibia a criação de porcos soltos na cidade, de modo a evitar que esses animais pudessem poluir as águas destinadas ao consumo dos moradores. Era proibido também o uso da planta tóxica tingui (*Magonia pubescens*) nas lagoas e nos poços, pois além de matar os peixes a planta era responsável por infeccionar a água para o consumo. Quem descumprisse a ordem seria condenado à multa ou a oito dias de prisão.

A Lei nº 308, de 24 de julho de 1844, trouxe como extensão de higiene pública a proibição de se lançar lixo em largos, ruas, travessas ou becos da cidade. E a Lei de n.º 328, de 19 de agosto de 1844, proibia a lavagem de roupas ou qualquer outro objeto que contribuísse para a poluição das águas que não se encontrassem em correnteza perene.

2.7.4 Construções na cidade

Ainda que timidamente, o Código de 1835 trazia artigos referentes ao controle, à estabilidade e à segurança dos edifícios citadinos. Não se “*poderia levantar qualquer edificação sem preceder a licença da Câmara*” (Art. 1º), devendo-se respeitar a planta adotada. As poucas recomendações na lei de 1835 estipulavam que os proprietários das residências dentro da cidade “*seriam obrigados a conservar as suas fachadas*” (Art. 4º). A preservação deveria ser efetuada através de reboco ou pintura, e os reparos executados no mês de agosto, sob pena de multa no caso de descumprimento. Além disso, os moradores das residências eram obrigados a manter limpa a frente de suas casas.

Caso a edificação estivesse ameaçando os moradores ou os transeuntes da cidade, o proprietário seria obrigado a reparar imediatamente. O não cumprimento da lei possibilitava ao conselho a liberdade de efetuar a demolição da edificação, além de cobrar uma multa para as despesas efetuadas pelo conselho.

2.7.5 Comércio e Mercado

Destacavam-se as condições higiênicas relativas aos locais e ao modo de venda dos alimentos na cidade. Entretanto, deve-se ter em mente que o mercado não era apenas um local destinado para a comercialização. Tanto o interior como os arredores desse espaço se manifestavam como ponto de encontro e conversações, assim descritas nas palavras de Paiva (2014):

“Mercado, com as suas paredes cor de sangue de boi, produzia uma zoadá alegre, e era assim a modo de uma grande colmeia de gente. Defronte dele, ao meio da rua, estacionavam animais devolutos, quase a dormir em pé, sob as cangalhas. Nos armazéns, carroças carregavam açúcar. Espalhava-se um odor de aguardente” (PAIVA, 2014, p.17).

A Câmara Municipal ordenava, em 1835, que os moradores das ruas próximas à praça do mercado fossem obrigados a limpar o espaço público todos os sábados. Caso o morador não efetuasse a ordem, deveria pagar uma multa, e não pagando a multa sua pena seria de um dia de prisão. Complementando as posturas sobre o mercado, a Lei de nº 308, de 24 de julho de 1844, decretava que a venda de peixe nas bancas dentro do mercado era permitida apenas a quem possuísse licença expedida pela Câmara, com renovação trimestral. Caso o vendedor não estivesse dentro da lei, seria multado ou condenado a oito dias de prisão.

O abate de gado deveria ser feito no pátio do curral do açougue, e a venda da carne no mesmo estabelecimento ou em lugares que estivessem em conformidade com a lei. E quando o gado fosse talhado para o consumo, o corte deveria ser feito na tarde antecedente ao dia em que o gado fosse vendido. A venda de carne seca para a população não poderia ser feita sem a autorização do inspetor, sendo o mesmo responsável por examinar o estado e a qualidade da carne.

Os escritos relacionados à pesca proibiam absolutamente a utilização de redes ou tarrafas no mês de agosto em diante. Esse código também proibiu o

levantamento de curral de pescaria nas margens dos rios ou na faixa de praia da cidade, a menos que houvesse licença expedida pela Câmara.

Ao se referir ao comércio, todos os lojistas e donos de armazéns deveriam manter atualizada, anualmente, sua licença expedida pela Câmara. Era proibido o acréscimo na medida dos pesos e, caso fosse confirmada a fraude, o dono do estabelecimento ficaria condenado à multa ou a oito dias de prisão.

O que podemos observar é que o Código de 1835 trata de questões básicas de urbanidade, do viver em um grupo social, desenvolvendo o hábito de cuidar das residências e das ruas da cidade, em especial nos locais onde havia a maior concentração da população, seja nas ruas, becos, praças, calçadas e até nas proximidades do Mercado, segundo Campos (1988), “*ponto principal das relações comerciais entre o urbano e o rural*”.

3. FORTALEZA NO PERÍODO DE ADOLFO HERBSTER: DE 1864 A 1893

3.1 Crescimento urbano em Fortaleza de 1864 a 1893

“Foi na tarde de um desses dias, no ano de 1877, o ano da fome, que na Jacarecanga, um dos arrabaldes de Fortaleza, arranchava-se à sombra de um cajueiro uma família de retirantes, que, depois das torturas de uma viagem de cem léguas, vinham aumentar a onda dos famintos.” (TEÓFILO, 1890, p.4).

Entre 1810 e 1863, a população de Fortaleza triplicou. Esse crescimento encheu a Capital de comerciantes e, mais adiante, levou ao desenvolvimento fabril, especialmente na atividade têxtil, o que atraiu a população rural para a cidade. A razão do crescimento de Fortaleza, até o ano de 1863, ano em que foi elaborado o plano de extensão de Adolfo Herbster, foi, principalmente, devido à cultura do algodão (GIRÃO, 1985). A partir de 1860, houve o crescimento e a consolidação do “ouro branco”, principal produto da economia cearense, marcando a admissão no mercado internacional.

Entre os principais motivos da solidificação do algodão cearense, estava a desorganização da produção dos Estados Unidos, um dos principais fornecedores da Europa, pois naquele momento o país estava enfrentando uma guerra civil, a Guerra de Secessão, que ocorreu entre 1861 a 1865. Nessa época, Fortaleza se consolidava como o principal centro político e econômico do Ceará e, conseqüentemente, aconteceram as migrações (FARIAS, 1997). Em alguns lugares do Brasil, o algodão alcançou um bom negócio, num período em que o produto era vendido a um valor elevado (PRADO JUNIOR, 2004). E mesmo com o fim da guerra civil dos Estados Unidos e a retomada da hegemonia do mercado mundial, o Ceará manteve o algodão como principal produto de exportação. A produção do algodão

cearense era excluída temporariamente somente nos períodos de seca (GIRÃO, 1986).

Nos quarentas anos que antecederam o século XX, Fortaleza enfrentou um período de calamidades, ao mesmo tempo em que o poder público buscava uma cidade voltada ao progresso: introduziu modificações estruturais na cidade, a começar pelo Plano de 1863 e novo Código de Postura de 1865, que renovava os artigos do código anterior. Percebe-se um código preocupado com a eliminação da insalubridade, em busca da boa higiene.

Na cidade, de modo geral, foram introduzidos conceitos do urbanismo europeu do século XIX, como abertura, alargamento, alinhamentos e nivelamentos das ruas, de modo a facilitar a circulação dentro da cidade. No ano de 1873, foi concluída a primeira parte da estrada de ferro que ligava Fortaleza a Baturité. Mais adiante, a estrada chegaria até os sertões do Crato (PONTE, 1993). Devido a esse progresso, a cidade de Fortaleza desempenhou um papel importante para a província: a função de “novas possibilidades”. Novas possibilidades no sentido de espera de ações do Poder Público por melhorias na qualidade de vida, oportunidade de sustento e continuidade à vida, principalmente devido à seca de 1877-1879.

A elevação da taxa de migrações internas, em particular da zona rural para a Capital, era o que mais interessava naquele momento, o que também facilitou o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação.

Os problemas da cidade em expansão produziram reações do tipo social: uma cidade que, a princípio, estava se desenvolvendo para uma população elitista, investindo em uma educação moderna, sem intervenção da igreja, agora enfrentaria um crescimento urbano não visto até então. A verdade é que Herbster, que havia feito a “*Planta Exacta da Capital do Ceará*”, em 1859, foi contratado em 1863 para propor o plano de extensão da cidade denominado de “*Plano de extensão da Cidade de Fortaleza*” (Figura 39). O plano de 1863 foi publicado no Atlas do Império do Brazil, de Cândido Mendes de Almeida, com o título de “*Planta topographica da cidade da Fortaleza, Capital do Ceará levantada e organizada em 1863 pelo engenheiro da província e architecto da Câmara Municipal Adolpho Herbster*” (ANDRADE, 2012, p.72), no qual o engenheiro utilizou uma ampla malha em xadrez no plano de extensão.



Figura 39 – “Plano de Expansão da Cidade de Fortaleza” – 1863, feita pelo engenheiro Adolfo Herbster. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 75.

Herbster ampliou os traçados propostos anteriormente por Silva Paulet, em 1818, e Simões Farias, em 1850, disciplinando o crescimento da cidade (CASTRO, 1973). Herbster elaborou, em 1875, a “Planta da Cidade da Fortaleza e Subúrbios” (Figura 40), fomentando a ampliação do plano de 1863, uma extensão do traçado, e delimitando o núcleo urbano através de três avenidas largas chamadas de bulevares. (GIRÃO, 1979). O traçado reticulado foi renovado obedecendo a alguns

critérios progressistas, como a abertura de avenidas para facilitar e acomodar a circulação, eliminando a insalubridade e criando espaços livres e locais arborizados.

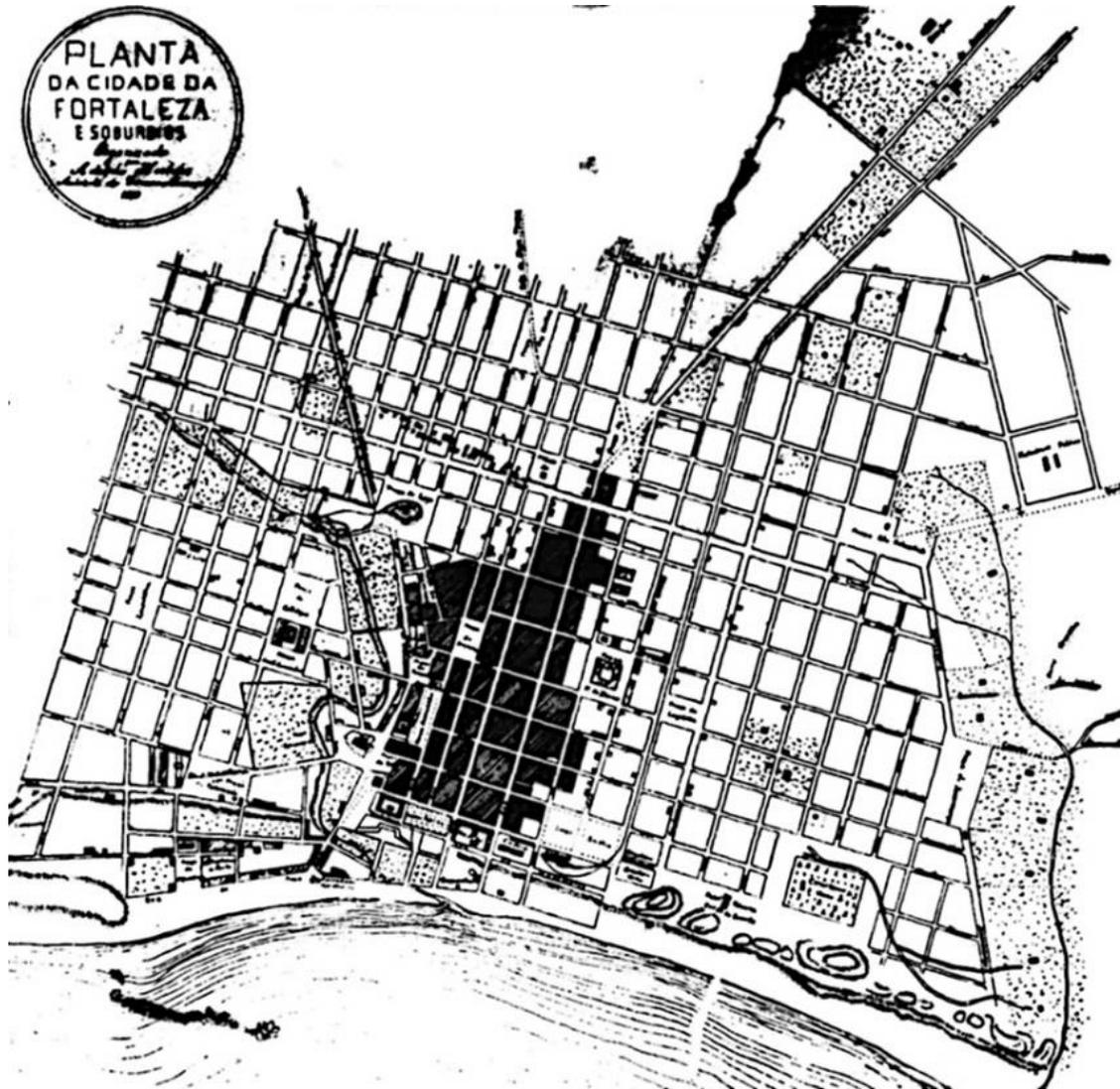


Figura 40 – “*Planta da Cidade da Fortaleza e Subúrbios*”, desenhada por Adolfo Herbster em 1875. Fonte: SOUZA, 2006, p.51.

Entretanto, nos anos de 1877-1879 ocorreu no Ceará uma seca que mudou a composição interna da província, aumentando desordenadamente a população de Fortaleza devido às migrações.

“A seca dizimava populações inteiras nos sertões. Famílias sucumbiam de fome e de peste, castigadas por um sol de brasa. Centenas de foragidos, arrastando os esqueletos seminus, cruzavam-se dia e noite no areial incandescente dos caminhos – fantasmas das desgraças gemendo preces ao Deus dos cristãos, numa voz rouquenha, quase soluçada. Era um horror de misérias e aflições.” (CAMINHA, 1985, p.12).

É assim que Caminha (1985) descreve os emigrantes cearenses no período denominado de “A Grande Seca”, durante os anos de 1877-1879. Pompeu (2006) considera-a como a mais terrível e assustadora seca da história do Ceará. Os três anos de estiagem provocaram uma crise na economia, com queda da produção agrícola e morte do gado. A população cearense foi dizimada, vítima da fome, da seca e das epidemias. Somente em Fortaleza, no ano de 1878, foram registradas 57.780 mortes (IPLAM, 1990). Os óbitos chegavam a mais de mil por dia. Segundo descreve Teófilo (1997, p.47), “*quem viu morrerem mil e tantos variolos em um dia não podia se impressionar com a morte de uma dezena de bexigosos em um mez [sic]*” (Figura 41). A cidade enfrentou um cenário de fome e miséria e muitas famílias se acomodavam embaixo das árvores ao redor da cidade. As cidades do interior, à beira de um colapso, apelavam ao governador da província (Figura 42), mas os recursos enviados eram insuficientes (FARIAS, 1997).



Figura 41 – Retirantes da seca 1877 – 1879, Ceará. Fonte: INSTITUTO DO CEARÁ, 2010, p. s/n.

Inspeccoria de Saude Publica, do Ceará 29 de Agosto de 1877.

M^{mo} e Ex^{mo} S^{mo}

Informando a V. Ex^{cia} sobre a materia constante do officio incluso de D^o Francisco de Paula Caral-
canti de Albuquerque tenho a dizer, que sendo
justas as ponderações que faz, com relação a sua fa-
milia residente em uma das cidades, mais con-
trais d'esta Provincia e talvez a essa hora gome-
do sob os rigores, da desastrosa secca, que nos fla-
gula, quando elle presta importantes serviços a
população da cidade da Granja, julgo ser de justi-
ca, que V. Ex^{cia} lhe arbitre uma gratificação ra-
pavel como meio de garantir a subsistencia de
sua onerosa familia.

Deus Guarde a V. Ex^{cia}

M^{mo} e Ex^{mo} S^{mo} Des^o Caetano Estellita Caral-
canti Pessoa - Presidente d'esta Provincia.

O Inspector de Saude Publica
J. J. da Rocha Almeida

Figura 42 – Pedido de ajuda do inspetor de saúde pública da cidade de Granja ao governador da Província, Ceará. Fonte: Arquivo Público do Ceará, 2015.

No livro de Teófilo (1997), *Variola e vacinação no Ceará*, de 1905, o autor faz uma comparação intrigante entre a epidemia de varíola que, em 1870 atacou o exército francês durante a guerra Franco-Prussiana e as vítimas da doença na capital cearense.

“Fala se ainda hoje com assombro da epidemia da varíola, que em 1870 atacou o exercito francez durante a guerra Franco-prussiana. Esta epidemia foi pequena comparada com a de 1878 em Fortaleza. A França perdeu victimados pela bexiga, de um exercito de um milhão de homens, vinte e três mil soldados, e, a capital do Ceará perdeu, em pouco mais de dois mezes, de uma população de pouco mais de cem mil almas, 27.378 vidas. A população de Fortaleza podia-se calcular em 130 mil pessoas, das quaes 110 mil eram retirantes, que acoçados pela secca, para escapar á fome haviam-se refugiado na capital da província” (TEÓFILO, 1997, p.6).

Uma das clássicas descrições de Fortaleza, feita por Teófilo em seu romance *A fome*, foi publicada em 1890, que trazia relatos da seca de 1877-1879¹⁰.

Como reflexo de uma sociedade fragmentada através da névoa da destruição, a fome e a epidemia namoravam há anos a província cearense. Foi lançado um novo Código de Postura em 1879, obedecendo ao padrão relativo à saúde e à higiene. O serviço de limpeza foi entregue a um “*empresário da limpeza*”, responsável por limpar as ruas, incluindo as ruas não revestidas de pedras. Entretanto, a área destinada ao passeio (calçada) continuava de responsabilidade dos proprietários das residências. Devido à eclosão das epidemias, a vacinação das crianças e adultos era feita utilizando um novo controle. Somente no ano de 1879 foram registradas 925 vacinações, colapso na economia, queda da produção agrícola, morte do gado, morte da população por fome e epidemias (Figura 43) (57.780 mortos na capital em 1878) (IPLAM, 1990). Novos artigos sobre proibições e multas de dejetos nas ruas foram publicados, houve controle de carros de bois, cavalos e burros. A autoridade competente desejava, com esse código, prevenir as perturbações sociais dos indivíduos da capital cearense (CAMPOS, 1988).

¹⁰ “A Fortaleza, que acreditava a nossa salvação, onde supus o conforto das populações famintas, tem o lúgubre aspecto das povoações do interior, regurgita de infelizes, que mendigam cambaleando de fome. Nos passeios das casas, nos adros das igrejas, nas praças públicas dormem ao relento, e raro é o dia que destes dormitórios não conduzam, ao amanhecer, cadáveres para o cemitério. Vi mortos, no meio da rua, um velho e uma mulher, expostos no calçamento como cães ou gatos, apodrecendo no monturo. Tive dó deles! Como estavam magros! Em suas fisionomias, pode-se dizer, se percebiam ainda os fundos traços de uma prolongada angústia. A peste e a fome matam mais de quatrocentos por dia! O que te afirmo é que, durante o tempo em que estive parado em uma esquina, vi passar vinte cadáveres: e como seguem para a vala! Faz horror! Os que têm rede, vão nela, suja, rota, como se acha; os que não a têm, são amarrados de pés e mãos em um comprido pau e assim são levados para a sepultura. Os enterramentos desfalam pelas ruas mais públicas da cidade. E as crianças que morrem nos abarracamentos, como são conduzidas! Pela manhã os encarregados de sepultá-las vão recolhendo-as em um grande saco; e, ensacados os cadáveres, atado aquele sudário de grossa estopa a um pau e conduzido para a sepultura! Informe-me de tudo, e nada do que vi e ouvi alentou-me! Disseram-me que a prostituição lavra desenfreada. São muitos os sedutores. Até meninas de dez anos estão perdidas por esta raça maldita de perversos! O espírito se abate, agoniza mesmo, perante um tão vivo quadro de misérias humanas. Ao mesmo tempo, o corpo definha, mal alimentado, à falta de ordem na distribuição dos víveres do governo. Os socorros são mal distribuídos. Trocam a ração pelo trabalho, mas por um trabalho penoso, superior às forças dos famintos. Um pobre homem cansado de uma longa viagem, enfraquecido de fome, pode caminhar todos os dias doze quilômetros com uma pedra às costas, para receber uma ração de um litro de farinha e quinhentas gramas de carne do sul?! Se é só, poderá escapar à fome, mas se tem, como na maioria deles, oito e mais pessoas de família, qual o seu fim? A morte.”. (p.100) TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome: cenas da seca do Ceará*. Fortaleza. Gualter R. Silva. 1890.



Figura 43 – O farmacêutico Rodolfo Teófilo, aplicando a vacina antivariólica no início do século XX no Morro do Moinho. Fonte: NIREZ, 2001, p. 274.

Fortaleza continuava a crescer e, mesmo após o fim da Grande Seca de 1879, as migrações dos filhos da província continuaram. Adolfo Caminha escreveu que em “(...) *uma terra onde só se fala nas secas e no preço da carne verde*” (CAMINHA, 1985, p.10), não se pode gozar de muito progresso. Essa revolução migratória transformara radicalmente a distribuição da população na cidade, manifestando um cenário de miséria e calamidade social. Vale lembrar que o Ceará contribuiu bastante com a mão-de-obra para o ciclo da borracha, incentivado pelo governo local. Segundo Teófilo (1980), mais de 300 mil cearenses foram para a Amazônia entre 1878 e 1900, atraídos pela borracha, na busca de melhores condições de vida e de riqueza. Ainda que fosse um local pouco conhecido, os flagelados se agarravam à crença de que sair significava melhorar de vida. Conforme escreve Paiva (2014):

“O primo não partirá para o Rio Madeira, naquela maldita comissão de engenharia! Mas que lembrança agora!... Pois seria possível que ele abandonasse uma terra assim tão boa como a Fortaleza, onde tudo ama e ri? Que pretensão extravagante a de ir meter-se pelos pântanos infindos da Amazônia! E morrer! A procura de quê? De fama? Ora a fama valia muito menos que o amor que ela sentia rebentar com todo o esplendor e franqueza do sol e do céu da sua terra. E depois... Devia esperar que fossem ambos, casadinhos, porque ela por si era bastante para salvá-lo do Inferno, quanto mais de doença e de flecha do índio! Se os ingleses ainda não haviam conquistado o Pólo do Norte, era porque não se haviam lembrado ainda de ir com as suas mulheres.” (PAIVA, 2014, p. 17).

Por outro lado, durante o mesmo período, a progressão da atividade econômica e comercial levou a população que habita a parte central a se deslocar para a periferia e arrabaldes da Capital cearense.

No ano de 1888, Adolfo Herbster novamente foi contratado para elaborar a planta de Fortaleza, a quarta, denominada de “*Planta da Cidade da Fortaleza capital da província do Ceará*” (Figura 44). Quando Herbster projetou a nova planta, a ideia era ampliar e solidificar o traçado ortogonal, localizando as novas parcelas de expansão da cidade. Percebia-se, também, a confirmação do realinhamento, unindo-se através de vários eixos, principalmente com a Praça Visconde de Pelotas, Praça Dr. Jozé Júlio, e a Praça Senador Fernandes Vieira. Fato curioso é o desenho do Cemitério *Cathólico*, que foi quase triplicado em pouco mais de dez anos. Percebe-se que as edificações iam se expandido para os subúrbios, antecipando a evolução morfológica que surgiria no século XX.

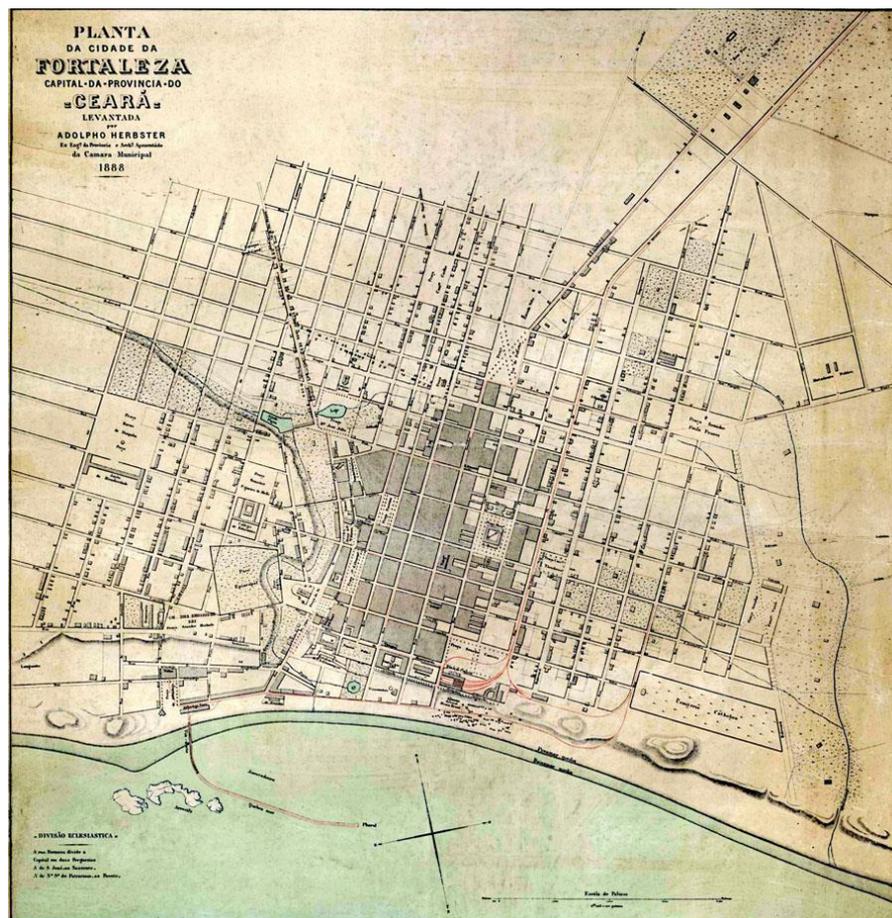


Figura 44 – “*Planta da Cidade de Fortaleza*”, desenhada por Adolfo Herbster em 1888. Fonte: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart519681/cart519681.jpg> Acesso dezembro de 2014.

Em 1890, Fortaleza possuía uma população de 40.902 habitantes (IPLAM, 1990). No ano de 1893, foi criado um novo código de postura que trouxe novos regulamentos sobre a construção dos edifícios na cidade. Segundo Antônio Bezerra (1895), foi feito um levantamento da cidade contabilizando 61 ruas, 14 praças e três bulevares que definiam o perímetro da cidade. Esses três bulevares hoje constituem as avenidas Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel. Além disso, havia a maior fábrica da cidade, de fiação e tecelagem, conhecida como Fábrica Progresso, com 215 operários.

Destaca-se, também, a reforma no campo educacional. Fortaleza, no final do século XIX, possuía consideráveis instituições de ensino, além do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, fundado em 1887, e da Academia Cearense de Letras de 1894, considerada a mais antiga instituição do gênero no País, fundada antes mesmo da Academia Brasileira de Letras. A cidade contabilizava 2 escolas particulares, 20 escolas públicas, 4 escolas de ordem religiosa, entre outras (MENEZES, 1992).

Durante os anos de 1892 e 1898, foi criada, em Fortaleza, uma sociedade literária conhecida como Padaria Espiritual. Um movimento irreverente, revolucionário e iconoclasta, numa época considerada como a do despontamento das “belas letras fortalezenses”. Entre seus sócios figuravam: Antônio Sales, Rodolfo Teófilo, Antônio Bezerra, Adolfo Caminha e Oliveira Paiva, entre outros. Como uma sociedade que tinha como fim organizar textos literários e trabalhos considerados artísticos para a sociedade, a Padaria Espiritual ganhava projeção nacional devido aos seus direitos e deveres, algo novo que mereceu destaque em quase todos os jornais do Brasil. No seu estatuto, era proibido o uso de palavras estrangeiras, referência a animais e plantas estranhas à fauna e à flora brasileira e se considerava a sociedade como inimiga do clero, dos alfaiates e da polícia. Suas publicações eram feitas em um jornal denominado O Pão. Segundo Mota (1994), movimento similar aconteceria somente 30 anos depois, na Semana de Arte Moderna de 1922.

É evidente que as migrações internas e a economia algodoeira em expansão provocaram uma mudança na distribuição do território da cidade. Sendo assim, o conjunto de medidas regulamentadoras implementadas pelo poder público partiu de uma posição teórica adotada na Europa e em outras partes do Brasil. Não há melhor testemunho que os relacionados aos regulamentos sanitários, às escolas públicas,

às praças públicas, à abertura e ampliação de novas estradas, inclusive ferroviárias, discursos muitas vezes sustentados pelos pré-urbanistas progressistas. Entretanto, apesar dessa busca pelo progresso, a cidade contra-atacava como “*uma terra de famintos, pois fome, miséria e patifaria era o que se via*” (CAMINHA, 1985, p. 17). Esse discurso de modernidade também seria usado para expulsar uma massa de retirantes que chegaria a Fortaleza nos anos seguintes, a qual seria excluída do progresso e das benesses dessa reforma.

3.2 O “*Plano de extensão da cidade de Fortaleza*” de 1863, e as Plantas de 1875 e 1888

O “*Plano de extensão da Cidade de Fortaleza*” de 1863 (Figura 45), englobava um plano de equilíbrio geral entre o núcleo mais antigo e a área de expansão. O Plano constituía um traçado reticulado de 57 quarteirões no sentido leste e 111 quarteirões no sentido oeste, seguindo em grande parte o traçado das vias já existentes do núcleo mais antigo. Duas avenidas com dimensões mais largas são projetadas, soluções idôneas para resolver os problemas ligados à circulação e ao funcionamento do sistema viário.

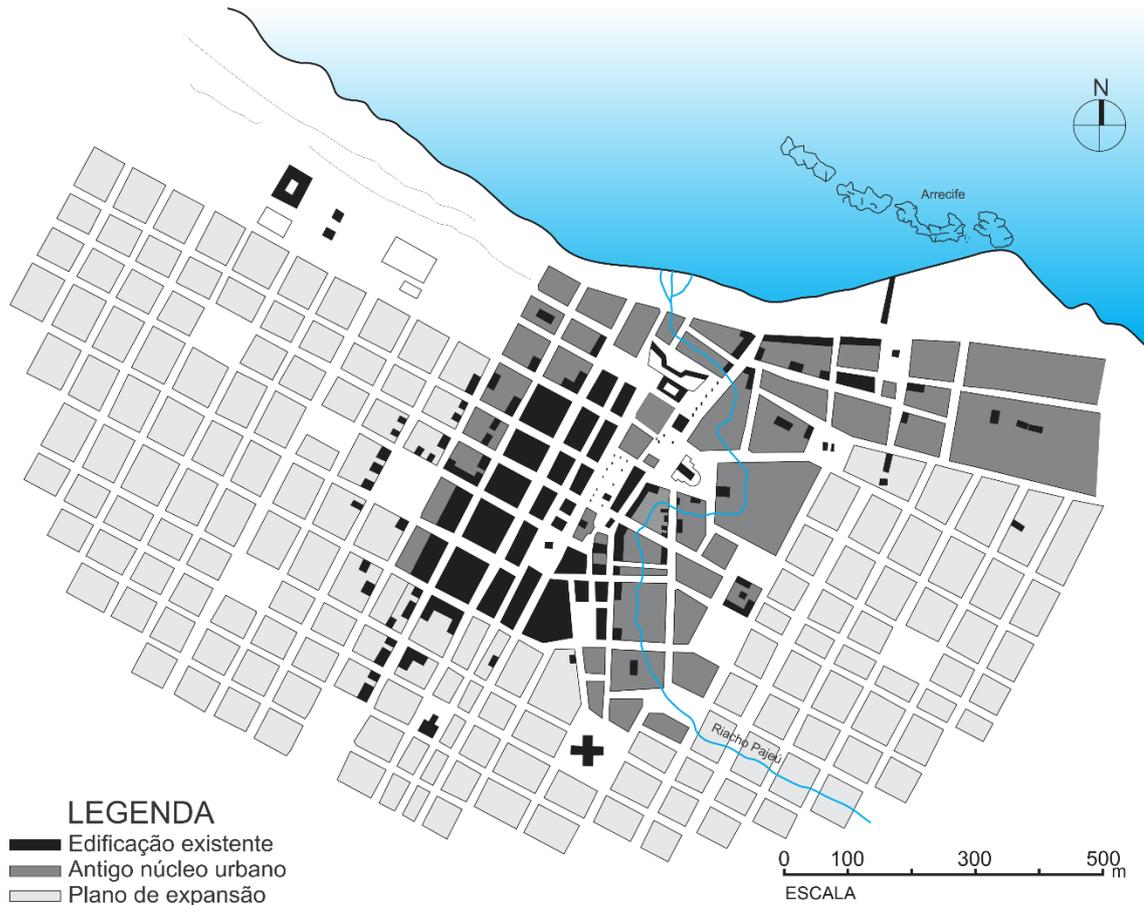


Figura 45 – Redesenho de reconstrução do “Plano de Expansão da Cidade de Fortaleza”, 1863, executada por Adolfo Herbster. O núcleo mais antigo e a área de expansão. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 75.

A partir da década de 1860, Fortaleza teve intensificado o “progresso tecnológico”. No ano de 1863, o Senador Pompeu publicou um ensaio estatístico, apresentando os seguintes dados: População (incluindo os subúrbios) – 16.000 habitantes; edificações de tijolos e telhas – 960; praças – 8. Já o desenvolvimento da Capital cearense foi impulsionado com a criação de uma linha de navios a vapor, estabelecendo a ligação direta da Capital do País com a Europa (1866). E em 1867, Fortaleza começou a ser iluminada com gás hidrogenado através da empresa inglesa *Ceará Gás Company Limited*. Naquele mesmo ano, começou a funcionar o sistema de canalização de água. Em 1870, iniciou-se a construção do primeiro ramal da linha de trem que ligava Fortaleza a Parangaba; em 1875 foi inaugurada a primeira linha de trem no Ceará, e, também, foi esse o ano da publicação da segunda planta elaborada por Herbster, com a denominação de “*Planta Topográfica da Cidade da Fortaleza e Subúrbios*”. Essa planta mostrava o caminho da via férrea que ligava Fortaleza a Baturité, com um alinhamento das quadras e novos eixos na organização viária da cidade (Figura 46).

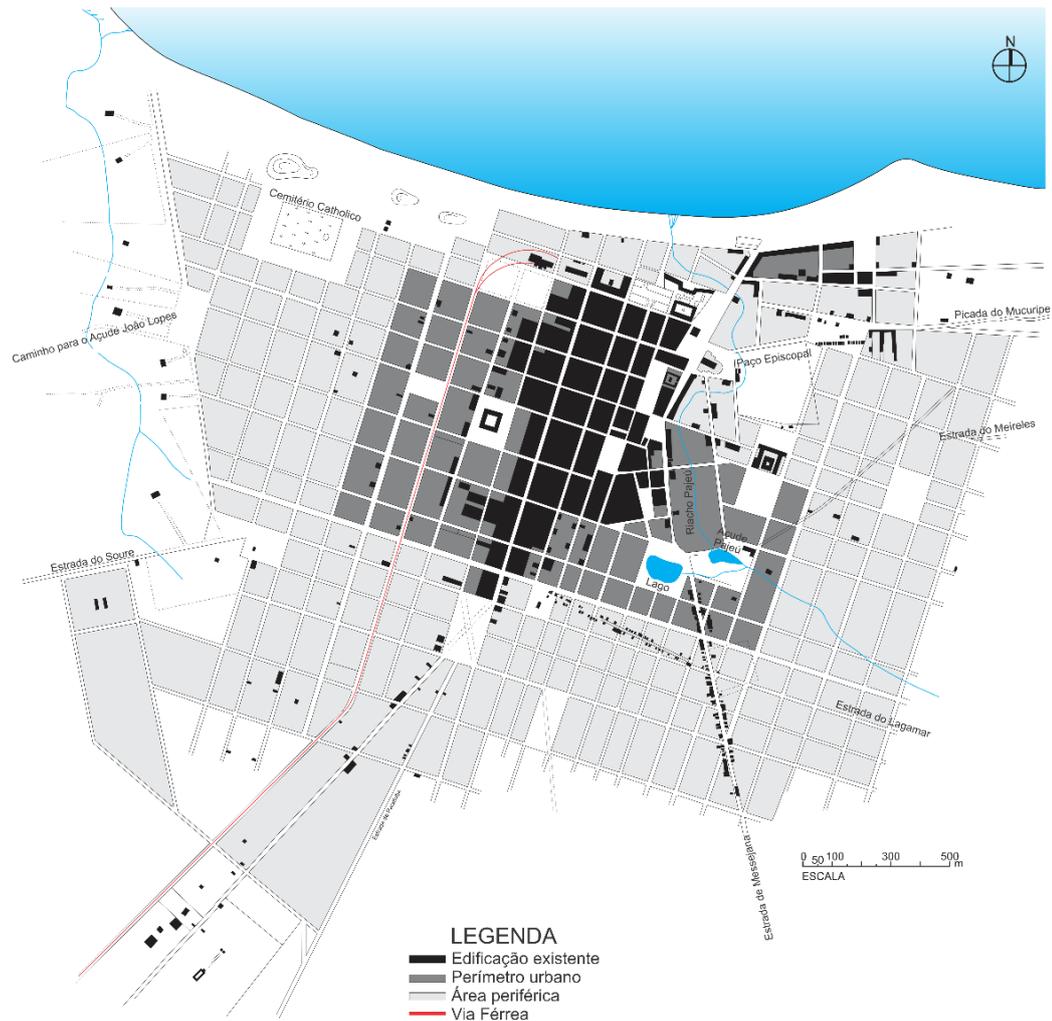


Figura 46 – Redesenho de reconstituição da “Planta da Cidade da Fortaleza e Subúrbios”, 1875, efetuada por Adolfo Herbster. Ocupação e perímetro urbano. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 148/ COSTA, 2005, p. 58.

A intenção disciplinadora do plano de 1863 se manifestava não somente na organização da ocupação do uso do solo urbano, mas também nas ações de intervenções na cidade, tais como o alinhamento de ruas e casas, e a abertura de duas grandes avenidas, que na planta de 1875 eram denominadas de bulevares, com a inclusão de mais um, o Bulevar Duque de Caxias¹¹. A finalidade das avenidas largas consistia em ampliar a circulação das pessoas, dos veículos e das mercadorias no espaço urbano. Essas avenidas Bulevar da Conceição (atual Dom Manuel), do Imperador e Duque de Caxias, tornaram-se importantes corredores urbanos (SILVA FILHO, 2001).

Verifica-se que o bom funcionamento da cidade constituiria um vetor de planejamento, entretanto não seria o único, visto que os princípios higienistas

¹¹ Hoje, os três antigos bulevares definem o perímetro comercial urbano do centro da cidade.

proclamados pelas cidades europeias no século XIX foram introduzidos no “*Plano de extensão da cidade de Fortaleza*” de 1863, e foi confirmada e consolidada na “*Planta Topográfica da Cidade da Fortaleza e Subúrbios*” de 1875, e na “*Planta da Cidade da Fortaleza Capital-da-Província-do-Ceará*” de 1888.

Esse levantamento, efetuado por Herbster, em 1888 (Figura 47), o último executado pelo engenheiro, ampliou e consolidou o traçado ortogonal demonstrado nos desenhos anteriores da cidade, com uma forte concentração de habitações na área periférica do perímetro urbano. As ocupações cresceriam em um raio de 1,2 a 1,8 Km. Esse crescimento se assegurava em parte mediante a existência de pequenas casas, principalmente na estrada que ligava o centro urbano à estrada de Messejana.

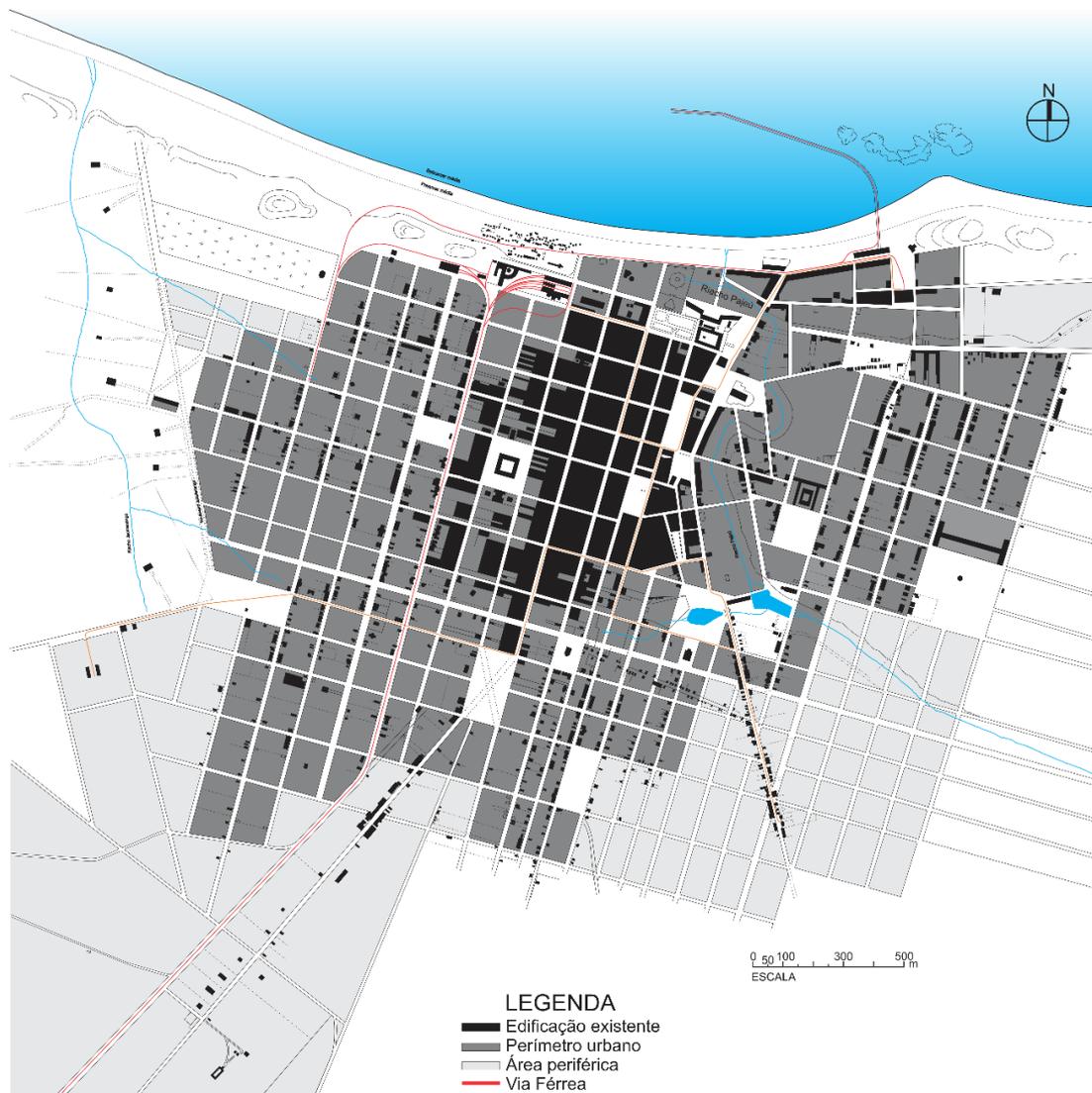


Figura 47 – Redesenho de reconstituição da “*Planta da Cidade da Fortaleza*”, 1888, efetuada por Adolfo Herbster. Ocupação e perímetro urbano. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 158.

A abertura de grandes avenidas e a busca higiênica da cidade foram uma das características dominantes no plano do engenheiro pernambucano. Essas concepções foram fruto da influência das propostas do Barão Haussmann, prefeito e reformador de Paris (1853-1882), predominando a influência haussmanniana na planta de extensão urbana de Fortaleza (COSTA, 2006).

A fim de eliminar a insalubridade, amplos logradouros foram abertos de modo a facilitar as correntes de vento, pois se acreditava que o ar contaminado pelo impedimento da fluidez dos aglomerados urbanos era uma das principais causas de epidemias e mortes (SILVA FILHO, 2001). A concentração da população em áreas urbanas, onde pairavam a sujeira e a promiscuidade, foram apontadas como responsáveis pelas epidemias. O poder público adotou uma política de higienização social não somente na cidade, mas também incluiu a higienização no corpo do indivíduo – indicação do número de banhos por dia, lavagem de roupas, corte de cabelo, etc. (COSTA, 1997).

Seguindo essa preocupação com a salubridade pública, foram criadas na cidade praças arborizadas, sendo projetadas na qualidade de espaços de renovação do ar e como locais de prática de exercícios físicos, sonhando-se com uma cidade sadia (COSTA, 1997). Discurso similar foi sustentado pelos pré-urbanistas progressistas (CHOAY, 2003), utilizado para justificar grandes intervenções urbanas, como a reforma em Paris pelo Barão Haussmann.

Para atender às novas solicitações, a organização do transporte com maior capacidade de pessoas facilitou a ligação do núcleo urbano de Fortaleza com outras vilas cearenses. Com a chegada do bonde de tração animal, oportuniza-se a propagação para os subúrbios da capital. No desenho de 1875 de Adolfo Herbster se encontra o primeiro trecho dos trilhos da ferrovia. Como consequência do contrato de 1870 entre o Governo Provincial e a “Cia Cearense da Via Férrea de Baturité”, o trem partia da estação ferroviária, seguia pela Rua 14 de Março (atual Avenida Tristão Gonçalves) sentido sul, atuando como elemento indutor do processo de ocupação das áreas situadas nas intermediações do eixo ferroviário por indústrias têxteis a partir de 1881 (ANDRADE, 2012).

3.2.1 Traçado

A existência de um plano de extensão tornou-se inevitável na busca da “cidade do progresso técnico”, como confirmado em outros estudos, como Paris de Haussmann e Barcelona de Cerdà. O plano de Adolfo Herbster de 1863 propôs uma ação coerente em Fortaleza, que pode ser comprovada nos desenhos de 1875 e 1888. Vários estudos têm insistido na pertinência da organização que Herbster adotou para resgatar o crescimento urbano, uma circunstância que contrastava com situações anteriores e posteriores, caracterizadas pela carência de ações de envergadura para levar a uma discussão em nível, principalmente, de conjunto urbano.

Em primeiro lugar, seria errado imaginar que o plano de Herbster propunha o controle completo na cidade em todos os níveis. O engenheiro não estava na disposição de elaborar um plano para uma cidade inteira. Seu trabalho estava restrito a um espaço já estruturado. O plano de 1863 não necessitava atuar sobre a estrutura da cidade como um todo, mas buscava operar em certos elementos, seguindo modos específicos que orientassem o crescimento urbano. A criação desse plano, em Fortaleza, conservou e deu continuidade às bases lançadas por Silva Paulet em 1818 (CASTRO, 1973). Sua atuação consistia na criação de praças, abertura de grandes avenidas (Figura 48), habitações de melhor qualidade e grandes edifícios públicos.

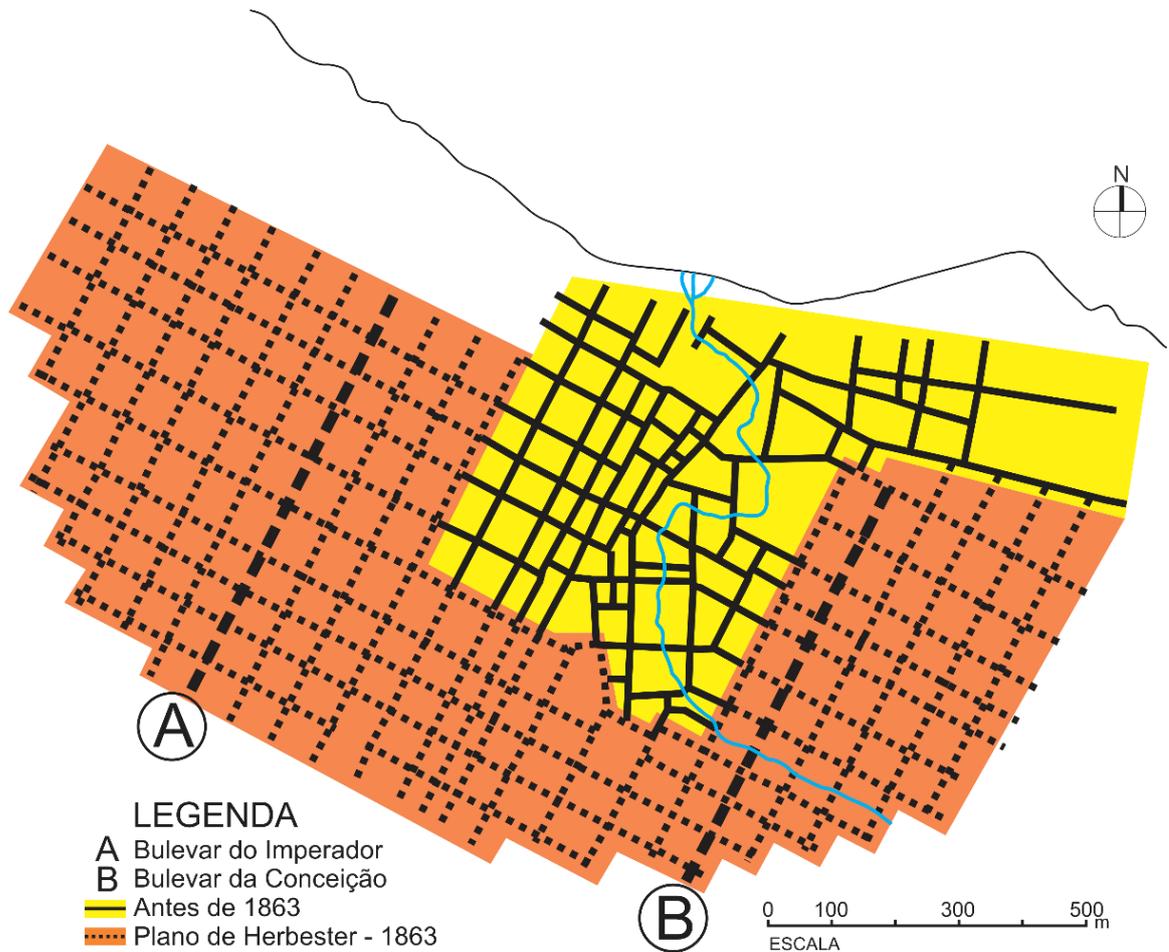


Figura 48 – Redesenho de reconstituição do “Plano de Expansão da Cidade de Fortaleza”, 1863. Abertura das vias, de acordo com o Plano de Adolfo Herbster. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 75.

Em 1875 foi projetado um conjunto de largas avenidas, “a fim de ampliar a circulação de pessoas, veículos e mercadorias no espaço da cidade” (SILVA FILHO, 2001, p.97). As três avenidas limitavam o núcleo urbano, que recebeu o nome de *boulevard* da Conceição (atual Dom Manuel), *boulevard* do Imperador (atual avenida do Imperador) e *boulevard* Duque de Caxias (atual avenida Duque de Caxias). Essas avenidas se tornariam importantes corredores urbanos. A abertura de vias largas era voltada a três objetivos:

- Circulação: facilitar a circulação dentro do núcleo urbano e a comunicação entre Fortaleza e as vilas próximas à cidade;
- Higienização: lutar contra a insalubridade, resposta às epidemias que assolavam a Capital cearense;
- Embelezamento: preparar a cidade para receber novos prédios públicos e casas.

Herbster efetuou a correção e ampliação estrutural que tornaram visível o sistema de ruas ortogonais e quadras retangulares da capital cearense, assegurando a ligação da parte mais antiga às ruas irregulares e às quadras muitas vezes menores existentes com o desenho reticulado, na busca de uniformidade nas dimensões das quadras. De fato, a manifestação do traçado reticular é uma peculiaridade do pensamento do século XIX, conforme afirma Gutiérrez (1989):

“A retícula estava absolutamente relacionada com as modalidades de pensamento do século XIX e isto é verificável na profusão de traçados para as novas fundações que acontecem em países onde não constituíam uma tradição predominante, como no Brasil, ou no caso de várias expansões de cidades europeias.” (GUTIÉRREZ, 1989, P.255).

O plano e as plantas de Fortaleza coincidem, em geral, com o período de formação da rede urbana de outras regiões do Brasil, com a predileção por esse tipo de traçado.

De acordo com Panerai (1986), esses novos elementos usados no reajuste estrutural (avenidas e bulevares) foram utilizados em Paris (1853-1882), considerados como a base do vocabulário de Haussmann: *“É de responsabilidade de uma cultura enraizada no visual, com um alto grau de dependência em relação aos problemas de representação, e num momento histórico em que se produz um movimento de vaivém entre a cidade e o campo”* (PANERAI, 1986, p.25).

O plano e as plantas de Herbster propõem, então, uma configuração formal rigorosa que chega à monotonia e que, de certa forma, contribui para a igualdade de ocupação do espaço, sem uma linha de separação entre o que seria o centro, o lado oeste ou o lado leste da cidade.

Continuando os estudos na planta de 1875 (Figura 49), é observada a sua importância, pois representa uma continuação no traçado do plano de 1863. Nesse desenho, tem-se o primeiro ramal dos trilhos da ferrovia, resultado do contrato efetuado entre o Governo Provincial e a “Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité”, em 1870 (ANDRADE, 2012). A estação localizava-se em frente à Praça Amélia, entre o cemitério velho e a cadeia, e a via férrea seguia pela rua 14 de Março (atual Tristão Gonçalves).

Herbster criou eixos em diagonais que cortavam as quadras retangulares, como é o caso do *Boulevard* Visconde do Cauípe, que passava através da Praça

Visconde de Pelotas; e, também, o *Boulevard* da Jacarecanga, que cortava a Praça da Jacarecanga.

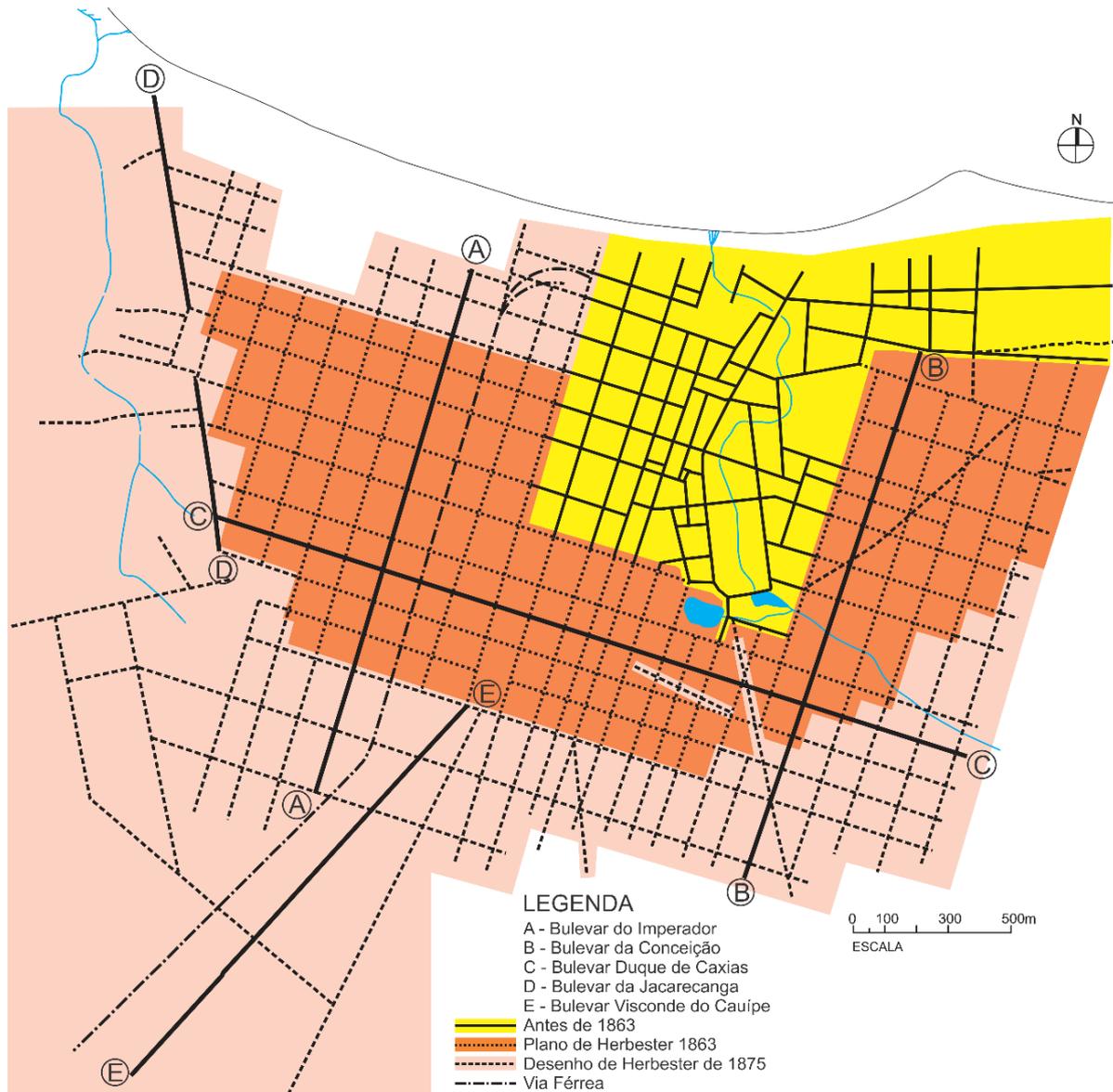


Figura 49 – Redesenho de reconstituição da “Planta Topográfica de Fortaleza e seus Subúrbios”. Sistema viário de Fortaleza de acordo com a Planta de Adolfo Herbster 1875. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012 p. 148/ COSTA, 2005, p. 58.

A planta de 1888, denominada de “*Planta da Cidade de Fortaleza*”, representava, em certo sentido, a continuação e complementação do traçado reticulado. O elemento visível em relação ao sistema viário correspondia à extensão das ruas, tanto na parte leste como no sul da cidade. A hierarquização entre a rede principal e rede secundária tornava-se cada vez mais perceptível, e imediatamente esquematizada através de vias norte-sul e na diagonal, confirmando o uso da linha reta como o vetor primordial no desenho da malha viária (Figura 50).

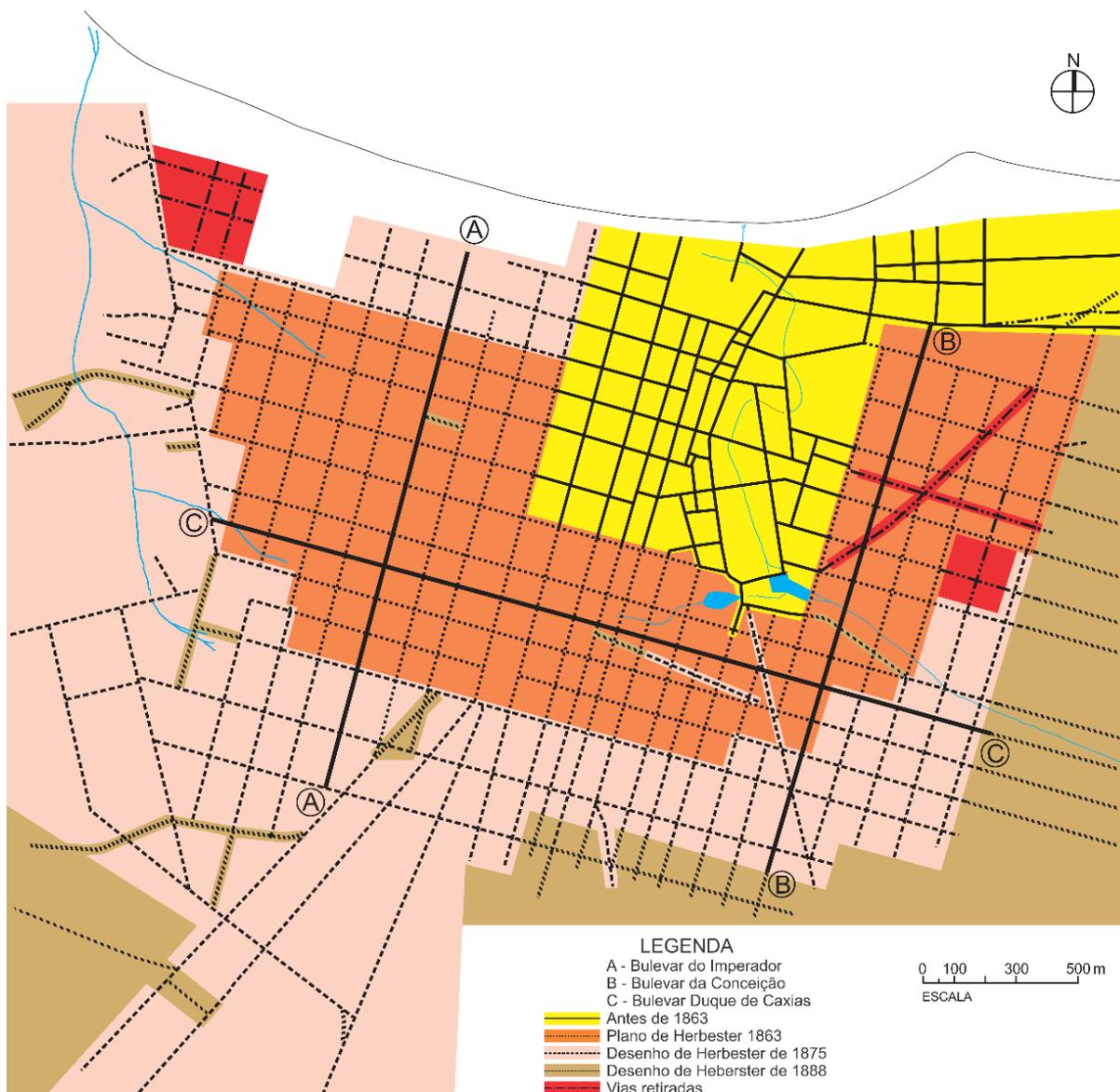


Figura 50 – Redesenho de reconstituição da “Planta da Cidade da Fortaleza”. Abertura das vias, de acordo com o Planta de Adolfo Herbster 1888. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 158.

Durante os anos de 1875 a 1888, pouca coisa foi acrescentada em relação ao sistema viário; entretanto, percebe-se a aparição do bonde de tração animal, que foi inaugurado em 1880, com 4.210 metros de linha férrea, pela Companhia Ferro – Carril Ceará (Figura 51). No ano de 1886, um novo ramal foi inaugurado, ligando a estação ao matadouro público (CAPELO FILHO, 2006). Nos próximos anos, o bonde entraria com potência na cidade, introduzindo um novo sistema de relações e abrindo espaço para futuras redes. As linhas de bondes provocavam a necessidade de um sistema de mobilidade mais amplo, devido à dimensão de seus equipamentos, alguns dos quais estudaremos mais adiante.

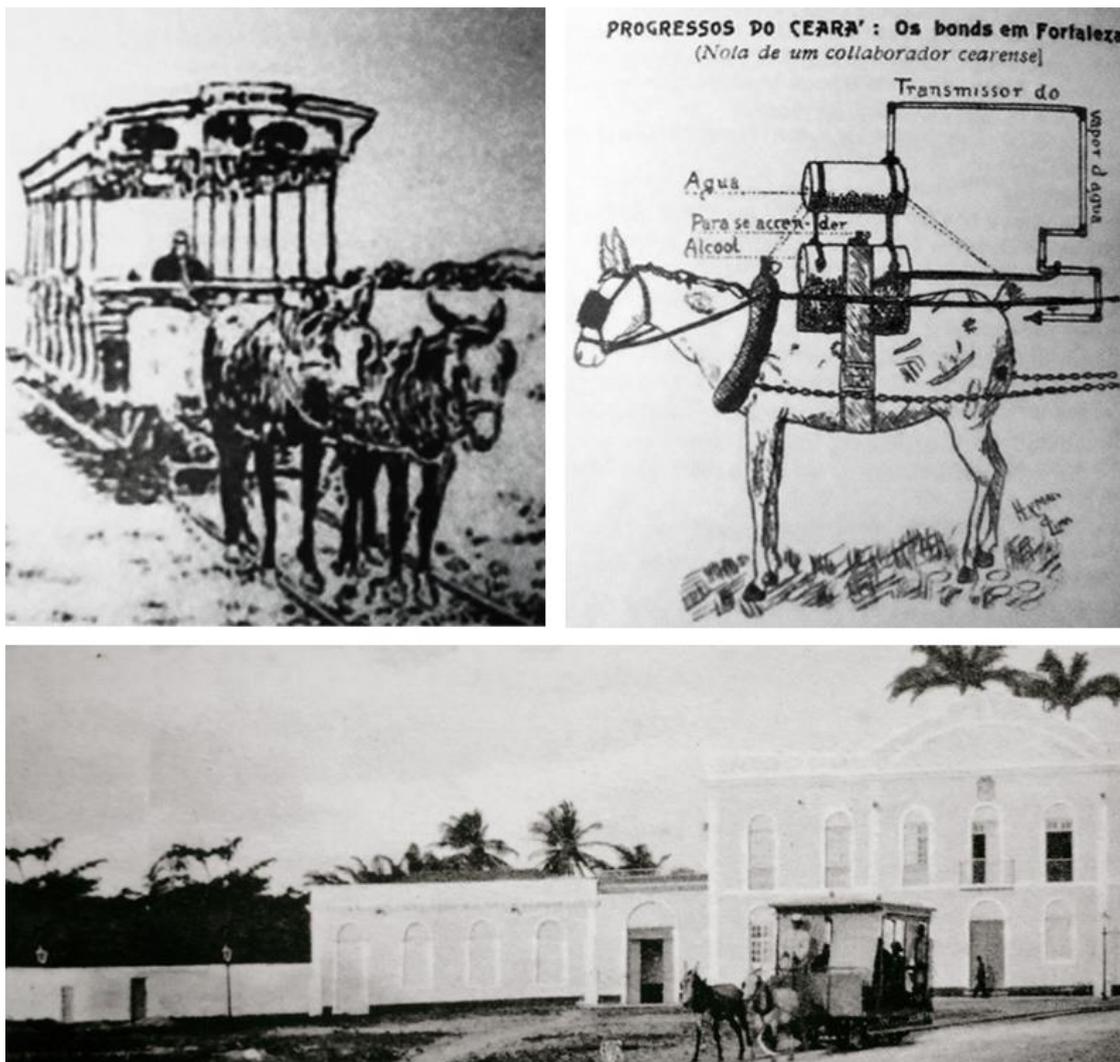


Figura 51 – Bonde de tração animal Fortaleza. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 218 e 219.

3.2.2 Quarteirão

Herbster, em seu plano de 1863, teve a intenção de retificar a cidade, impondo a linha reta como elemento primordial. A quadrícula aparecia rígida, sem nenhuma preocupação com o sítio. O traçado xadrez trazia a vantagem de ser implantado rapidamente e proporcionar uma distribuição de lotes iguais. Essa forma do traçado em quadrícula era um modelo herdado da Grécia, representando o triunfo do racionalismo.

O sistema viário, assim, tinha como objetivo primordial corrigir e regular o conjunto defeituoso das cidades tradicionais (PANERAI, 2006). Como dito anteriormente, as plantas adotadas por Herbster representavam o desejo do poder público, tanto de higienização, como de regradar a sociedade fortalezense. Com base

no que foi estudado, as intervenções de Herbster com relação à cidade anterior possuíam um caráter dualista: concordância e retificação; salubridade e progresso social; continuidade e modernidade.

Apesar da predominância do traçado reticulado, as aberturas das vias em diagonais traziam quadras, mesmo que forçadamente, com formato triangular (plantas 1875 e 1888), e rompiam com o desenho antigo da cidade, sinuoso e retangular, na maioria das áreas.

Herbster, um adepto das quadrículas, utilizou a forma retangular no seu plano de 1863. Unificou, assim, a área mais urbanizada com a parte nova da cidade. Nos novos quarteirões projetados por Herbster, na maioria ocorreu uma variação nas dimensões entre 100 metros e 120 metros e uma área de 11.000 m² e 17.000 m² (Figura 52).

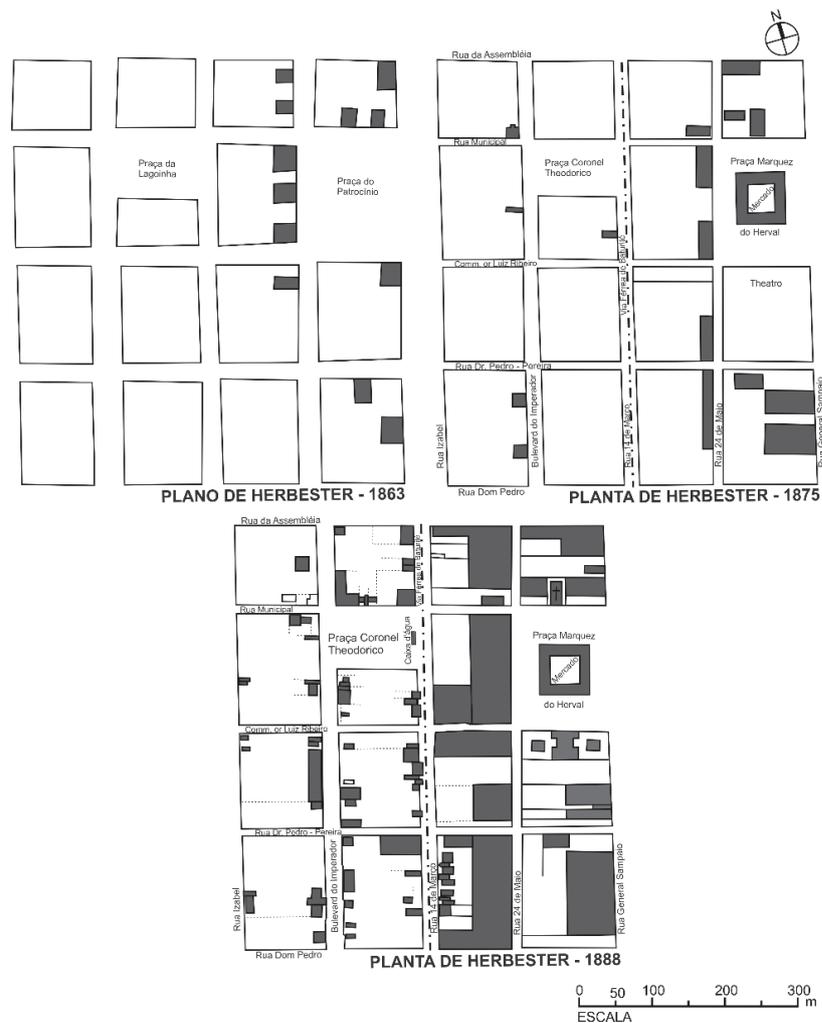


Figura 52 – Redesenho de reconstituição do Plano de 1863 e das Plantas de 1875 e 1888 desenhadas por Adolfo Herbster. Estrutura das quadras retangulares. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 75, 148 e 158/ COSTA, 2005, p.58.

As dimensões das quadras triangulares que aparecem nos desenhos de 1875 e 1888 variam em duas dimensões distintas. A primeira, com dimensões mais reduzidas, parece excluir qualquer padrão como norma geral; as quadras que a Estrada de Messejana divide em triângulos, em média, têm área de 6.400 e 7.200 m²; suas larguras se aproximam de 100 ou 110 m e raramente atingem os 170 m. Em segundo lugar, têm-se as quadras triangulares que são formadas pela Estrada de Arroches. Suas dimensões variam bastante, de 190 m (a menor), a 300 m (a maior) (Figura 53).

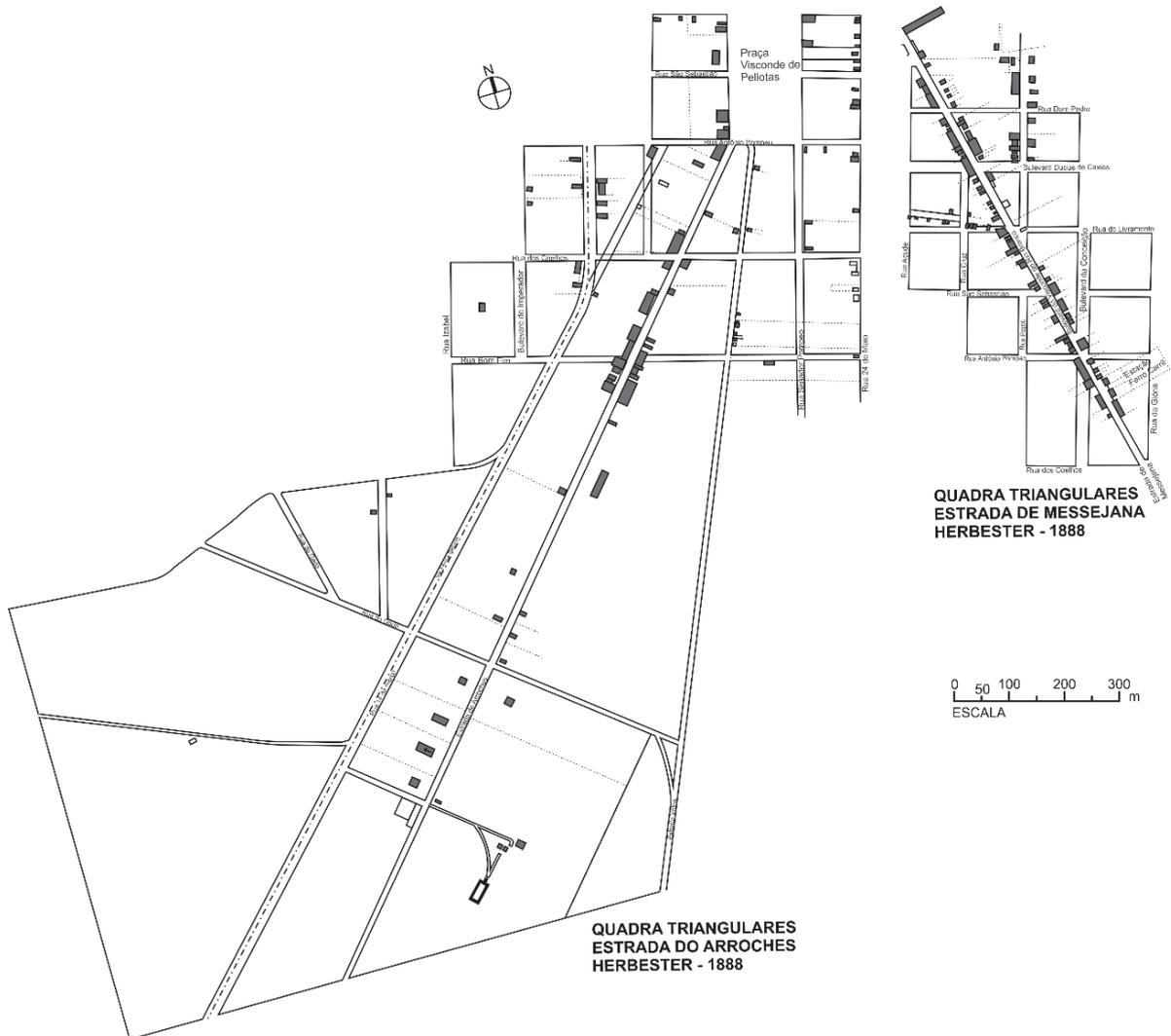


Figura 53 – Redesenho de reconstituição da Planta de 1888, desenhada por Adolfo Herbster. Estrutura das quadras triangulares. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 158.

3.2.3 As praças e largos

A praça é um dos elementos morfológicos definidos por Lamas (1992). Segundo o autor, a praça não existe nas cidades islâmicas, predominando nas cidades ocidentais como um dos três elementos da composição urbana clássica, junto com o traçado retilíneo e a quadrícula. A praça é um local importante na estrutura urbana. Não é apenas um vazio, é um lugar público com os principais edifícios e monumentos da cidade e com um grande valor político e social. Também é um local de encontro e permanência das práticas sociais. As praças e largos ganharam importância no desenho urbano das cidades brasileiras principalmente por se localizarem no adro fronteiro às igrejas (MARX, 1991).

Segundo Marx (1991), a Igreja da colônia brasileira estava ligada ao Estado. Conseqüentemente, as vilas e os lugarejos que surgiam eram acompanhados de uma ermida ou capela. No Ceará, a influência portuguesa, de cunho histórico, cultural e religioso, foi responsável pelo embelezamento e prestígio do cenário dos largos e praças de Fortaleza. Desse modo, o largo e as praças adquiriram uma grande importância no desenho da cidade.

A apreensão relativa a doenças, em especial devido aos surtos de varíolas e bexigas que atacavam o Ceará nos períodos de seca, fez o poder público implementar projetos com foco na salubridade. Dessa forma, a salubridade pública sustentaria representação na execução de praças arborizadas, projetadas enquanto espaços de renovação do ar, ambientes de lazer e de práticas de exercícios físicos (SILVA FILHO, 2001). Não se deve esquecer que as praças serviram de abrigo aos retirantes das secas, em especial da grande seca de 1877, assim descrita nas palavras de Teófilo (1979):

“Havia muita miséria na população adventícia da capital. As mesmas cenas de fome nos ermos caminhos do interior tinham lugar nas ruas e praças da Fortaleza. Quase cem mil infelizes de todas as idades viviam miseravelmente nos abarracamentos do governo, nas praças públicas e nos passeios das casas!” (TEÓFILO, 1979, p.98).

O plano de crescimento urbano de Adolfo Herbster, de 1863, trouxe entre largos e praças, um total de 14 equipamentos, dos quais 9 já existiam, e outros 5 foram planejados como lugares de encontro e lazer (Figura 54). As praças de valor e significação social e política iriam adquirir uma grande expressão no seu

posicionamento urbano. De maneira particular, elas se situavam nas faixas internas do plano de extensão, com exceção do vazio deixado pelo autor, onde posteriormente se localizaria a Praça Visconde de *Pellotas* (atual Praça Clóvis Beviláqua) (Figura 55).



Figura 54 – Redesenho de reconstituição do “Plano de Expansão da Cidade de Fortaleza”, 1863. Mapa: Indicações dos largos e praças, de acordo com o Plano de Adolfo Herbster. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 75.

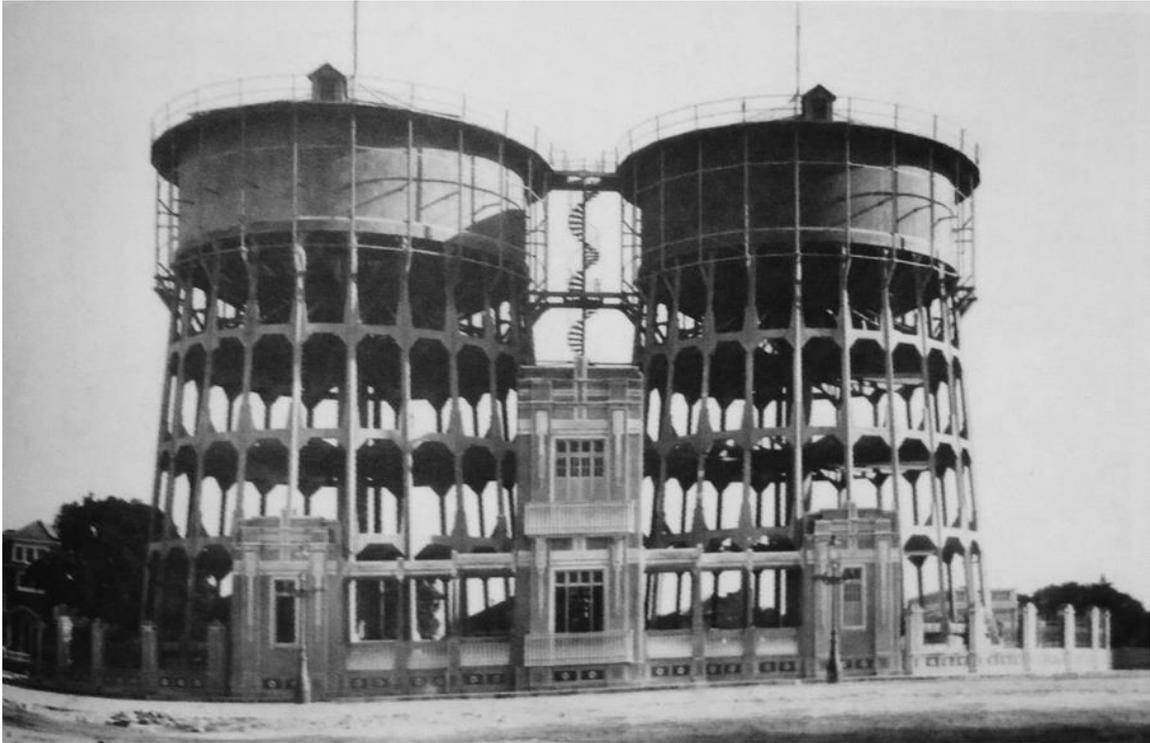


Figura 55 – Caixas d’água na Praça Visconde de Pelotas. Fonte: NIREZ, 2001, p. 295.

Os próximos desenhos realizados pelo engenheiro demonstraram o crescimento prático e organizado das praças da cidade. O que se deve salientar é que, no desenho de 1875, já existiam 19 praças projetadas em Fortaleza (Figura 56). Segundo Souza (2012), muitas praças foram reformadas e ganharam ares de modernidade, período que foi nomeado por Ponte (2004) como “*Fortaleza Belle Époque*” (1860/ 1925). A Praça do Ferreira (Figura 57) passou a contar com amplos gradis, adornos idênticos ao passeio público e quiosques em estilo *art nouveau*. Seus quiosques ficaram conhecidos na história da capital cearense, principalmente o Café Java (1886), local onde se reuniam os membros da *Padaria Espiritual*¹².

¹² Agremiação literária que surgiu no Centro de Fortaleza em 30 de maio de 1892, e reuniu escritores, pintores e músicos.

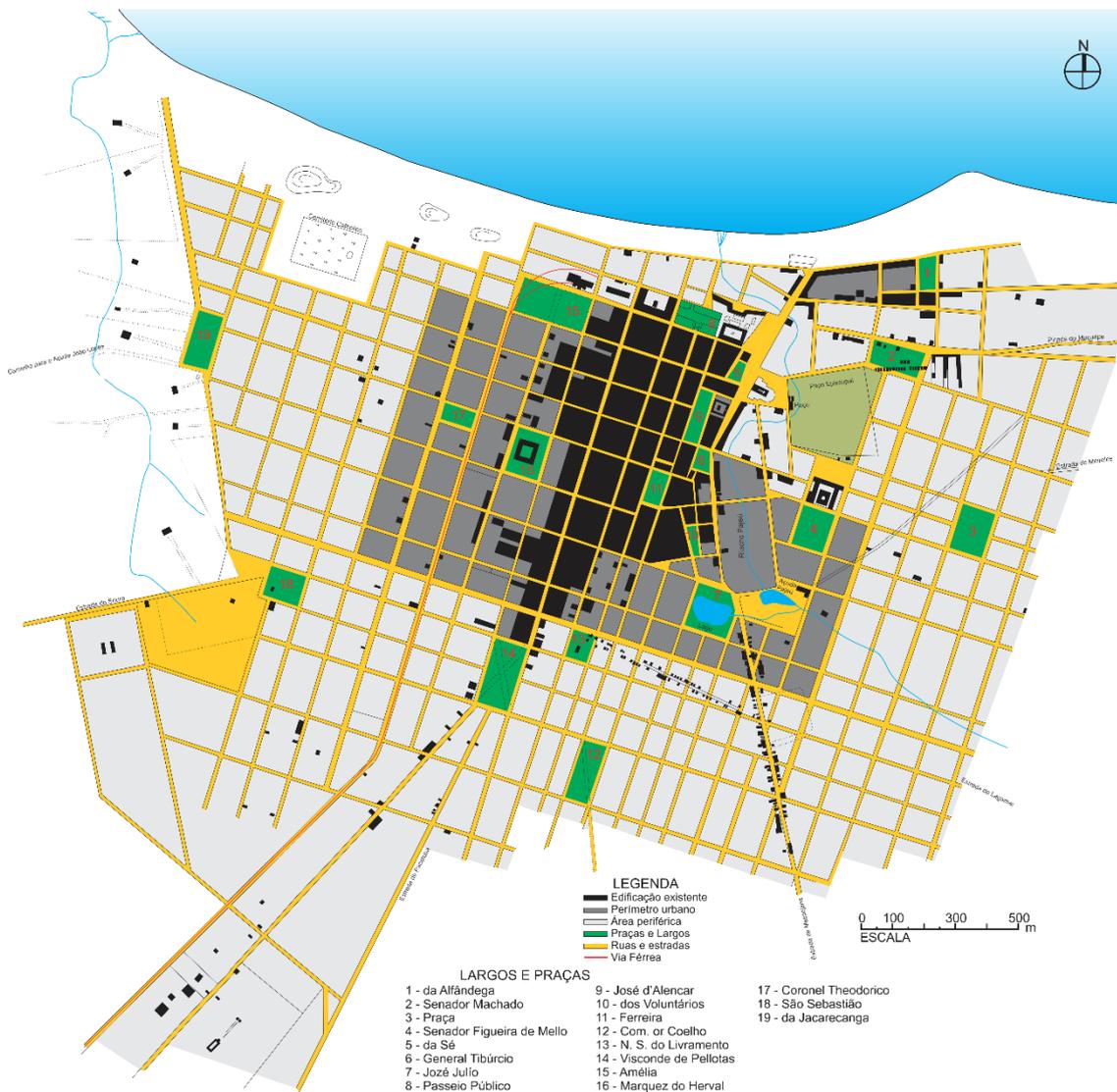


Figura 56 – Redesenho de reconstituição da “Planta Topográfica de Fortaleza e seus Subúrbios”. Mapa: Indicações dos Largos e Praças de acordo com a Planta de Adolfo Herbster 1875. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012 p. 148/ COSTA, 2005, p.58.

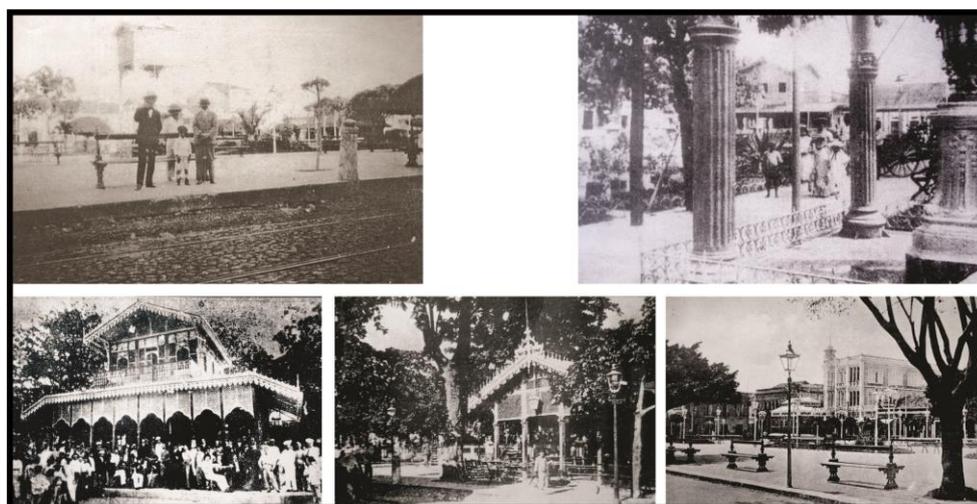


Figura 57 – Praça do Ferreira com seus antigos quiosques. Fonte: LOPES, 1998 p. s/n / NIREZ, 2001, p. 264/ SOUZA, 2012, p. 69 e 70.

A Praça dos Mártires, conhecida como Passeio Público (1880) (Figura 58), torna-se uma peça fundamental do sistema urbano. Um dos espaços mais frequentados pela população durante a segunda metade do século XIX, funcionava como praça desde o século XVIII, e ganhou a denominação de Passeio Público após a reforma de 1880. Com seus cafés e quiosques, virou o ponto de encontro dos moradores da cidade, e conforme Caminha (CAMINHA, 1998, p.77): *“Toda uma geração nascente, ávida de emoções, cansada d’uma vida sedentária e monótona, ia esporear no Passeio Público aos domingos e quintas feiras, gratuitamente, sem ter que pagar dez tostões por uma entrada, como no teatro e no circo.”* O passeio público foi descrito pelos escritores cearenses devido à sua beleza, localização e empreendimentos com padrões estéticos influenciados pelas principais cidades europeias. Uma grande praça com grandes massas de árvores, estátuas de deuses mitológicos, jardins floridos, lagos artificiais e uma visão privilegiada do mar tornou-se o ponto de encontro das elites (SOUZA, 2012).

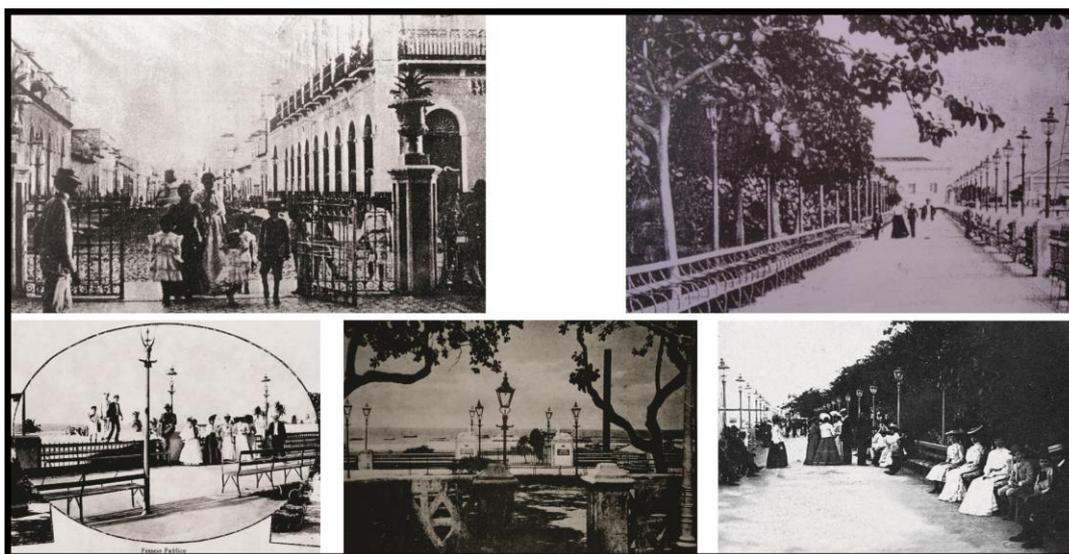


Figura 58 – Passeio Público. Fonte: LOPES, 1998 p. s/n / NIREZ, 2001 p. 259 e 261/ SOUZA, 2012, p.110.

A planta de em 1888 (Figura 59) mostra que a quantidade de praças continuou igual ao desenho de 1875. A mudança diz respeito às alterações dos nomes de algumas praças: a Praça antes sem denominação passou a se chamar Barão da Ibiapina; Praça da Amélia se transformou na Praça Senador Carreira; Praça São Sebastião passou a se chamar Senador Paula Pessoa e, por último, a Praça da Jacarecanga recebeu a denominação de Praça Senador Fernandes Vieira.

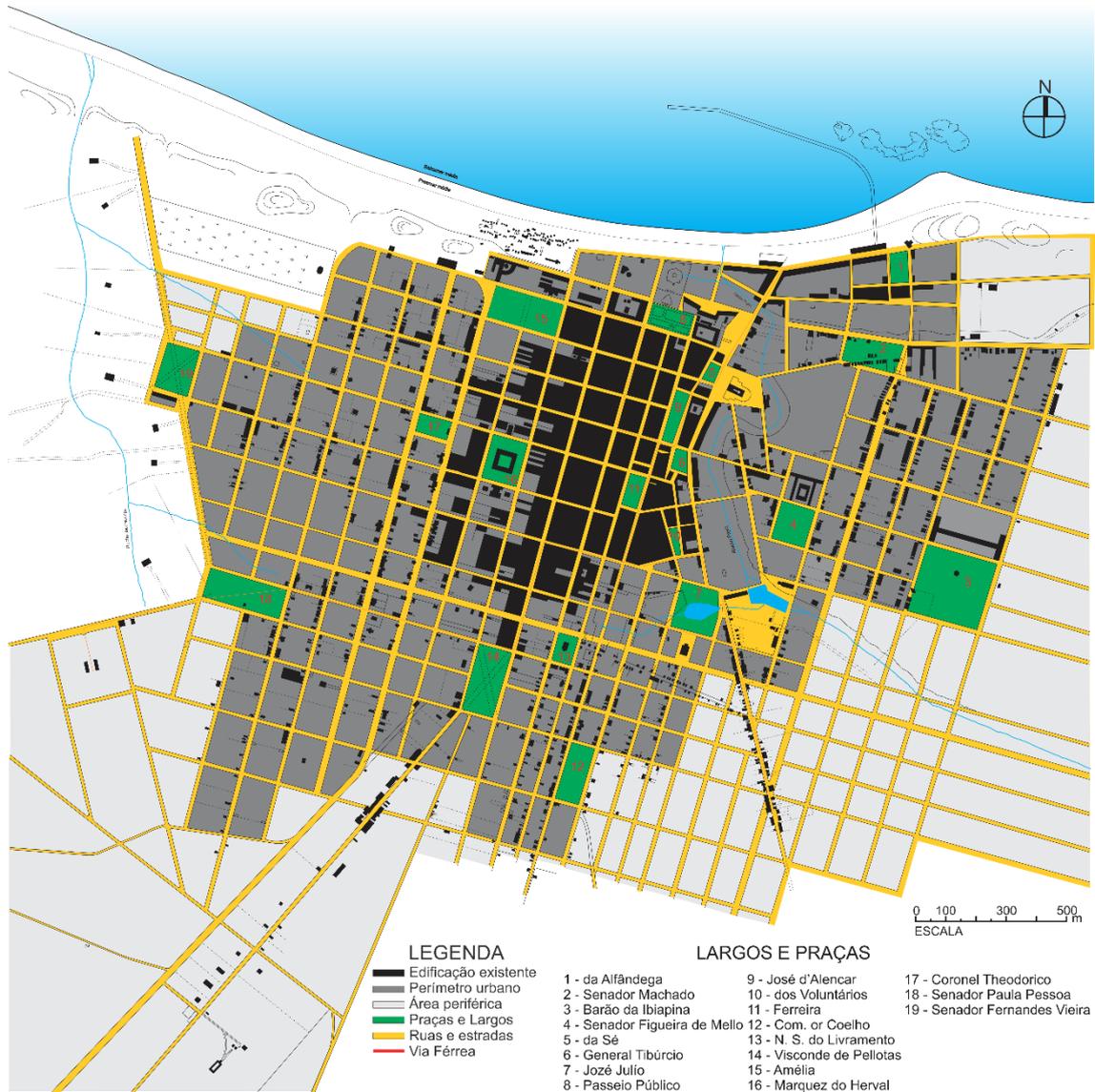


Figura 59 – Redesenho de reconstituição da “Planta da Cidade da Fortaleza”. Mapa: Indicação dos Largos e Praças de acordo com a Planta de Adolfo Herbster 1888. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.158.

3.2.4 As edificações

A edificação também é um dos elementos morfológicos do espaço urbano apontados na análise de Lamas (2004). De acordo com o autor, “é através dos edifícios que se constitui o espaço urbano e se organizam os diferentes espaços identificáveis e com <forma própria>: a rua, a praça, o beco, a avenida ou outros espaços mais complexos” (LAMAS, 2004, p.84). Sendo assim, o espaço urbano está sujeito ao conjunto edificado e ao modo como ele se junta.

Após o exame das quadras retangulares no perímetro das ruas Dom Pedro, General Sampaio, Assembleia e Izabel (Figura 60), e verificando os componentes materiais no processo de construção da cidade definidos por Solà-Morales i Rubió (1997) – parcelamento; urbanização e edificação – durante os desenhos de Herbster em 1863, 1875 e 1888, percebe-se que sua forma de crescimento pode ser definida pela denominação expansão. Pois na expansão, a ideia de ordenação unitária se estende no núcleo inteiro da cidade. Portanto, pode-se afirmar que o crescimento urbano ocorreu em etapas na seguinte ordem: parcelamento, urbanização e edificação.

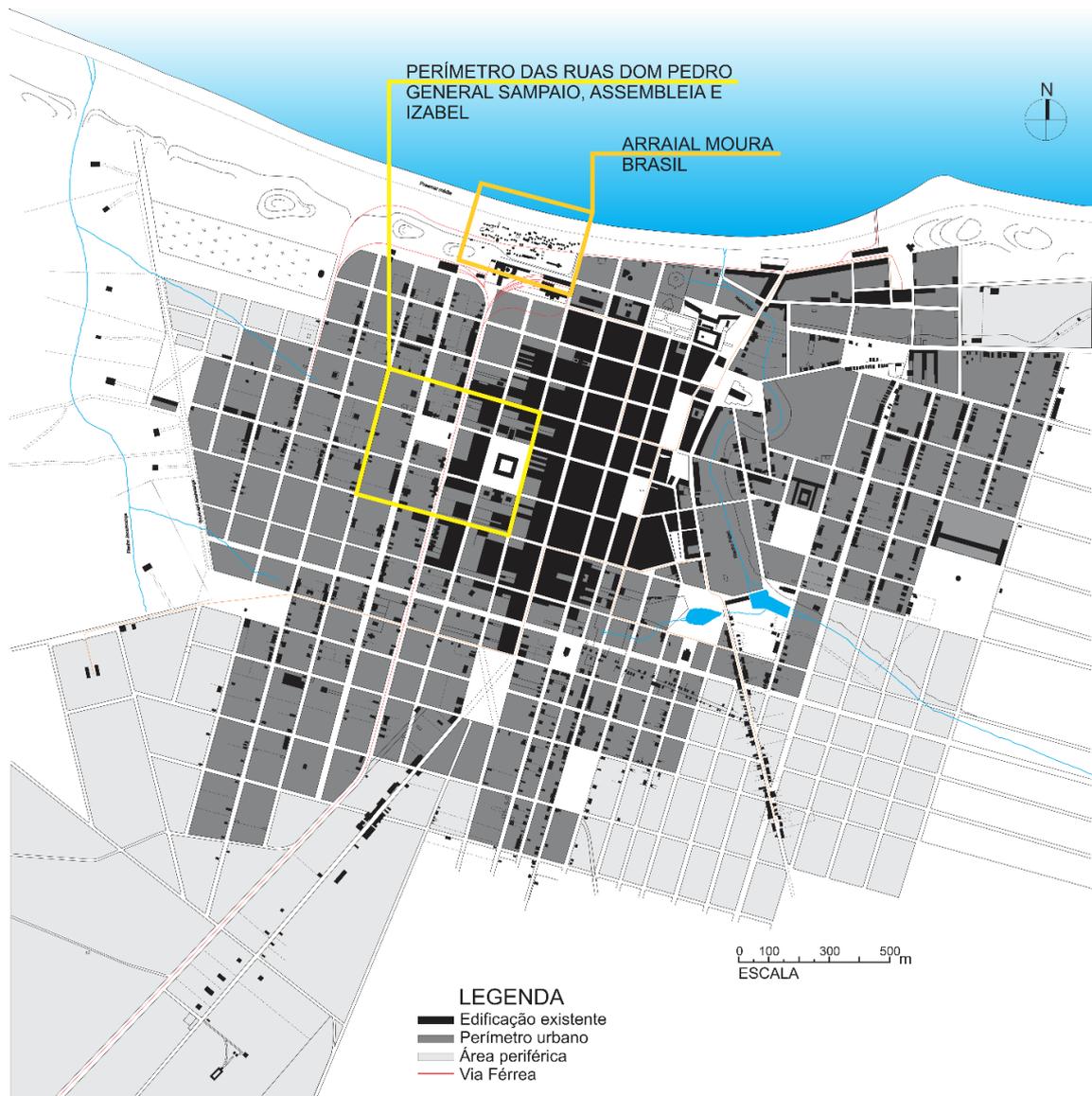


Figura 60 – Redesenho de reconstituição da “Planta da Cidade da Fortaleza”. Mapa: Indicação do perímetro das ruas Dom Pedro, General Sampaio, Assembleia e Izabel e do Arraial Moura Brasil de acordo com a Planta de Adolfo Herbster 1888. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.158.

As edificações nascem nos limites laterais dos lotes e nos alinhamentos das ruas. Essa forma de edificação é originária das casas coloniais, e continuou sendo utilizada durante o início do século XIX (REIS, 1970). Em Fortaleza, a predominância das construções ocorre no sentido leste-oeste (Figura 61). Conforme afirma Andrade (2012), isso aconteceu devido a fatores climáticos, ou seja, houve uma busca do lado da sombra e, nos limites dos lotes posteriores se acomodaram os pátios de ventilação. Assim, os blocos das edificações que formaram os quarteirões nasceram da contiguidade entre as edificações, a partir do qual foi esvaziado o seu interior, formando os quintais.

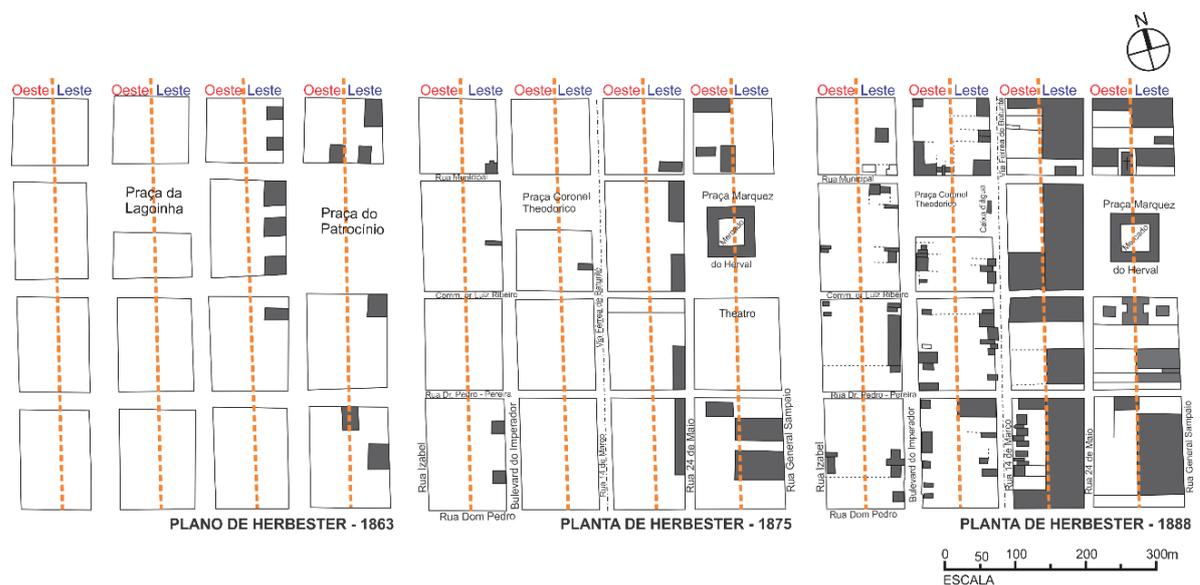


Figura 61 – Redesenho de reconstituição do Plano de 1863 e das Plantas de 1875 e 1888, desenhadas por Adolfo Herbster. Estrutura das quadras retangulares e forma de ocupação nas quadras. Autor: Larry Andrade Fonte: ANDRADE, 2012, p. 75, 148 e 158/ COSTA, 2005, p.58.

Persistindo no estudo sobre as ocupações, compreende-se que o crescimento urbano da cidade se deu no sentido norte-sul, como é demonstrado na evolução dos desenhos de Herbster, de 1863, 1875 e 1888 (Figura 62). Como foi dito anteriormente, a ocupação das quadras se desenvolveu no sentido da sombra, protegendo as moradias do sol da tarde (leste-oeste). Com o vazio deixado pelo lote, no sentido norte-sul, e com o crescimento populacional, mais adiante esses vazios foram sendo divididos, formando pequenos lotes conhecidos como travessas. Essas travessas passaram a ser ocupadas por indivíduos de poder aquisitivo mais baixo e suas dimensões eram reduzidas. Algumas dessas ocupações eram feitas por pequenos comerciantes, como sapateiros e barbeiros, entre outros (Figura 63) (ANDRADE, 2012).

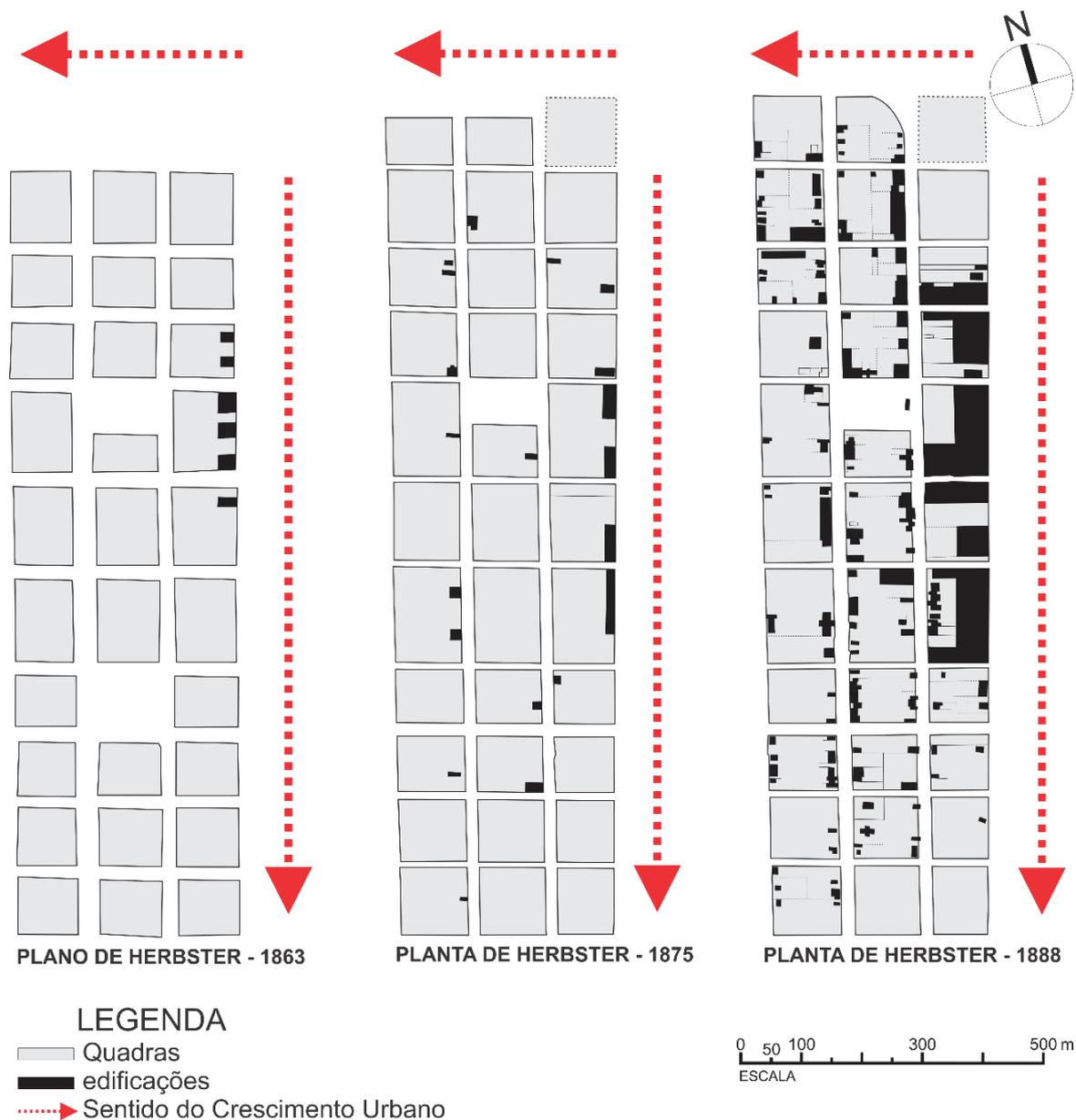


Figura 62 – Redesenho de reconstituição do Plano de 1863 e das Plantas de 1875 e 1888, desenhadas por Adolfo Herbster. Sentido da expansão das edificações na cidade. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 75, 148 e 158/ COSTA, 2005, p.58.



Figura 63 – Redesenho de reconstituição de Fortaleza, 1872. Processo de ocupação fundiária de Fortaleza. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.84.

Uma outra forma de ocupação e crescimento urbano iniciou-se em outro canto da cidade – “Arraial Moura Brasil” – (Figura 64) considerado por alguns autores como a favela mais antiga da cidade. De acordo com as definições adotadas por Solà-Morales i Rubió (1997), o início de sua ocupação constituiu o que ele denominou de “urbanização marginal”. Esse processo ocorreu fora dos equipamentos urbanos estabelecidos pela cidade, através da autoconstrução das casas por seus habitantes. Algumas de suas características eram a ilegalidade e a

autoconstrução. Essa ocupação no Arraial Moura Brasil surgiu devido às migrações provocadas no Ceará, iniciando com a seca de 1877, onde os sertanejos viam a Capital como único meio de sobrevivência. Devido à localização, algumas vezes o arraial foi invadido pelo mar. “(...) *por ali fora o arraial Moura Brasil, invadido pelo mar, reduzido a um montão de casebres trepados uns sobre os outros*” (CAMINHA, 1985). O bairro iria crescer bastante durante as secas de 1915 e 1932, devido ao êxodo do povo do sertão para a capital. Sem lugar para residir, esses flagelados se agrupavam no bairro que estava surgindo. Um dos “campos de concentração” foi instalado nesse bairro, também conhecido como “curral”, devido às suas condições precárias (NEVES, 1995). O que se deve saber é que a divisão interna desse bairro, o parcelamento e a edificação do solo careciam de uma obra de urbanização (infraestrutura e serviços), sobretudo nas primeiras etapas da construção.

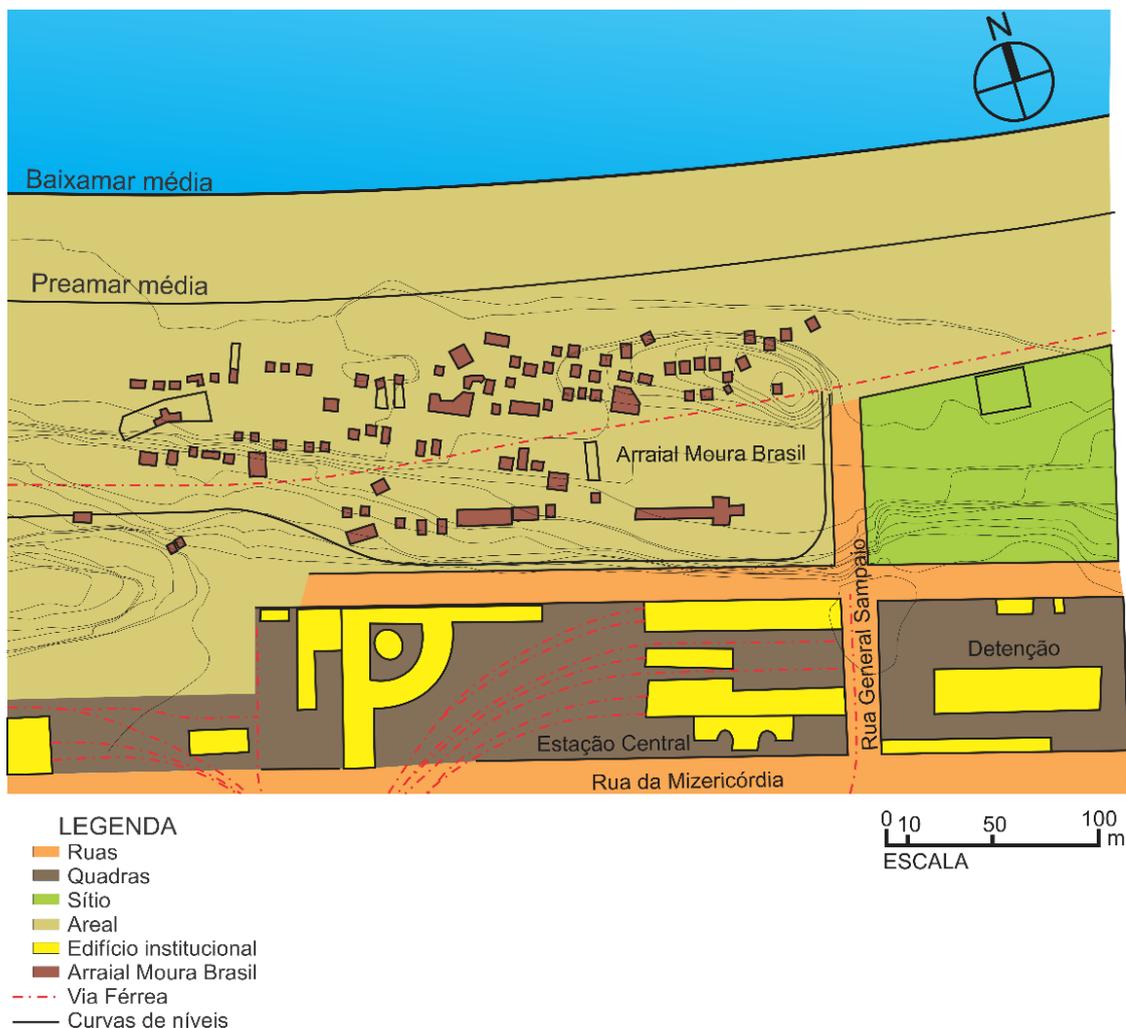


Figura 64 – Redesenho de reconstituição da Planta de 1888, desenhada por Adolfo Herbster. Ocupação Arraial Moura Brasil, processo de urbanização marginal. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 158/ BASE CARTOGRÁFICA PREFEITURA DE FORTALEZA 1999, p. s/n.

Continuando com a análise das edificações em relação às quadras, agora em uma escala maior, durante a década de 1880, havia uma cidade predominantemente térrea e residencial, onde mais de 70% dos habitantes moravam em casas de aluguel, determinando a mistura das funções urbanas: residência, comércio, serviços, indústria e instituições civis e religiosas (ANDRADE, 2012).

O grande crescimento dos arrabaldes de Fortaleza data de 1877, devido à grande seca. No ano de 1887, a cidade de Fortaleza possuía uma tipologia praticamente térrea, como indicado acima, com 3.485 casas, ou seja, 98% das habitações. Dessas 3.485 casas, apenas 58 (1,63%) eram sobrados, 796 eram palhoças, e havia 13 chácaras (ANDRADE, 2012). Três anos depois, em 1890, a décima urbana de Fortaleza contabilizava 5.560 imóveis para tributação, sendo 1.580 (22,3%) palhoças. Desses imóveis tributados, 4.155 (74,7%) destinavam-se à renda de aluguel, e 1.405 (25,3%) para uso próprio (ANDRADE, 2012).

Esses dados permitem concluir que as possibilidades oferecidas pelo transporte e os vazios dos espaços nos arredores do centro iriam permitir a fixação de empreendimentos habitacionais de baixa densidade nos subúrbios da cidade. Essa baixa densidade habitacional, com a extensão territorial da urbanização de Fortaleza, formava um dos modelos da expansão a partir do século XX. Assim, pode-se dizer que os novos meios de transporte permitiriam a ligação do centro urbano e a periferia, onde o solo urbano barato consentia o arrabalde como opção à concentração urbana.

Os edifícios da cidade tornaram-se independentes como elementos do espaço urbano, seja pelo cuidado do seu desenho e organização (prestígio, nobreza e poder), como pelo elemento de composição da cidade. Segundo Souza (2012), os princípios arquitetônicos do neoclássico e/ou ecléticos entraram em Fortaleza a partir da segunda metade do século XIX.

Vale lembrar que o neoclássico apresentava um estado ideal para o seu crescimento. Deixando claro que não seria o único estilo adotado, o que acontece na verdade é que o neoclássico *“algumas vezes fundiu-se com o Neobarroco, o Neogótico e o Art Nouveau, configurando um forte ecletismo arquitetônico no início do século XX”* (SOUZA, 2012, p.100).

A respeito dos edifícios da cidade, muitas vezes decorrentes de projetos de engenheiros de outras regiões, pode-se afirmar que, dentre os engenheiros que ganharam destaque nesse período, estão os pernambucanos Adolfo Herbster (1826-1893) e Henrique Théberge (1838-1905), o austríaco Henrique Foglare (18??-18??), e o inglês Sir John Hawkshaw (1811-1891). Entre os cearenses, destacaram-se Manoel Caetano de Gouveia Filho (1823-1852), Bernardo José de Mello (1868-1910), além dos mestres construtores Antônio Machado, Domingos Reis e Severino Moura, dentre outros (SOUZA, 2012).

As casas também foram descritas por alguns autores, dentre eles Teófilo (1979), que assim descreveu as residências na Rua Amélia:

“(...) e entrou pela Rua do Senador Pompeu, chamada outrora Rua Amélia. O fazendeiro ficou admirado da regularidade da edificação. Duas filas de casas com a maioria das frentes pintadas de amarelo, com saliente cornija branca, parapeito também emoldurado de alvos relevos, e do qual saíam cabeças de serpentes, de dragões, feitas de zinco e destinadas a esgotar os telhados durante as chuvas, perfilavam-se na extensão de quase um quilômetro, guardando de uma para outra a distância de vinte metros. As fachadas das casas, todas obedeciam ao mesmo plano e à mesma simetria monótona.” (TEÓFILO, 1979, p.98).

Alguns edifícios singulares, ou seja, os edifícios de valor e significação social, política e religiosa, adquiriram uma expressão no seu posicionamento urbano (Figura 65). Entre algumas edificações que merecem destaque, estavam a Antiga Cadeia Pública, atual Centro de Turismo - EMCETUR (1866); o Museu do Ceará; a antiga Assembleia Provincial (1871) (Figura 66); a Estação João Felipe (1880) (Figura 67); o Solar Fernandes Vieira, atual Arquivo Público (1880); a Alfândega (1891) (Figura 68); a Igreja Nossa Senhora do Carmo (1893) e o Colégio Militar do Ceará (construção na segunda metade do século XIX).



Figura 65 – Redesenho de reconstituição da “Planta da Cidade da Fortaleza”, 1888, efetuada por Adolfo Herbster. Mapa: Variações tipológica e Ocupação. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.158.

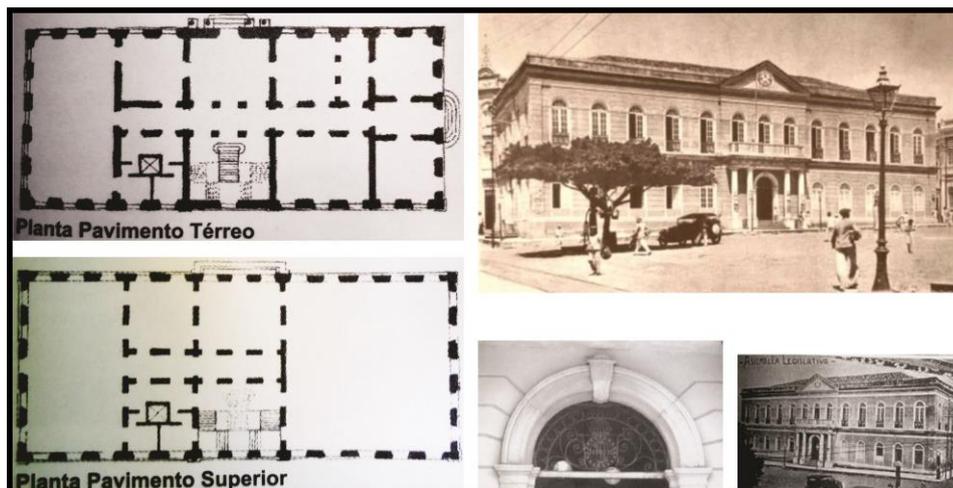


Figura 66 – Museu do Ceará, Antiga Assembleia Provincial, obra concluída em 1871. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 184 e 185.

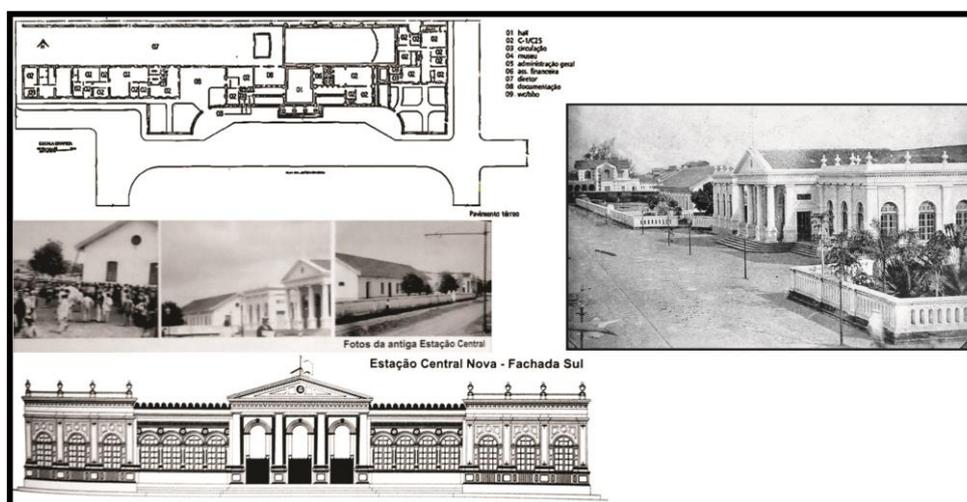


Figura 67 – Estação João Felipe, construção 1873/ 1880. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 127, 128 e 129/ SOUZA, 2012, p.108.

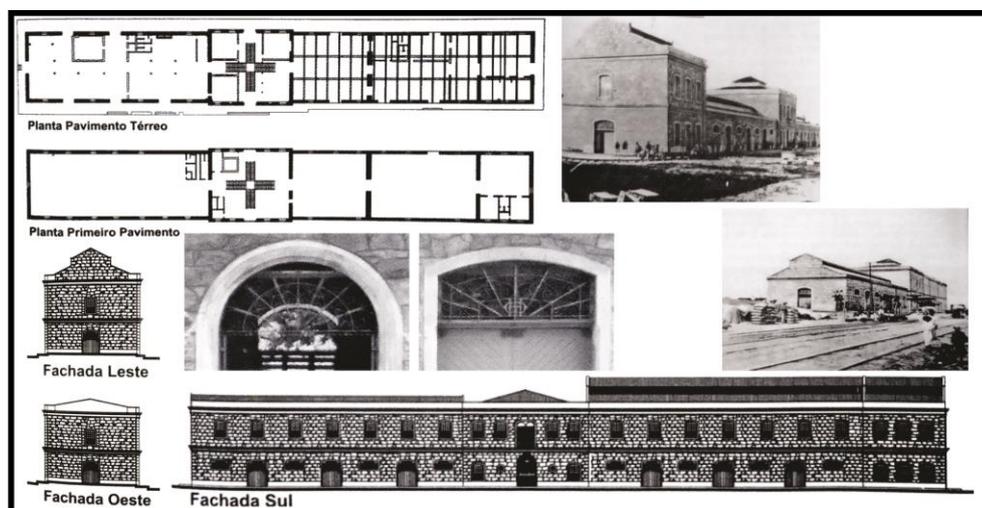


Figura 68 – Bancário, antiga Alfândega, data da construção 1891. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 164 e 165.

No período de 1864 a 1893, o traçado planejado fortaleceu o reticulado, buscando homogeneização das dimensões dos quarteirões que tenderam mais ao quadrado. No final do período, as construções começaram a se soltar do alinhamento. Uma grande mudança nos estilos já prenunciava um amadurecimento na composição formal dos edifícios maiores, repercutindo a influência das mudanças no território nacional.

3.3 Códigos de Postura de Fortaleza: 1865, 1870, 1879 e 1893

Derivado da Resolução de nº 1.162, de 3 de agosto de 1865, o novo Código de Posturas foi lançado na cidade durante o governo do bacharel Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo. Segundo Campos (1988), esse código apresenta características técnicas e assuntos que não foram abordados no código de 1835. Trazia medidas relacionadas às atividades de construção, mas ainda era possível encontrar nele algumas manifestações de vocação rural (código de 1865).

A Seção III “*Dos matadouros, currais, açougues, ou talhos, feiras, pastagem de gado destinado a consumo, ao serviço dos municípios, cercas, velados e mercados*” referia-se à regulamentação do gado, comercialização da carne, asseio, etc. Definia o matadouro público como “*aquela que foi construído além da Jacarecanga, à margem do caminho para Soure*”. Não podia o abate ser executado em outro lugar, salvo quando com autorização da Câmara.

No dia 18 de outubro de 1870, em seção ordinária, foi assinado no Paço da Câmara da Cidade de Fortaleza o novo “*Código de Posturas da Camara Municipal da Cidade da Fortalesa*”. Mas foi somente no dia 20 de novembro do ano de 1870, na Resolução de n.º 1.365, aprovada pelo Des. João Antônio de Araújo Freitas Henrique, que se consagrou a atualização das ordenanças da capital cearense, desenvolvida ao longo dos seus 87 artigos.

De acordo com Campos (1988), as ações de valores técnicos e arquitetônicos foram decorrentes do Código anterior ao de 1870, publicado no ano de 1865. Os artigos eram baseados em critérios adotados em todo o país, muitas vezes não adequados às peculiaridades do clima cearense.

O efeito das secas de 1877, 1878 e 1879 levou o poder público a buscar o combate às doenças devido à elevada taxa de mortalidade que afetava os emigrantes do sertão que chegavam à Fortaleza. Nessa direção, o Código de Postura de Fortaleza de 1879 correspondia a uma edição melhorada das leis publicadas em 1870. Na verdade, a nova lei acrescentava alguns serviços de saúde pública, higiene e salubridade que não haviam sido postulados nas leis anteriores. O pensamento higienista, que já se projetava na Europa e em algumas cidades do Brasil há algum tempo, iria cravar suas bases nos códigos fortalezenses. Pensamento que permeava grande parte da reflexão urbana da Fortaleza oitocentista.

Segundo Campos (1988), no final dos anos de 1890, a Câmara Municipal ensaiava atualizar suas posturas devido às transformações pelas quais a cidade passava naquele último decênio de século XIX. Um novo código foi publicado em 1893, e as questões de salubridade e o pensamento higienista foram adquirindo importantes vetores na modernização das posturas. Ordenanças sobre as qualidades higiênicas dos banhos, qualidade das alimentações, problemas de enterros, venda de alimentos e delimitação das zonas exclusivas para as casas de taipa e palha foram algumas das leis aperfeiçoadas nesse código.

3.3.1 Circulação

Os artigos publicados no Código de Postura de 1865 sobre a circulação são de um tempo em que a vida rural ainda se perpetuava na cidade. Entre os artigos sobre a condução de animais, o Art. 20 proibia “*um só indivíduo conduzir mais de cinco cavalos, burros ou bois, carregados ou sem carga, pelas ruas*”. E o Art. 22 prescrevia a abstenção de “*esquipar-se ou correr a cavalo ou em burro pelas ruas*”. Da mesma forma, a Câmara proibia a condução de “*magotes de gado vacum, cavalos ou muar pelas ruas da cidade*”.

No mesmo código, entre os dispositivos que tratavam dos caminhos da cidade, a seção de número VIII “*Estradas e caminhos, sua conservação e praças arborizadas*” relatava a desautorização de quem desobstruía e desviava as “*estradas públicas, ou caminhos*”. Sendo considerada de servidão para todos, os infratores eram penalizados com multas ou prisão. O código também estabelecia que, durante

o mês de maio, as estradas e caminhos deveriam ser limpos, assim descritos: *“Caminhos, pelo mês de maio, tinham de ficar de mato batido; roçados, ou queimadas, situados à margem das estradas, distanciados destas pelo menos seis metros”* (CAMPOS, 1988). O mês de maio era o período em que diminuía a intensidade das chuvas no Ceará. Por último, os carros pesados de rodas de madeiras (assim explicitado) eram impedidos de passar sobre os calçamentos.

As primeiras definições relativas à circulação dos indivíduos na cidade no Código de 1870 estavam escritas no Capítulo 4º: *“Desobstrução e limpeza da Ruas e Praças”*, onde há uma série de proibições na busca de conservar a limpeza da cidade e permitir a boa circulação dos transeuntes.

Sendo assim, o artigo 42º proibia:

- *“Acumular materiais de qualquer natureza para construção de obras ou outro fim, nas ruas e nas calçadas das casas cidade e povoações”*.

- *“A conservação de andaimes na rua depois de finda a obra exterior, ou quando paralisada”*.

- *“A conservação de objetos nas calçadas ou porta das casas de modo que embarace o transito”*.

- *“Carregar ou rolar barricas, caixões, fardos e quaisquer outros objetos volumosos ou pesados pelas calçadas”*.

- *“Embaraçar o transito público com fardos, veículos, acumulação de animais e madeiras”*.

Os proprietários de terrenos que estavam compreendidos entre estradas e caminhos de serviços públicos eram obrigados, no mês de junho de cada ano, a limpar o caminho, de modo que não prejudicasse o trânsito. Era proibido abrir ou fechar alguma estrada sem o consentimento do poder público.

O Capítulo que trata sobre *“Transito de carros, carroças, animais e escavações”*, obrigava a numeração de carroças e carros de aluguel anualmente, à exceção dos carros de luxo de uso particular. Destacava que não era permitido *“o transito de carroças ou carros junto ou sobre as calçadas”*; *“andar com carro de luxo a noite sem duas luzes na frente do mesmo”*; *“transito de carroça sem guia”*; *“transito de carros de madeira, pesados ou de eixo fixo pelas ruas da cidade e estradas*

calçadas” e *“andar a cavalo, conduzi-lo ou conserva-lo sobre calçadas ou passeio das casas”*.

No mesmo código, existia, pela primeira vez, a normalização do peso transportado. Segundo a lei, era proibido *“conduzir em cada carroça puxada por um só burro, cavalo ou boi, mais de 600 quilogramas de peso”*. Além disso, não era permitido *“andar o carroceiro sobre a carroça ainda que esteja ela descarregada”*.

A elaboração do novo código em 1879 buscava complementar alguns assuntos sobre os padrões de higiene e saúde não adotados no código anterior, de modo a facilitar também a circulação na capital cearense (CAMPOS, 1988). Nessa época, surgiu um fiscal responsável pelo serviço de limpeza da cidade, a quem era cabido o controle da *“remoção do lixo nas ruas e calçadas”*, além do *“arrancamento de três em três mês de toda vegetação que nasce nelas, excetuada a faixa de dois metros de cada um dos lados da via pública”*, sendo esta a área destinada ao passeio (calçada), cuja construção e reparo eram de responsabilidade dos proprietários (CAMPOS, 1988).

3.3.2 Ordenanças sobre quarteirão

O código de postura de 1893 mostrava, em primeiro lugar, uma evolução na estrutura das quadras. As quadras antes retangulares receberam um novo elemento em seu desenho. O poder público, com base no artigo 12º, obrigou que as *“esquinas fossem cortadas em dois ângulos obtusos”*. Segundo Ponte (1993), esta foi uma das medidas utilizadas pelo prefeito e coronel de Fortaleza Guilherme César da Rocha, no contexto de embelezar a cidade, enquadrando-a nas reformas estéticas do final do século XIX.

3.3.3 Ordenanças de ordem sanitária

O século XIX foi marcado por tratados que reformulavam a higiene da cidade. Fortaleza iniciara, desde os primeiros códigos, os critérios de salubridade dos lugares, o controle da alimentação, dos recursos hídricos e a limpeza dos espaços urbanos. De acordo com Campos (1988, p.19), o poder público parecia ter a salubridade como meta ambiciosa nessa segunda metade do século XIX, e *“a*

salubridade passa a ser a meta ambicionada pelas administrações sucessivas e vão ganhando espaços as prescrições pertinentes”.

Trinta anos depois das posturas de 1835, o Código de 1865 trouxe os dispositivos não apenas sobre o modo de vida dos habitantes da cidade naquele tempo, mas novas exigências da vida urbana. Por exemplo, limpeza e combate a formigueiros, assim descrita no Art. 105: “*Os donos das casas, frentes e terrenos, dentro da planta da cidade, saio obrigados a extinguir os formigueiros que existirem na amplidão de suas propriedades [sic]*”¹³. O infrator era obrigado a pagar multa pelo descumprimento da lei.

As posturas da Seção II, que tratava sobre “*Curtumes, salgadeiras, estabelecimentos de fábricas, depósitos, manufaturas e tudo quanto possa alterar a salubridade pública, e incomodar a vizinhança [sic]*” estabeleciam que os curtumes, salgadeiras, açougues e fábricas só poderiam ser instalados com licença prévia. Também era proibido manter em casa “*fornos de cozer ou torrar tabaco, fábricas de destilar aguardente; de sabão; de azeite ou quaesquer outras, em que se trabalhe com ingredientes que exalam vapores que corrompem atmosfera...*” (Art. 43), sendo permitidas apenas nos subúrbios e arrabaldes, ainda assim com licença.

As chaminés eram exigidas nos edifícios para a retirada da fumaça de forjas de que servem os ferreiros, caldeireiros, fundidores e latoeiros. O Art. 47 determinava que os “*armazéns e os depósitos de couros curtidos, carnes e peixe salgados e outros gêneros que possam infeccionar a atmosfera*” deveriam ser “*arejados e conservados de limpeza*” e ainda era proibido o uso de “*borracha ou couro crus nas casas da rua da cidade*”.

Intensificaram-se as atenções para os utilitários da coisa pública. O artigo 59 do Código de 1865 dizia que “*os moradores da rua do Mercado são obrigados a limpar o riacho, que corre pelos quintais de suas casas quando forem avisados pelos fiscal*”. O mesmo código exigia que os “*despejos fecais*” fossem processados em “*vasilhas tapadas, das 9 horas da noite em diante, em lugares designados*”.

Cinco anos depois, o Código de 1870 prescrevia sobre a “*Fiscalização das carnes*”, acrescentando medida inovadora sobre o vestuário dos que trabalhavam

¹³ “*Os formigueiros eram combatidos em favor da lavoura, o que explica mais uma vez a vinculação da cidade com a área rural*”. (CAMPOS, 1988, p.124).

nesse ramo, segundo o artigo 33: “*Os condutores de carne verde, para o consumo, devem vestir camisa encarnada*”, sendo obrigatório a esses o uso de panos de “*brim pardo ou estopa*” na proteção das carnes transportadas. Os panos deveriam ser lavados diariamente.

A seção que tratava sobre “*Vendas de diversos gêneros*” abordava a comercialização de alimentos como leite, frutas, legumes, doces, ovos, entre outros, e exigia que a venda desses produtos acontecesse em lugares designados pela Câmara. O código trazia também restrições sobre as vasilhas dos leiteiros, prescrições para a negociação de farinha e rapadura, sendo que a venda desses alimentos só era permitida no “*quadro do mercado*” e efetuada pelo próprio indivíduo que as trouxesse à venda (CAMPOS, 1988).

Eram previstas punições para quem infringisse as ordenanças sobre o funcionamento dos depósitos e a estocagem para o comércio de couro, salgados, cal, sebo, entre outros. Na verdade, desde o Código de 1865 já existiam restrições sobre estocagem, sendo que a lei de 1870 estabelecia que curtumes, salgadeiras e casas especializadas em obras metálicas deveriam ter seus canos de chaminés nos altos de seus edifícios, “*para dar livre saída ao fumo das fomalhas*” (Art. 46, § 7º).

O Capítulo 5º do Código de 1870, “*Dos açudes, riachos, fontes ou aguadas, e distribuição d’água potável para consumo*”, com base no artigo 12º, advertia que “*os proprietários de terras do Alagadiço Grande, Urubu, e Jacarecanga, são obrigados a ter sangradores nos açudes ou tapagens com largura de 1,00 metro e a conveniente profundidade, segundo a força do inverno e a condição do açude*”. A “*Companhia do Bemfica*” (Art. 51, § 1º e 2º) era a responsável pelo abastecimento de água potável na cidade, sendo obrigada a empregar seu serviço em vasilhas de capacidade de 20 litros e manter seus empregados “*vestidos com roupas limpas e descentes*” durante suas atribuições (Art. 63).

O mesmo código de postura prescrevia o despejo das matérias fecais, aceitando a “*eliminação dos dejetos fecais na praia do porto das jangadas, para baixo, antes do desembarque dos viajantes*” (Art. 47, § 3º).

No Capítulo 2º, cujo título era “*Animais prejudiciais à lavoura*”, era proibido “*ter currais de bois e vacas dentro da planta da cidade*” (Art. 59, § 1º). Também não era permitido “*criar e conservar gado nesta cidade, seus arrabaldes, povoações do*

município, lugares alagadiços e serras” (Art. 59, § 2º), proibindo também a criação de outros animais como *“cabras, ovelhas e carneiros”* (Art. 59, § 3º). O artigo 61º reedita a lei estabelecida no código de 1835, na qual *“os proprietários de casas, frentes e terrenos nesta cidade e povoações, são obrigados a extinguir os formigueiros que existirem ou aparecerem na área de sua propriedade”*.

O título IV *“Bulha, vaserias, obscenidades e ofensas a moral”*, postulava uma novidade em relação ao código anterior, proibindo *“banhar-se de dia no corrente da Rua do Poço, a Lagoa do Garrote, Pajeú e outros lugares expostos às vistas dos viandantes, ou quem estiver nas casas”* (Art. 63, § 5º). Destacava-se que o código também incumbia as atribuições do médico da cidade, prescritas no artigo 13º, e que eram *“vacinar as pessoas pobres, que se lhe apresentarem para este fim”* e *“medicar os doentes pobres, em cujo número se incluem os presos da cadeia da capital”*.

Segundo Campos (1988), *“em obediência aos padrões instrumentalizados pelo sentido de higiene e saúde, ficou indiscutivelmente melhor diligenciado a partir do Código de 1879”*. Nesse código, as medidas e deveres relativos aos serviços de limpeza da cidade eram mais abrangentes, e nenhuma área de uso comum – praças, praias, coxias e córregos – livrava-se das novas providências.

O Código de 1879 estabelecia a *“remoção de toda e qualquer matéria orgânica e inorgânica suscetíveis de se corromperem e de viciarem o ambiente pela exalação de miasmas ou de incomodarem as pessoas que transitam e de impedirem o trânsito”*. Assim, *“as ruas são varridas duas vezes na semana, as praças diariamente, e o lixo removido diariamente”*. Ainda sobre a limpeza nas ruas, o código postulava que o *“serviço de limpeza e varredura se fará de modo a não perturbar o sossego e cômodo dos habitantes, proibindo o empresário de limpeza as vozeiras e disputas entre seus trabalhadores, para o que prestará toda atenção e vigilância, punindo os mesmos trabalhadores”*.

Entre as novidades do Código de 1879, estava o artigo 80º, que exigia a nomeação de uma comissão técnica para examinar o estado de fontes, tanques ou depósitos, e dos chafarizes de propriedade da companhia responsável pelo abastecimento da água (CAMPOS, 1988).

O poder público também fazia restrições à utilização de algumas praças. Por exemplo, sobre o Passeio Público, o Art. 112 versava: *“A entrada de pessoas no*

Passeio Público terá lugar das 5 horas da manhã às 6 e meia da tarde". Era proibida "a entrada de quem não estiver vestido, dos embriagados, e dos que acharem ilegalmente armados"; "o despejo de urina ou de qualquer imundície dentro ou fora, junto ao gradil do passeio"; e "a entrada de animais, exceto a de cães que, acompanharem a seus donos, estando estes munidos da competente licença". Destaca-se que cavalo, burro ou boi que "estacionassem nas praças da Assembleia e do Ferreira, contribuía com o imposto de vinte reis".

De acordo com Andrade (2012), o Código de 1893 reforçava as questões sobre a salubridade e o discurso técnico higienista. Logo no artigo 2º do Código de Postura, havia uma delimitação de zonas exclusivas para as casas de taipa e de palha, em nome da limpeza e da saúde. O artigo 91º do mesmo Código determinava que "as casas e seus quintais serão vistoriados quando a intendência julgar conveniente, a bem da salubridade, ou por intermédio de comissões nomeadas para dito fim". Prescrevia, ainda, uma determinação referente à higiene: "O médico fará sempre parte da comissão necessária para a vistoria, de que se trata".

As normas sobre controle das habitações publicadas em 1893 obrigavam que "todas as casas novas ou reparadas, e as de aluguel que vagarem serão visitadas pelo Inspetor sanitário que verificará se oferecem ou não as condições indispensáveis de higiene e asseio para serem habitadas." (Art. 303). A lei também regulava as casas de travessa: "Não será permitido a habitação em casas ou cômodos chamados de travessa, sem área livre ou quintal e sem instalação sanitária". (Art. 312). Da mesma forma, não era permitida "habitação em porões e sótão que tenham iluminação e arejamento deficiente." (Art. 314).

Por último, o Código de 1893, na parte "Diretoria Geral da Higiene", proibia a implantação, dentro do perímetro urbano da cidade, de fábricas de "curtume, sabão e óleo, couro e sebo, salgadeiras, como também deposito de cal, borracha de maníobas não beneficiada, estufas de torrefação de tabaco, fundições, ferrarias e outras oficinas de obras metálicas, fábricas ou depósitos que exalem mau cheiro".

3.3.4 Ordenanças das atividades construtivas

As medidas que faltaram no código de 1835 quanto às construções e levantamento de edifícios foram criadas no código de 1865 (CAMPOS, 1988). O Art.

2º constituía que as casas “terão 4m 84 d’altura, desde a soleira até a base da cornija; portas de 3m08 de altura, janelas de 2m2, tendo umas e outras 4m3 de largura”. As vergas das edificações também foram citadas, devendo ser “góticas, ou semicirculares abertas ou fechadas; os claros terão 0,88m a 1m32 de largura, medindo estas a quarta parte da altura da frente”¹⁴.

A câmara fortalezense, entre uma série de outras medidas relativas à construção civil, impôs que as soleiras das edificações não tivessem mais de 22 centímetros sobre a calçada ou passeio nem menos que 11 centímetros. As frentes das edificações “serão guarnecidas de azulejo ou de cal, coloridas menos de pretos”. Era proibida a construção de “sótão, trapeiras ou águas-furtadas sobre parte dos telhados das casas térreas, cujas águas despejarem nas ruas”.

O Código de 1870 deu continuidade às padronizações então adotadas nos códigos anteriores. Os elementos construtivos das edificações receberam medidas uniformizadas. Portas, platibandas e cornijas somente seriam admitidas conforme as medidas estabelecidas em lei. Os pisos e calçadas passaram a receber padrões convencionados.

Com base no artigo 25º, “Regularidade da edificação”, a Câmara determinava: “As casas que se houverem de construir dentro dos limites da cidade, deverão ter as seguintes dimensões mínimas”:

- “Altura, entre a soleira e a linha da base da cornija é de 4,84m”;
- “Portas de 3,08, janelas de 2,09 de altura; umas e outras, 1,32 de largura”;
- “Os claros entre portas e janelas, a largura que convier sendo o máximo de 2,20 e o mínimo de 0,44”;
- “As frentes, guarnecidas, de azulejos, caiadas ou coloridas”;
- “A soleira de cada porta, de 0,11 a 0,22 acima da calçada ou passeio”;
- “As calçadas ou passeios 2,2 de largura;
- “Cornija e platibanda, medindo de 0,44 e 0,55 de altura e de 0,22 e 0,28 de saliência, e ela entre a quarta e a quinta parte da altura da frente”.

¹⁴ Antes do sistema métrico decimal as medidas utilizadas eram em palmos, braças, varas e pés. Um palmo tem 22cm. Meio palmo mede 11cm. 1m e 32 de largura é igual a 6 palmos. 88cm é igual a 4 palmos.

O mesmo código estabelecia: “As casas que se edificarem nas povoações, terão pelo menos, a altura de 3,60 entre a soleira da porta e a linha da base da cornija; terão cornija de 0,44 de altura sobre 0,22 de saliência e platibanda de 0,88; ou somente cimalha com telhas sacadas conforme o gosto do proprietário”. Os proprietários das casas na cidade eram obrigados a restaurar ou pintar suas fachadas no mês de junho de cada ano.

Ainda no Código de 1870 se estabelecia que as casas de taipa e de palha, bem como as cercas inseridas na Capital cearense ou nas povoações, deveriam possuir um “alinhamento especial afastado um metro dela estabelecida para as demais edificações” (Art. 3°).

Demonstrando e reforçando a padronização e “embelezamento da Cidade” (PONTE, 1993), o Código de 1893 prescrevia “a adoção de certa padronização formal nas platibandas, obrigatórias nas fachadas de frente, bem como nos vãos de portas e janelas externas. Para manter a harmonia do conjunto urbano, tenta mesmo impedir as construções que não se integrassem nas linhas gerais definidas pelo Código”.

3.3.5 Ordenanças de boa construção

Os procedimentos técnicos de estabilidade e segurança das edificações foram então anunciados no Código de 1870. O Art. 13° prescrevia: “As edificações na cidade, serão feitas em sua totalidade, sobre alicerces de tijolo ou pedra com argamassa de cal e areia, lançada na proporção estabelecida pela repartição das obras públicas”.

Em relação à padronização dos materiais de construção, o Capítulo 3° tratava “Dos Materiais de Construção” com base no artigo 41°, de modo que a Câmara determinou minuciosamente as dimensões para os materiais de construção, como por exemplo:

“§. 1° Para telha:

- Comprimento: 0,60 metros;
- Arco maior: 0,30 metros;
- Arco menor: 0,20 metros;

- *Grossura: 0,01 metros;*

§. 2º *Para telhados de alvenaria:*

- *Comprimento: 0,27 metros;*

- *Largura: 0,13 metros;*

§. 3º *Para tijolos de calçadas:*

- *Comprimento: 0,27 metros;*

- *Largura: 0,13 metros;*

- *Grossura: 0,05 metros;*

§. 4º *Para tijolo de ladrilho comum:*

- *Comprimento: 0,23 metros;*

- *Largura: 0,11 metros;*

- *Grossura: 0,04 metros;*

Todos os referidos materiais deverão ter depois de cozidos, as dimensões acima indicadas”.

Tais detalhes vinham combater as más práticas cotidianas nas construções da cidade de Fortaleza. Esses novos requisitos da construção pretendiam assegurar a estabilidade e a estrutura das edificações e, mais que isso, o poder público procurava dar um importante passo no embelezamento e na durabilidade das fachadas. Ao longo do tempo, essas ordenanças foram se enriquecendo, dado o aparecimento de novos materiais. Novos procedimentos seriam estudados no Código de 1932.

A imagem de Fortaleza no final do século XIX era negativa, sinônimo de sujeiras, doenças e mortes. Sendo assim, foi adotada uma política de higienização por parte do poder público através de ordenanças relativas ao saneamento da cidade. Era preciso saneá-la, ordená-la e curar suas promiscuidades, transformando a cidade em um espaço sadio para o seu desenvolvimento.

4. INTRODUÇÃO DO IDEÁRIO MODERNO EM FORTALEZA NO INÍCIO DOS ANOS DE 1930

4.1 Crescimento urbano em Fortaleza de 1894 a 1933

No período de 1894 até 1933, Fortaleza foi marcada por dificuldades políticas e sociais. Mesmo assim, destacaram-se algumas medidas utilizadas para a ampliação e o progresso da cidade: o alinhamento das edificações; o alargamento e a pavimentação de vias devido à chegada do automóvel; a reforma da “Ponte Velha” e a construção da “Ponte Nova” da Alfândega; a instalação de bondes a tração elétrica; o estudo para a implantação da rede urbana de água e esgoto; a incorporação de Parangaba e Messejana ao município de Fortaleza; e as melhorias no sistema rodoviário que ligava Fortaleza ao interior (IPLAM, 1990). Esses melhoramentos anteciparam o plano que estava por vir, estabelecendo um novo pensamento sobre a forma de uso da cidade.

A revolução demográfica continuou no início do século XX em Fortaleza, transformando a distribuição dos habitantes na Capital. Entretanto, não se pode esquecer o conflito político entre 1912 e 1914 no Ceará: “A Sedição de Juazeiro”, revolta armada entre as oligarquias cearenses e o governo federal na busca pelo poder no Estado (FARIAS, 1997). A Sedição de Juazeiro ocorreu na região do Cariri, a mais de 400 km da capital, quebrando as cidades do interior e chegando às margens de Fortaleza, onde tudo foi destruído e saqueado (TEÓFILO, 1980).

Mesmo os conflitos ocorrendo principalmente nas cidades de Juazeiro do Norte e no Crato, Fortaleza sofreu com revoltas, tumultos e invasões. No bairro Jacarecanga, o comércio foi saqueado, e as residências próximas às fábricas de tecidos de Nogueira Accioly foram destruídas e queimadas. Em 1914, vários jagunços partiram de trem do terminal rodoviário de Iguatu, assassinando as

peças e saqueando as cidades às margens da estrada de ferro que levava a Fortaleza. Em março do mesmo ano, os jagunços cercaram Fortaleza e, no dia 10 de março de 1914, o Ceará decretou Estado de Sítio. Em seguida, houve intervenção federal no Estado. A sedição triunfou, e o latifúndio e o coronelismo mostravam sua força no Estado (FARIAS, 1997).

Após a Sedição, o alívio pelo fim do conflito foi logo superado pelas preocupações relativas à seca de 1915. O Estado passava por um momento crítico, e os preços dos alimentos aumentaram consideravelmente (Figura 69). A seca de 1915 foi diferente da seca de 1887, principalmente porque os retirantes chegavam à Fortaleza através do trem. Como frisa Teófilo (1980, p.51), “*A primeira leva de retirantes chegou a Fortaleza, vinda de Iguatu pela Estrada de Ferro de Baturité*”. Dessa forma, as figuras esqueléticas de outros tempos agora não eram tão visíveis. Assim, centenas de flagelados desembarcavam todos os dias na estação ferroviária da capital. O poder público deixou os retirantes se acomodarem nas árvores dos subúrbios, como também nas praças e ruas de Fortaleza, como o Passeio Público, inaugurado em 1880, um local aberto e de encontro de grande parte dos moradores da cidade, lugar elegante e agradável para se encontrar à tardinha. Nas palavras do escritor Adolfo Caminha:

“Passeio Público é um dos mais belos do Brasil e a coisa mais bem feita que o Ceará possui. Que vista, que magnífico panorama se aprecia da avenida Caio Prado, à tarde! Nem o Passeio Público do Rio de Janeiro!” (PAIVA, 2014, p.78)

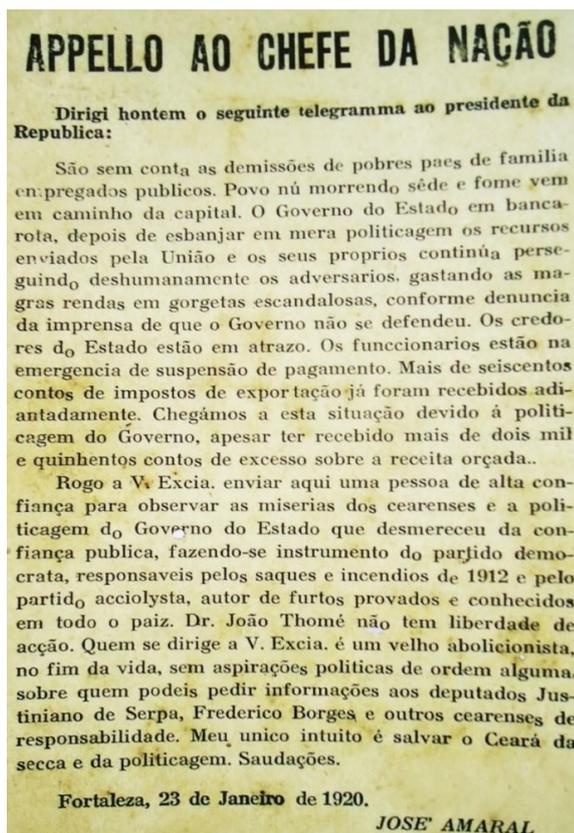


Figura 69 – No ano de 1920, José Amaral critica o governo do Estado, expondo a situação do Ceará no início do século XX. Fonte: INSTITUTO DO CEARÁ, 2010, p. s/n.

Agora, no ano de 1915 todas as árvores do Passeio Público estavam ocupadas por redes, a maioria sujas e exalando um cheiro ruim. A varíola, camarada inseparável da seca, compartilhava o mal-estar com as famílias dos retirantes (TEÓFILO, 1980).

Os sertanejos viviam em condições suportáveis no interior, mas insuficientes para a cidade. Os dejetos sólidos e líquidos eram eliminados ao ar livre, a retirada de frutas nas árvores era algo normal no meio rural, e todos os integrantes das famílias tomavam banhos vestidos, um aspecto mais de lazer que de asseio pessoal. Esses costumes foram levados para a Capital. Dessa forma, a classe dominante considerava os flagelados como um povo sem educação que precisava abandonar seus hábitos tradicionais. Fortaleza tornava-se uma extensão dos costumes do interior. Registravam-se, também, furtos de alimentos pelos flagelados, para amenizar a fome. Esse quadro caótico virou pretexto para que o poder público, com a ajuda do governo federal, executasse medidas de modo a ordenar, restringir, oprimir e expulsar a população menos favorecida. Quando se fala em expulsar,

refere-se à distribuição de passagens incentivando as migrações para outros Estados da nação (RIOS, 2006).

Foram criados, em algumas cidades do interior e em Fortaleza, os “campos de concentração”, locais destinados aos flagelados da seca, de modo a aplicar uma disciplina mais rígida na distribuição de alimentos (RIOS, 2006). Entretanto, conforme descreve Raquel de Queiroz (1997, p.24), tratava-se de “*um local de promiscuidade, de mau cheiro, de gente imunda, de latas velhas e trapos sujos*”. Fortaleza possuiu dois campos de concentração: um localizado no Pirambu e outro no Urubu (atual Otávio Bonfim) (Figura 70). Esses espaços foram utilizados durante a Seca de 1932 também. Os residentes desses ambientes eram obrigados a seguir regras de higiene. Assim, aconteceram várias revoltas dos oprimidos e alguns conseguiram fugir. Todos os homens eram obrigados a raspar a cabeça, devido ao possível surto de piolhos (RIOS, 2006).

Henrique César Pinheiro, em 2008, publicou um poema intitulado de Campos de Concentração no Ceará, levando ao mundo literário a forma pouco cortês com que o Poder Público combatia e disciplinava os flagelados da seca de 1915 e 1932.

No Estado do Ceará
 A exemplo do alemão
 Houve por aqui também
 Campo de concentração
 Lá era pra matar judeu
 Aqui o povo do sertão.
 Na seca de trinta e dois
 Criamos uns sete currais
 Para evitar que famintos
 Criassem problemas sociais
 E pudessem invadir
 Na capital seus mananciais.
 Currais foram construídos
 Em Senador Pompeu, Ipu,
 Quixeramobim e Crato,
 Fortaleza e Cariús.
 Fortaleza teve dois
 Otávio Bonfim, Pirambu. (...) ¹⁵

¹⁵ “Campos de Concentração do Ceará”. Poema publicado em 2008 por Henrique César Pinheiro.

Na década de 1930, Fortaleza já demonstrava ruptura com os costumes da vida rural, apesar de ainda haver vestígios de hábitos da vida campestre no novo Código de Postura publicado em dezembro de 1932. Segundo Pessoa (1998), grandes e pequenas fábricas afloravam na cidade. Existia, então, organização dos trabalhadores, a população mudou seus hábitos e alguns costumes antigos, novas técnicas, tecnologias e serviços de infraestrutura surgiram. À medida que Fortaleza assumia um papel de importância no sistema global da Era Vargas, grupos detentores do poder apareceram. Entre eles, o econômico e o intelectual, trazendo uma nova ideia de disciplina, organização e limpeza. A cidade exigia um novo código.

Esse vácuo na regularização, uma vez que o último código era de 1893, foi citado no preâmbulo da nova lei de 1932, considerando-o omissivo e antiquado. Havia um contraste nítido na cidade: por um lado, o poder público desenvolvia ideias de embelezar o espaço urbano, trazendo novas propostas técnicas dissociadas de um preceito moderno e, por outro lado, grande parte dos moradores da cidade enfrentava dificuldades de moradia, fome e doenças. Parecia claro que essa antítese culminaria em um novo código de posturas.

Timidamente, a nova ordenança de Fortaleza, com mais de 500 artigos, demonstrava conceitos do urbanismo moderno, entre eles a divisão do município em zonas; as questões das alturas ideais das edificações eram abordadas com maior ênfase; o bem-estar dos habitantes era lembrado quando se falava em embelezamentos, ventilação e salubridade; a largura mínima das ruas era determinada para facilitar a circulação, o dimensionamento das quadras e dos lotes; recuos laterais; todos os tipos de construção passariam a ser feitos somente através de projeto aprovado pela prefeitura.

Ao atualizar as regras e normas, o poder público fazia o rompimento de uma cidade “tradicional” rural, propondo modelos alternativos para a cidade “moderna”. Esse tipo de ruptura que se contrapunha às antigas práticas urbanísticas e construtivas, e que se formaram na Europa na segunda metade do século XIX, desencadeadas devido à revolução industrial, constituíam o início de um novo tipo de cidade, a cidade moderna (BENÉVOLO, 1977).

O conceito de cidade moderna foi mantido na administração do novo prefeito de Fortaleza, o advogado Raimundo Girão, que contratou o urbanista pernambucano

radicado no Rio de Janeiro, Nestor Egídio de Figueiredo (1893-1973) para a elaboração do “*Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza*” de 1933 (Figura 72). Nestor de Figueiredo elaborou alguns planos de extensão em algumas cidades do Nordeste, entre elas Fortaleza, Recife e João Pessoa (TRAJANO FILHO, 2013). A planta de extensão da capital cearense seria composta de concepções, ampliações e respostas ao problema do desenho antigo da cidade.

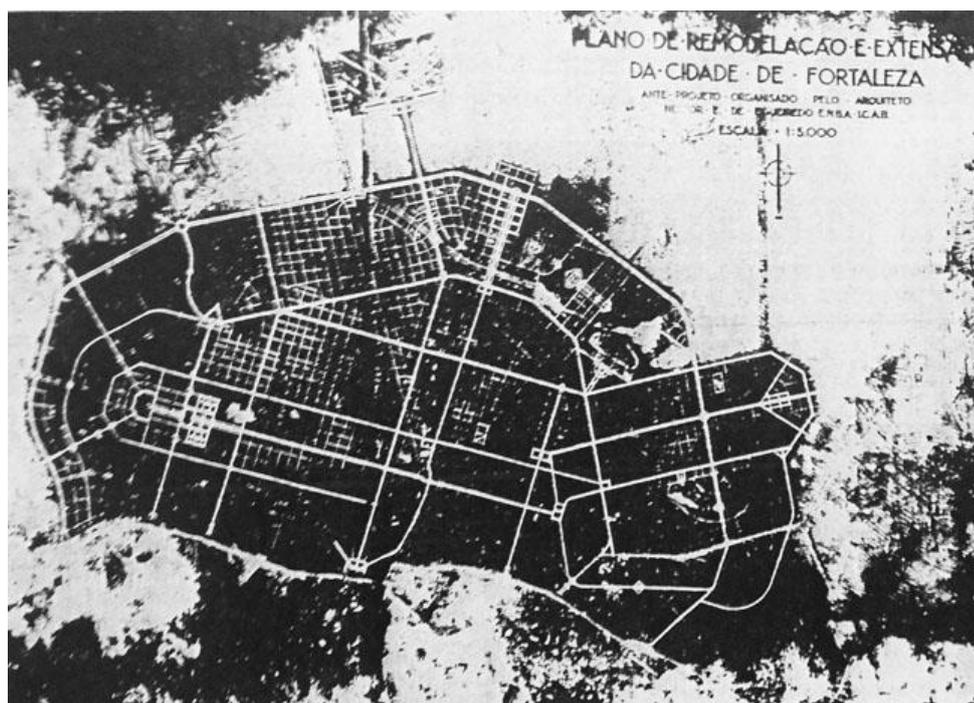


Figura 72 – Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza, desenho elaborado por Nestor Figueiredo. Fonte: IPLAM, 1990, p.23.

O Ceará ainda vinha sofrendo com a seca de 1932. Milhares de pessoas atingidas pela catástrofe enfrentavam a fome e a doença, que continuava alta no Estado. Ergueram-se mais currais humanos, os famosos “campos de concentração”. As migrações para a Capital cearense e outros Estados continuavam. A pouca assistência do governo beneficiava uma minoria da população (FARIAS, 1997). Novamente, Fortaleza se encontrava no dilema entre a seca e a necessidade de continuar com a visão progressista. Por questões internas, a proposta de expansão do urbanista Nestor Figueiredo não foi apoiada pelo Conselho Municipal (CODEF/PMF, 1979). Os técnicos consideraram que ele era “estranho ao meio” e não conhecia as necessidades da cidade. Além disso, os críticos viram o projeto como fantasioso e, conseqüentemente, inexecuível, visto que seria impossível separar uma cidade consolidada em áreas reduzidas a uma única função. Por essas

razões, a proposta do urbanista Nestor Figueiredo foi rejeitada (FARIAS FILHO, 2008).

Embora o plano de Nestor de Figueiredo não tenha sido adotado na íntegra, suas ideias nortearam várias intervenções posteriores ao seu plano, no traçado urbano da cidade de Fortaleza.

O passo seguinte a 1933 seria a modernização da cidade acompanhando as teorias urbanas que aconteciam no Brasil e que estavam em uso internacionalmente. No código de postura de Fortaleza, datado de 1938, de acordo com Andrade (2012), o artigo 255 destacava que iria “*induzir de maneira decisiva o processo de verticalização*” da área central da cidade. E após quatorze anos da tentativa de controlar o crescimento urbano de Fortaleza, surgia uma nova oportunidade através do “*Plano de Remodelação e extensão da cidade de Fortaleza*”, em 1947, elaborado pelo carioca engenheiro e urbanista José de Otacílio de Sabóia Ribeiro (Figura 73). O Plano “*enfoca a divisão e a nomenclatura dos bairros, o sistema viário e os espaços livres. Prevê o fim da monucleação da cidade e indica zonas portuárias, industriais e comerciais*”. (CASTRO, 2006, p.75). Como o plano de Nestor de Figueiredo, a nova proposta não seria colocada em prática; entretanto, o código de postura, também elaborado por Sabóia Ribeiro, em 1947, predominou por muito tempo na cidade (CASTRO, 2006).



Figura 73 – Plano de Remodelação e extensão da cidade de Fortaleza, elaborado por Sabóia Ribeiro, 1947. Fonte: COSTA, 2005, p.74.

Assim, o código de 1932 e o plano de 1933 foram alguns dos primeiros quadros de uma série de experiências que conduziram a cidade de Fortaleza a uma utilização dos conceitos urbanísticos modernos. Adotados posteriormente nas décadas seguintes.

4.2 O “*Plano de Remodelação e Extensão da cidade de Fortaleza*”, 1933

4.2.1 Contratação do Plano de Nestor de Figueiredo

O fato de escolher o Plano de Nestor Egídio de Figueiredo (Figura 74) como o plano antecessor da urbanística moderna de Fortaleza dizia respeito a uma dupla razão: em primeiro lugar, consistia em um projeto a contrapor ao desenho da cidade, já estruturada; em segundo lugar, verificava as consequências do projeto em relação ao espaço ocupado pela arquitetura de sua época.

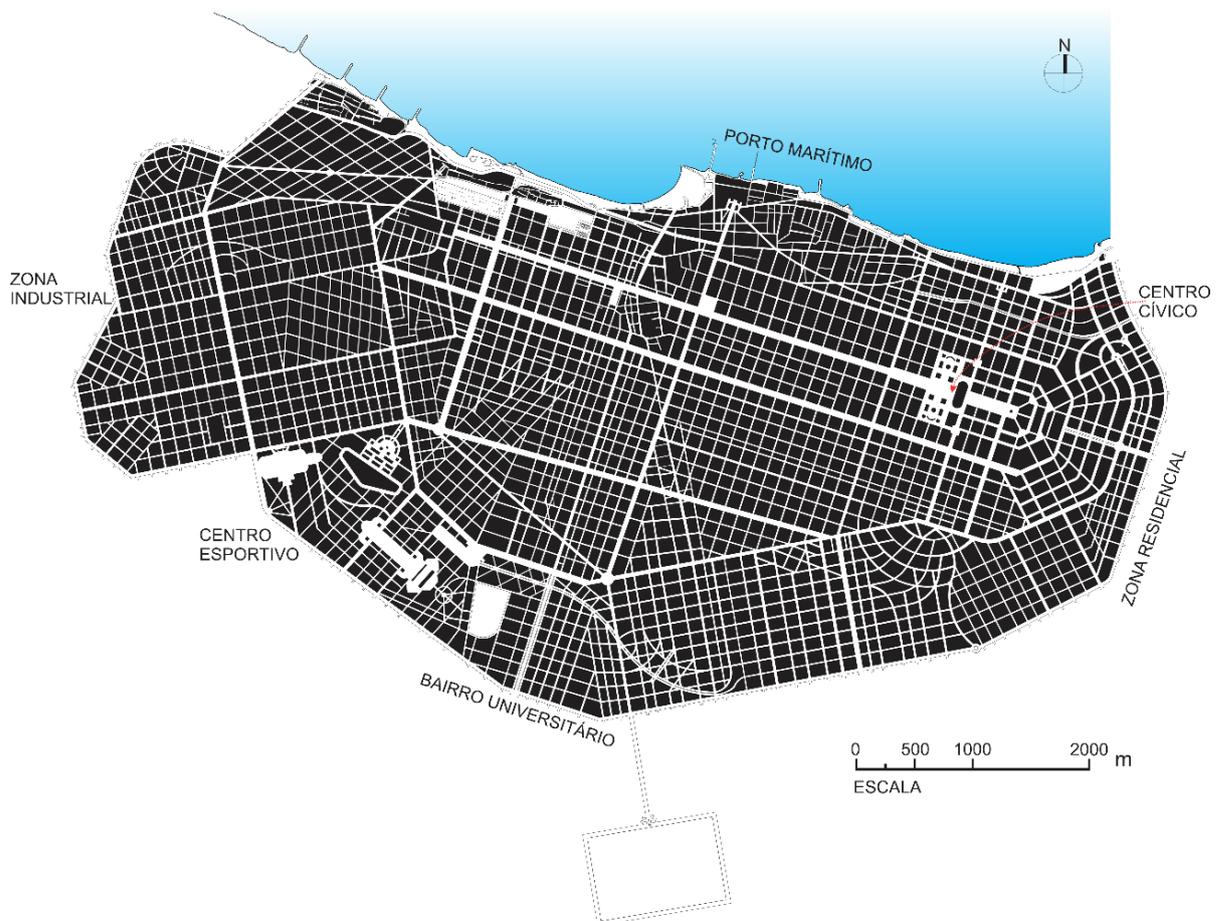


Figura 74 – Redesenho “*Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza*”, elaborado por Nestor de Figueiredo em 1933. Autor: Larry Andrade Fonte: ANDRADE, 2012, p. 256/ IPLAM, 1990, p. 23.

Nesse período, o então engenheiro cearense José Cândido de Moraes, que estava residindo em Pernambuco, enviou uma carta ao Prefeito Tibúrcio Cavalcante. Ele lembrava as vantagens da contratação do urbanista Nestor de Figueiredo, que se encontrava em Recife cuidando dos planos da Capital pernambucana e da cidade de João Pessoa (GIRÃO, 1943).

Após o convite, Nestor de Figueiredo veio à Fortaleza, e em abril de 1933 elaborou um memorial com observações pessoais do traçado e da topografia da cidade. Indicou também o preço dos seus serviços para a elaboração do plano da cidade. No mesmo ano, assumiu o cargo de prefeito de Fortaleza o senhor Raimundo Girão, que pretendia seguir com os serviços do então urbanista.

Alguns pontos relevantes foram apontados no memorial para a remodelação de Fortaleza, como era o caso da previsão do aumento populacional e, como consequência, a intensidade do trânsito. A facilidade de comunicação entre os bairros foi outro elemento importante que seria adotado na proposta, considerando que Fortaleza já era uma cidade de aspecto modelar.

Entretanto, nem todos os conselheiros eram a favor da contratação de um plano para Fortaleza. A proposta, ao chegar às mãos do conselheiro Júlio Rodrigues, esse de opinião contrária à sua aceitação, “*considerando a inoportunidade da medida em face das condições do erário público e pela obra suntuária do plano*”, elaborou um parecer contrário. Ele considerou três pontos relevantes para a não contratação do urbanista, assim definidos:

- Necessidade de utilização do sistema de concorrência pública;
- A envergadura do plano e com a sistematização proposta, deveria estar naturalmente subordinada às condições do meio, em especial à ordem econômica.
- A elaboração de um plano de urbanização para Fortaleza não era uma obra de urgência, considerando mais importante a criação de um instituto de menores delinquentes ou abandonados.

Mesmo diante da não aprovação de seu conselheiro, Raimundo Girão reforçou a necessidade de um novo plano:

“Não devemos esquecer que a falta de um plano de desenvolvimento estragou o crescimento da cidade. Enquanto foi observado o plano Adolpho Herbster e os que o antecederam, Fortaleza se desenvolveu inteligentemente, constituindo-se a cidade que hoje admiramos com ufania. O esquecimento do plano Herbster bastou para produzir uma soma de enorme de defeitos, que é indispensável corrigir. O plano atualmente em estudo, organizado nos moldes e nas regras do moderno urbanismo, deve merecer o apoio incondicional de todos e nunca prevenções desarrazoadas e personalistas” (GIRÃO, 1943, p. 210).

Apesar das opiniões divergentes, Nestor de Figueiredo foi contratado e elaborou o Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza. Juntou ao plano o memorial que ressaltava a importância do novo plano da Capital cearense (GIRÃO, 1943).

Em 1933, Raimundo Girão sai da prefeitura de Fortaleza e assume Álvaro Weyne. Uma das suas medidas foi a rescisão do contrato com o urbanista Nestor Figueiredo (ANDRADE, 2012), alegando que “*a cidade precisava de coisas mais importantes do que planos urbanísticos*” (CASTRO, 1982, p. 26).

Enquanto não era adotado o novo plano, Fortaleza seguia crescendo de forma descontínua. O novo tecido urbano se organizava sobre uma rede de desenhos, com figuras geométricas irregulares, agrupando a parte antiga através de uma grande avenida, um crescimento em forma de “tentáculos”. A parte mais antiga distinguia-se dos loteamentos recentes, e os loteamentos eram entregues nas mãos dos empreendedores imobiliários, que construíram uma malha viária “diversificada e anárquica”. Por exemplo, Loteamento Floresta (Figura 76); parcelamento da Chácara Iracema (Figura 77) e Loteamento Lydianópolis (Figura 78) (ANDRADE, 2012).

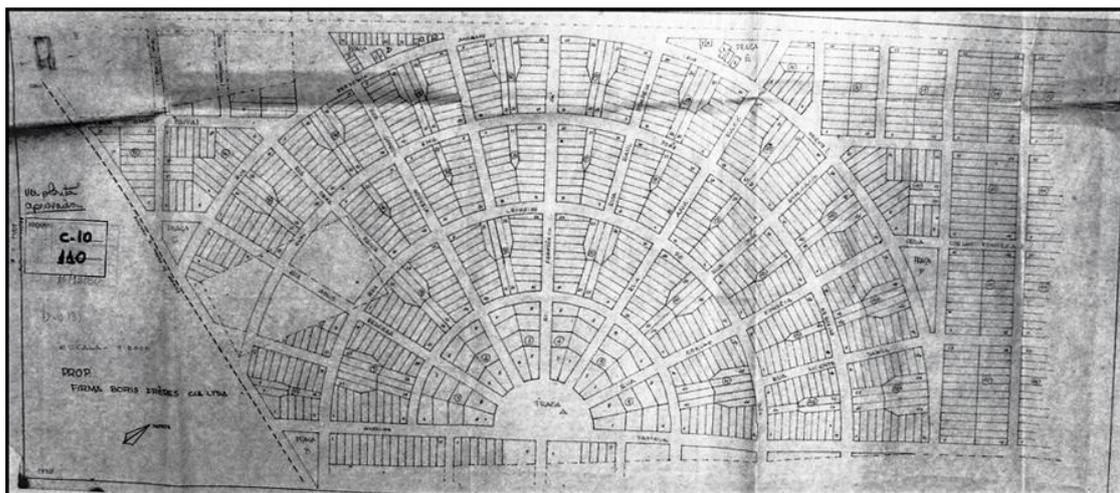


Figura 76 – Parcelamento de um terreno no lugar da Floresta, zona oeste da cidade, na década de 1930, projeto de Fernando Lima. Fonte: ANDRADE, 2012, p.190.

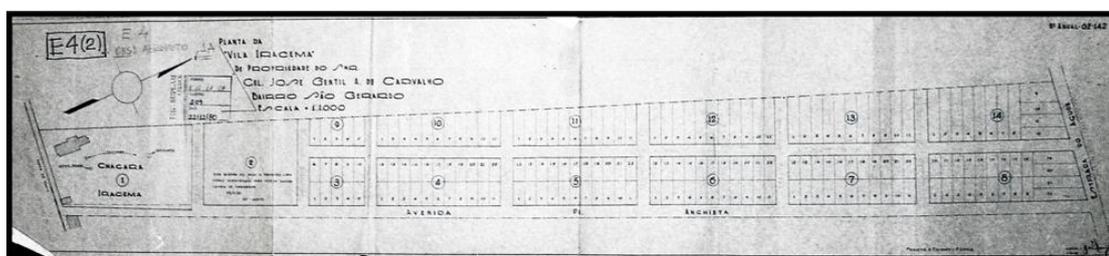


Figura 77 – Parcelamento da Chácara Iracema (Vila Iracema) na década de 1930. Fonte: ANDRADE, 2012, p.190.

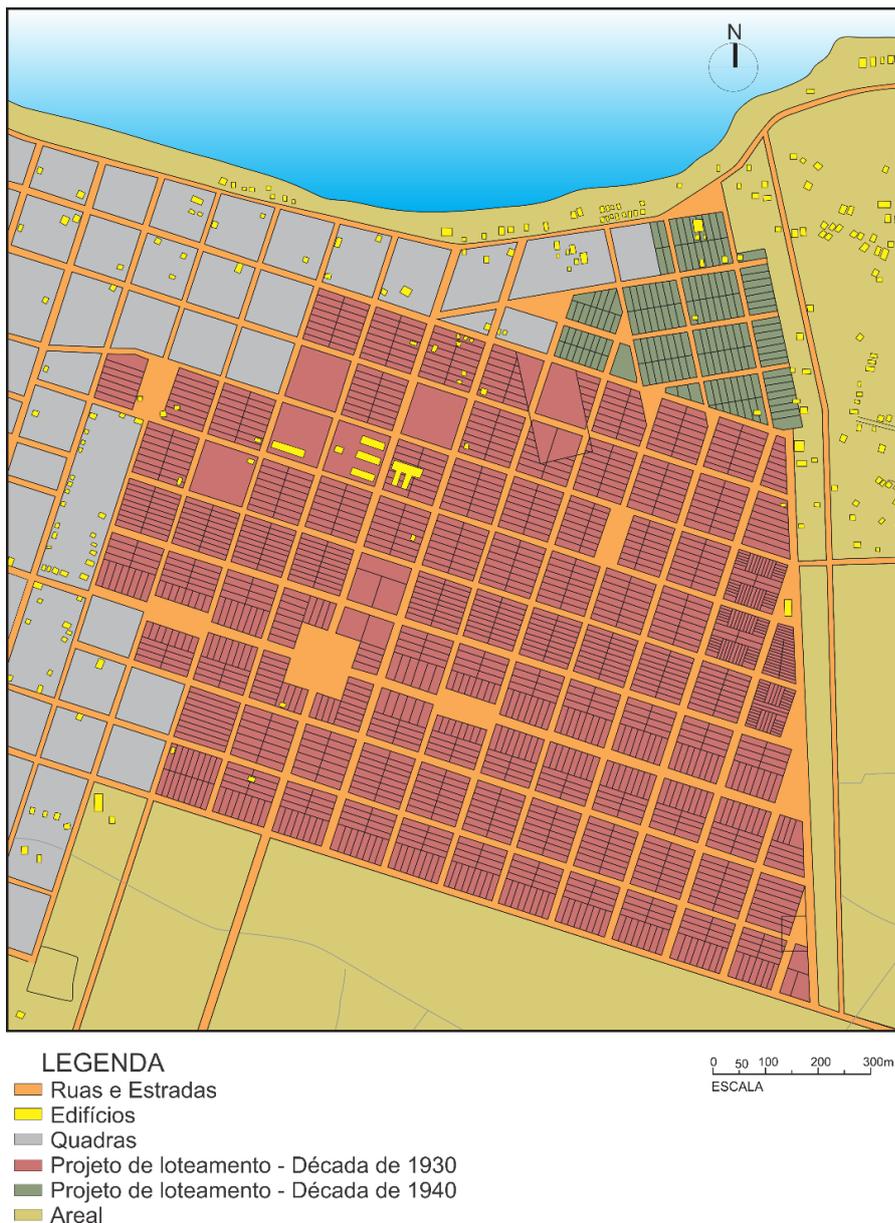


Figura 78 – Redesenho loteamento *Lydianópolis Nova Cidade*, (1931). Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 253.

4.2.2 A concepção do Plano de Nestor de Figueiredo

O Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza de 1933 englobava não somente a parte central da cidade, mas também todo o perímetro urbano, abraçando uma área de 1.800 hectares. Para Farias Filho (2008), o plano proposto por Nestor de Figueiredo possuía uma dupla influência: Alfred Agache e Le Corbusier. Agache, que por coincidência havia trabalhado no plano de urbanização do Rio de Janeiro, utilizava ideias vinculadas ao academicismo e à monumentalidade das *Beaux-Arts* e do Movimento *City Beautiful*, através das praças e dos conjuntos; adotava as

perspectivas e visuais, bem como as avenidas em “Y” (Figura 79). Por outro lado, Figueiredo utilizava de Le Corbusier o rígido zoneamento funcional, um sistema de circulação hierarquizado, e um desenho com ênfase na engenharia urbana, onde o tráfego e o saneamento configuravam a cidade eficiente (Figura 80). De acordo com Farias Filho (2008), essa filiação mista estava preocupada em responder duas dimensões principais do urbanismo: “o planejamento urbano que se ocupa das grandes funções e a composição urbana que trata da estrutura formal” (FARIAS FILHO, 2008, p. 7).



Figura 79 – Doonat Alfred Agache: Plano do Rio de Janeiro, 1928-1930. Perspectiva axonométrica do centro monumental e bairros de intercâmbio e negócios, com avenidas em “Y” e eixos monumentais. Fonte: LAMAS, 1992, p. 275.

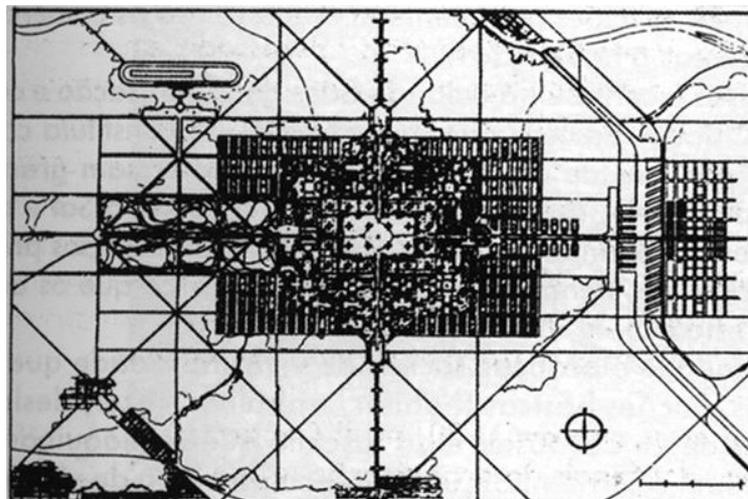


Figura 80 – Le Corbusier: “La Ville Contemporaine”, de 1922. É o plano de cidade contemporânea para 3 milhões de habitantes. As vias de comunicação organizam-se em três níveis hierarquizados. Fonte: LAMAS, 1992, p. 353.

A documentação existente jamais explicitou as ideias do plano de Figueiredo; entretanto, se percebe no desenho que o urbanista utilizava vias diferenciadas para a importância de um perímetro central, circundado pelo perímetro de bulevares, para, assim, criar novas centralidades de traçado (FARIAS FILHO, 2008).

No próprio memorial escrito por Nestor Figueiredo, eram apontados os temas mais importantes para o autor: regularidade do traçado urbano; sistema perfeito de alinhamento entre as ruas e praças; grandes avenidas ligando a periferia ao centro, e a separação da cidade por zonas.

4.2.3 Traçado

A criação de muitas artérias foi observada no plano de 1933, medida que fora utilizada no plano de Herbster, no século XIX. As grandes avenidas de então não eram apenas uma medida de embelezamento. A abertura desses novos eixos possuía outra característica: a racionalização, tendência adotada com a finalidade de manter a maior comunicação entre os bairros e, ao mesmo tempo, imprimir o dinamismo através do automóvel, obedecendo à circulação fácil e cômoda dentro da cidade.

O automóvel dentro da cidade criava uma imagem de progresso e modernidade. Por outro lado, na década de 1920, Fortaleza recebeu uma enorme quantidade de retirantes e registrou uma explosão demográfica que proporcionou o crescimento espontâneo e irregular de novos bairros periféricos. A redistribuição da circulação rodoviária parecia ser a solução do problema criado pelas aglomerações humanas e a quantidade excessiva de veículos que afligiam a cidade. No decênio de 1930, foi assustador o aumento do número de acidentes de trânsito (Figura 81) (BORGES, 2006).



Figura 81 – Reportagens noticiando o aumento do número de acidentes e a poluição sonora em Fortaleza na década de 1930. Fonte: BORGES, 2006, p.67/ NIREZ, 2001, P.322.

As justificativas dos alargamentos das ruas como meio de comunicação eram semelhantes às que serviram para implantar a ferrovia na cidade: pôr em comunicação dois bairros de maneira mais rápida e segura. Esse era o primeiro passo do plano ambicioso que buscava estimular a rapidez nas trocas entre os velhos e os novos polos, abrindo o caminho para futuras redes. Nasceu assim o padrão mais característico do plano de Nestor de Figueiredo: cortar a malha existente para dar lugar a grandes corredores considerados como canais de tráfego.

Outro ponto que Girão (1943) apresentava na justificativa do novo plano dizia respeito à salubridade do lugar, sobretudo aos cuidados com o adensamento da população de Fortaleza. As largas avenidas consistiam em mais um meio eficaz de expulsar miasmas e doenças que circulavam pela cidade. Outra medida adotada em relação a esse tema seria a transferência de cemitérios e hospitais para fora da cidade, assunto destacado mais adiante.

Conforme Andrade (2012), era justamente nesse projeto que havia mais soluções viárias de características de Agache, lembrando que o plano do Rio de Janeiro era muito “*haussmaniano*”: encontro de vias em leque que valorizavam os edifícios ou monumentos comemorativos; vias que partiam de feixes de praças ou cruzamentos (a avenida que parte da Praça do Jacarecanga e da Praça São Sebastião); bulevar que unia pontos da cidade; e rotatórias como um lugar de confluência de vias (Figura 82) e (Figura 83). Essas seriam as consequências de ideias de organização dos serviços viários, conforme não somente critérios da racionalidade e da necessidade do funcionamento, mas também de embelezamento.

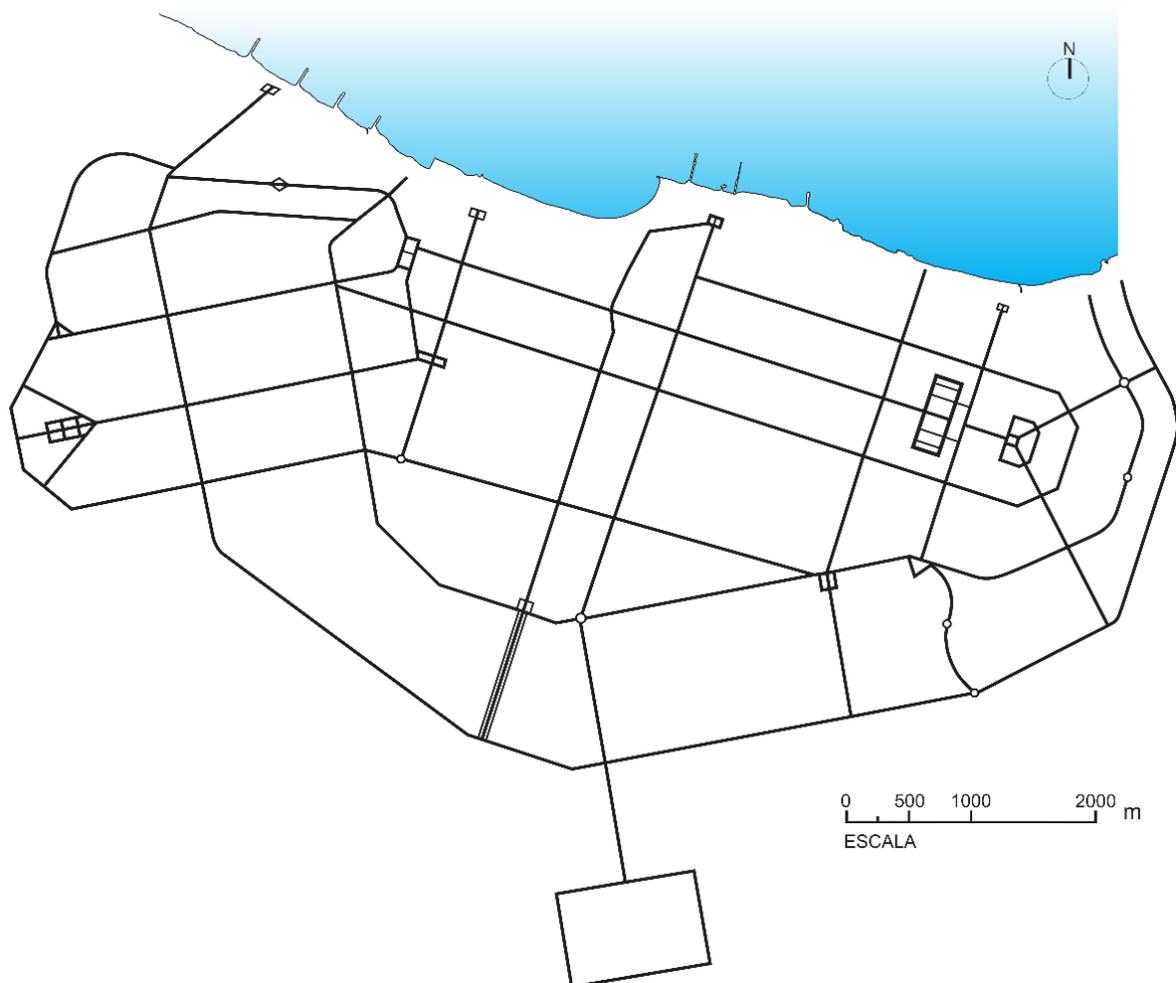


Figura 82 – Redesenho Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza. Traçado viário e alargamento das principais vias de acordo com o Plano de Nestor de Figueiredo, 1933. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.256/ IPLAM, 1990, p.23.

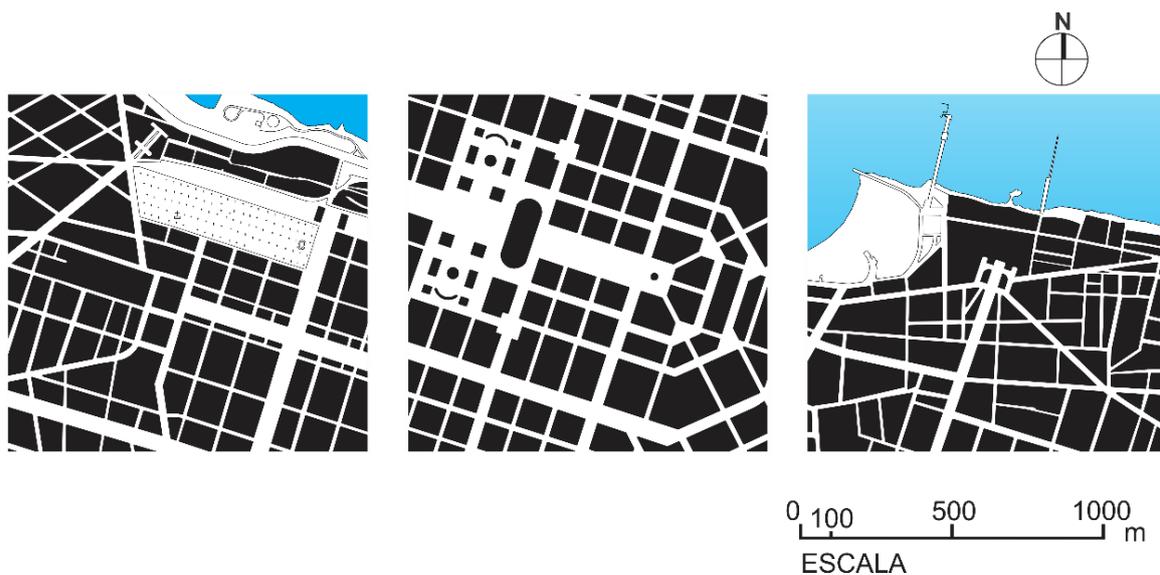


Figura 83 – Alguns dos encontros das grandes avenidas elaborado por Nestor de Figueiredo no Plano de 1933. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.256/ IPLAM, 1990, p.23.

Não se vê Girão (1943) tratar do sistema de linhas de bondes, mas é bem provável que a continuação da mesma estivesse em pauta no plano de Nestor Figueiredo, pois não somente as estações, mas também as linhas, já estavam bem evoluídas dentro da cidade. É fácil se perceber essa realidade nas Avenidas Bulevar da Conceição, Via Visconde do Rio Branco, Avenida Santos Dumont, ou mesmo circundando a Praça do Ferreira (Figura 84). Tais avenidas foram alargadas no plano de 1933 (Figura 85). Vale lembrar que o bonde de tração elétrica foi inaugurado em 1913, através da companhia *The Ceará Tramway Ligth & Co Ltda.*, que aos poucos substituiu os de tração animal (Figura 86).

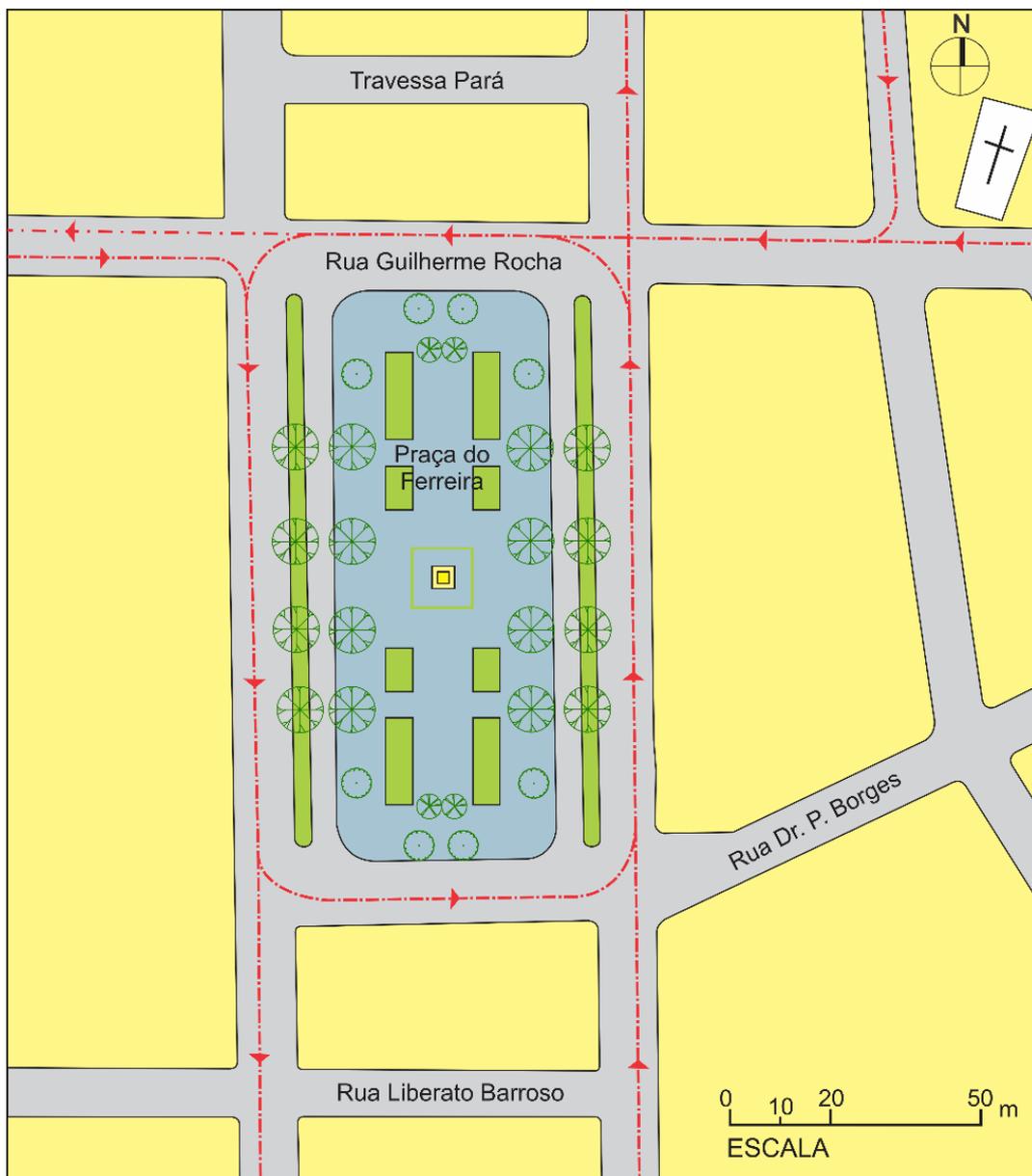


Figura 84 – Fortaleza década de 1930: rede das linhas do bonde de tração elétrica que circundava a praça do Ferreira. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p. 223.

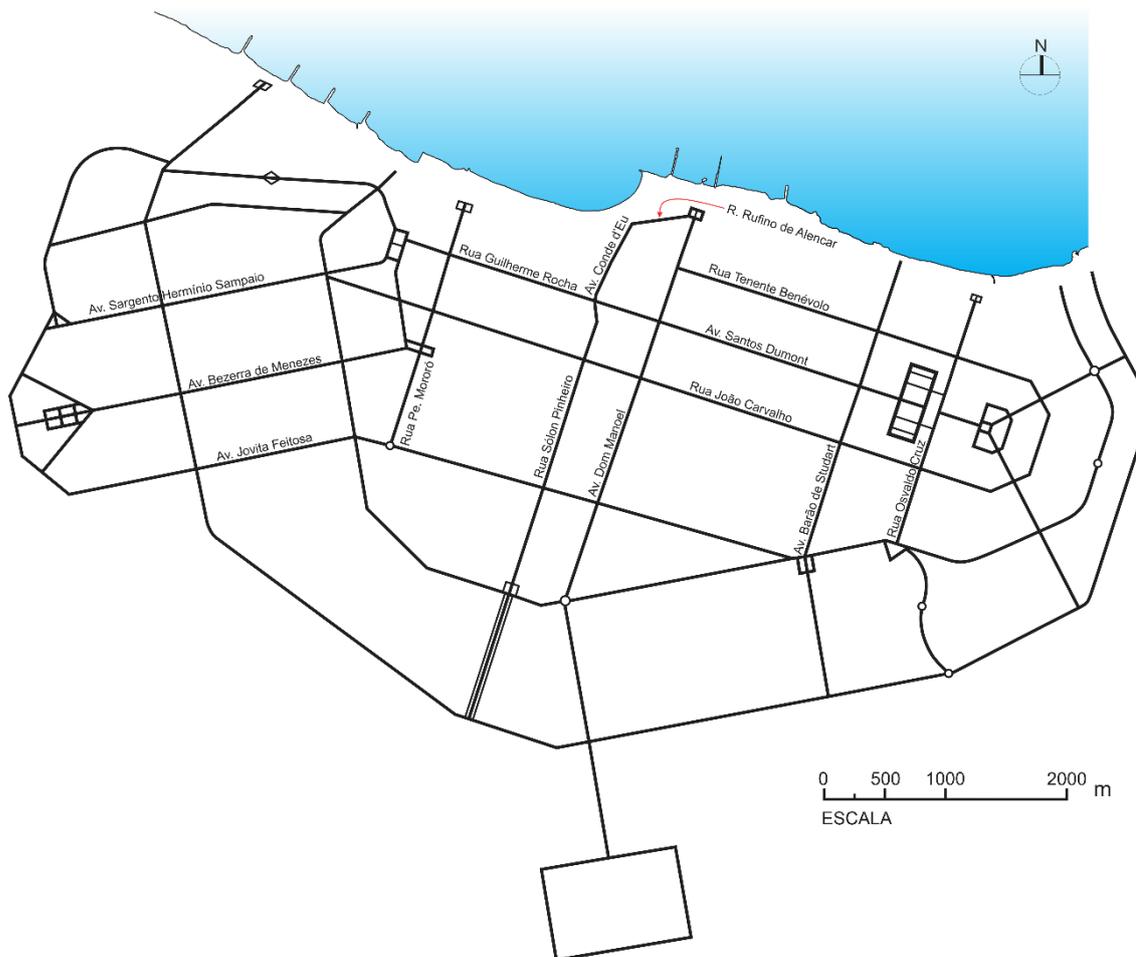


Figura 85 – Alargamento das principais vias, de acordo com o Plano de Nestor de Figueiredo, 1933, com os respectivos nome das ruas e avenidas na atualidade. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.256/ IPLAM, 1990, p.23.

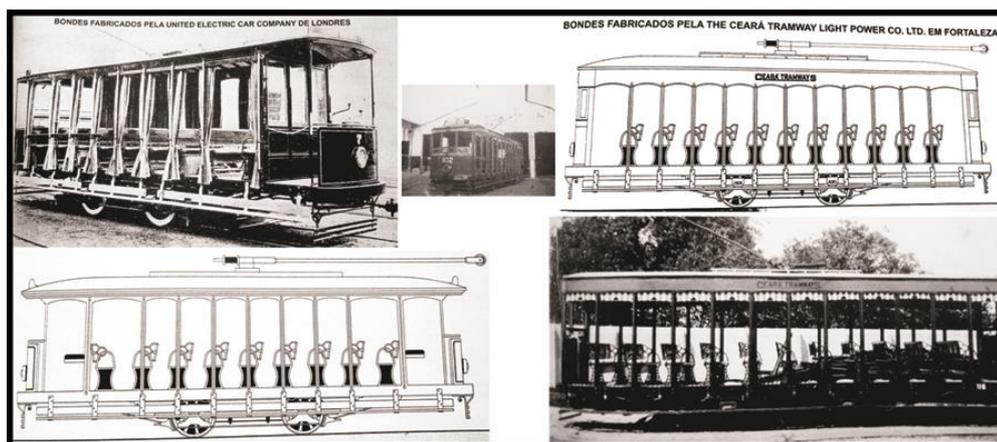


Figura 86 – Imagens dos bondes de tração elétrica de Fortaleza na década de 1930. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 225.

As redes de aberturas coincidiam, em sua maioria, com vias e estradas já existentes, promovendo, na maioria dos casos, alargamentos e retificações. O que se via no plano de Nestor Figueiredo era um conjunto dotado de lógica, linhas de

forças que interligavam a cidade através de diferentes avenidas, como se fosse um sistema de vias que se sobrepunham a uma malha menor de circulação.

Dessa forma, havia a hierarquização entre a rede principal e a rede secundária, algo perceptível ao observador de maneira instantânea. De fato, a cidade seria cercada por grandes bulevares que separariam as funções distintas através do zoneamento proposto pelo urbanista.

4.2.4 Quarteirão

No plano do urbanista Nestor Figueiredo, a cidade deveria ser cercada e perpassada por grandes avenidas, formando um amplo arruamento para os veículos, o que facilitaria a formação de um zoneamento bem definido. Com efeito, o zoneamento tinha como objetivo localizar as diferentes atividades da cidade, assim definidas no memorial que acompanhava o plano:

- Zonas residenciais: com tranquilidade para o repouso de seus habitantes;
- Zonas de comércio: subdivididas em áreas dos grandes negócios e do comércio varejista;
- Bairro industrial;
- Zonas de recreio (áreas de lazer): bosques de recreio que deviam envolver a cidade;
- Zonas universitária e hospitalar;
- Zonas dos edifícios públicos.

Figueiredo separava vários conjuntos de quarteirões utilizando grandes avenidas, o que produzia um crescimento no sentido radioconcêntrico (Figura 87), formando um sistema de um traçado reticulado. O urbanista utilizava também um traçado em estrela em algumas zonas, o que forçava a existência de alguns quarteirões triangulares, rompendo com o antigo tecido retangular que a cidade possuía (Figura 88). Em outros casos, Figueiredo criava ruas em sentido circular, resultando também em quarteirões triangulares (Figura 89). As avenidas em diagonais, com quarteirões triangulares, tinham sido utilizadas nos desenhos de

Herbster; entretanto, no plano de Figueiredo, essas diagonais apareceram com maior frequência. A geometrização do traçado e a organização do seu tecido, porém, contribuíam para a predominância de quarteirões retangulares ou mesmo quadrados.

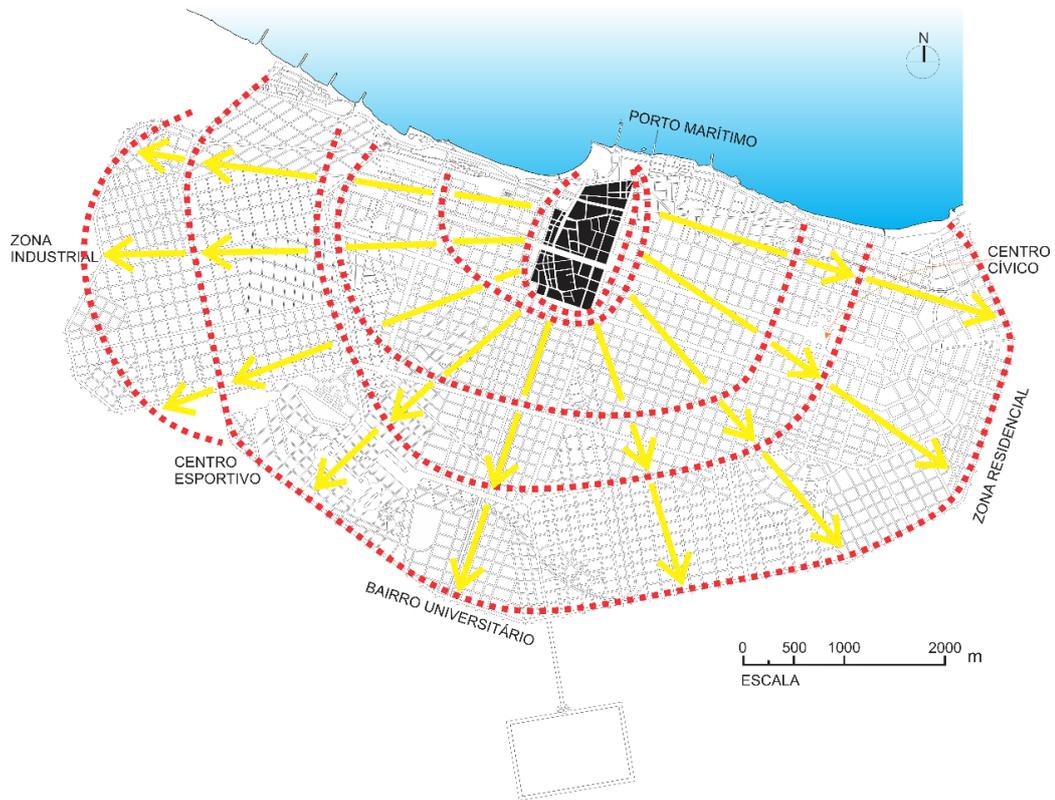


Figura 87 – Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza, elaborado por Nestor de Figueiredo, 1933. Crescimento contínuo (radioconcêntrico). Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.256/ IPLAM, 1990, p.23.

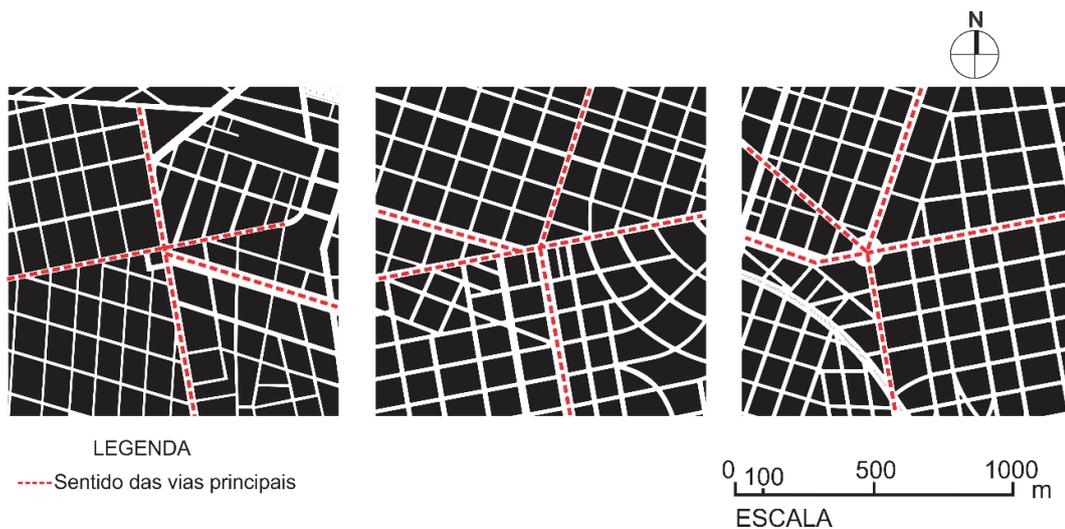


Figura 88 – Traçado viário em cruz, adotado no Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza, elaborado por Nestor de Figueiredo em 1933. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.256/ IPLAM 1990, p.23.

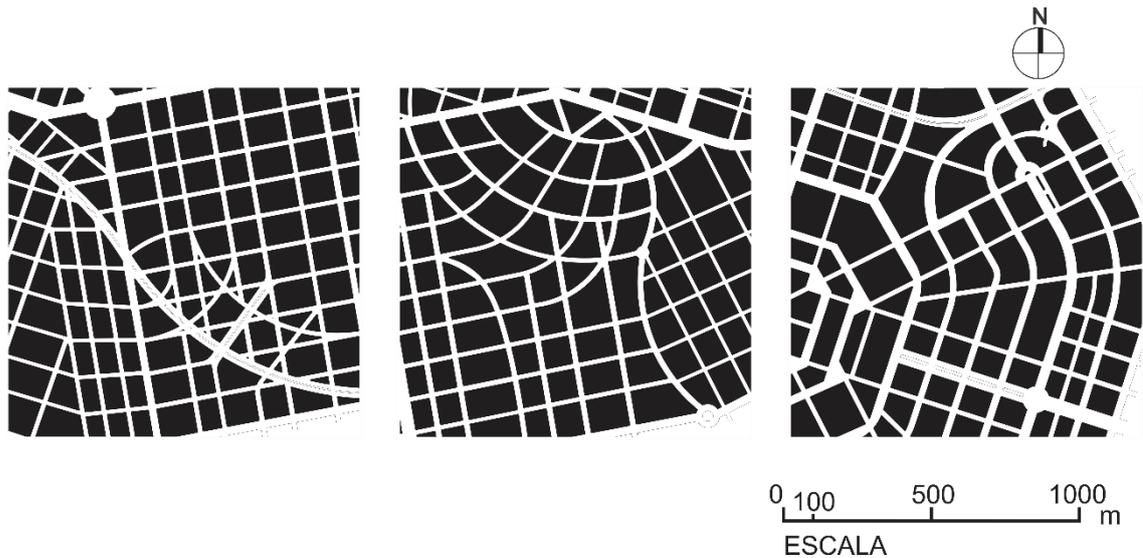


Figura 89 – Quadras no sentido circular, adotada no Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza, elaborado por Nestor de Figueiredo em 1933. Autor: Larry Andrade. Fonte: ANDRADE, 2012, p.256/ IPLAM, 1990, p.23.

A estrutura dos quarteirões retangulares, que gerou a malha urbana de Fortaleza durante o século XIX, foi considerada como o ponto de partida para os problemas relativos ao fluxo entre a periferia e o centro. Esse pretexto foi utilizado por Figueiredo para não prosseguir com o traçado em xadrez: necessidade de aliviar o congestionamento que sobrecarregava o centro urbano, conforme descrito por Girão (1943):

“Verificamos que o sistema de urbanização que orientou a cidade desde o ano de 1800 até os nossos dias, resolveu, em parte, sem atropelos, as necessidades. Era este o sistema preconizado para as cidades que iam surgindo nos princípios do século passado, conforme facilmente observamos nos núcleos de população hispano-americanos.

Apenas, o competente urbanista observa que essa disposição de ruas e praças, depois de edificadas, as tornou monótonas e, à proporção que as cidades foram aumentando de densidade, o tráfego e o trânsito começaram a encontrar sérias dificuldades para realizar rapidamente as ligações da periferia com a zona central. E conclui: - Foi esse princípio de cruzamento retangular de ruas e avenidas que congestionou os grandes centros de Buenos Aires e Filadélfia, por que, tal qual a cidade de Fortaleza, essas duas importantes cidades do nosso continente tem o traçado das ruas em formato xadrez” (GIRÃO, 1943, p. 219).

Nessa época, Fortaleza contava com 126.666 habitantes (RIBEIRO, 1955) e era quase impossível a Capital cearense ser equiparada às duas metrópoles citadas pelo urbanista, cuja população rondava pelos 2 milhões de habitantes. Entretanto, a causa do congestionamento de tráfego era a mesma para as três cidades.

No que se refere à racionalização, a regularidade do uso de um perímetro triangular aparecia como um remédio no plano de Figueiredo. Segundo o próprio urbanista, o uso de avenidas em diagonais tinha como poder a retirada da monotonia. Entretanto, eram bem mais que isso: os novos quarteirões seriam decisivos no processo de reconfiguração urbana, condicionando as implicações funcionais e com consequências nos edifícios da cidade.

4.2.5 O espaço verde como cura do corpo e da cidade

Em vez do traçado de uma cidade em moldes perfeitamente quadrangulares com estreitas ruas limitadas por casas rentes ao lote do terreno, uma espécie de caixa sem ventilação e sol, nesse projeto existia, pela primeira vez, a iniciativa de grandes bosques de recreio abraçando a cidade juntamente com os bairros-jardins que deveriam constituir a zona edificada. O Código de Posturas de 1932 trazia em seus artigos a obrigação de os novos edifícios habitacionais e casas unifamiliares serem construídos com recuos destinados a jardins para iluminação e ventilação.

Diante dessa solução, o modelo de habitação comprimida e sacrificada perdia sua força. Um novo padrão de bairro era necessário para o plano da cidade, complementar ao novo urbanismo proposto por Figueiredo: “Bairro residencial extensivo”, resultado do conjunto de casas unifamiliares com jardim, imprescindível para a classe dominante, com o objetivo de diminuir os vínculos da habitação com a rua-corredor¹⁶. Isso desempenhava uma dupla tarefa dentro da cidade: individualmente, cada jardim correspondia a um espaço exterior e privado das habitações; coletivamente, o conjunto de jardins correspondia a um espaço verde inacessível fisicamente, mas acessível visualmente dentro do plano geral da cidade.

De maneira particular, as novas áreas de lazer se situavam nas faixas externas da cidade. A natureza era levada em consideração, não apenas em praças e largos, mas também em um conjunto maior que envolvia a cidade como um todo. Os bairros-jardins propostos deveriam ficar próximos às áreas de recreio e ao centro esportivo.

¹⁶ “Rua corredor: considerada como canal de tráfego e ambiente sobre o qual se situavam os alinhamentos comerciais. Isso exprime a preeminência da função terciária, à qual todas as outras estão subordinadas”. (BENÉVOLO, 1977, p.11).

As atividades esportivas eram praticadas, na sua maioria, pelas camadas altas da sociedade fortalezense e deram origem ao uso de espaços com um tipo especializado de esporte, como é o caso do futebol. Segundo Pinto (2007), o futebol chegara a Fortaleza em 1903, através de um navio inglês, sendo praticado no Passeio Público. Além do Passeio Público, outras praças também serviram como locais dessa prática esportiva: Praça Visconde de Pellotas, Praça da Estação, e a Praça da Lagoinha. O futebol, no decorrer dos anos de 1910, levou à fundação de diversos times na cidade (Figura 90). A criação de campos de futebol seria incentivada como consequência do higienismo.



Figura 90 – Alguns times da capital cearense na década de 1920 e 1930. Primeiro estádio de Fortaleza, o Prado, inaugurado em 1913. Fonte: NIREZ, 2001, p. 283, 301 e 304.

Essa forma de lazer trouxe consigo edificações especializadas em atividades esportivas. Em torno do campo de futebol iria surgir o estádio e, com ele, outras atividades. Havia em Fortaleza o Estádio do Prado, inaugurado em 1913. Ao redor do campo, eram realizadas as corridas de cavalos. Nessa ótica, também eram delineadas outras atividades, no sentido da “cura do corpo”, entre elas as atividades marítimas, através da canoagem.

O Plano de Figueiredo se apropriou desses lugares de lazer e práticas esportivas. Como norma, Figueiredo os separou fisicamente do núcleo edificado. O parque público foi criado em locais que convergiam percursos conectados a pontos fixos do cotidiano.

4.2.6 Surgimento dos novos bairros residenciais

As migrações internas após a seca de 1915 e 1932, da população rural para a capital cearense, aconteceram devido à busca por melhores condições de vida, o que elevou o crescimento demográfico da cidade. Mais do que isso, as habitações resultaram em ocupações espontâneas e irregulares, sobretudo nas estradas e vias que davam acesso ao interior cearense. O surgimento das primeiras favelas se deu devido às condições de moradia que se apresentavam bastante precárias (BORGES, 2006).

A classe média que morava próximo a essas vias de acesso também resolveu se deslocar para áreas mais isoladas, estabelecendo uma “*hierarquia social através da segregação espacial.*” (BORGES, 2006 p.57). Tiveram origem os bairros do Alagadiço, Benfica e Joaquim Távora. Emergiram, então, com evidência, áreas de baixa densidade, através da ocupação da zona oeste da cidade, no bairro Jacarecanga, com a construção de algumas mansões, tornando-se uma região de ocupação residencial, com edificações influenciadas pelo ecletismo arquitetônico (Figura 91).



Figura 91 – Residência da família Gentil, no bairro Benfica. Famílias abastadas começam a se deslocar para os subúrbios da capital. Fonte: CHAVES, 2006, p.58.

A ocupação da parte leste da cidade foi orientada pela rua do Colégio, hoje avenida Santos Dumont, difundindo o bairro da Aldeota, sobretudo no decênio de 1930. Ela foi realizada pela elite financeira do Estado, levando à formação de um bairro praticamente ocupado pela população burguesa da cidade (BORGES, 2006). De fato, a divisão de classes sociais na cidade através da localização de moradia se tornou mais evidente. Todavia, a proposta de zoneamento, elaborada no plano de Figueiredo, indicou um local exclusivo para as moradias, havendo uma sucessão contínua de moradias unifamiliares, com a lógica de um conjunto que coincidia com a imagem de uma cidade unitária, ligadas através das grandes vias de circulação.

A coerência desse conjunto unitário não era perfeita. A estruturação de classes através da moradia exigia o concurso de vários fatores: socioeconômicos, políticos, culturais, entre outros. Contudo, era reconhecida a possibilidade de integração espacial. Na verdade, Figueiredo buscava em seu plano a ideia do modelo *suburbano*, ou seja, um conjunto de casas, ruas e espaços verdes oriundo de individualidade arquitetônica e formal, com a finalidade de manter a baixa densidade e a prevalência de áreas não edificadas.

4.2.7 Arquitetura da cidade

A arquitetura neoclássica se fez presente em algumas obras arquitetônicas de Fortaleza durante o século XIX, como visto anteriormente. Destacavam-se a Assembleia Provincial (1871), a Alfândega (1891) e a Estação João Felipe (1880). Entretanto, a partir do final do século XIX e das três primeiras décadas do século XX, o ecletismo arquitetônico dominou a paisagem urbana da cidade (BORGES, 2006).

De acordo com Souza (2012, p.127), a “*arquitetura Eclética apresentou-se como um movimento que procurou redimensionar o conceito de estilo, levando a uma libertação das antigas estruturas formais criando uma reinterpretação dos estilos do passado*”. Todavia, era bastante pessoal e variável, conforme a formação e visão dos arquitetos. Na verdade, as reformas urbanas, espaciais e prediais fizeram as edificações fortalezenses tenderem a um forte ecletismo; porém, concomitantemente, outros estilos o acompanharam, como é o caso do neogótico, o *art nouveau* e, no final dos anos de 1920, o *art déco*.

Para Castro (2007), a primeira obra eclética construída foi a então nova sede do Fênix Caixeiral, em 1905 (Figura 92). Possuía um andar nobre sobre o porão e sua entrada era pela lateral, eliminando o tradicional corredor. Os princípios arquitetônicos do ecletismo aplicados nas fachadas, na variedade de desenhos em balaústres, bandeirolas, gradis e platibandas eram como elementos autônomos do espaço urbano. Outras edificações que mereciam destaque eram: Teatro São José (1913) (Figura 93); Caixa Econômica Federal (1914); Hotel Brasil (1915); Escola Normal (1922), atual Colégio Estadual Justiniano de Serpa (Figura 94); Associação dos Merceeiros (1926); Secretaria da Fazenda (1927) (Figura 95); Museu das Secas – DNOCS (primeira metade do século XX) (Figura 96); Excelsior Hotel (1928) (Figura 97); entre outros.

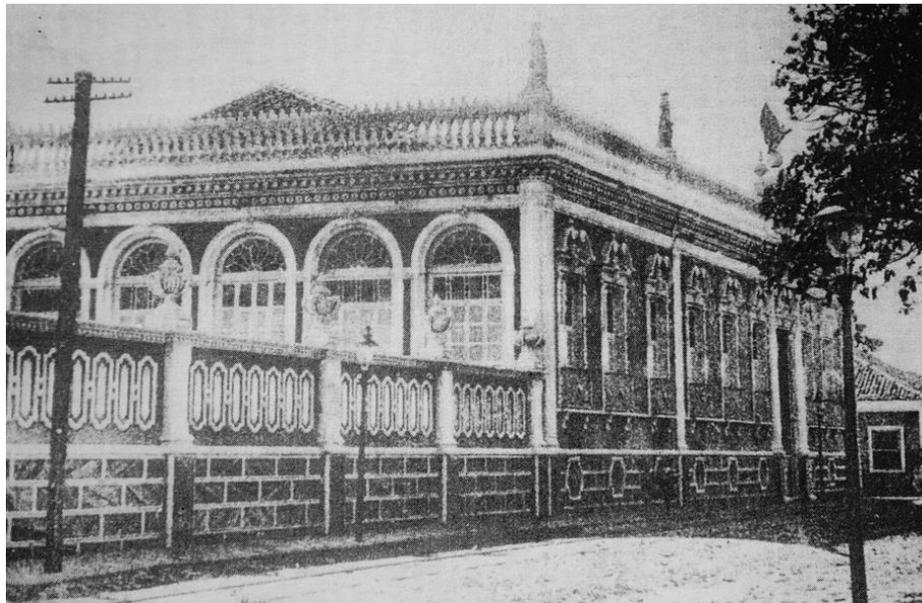


Figura 92 – Primeira Sede da Fênix Caixeiral, 1905. Fonte: LOPES, 1998, p. 69.

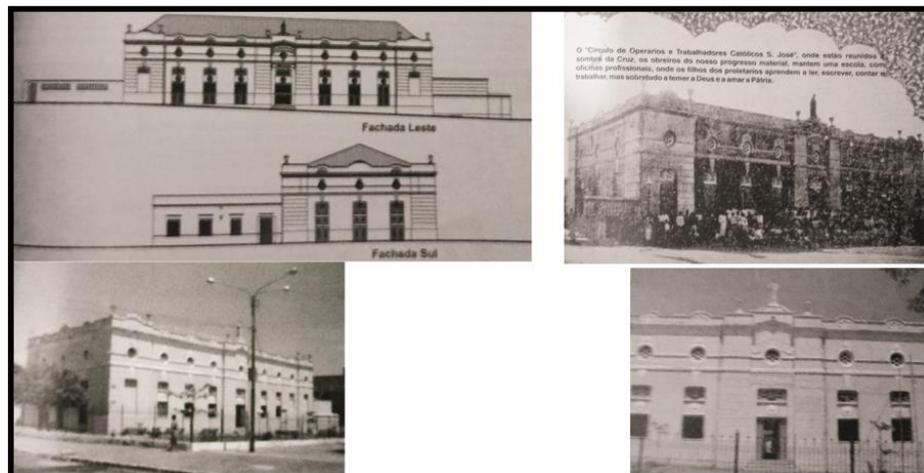


Figura 93 – Teatro São José. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 175.

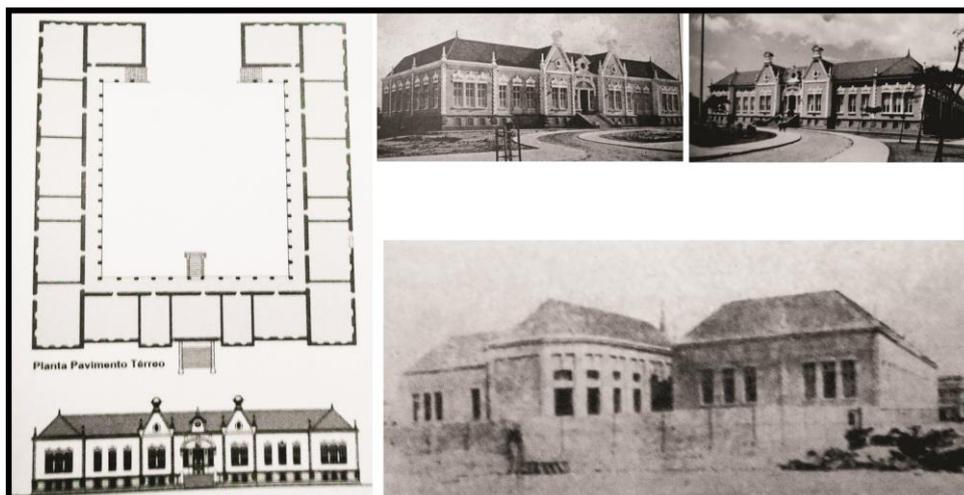


Figura 94 – Colégio Justiniano de Serpa. Fonte: ALBÚM DE VISTA DO CEARÁ DE 1908/ CAPELO FILHO, 2006, p. 176 e 177.

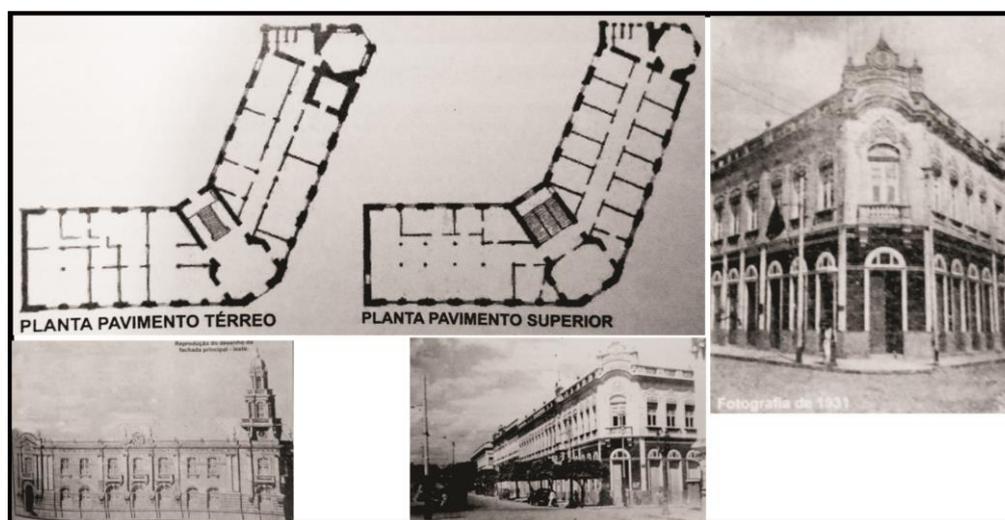


Figura 95 – Prédio Secretaria da Fazenda – SEFAZ. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 65, 66 e 67.

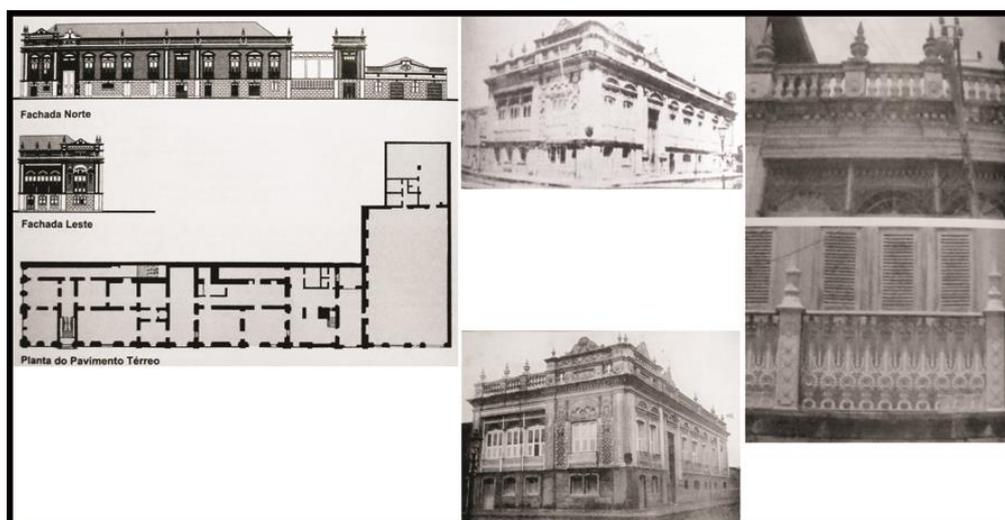


Figura 96 – Museu da Secas – DNOCS. Fonte: CAPELO FILHO/ 2006, p. 159 e 160.

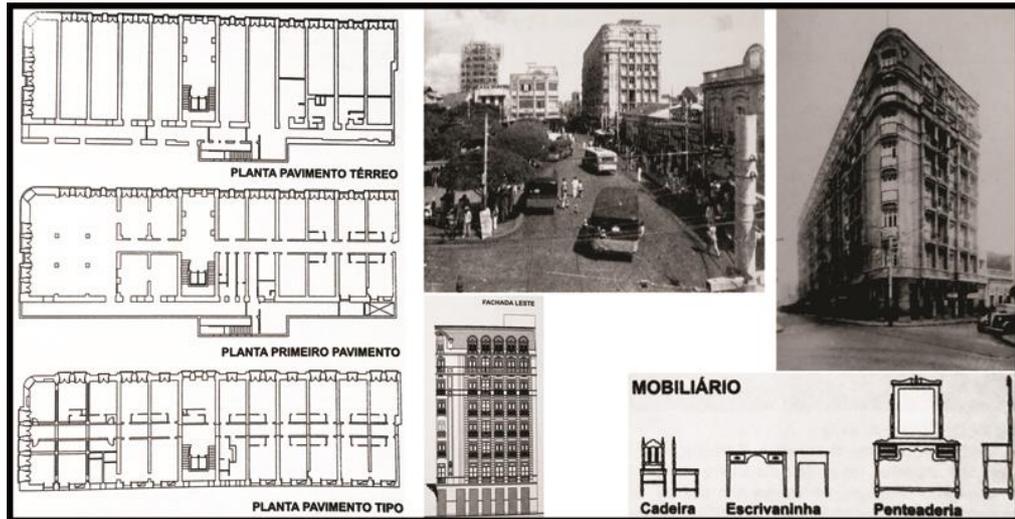


Figura 97 – Exelcior Hotel. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 114 e 115.

A arquitetura neogótica foi introduzida no Brasil a partir do século XIX. Esse modelo arquitetônico é um dos precursores da arquitetura moderna, por ser a última linguagem utilizada antes do *Art Nouveau*. Apareceu discretamente em algumas ogivas de casas (DIAS, 2008) e em outras obras.

“Aplicado em igrejas, tais como os telhados íngremes, pináculos e torre axial única. Dentre as reduções formais do vocabulário da velha arquitetura gótica impostas à construção residencial, apareciam as platibandas ritmadas por merlões e ameias, além de vergas com tímpanos contornados por arcos ogivais ou lobulados, muito difundidos em todo o Brasil.” (CASTRO, 1987, p. 213).

Entre as obras neogóticas de Fortaleza, destacavam-se o Sobrado Thomas Pompeu, construído na primeira metade do século XX (Figura 98), e a Igreja do Pequeno Grande (1903) (Figura 99).



Figura 98 – Sobrado Thomas Pompeu. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 119.

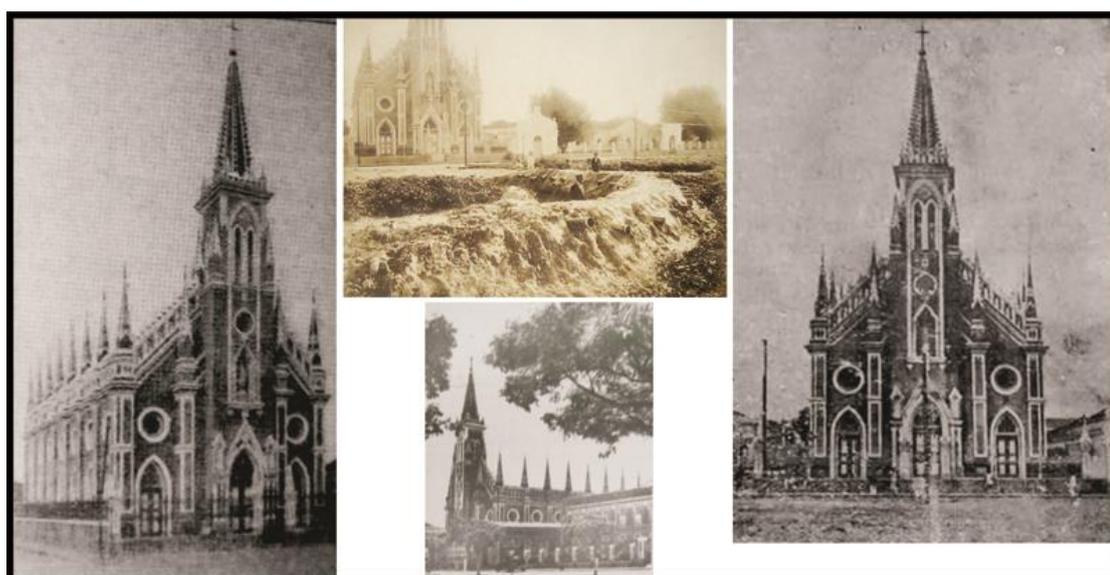


Figura 99 – Igreja do Pequeno Grande. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 178 e 179/ CHAVES, 2006, p.108.

Conforme visto anteriormente, a mudança do século XIX para o século XX coincidiu com o período denominado de *Belle Époque* na Capital cearense, e foi responsável por algumas reformas urbanas e paisagísticas, com influência da moda europeia, em especial francesa e inglesa. Paralelamente ao ecletismo e ao neogótico, introduziu-se nos primeiros anos do século XX o *Art Nouveau*, tendo como principais obras: o Chalé da Estação (1873); o Mercado dos Pinhões (1897) (Figura 100); o Teatro José de Alencar (1910) (Figura 101); e a Casa Thomaz Pompeu Sobrinho (1929) (Figura 102).

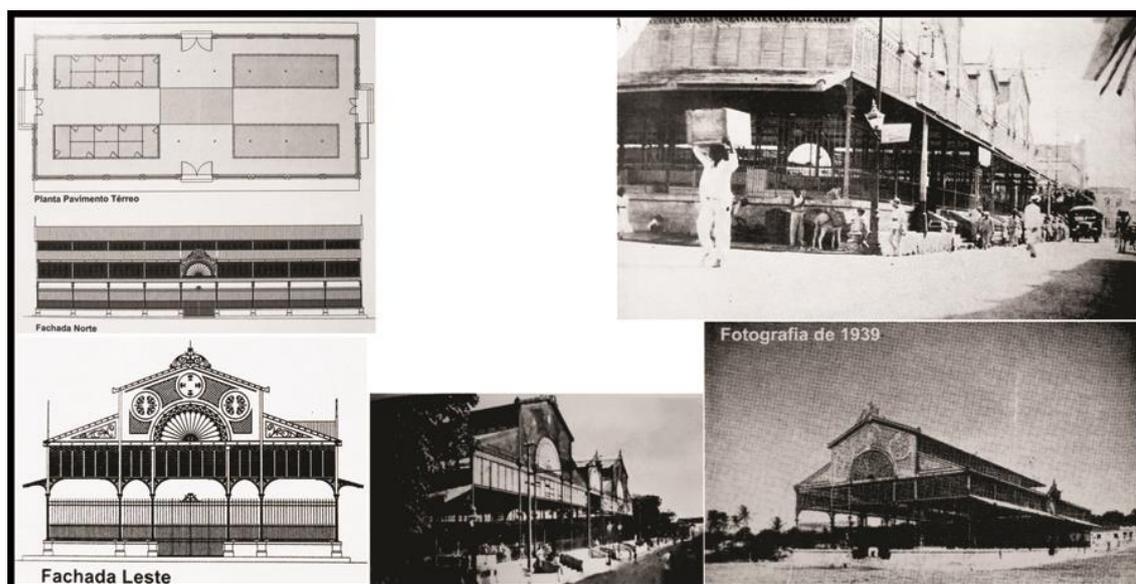


Figura 100 – Mercado dos Pinhões. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 214/ CHAVES, 2006, p.158.

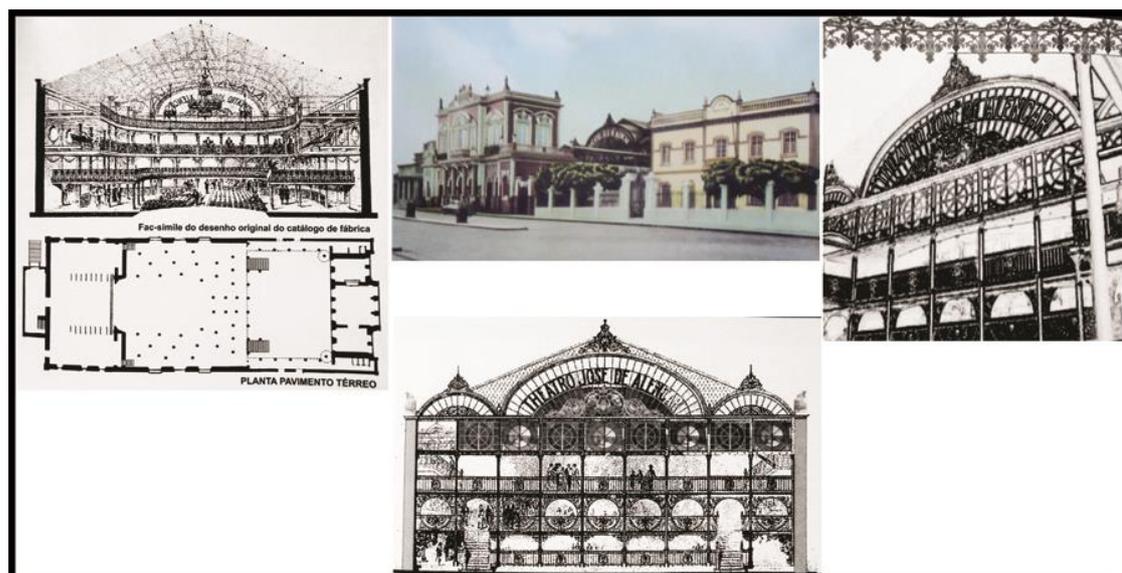


Figura 101 – Teatro José de Alencar. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 136 e 137/ CHAVES, 2006, p.159.

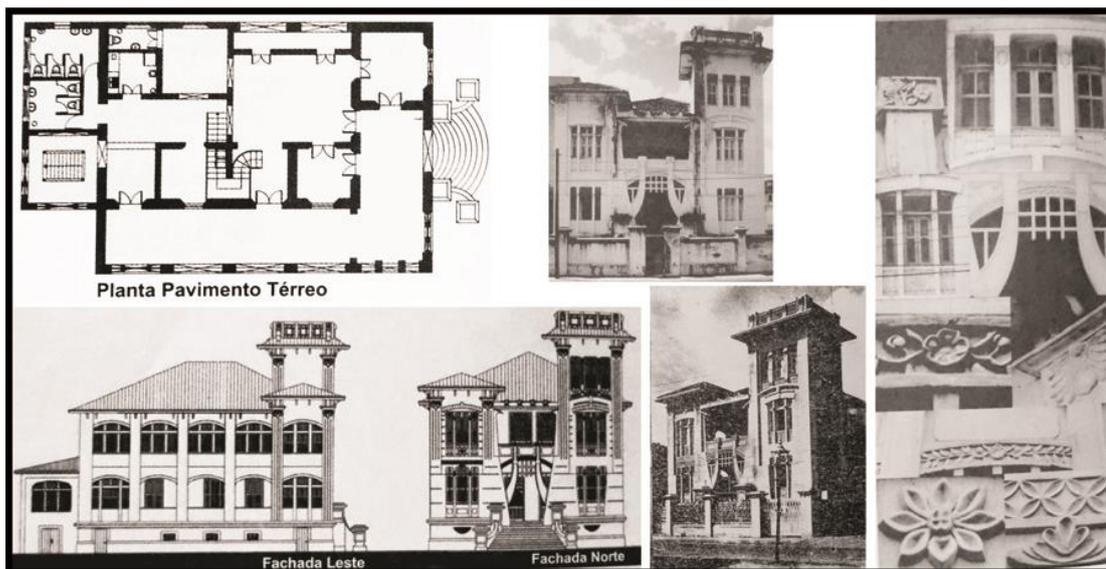


Figura 102 – Casa Thomaz Pompeu Sobrinho. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 210.

No fim dos anos 1920, Fortaleza iniciou uma nova linguagem arquitetônica, o *Art Decó*, em decorrência da disseminação das técnicas utilizadas com o concreto armado. O *Art Decó* é o modelo que antecedeu a arquitetura moderna brasileira. Como obras de expressão em Fortaleza, nesse início da década de 1930, destacaram-se: Fábrica de Tecidos São José (1926) (Figura 103); Centro de Saúde Pública de Fortaleza (1932) (Figura 104); Mercado Central (1932) (Figura 105); Correios e Telégrafos (1934) (Figura 106).

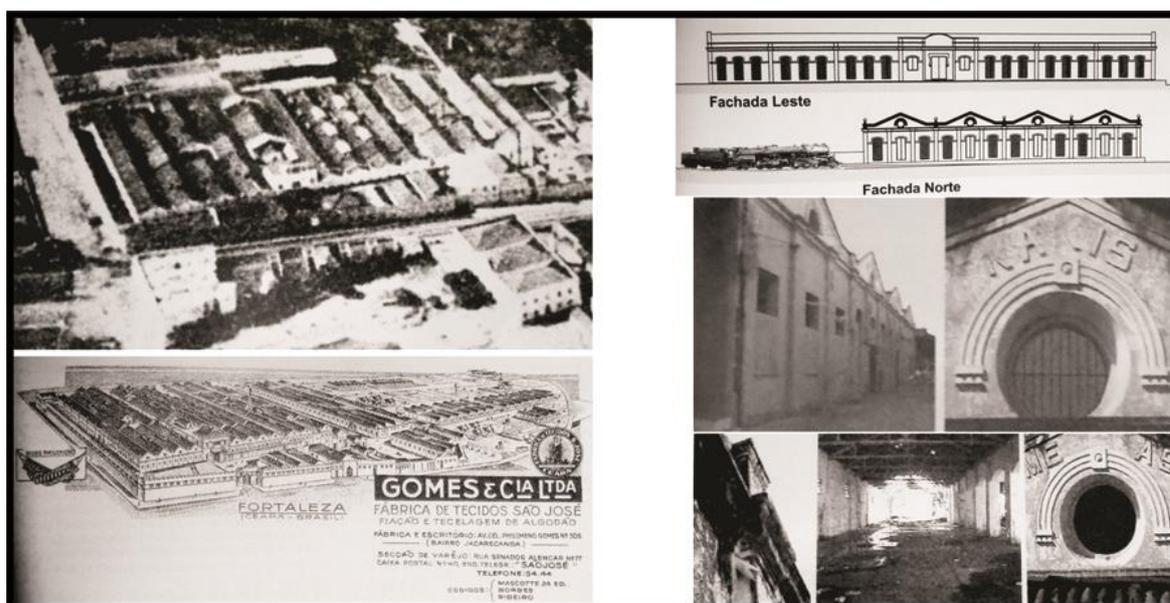


Figura 103 – Fábrica de Tecidos São José. Fonte: CAPELO FILHO, 2006, p. 211.



Figura 104 – Centro de Saúde Pública de Fortaleza. Fonte: BORGES, 2006, p.99, 100.

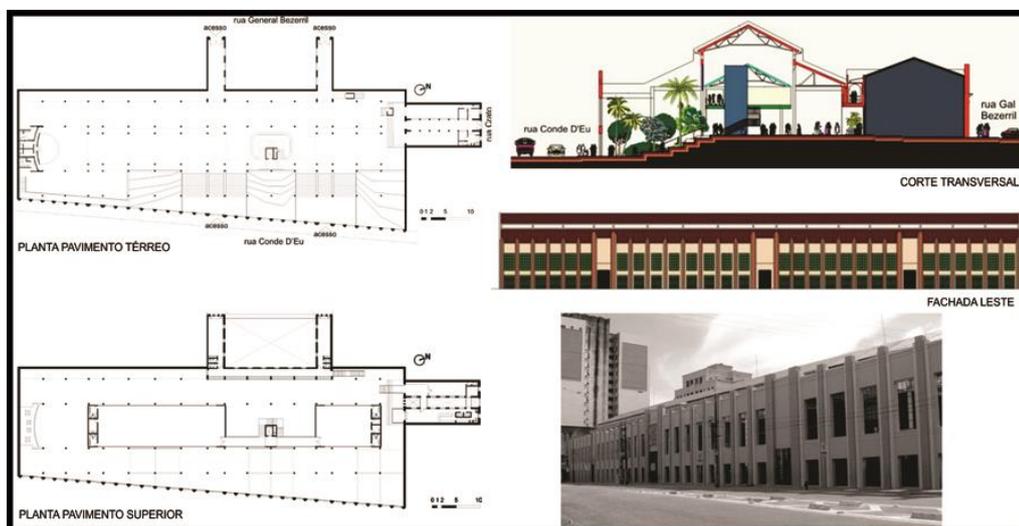


Figura 105 – Antigo Mercado Central de Fortaleza, atual Centro de Referência do Professor. Fonte: BORGES, 2006, p. 103 e 104.

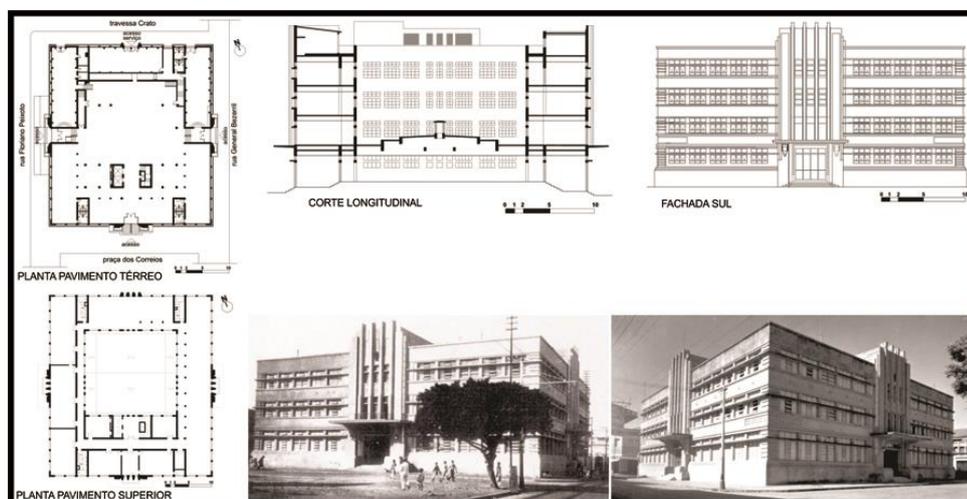


Figura 106 – Edifício dos correios e telégrafos. Fonte: BORGES, 2006, p.107, 109 e 110.

Essa síntese arquitetônica fornece uma evolução dos conceitos de modernidade de uma cidade que necessitava manter a mesma coerência do reformismo urbano, caracterizado pelo aparecimento de novas tipologias arquitetônicas que iam preparando a “cidade moderna”.

Assim, o esquema de soluções surgiu através de abertura de vias estruturais largas, aparecimento dos recuos de ajardinamento, implantação de palacetes isolados no lote e verticalização das edificações, características de um período de transição. Foi também nessa época que houve a preparação das construções para o novo estilo que se avizinhava e se observava na simplificação dos elementos ornamentais e na geometrização das formas, atravessando o eclético tardio, chegando ao proto moderno com o escalonamento nas fachadas, passando pelo *art nouveau* e o *art decó*, que iriam conduzir a chegada ao movimento moderno.

4.3 Código de Postura de Fortaleza, 1932

No dia 13 de dezembro de 1932, o Major e Prefeito Municipal de Fortaleza, Manuel Tibúrcio Cavalcante, apresentou no Decreto nº 70 o novo Código de Postura do Município de Fortaleza, publicado em partes no jornal, no período de 21 de dezembro de 1932 ao dia 14 de janeiro de 1933. Considerava-se que o antigo Código de Fortaleza de 1893 já não satisfazia as necessidades do município.

A ordenança de 1932 era resultado de um longo e cuidadoso processo de redação, trazendo referências ao disciplinamento e crescimento do espaço urbano, principalmente através do zoneamento¹⁷. O novo código seria responsável pelo progresso da cidade e por sua urbanização metódica. Bem mais do que isso, buscava disciplinar os moradores do município, de modo a melhorar a convivência social, conforme escrito no preâmbulo: “*A fim de serem alcançados o adiantamento e o conforto exigidos pelo bem estar da comunhão*”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 1933, p.1).

O novo código apresentava, entre suas inovações, parâmetros que estimulavam a verticalização da cidade (edifícios com dois ou mais pavimentos). Também fazia referência a regras relacionadas ao uso e ocupação do solo, através

¹⁷ “Art. 19 – Para efeitos e aplicação do presente Código e demais fins administrativos fica o município dividido em quatro zonas: a) Central; b) Urbana; c) Suburbana; e d) Rural”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 1932, p. 3).

das dimensões das quadras e dos lotes, e à exigência de recuos para as novas habitações nos bairros residenciais.

A nova regra que entrava em vigor em Fortaleza tratava também das novas técnicas de construção relativas ao cálculo e execução do concreto armado.

Segundo Borges (2006), esse texto consistia em uma cópia rigorosa do Código de Postura do Rio de Janeiro de 1928. As questões relativas ao higienismo não foram esquecidas, e artigos sobre iluminação, ventilação e insolação foram registrados. Manutenção e preservação de áreas verdes também foram ratificadas no plano.

Para o poder público planejar e controlar o crescimento da cidade, apenas o novo Código de Posturas não seria suficiente. Assim, a esse código foram somados um levantamento realizado entre 1931 e 1932, chamado “*Planta Cadastral da Cidade de Fortaleza*”, e os serviços prestados pelo urbanista Nestor de Figueiredo, no plano de 1933.

4.3.1 Circulação

O fascínio, o interesse e a valorização pela circulação eram recorrentes nos códigos de posturas de Fortaleza, como mencionado desde o código de 1835. O novo código pretendia transformar as antigas estradas em ruas e os arrabaldes em vizinhanças, o que acarretava o aumento do perímetro urbano. Havia uma preocupação com o pedestre e, também, em definir os locais de circulação dos diversos meios de mobilidade da população da cidade.

Em primeiro lugar, as novas ordenanças definiam o que seriam os logradouros públicos, “*considerando o espaço entregue ao trânsito ou ao uso público*” (Art. 21). Bem mais que isso, indicam que “*as vias públicas serão alinhadas e niveladas de modo a oferecer a mais ampla e conveniente disposição para o embelezamento, ventilação, salubridade e higiene da cidade e para o conforto e bem estar de seus habitantes*” (Art. 22).

A ordenança de 1932 recorria à definição do dimensionamento da largura das novas ruas, seja pelo poder público, seja pela iniciativa particular (Art. 23º). As

dimensões das ruas não foram citadas nos códigos anteriores da cidade. Assim, ficam estabelecidas as seguintes dimensões:

- 18 metros para avenidas de maior circulação;
- 13 metros para ruas de menor circulação que tivessem desenvolvimento maior que 200 metros;
- 11 metros para ruas que não pudessem ter desenvolvimento superior a 200 metros.

Sobre as estradas ou caminhos na cidade, a prefeitura proibia a qualquer indivíduo o direito de abrir, modificar, invadir ou vedar sem o consentimento do poder municipal, o que somente era autorizado em caso de interesse público. A largura mínima das novas estradas deveria ter “6,00 m de chapa de rodagem” (Art. 50°). No tocante ao cruzamento entre as ruas, o artigo 24 estabelecia “o ângulo mínimo formado pelo os dois alinhamentos será cortado por um plano normal a sua bissetriz, e com o comprimento mínimo de 2,50m, ou por uma linha curva que tangencia os três planos.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 1933, p.5). O calçamento nas vias públicas seria introduzido pela prefeitura, levando em consideração a necessidade do trânsito, da insolação e da estética.

No que diz respeito ao passeio, o proprietário do imóvel seria o responsável por promover a construção do meio-fio e da área correspondente à testada de sua edificação, observando a largura e os nivelamentos delimitados pela lei (Art. 31°). A prefeitura autorizaria o uso de jardins nas calçadas quando a largura do passeio fosse igual ou superior a 4m, sendo que o comprimento não deveria ser maior que 10m, e a largura lateral igual ou inferior a 1,50m (Art. 34°). O material usado para os passeios deveria seguir alguns critérios de acordo com a zona do município. Sendo assim, tanto na zona central como a zona urbana, os passeios deveriam possuir uma declividade transversal entre 1% e 3%, respeitando os seguintes materiais (Art. 33°):

- Ladrilho hidráulico aprovado pela prefeitura;
- Lençol de cimento construído em quadros sobre a base de concreto;
- Liga de cantaria;
- Pedra portuguesa de duas cores.

Nas demais zonas (suburbana e rural), os passeios poderiam ser construídos com materiais inferiores aos especificados acima. E caso fosse desrespeitada a lei, o proprietário do imóvel estaria sujeito ao pagamento dos impostos estabelecidos na lei orçamentária do município.

4.3.2 Ordenança sobre o quarteirão e o lote

Durante o século XIX, os planos e levantamentos de Fortaleza se caracterizaram pela busca de regularidade e ordem no desenho da cidade. Mesmo assim, proliferaram quadras e lotes com dimensões variáveis. Foi o momento em que se iniciou uma progressiva invasão do espaço público. As críticas a essa invasão possibilitaram a criação de ordenanças relativas a essas unidades morfológicas.

Vale lembrar que é o quarteirão que reúne ou define os outros elementos morfológicos da estrutura urbana, como o traçado, a rua, o lote e o edifício. Por isso, é um elemento importante no estudo do espaço físico da cidade e, nesse código, foram observadas novas regras e normas em relação aos códigos anteriores da cidade.

Entre as diversas propostas adotadas no plano de 1932, destacou-se o aspecto que determinava as dimensões mínimas para as quadras e para os lotes. No artigo 26, a prefeitura estabelecia a dimensão mínima da quadra de 100m x 100m, ou para retângulos que possibilitassem as dimensões mínimas obtidas pelo lote. Sendo assim, o lote deveria ter, na sua composição à frente, 10m, e uma área de 220 metros quadrados.

O código trazia, entre as suas proibições, o arruamento em terrenos baixos, alagadiços ou sujeitos a inundações, sem que fossem aterrados e realizados os serviços necessários à drenagem das águas. Caso o terreno tivesse uma área superior a 40.000 m², o espaço destinado à via pública deveria ser superior a 20% da superfície total (Art. 28º). O código determinava as áreas mínimas dos novos terrenos arruados correspondentes a praças e jardins, de acordo com cada zona, ficando assim estabelecido (Art. 29º):

- 5% da área total na zona urbana;

- 7% da área total na zona suburbana;
- 10% da área total na zona rural.

4.3.3 Ordenança de ordem sanitária

Conforme Sabaté (1999), as ordenanças higiênicas compreendem as ocupações das edificações no terreno, o que as torna um condicionante direto na forma da arquitetura e da cidade resultante. Portanto, as contribuições de ordem sanitária, higiênica e estética representaram um dos principais requerimentos em termos de renovações das edificações no Código de 1932. Por certo, o discurso médico-higienista dominara as ordenanças do século XIX na Capital cearense. Contudo, o novo código impunha a construção de uma cidade que congregasse ventilação, salubridade e higiene com embelezamento. A verdade é que as condições higiênicas das casas, das edificações e da cidade eram as grandes reivindicações em quase todos os Códigos de postura do Município de Fortaleza.

O novo código de Fortaleza trazia transformações no discurso médico-higienista, propondo agora a interdisciplinaridade. Bem mais que isso, para Borges (2006), o código refletia aspectos do urbanismo moderno:

“Refletindo as influências das ideias higienistas e dos pioneiros do desenho da cidade moderna, o Código de 1932 também postulava sobre questões como: insolação, iluminação e ventilação dos prédios, havendo uma preocupação com o tipo de edificação no lote da quadra, alinhamento e nivelamento das ruas e passeio; arborização; ideias de preservação e criação de áreas verdes, presentes no planejamento das cidades europeias e americanas do início do século XX; e o tráfego de veículos automotores.” (BORGES, 2006, p. 60 e 61).

No que concerne aos recuos, em geral as edificações poderiam ser executadas no limite da via pública ou recuadas, desde que o recuo mínimo não fosse menor que 3m. O artigo 108º assim estabelecia: “*Nas ruas de caráter evidentemente residencial as edificações serão sempre recuadas do limite da via pública e isoladas dos lotes ou edifícios vizinhos por meio de áreas laterais*”. Na parte comercial da cidade, não eram permitidas edificações recuadas dos alinhamentos. Na zona rural, o código permitia apenas construções onde o terreno desse acesso às vias públicas, com uma distância mínima de 5m.

As postulações sobre instalação, iluminação e ventilação dos prédios eram formadas por uma série de 12 artigos. Os ambientes das edificações destinadas a moradias deveriam ter aberturas para a entrada de sol e ar. Sobre a área de projeção da edificação, a mesma poderia ocupar somente dois terços da área total do terreno. O outro terço deveria ser destinado a funcionar como pátios, jardins e quintais. Entretanto, caso as dimensões do terreno não permitissem seguir esse modelo, as proporções poderiam ser reduzidas, desde que não prejudicassem o arejamento e a iluminação (Art. 234).

No código de 1932, o controle de pátios, áreas de iluminação e o arejamento dos compartimentos das habitações estabelecia uma largura mínima de 1,50 m. No fundo de cada prédio seria estabelecido um pátio que iria ocupar toda a largura do terreno (Art. 242º). A sua dimensão deveria ser de um terço da altura do prédio. A pavimentação dos pátios e das áreas de ventilação deveria ser de calçamento impermeável, ladrilho ou cimento, de forma que possibilitasse o completo escoamento das águas (Art. 244º).

Nos escritos sobre recuos, o código incluía as dimensões mínimas para as áreas internas não cobertas, as áreas laterais e as áreas dos fundos. Primeiramente, os recuos laterais deveriam ser no mínimo de 1,50m (Art. 240º); nas áreas dos fundos o código solicitava no interior da quadra um espaço isolado e ventilado. Nessas áreas, era permitida a construção de pequenos compartimentos, como depósitos, banheiros ou gabinetes sanitários, contanto que não prejudicassem a ventilação e insolação. As áreas internas não cobertas eram obrigatórias quando as dimensões do lote não permitissem as áreas laterais. Sua dimensão mínima era de 1,50 m; o piso dessas áreas deveria ser revestido de material impermeável e conter ralos com capacidade para o escoamento das águas pluviais (Art. 244º).

4.3.4 Ordenanças das atividades construtivas

As ordenanças de atividades construtivas se referiam à forma de construções da cidade (SABATÉ, 2006). Em Fortaleza, as medidas relativas ao controle de construções são conhecidas desde o século XIX, aparecendo nos primeiros textos normativos. Na verdade, desde a contratação de Silva Paulet, no decênio de 1810, já existiam numerosas tentativas por parte do poder público de

evitar ocupações e construções desordenadas, como foi ratificado no Código de 1835. Conceitos e regras construtivas foram tratados em outros códigos da cidade e se tornaram organicamente articulados no código de 1932.

A ordenança de 13 de dezembro de 1932 fixava a obrigação a todos os proprietários da cidade de solicitar uma licença junto à prefeitura para construção, reconstrução, acréscimo ou reforma de imóveis, com visualização nas fachadas. Seria livre a escolha da forma ou estilo arquitetônico; entretanto, as paredes não poderiam ser pintadas com cores que perturbassem a harmonia do conjunto; e as fachadas rente ao alinhamento público “*serão encimadas por platibanda, frontão ou outro coroamento, não podendo, em caso algum, ser tolerados os beirais dos telhados salientes às fachadas*” (PREFEITURA DE FORTALEZA, 1932, p.36).

Outro componente importante que regulava a forma das edificações era a altura. A limitação inicial dos edifícios alinhados na via pública deveria ser de 6m, sendo que a parte inferior da cimalha não poderia ficar a menos de 4,30m do nível do passeio (Art. 223º). E nos prédios de mais de um pavimento residencial, “*o piso do primeiro andar não poderia ficar a menos de 4,00m acima do nível do passeio.*” (PREFEITURA DE FORTALEZA, 1932, p.37). Já nos prédios onde existisse apenas o térreo alinhado na via pública, a prefeitura solicitava que o pé direito dos ambientes deveria ser no mínimo 3,80m (Art. 226º). Caso o edifício tivesse mais de um pavimento, a altura mínima dos ambientes poderia ser de 3,60m, permitindo a redução de 0,80 cm nos demais pavimentos, estabelecendo a altura mínima de 2,80m (Art. 228º).

O poder público estabelecia a altura mínima do pé direito no térreo das edificações que estivessem circundando a Praça do Ferreira e a Praça Capistrano de Abreu, exigindo o mínimo de 5,50m. Nos demais lugares da cidade, os prédios recuados deveriam ter o pé direito mínimo no térreo de 3,00m, e os demais andares não poderiam ser inferiores a 2,80m (Art. 227º).

Outro aspecto posto em prática se relacionava ao dimensionamento dos ambientes e das regras de construções, de modo a estabelecer um padrão mínimo de qualidade nas edificações da cidade.

O código determinava que os banheiros e gabinetes sanitários tivessem uma área mínima de 4,00m² (Art. 284º). Além disso, os gabinetes sanitários não

poderiam ter ligação direta com a cozinha (Art. 286°). Os galinheiros ficariam localizados fora da casa, a uma distância conveniente (Art. 287°). As garagens deveriam ter uma área mínima de 10,20m², e a distância entre paredes não deveria ser inferior a 2,50m (Art. 289°). Quanto aos depósitos em geral, deveriam ser construídos com materiais não combustíveis e sem comunicação direta com outro compartimento (Art. 290°).

O tema relacionado a hotéis, escolas, armazéns, igrejas, hospitais, vilas e casas populares tornou-se elemento de debates nesse código. As edificações receberiam dimensionamento mínimo das áreas, localização da abertura de esquadrias para iluminação, materiais necessários para as paredes e forros, alturas mínimas do pé direito, e também os locais onde poderiam ser construídas. Por exemplo, “*os grupos de habitações denominados ‘vilas’ somente poderão ser construídos fora da zona urbana*”. (PREFEITURA DE FORTALEZA, 1932, p.53).

4.3.5 Ordenanças de boa construção

A administração de Fortaleza havia adotado um conjunto de medidas relacionadas a regras de estabilidade e segurança das edificações, determinações novas comparadas com os códigos antigos da cidade. Apesar de ser a primeira vez que o código trazia artigos relacionados aos requisitos construtivos, as disposições apresentavam medidas bem detalhadas, com alguns temas relacionados a técnicas de aplicação e cálculo do concreto armado; materiais de construção; tipos de paredes; pisos, vigas e forros; alicerces e execução de obras. A nova lei prescrevia também a qualificação dos responsáveis pelos projetos e pelas obras da cidade, definindo nos artigos 62 e 63:

“Art. 62 – Só poderá assinar ou executar projetos o construtor que tiver o seu título registrado na Prefeitura e tenha pago os impostos devidos.

Art. 63 – Somente concederá registro de título:

- a) Aos engenheiros civis, militares, arquitetos e equiparados, que apresentem diplomas passado pelas escolas superiores do país, ou do estrangeiro, oficialmente reconhecidas;
- b) Aos metres de obras que provarem sua capacidade para exercer a profissão, com título de institutos nacionais, ou estrangeiros reconhecidos oficialmente no Brasil;

- c) Aos mestres de obras sem título, que tenham demonstrado capacidade na execução de obras no município e evidenciarem em exame especial feito na Prefeitura a competência necessária ao exercício da profissão.” (PREFEITURA DE FORTALEZA, 1932, p.12).

Os artigos sobre as construções em geral refletiam um conjunto de direitos e obrigações com origem na melhoria das condições higiênicas dos edifícios e na segurança de uma nova arquitetura que estava usando o concreto armado. Nesse período, surgiu o primeiro “arranha-céu” de Fortaleza, inaugurado em dezembro de 1931, o Excelsior Hotel. A princípio, fora projetado com quatro andares e, posteriormente, teve autorização para ter oito andares. Ao longo do código se encontravam diversas postulações que tratavam de tais assuntos, tais como:

- Projetos de concreto armado: *“Para toda obra a ser total ou parcialmente executada em concreto armado exigir-se-á um projeto organizado de acordo com o presente Código”* (Art. 187°).

- Alicerce das edificações: *“Os alicerces das edificações serão construídos segundo a natureza do solo e da obra e executar, podendo ser de concreto armado ou de concreto simples, alvenaria de pedra ou de tijolo com argamassa de cal ou cimento”* (Art. 145°).

- Resistência de ferro ou aço usado nas edificações: *“Qualquer ferro laminado deverá apresentar carga de ruptura superior a três mil e quinhentos (3.500) quilos por centímetro quadrado”* (Art. 139°).

- Construções de paredes e colunas: *“As paredes dos prédios serão construídas com alvenaria de pedra, tijolos, concreto armado ou não, ou qualquer material resistente, seco, incombustível e imputrescível, suficientemente refratário à umidade e ao calor”* (Art. 149°). *“Quando as paredes forem construídas em concreto armado ou outro material de resistência apreciável, as espessuras serão calculadas em função do material empregado e da carga a suportar. Estes cálculos constarão de memorial e serão acompanhados de desenhos e detalhes em escalas convenientes”* (Art. 156°).

- Construção de paredes de madeira: *“É vedada a construção de paredes de madeira em hotéis, pensões, estalagens e qualquer habitação coletiva, assim como em cozinhas e gabinetes sanitários”* (Art. 162°).

- Construções de piso sobre o solo: *“Toda a superfície do solo ocupado por edificação terá o piso de concreto de 8 a 10 cm de espessura, ou de lastro de tijolo sentado com argamassa de cal a 1 x 3, recoberto com lençol de cimento, sobre o qual assentará um revestimento de madeira ou material impermeável”* (Art. 163°).

- Sobre os coeficientes de segurança: *“As mudanças de destino das construções e o aumento das sobrecargas constantes dos projetos aprovados não serão admitidos senão mediante requerimento à Prefeitura, em que fique demonstrado que tais mudanças ou aumento não prejudicam as condições de estabilidade e resistência do prédio”* (Art. 176°).

- As exigências mínimas do concreto armado: *“Os elementos empregado nas obras de concreto armado deverão satisfazer as condições mínimas de inviabilidade de volume; peso específico mínimo 28; resíduo máximo da peneira de 900 malhas por centímetro quadrado; a pega da pasta normal de cimento puro em água doce, não pode começar antes de meia hora e nem terminar antes de 3 horas”* (Art. 188°).

Por último, deve-se mencionar a segurança dos indivíduos durante a execução das obras na cidade. Era obrigatória a colocação de tapumes em construção, reconstrução, acréscimo, reforma ou demolição. O material deveria ser de madeira ou zinco, de modo *“a não prejudicar o asseio da rua nem incomodar os transeuntes ou prédios vizinhos”* (Art. 117°).

O código de 1932 deixava evidente na década de trinta a ideia de que a modernidade já havia se instalado na cidade. O amadurecimento e a consolidação desse “novo urbanismo” traziam a ruptura na estrutura, na forma e na organização distributiva da cidade, com consequências no desenho e na morfologia urbana na produção do espaço urbano.

Por tudo isso, pode-se afirmar que as transformações vividas pelo urbanismo e pela arquitetura no final do século XIX e início do século XX, em Fortaleza, foram resolvidas procurando adaptar-se às novas condições no equipamento da cidade. Uma etapa do aperfeiçoamento tecnológico, abrangendo iluminação, rede de esgoto, abastecimento de água, transporte, normas edificatórias, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado analisou a morfologia urbana de Fortaleza e suas ordenanças entre 1813 e 1933, observando o papel dos planos e dos códigos de postura no crescimento urbano da cidade. A pesquisa mostrou a relação entre os acontecimentos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos, combinados com as teorias do urbanismo de modo a criar condições para a forma urbana da cidade e divididos em três momentos de reflexão: 1813, 1863 e 1933. O estudo mostrou que as teorias, posturas e princípios estéticos contidos nesses três momentos deram origem ao “desenho moderno” posterior. O resultado da análise destacou as variações dos elementos morfológicos da cidade, acrescentadas nas ordenanças através dos diversos tipos de regramentos.

Os planos e plantas estabeleceram uma das bases fundamentais para a sustentação do estudo morfológico da cidade. Foram utilizados como fonte de investigação os materiais produzidos nas ordenanças municipais. Outras fontes de pesquisa foram os trabalhos produzidos sobre o tema, os quais permitiram compreender os fenômenos que deram origem a uma Fortaleza “moderna”, pós-anos 1930.

A origem desse reformismo, indicada na hipótese de que a organização estruturada através dos planos urbanos e dos códigos de postura deu origem à “moderna” Fortaleza dos anos 1930, diz respeito às consequências anteriores adotadas pelo poder público. O passado fornece pistas para o desenho atual da cidade. O certo é que os códigos de postura definiram regras de higiene, salubridade, equipamentos, técnicas construtivas e serviços que constituiriam o suporte legal à prática urbanística com efeitos no desenho da cidade.

O resultado não foi imediato. Trata-se de um processo construído através de documentos escritos e gráficos de um aspecto técnico puro. O controle e a expansão urbana de Fortaleza, aqui estudados, iniciaram-se com a cisão do Ceará de Pernambuco, em 1779. Esse momento relevante na história política do Estado representou também um ponto crucial da história urbanística moderna fortalezense.

Ressalva-se que, até o desmembramento do Ceará de Pernambuco, Fortaleza era uma pequena vila sem grandes atrativos e importância econômica. A partir do início do século XIX começou-se a notar um progresso centrado na dimensão intraurbana, pelo poder público, com caráter imediatista devido ao aumento populacional. Como consequência das acomodações, iniciaram-se construções sem um controle, guiadas a partir das curvas do Riacho Pajeú, zona mais antiga da cidade. O governador e coronel General Sampaio apresentou, assim, à Câmara, o engenheiro militar Silva Paulet, em 1812, com a preocupação de organizar e direcionar o crescimento de Fortaleza.

Paulet foi o responsável por projetar e executar vários serviços e obras, entre eles um mercado (1815) e o Forte (1812-1822) reconstruído em alvenaria. Levantou a primeira planta da vila de Fortaleza, em 1813, e elaborou a planta de ordenação e expansão da vila em 1818, organizada através de um traçado reticulado, formado pelo conceito de cidades regulares influenciadas pelas concepções ligadas à reformulação de Lisboa pós-terremoto de 1755. Um processo de desenvolvimento urbano que antes seguia uma tendência natural em direção ao crescimento suburbano, constituído por urbanização + parcelamento + edificação, começou a tender para um crescimento em expansão: parcelamento + urbanização + edificação.

Essa planta de 1813, em conjunto com as plantas de 1818 e 1850, conduziria a cidade a um crescimento em longo prazo, pois o traçado é mantido na expansão, determinando um reticulado ortogonal quadricular com variações. As análises permitiram inferir que as práticas urbanísticas adotadas pelo engenheiro militar eram características decorrentes das cidades medievais portuguesas, como a hierarquia de ruas e travessas, traçados ortogonais e quadras retangulares. Por volta dos anos de 1830 já se tornavam necessários regimentos que norteassem o controle da cidade. O código de postura de 1835 veio preencher essa lacuna, com

medidas de preservação das casas e dos edifícios da cidade e melhorias nas questões relativas à sociabilidade dos moradores.

A partir da década de 1860, expandiu-se a economia cearense e, como consequência, acelerou-se o crescimento da capital Fortaleza. O algodão passou a ser o principal produto para o mercado externo. Filiais de companhias europeias se instalaram na Capital cearense. Nesse período favorável, o poder público se viu obrigado a disciplinar o crescimento urbano. Sendo assim, o engenheiro pernambucano Adolfo Herbster elaborou o “*Plano de Expansão da Cidade de Fortaleza*”, em 1863. As análises permitiram concluir que nesse plano foi inserida uma série de procedimentos decorrentes do Brasil Império, reforçados pelo traçado ortogonal, semelhante ao de outras capitais brasileiras. No planejamento sistemático das ruas, percebe-se o objetivo de ampliar e facilitar a circulação de pessoas, veículos e mercadorias no núcleo urbano da cidade.

As medidas de controle inseridas nos códigos de postura em defesa do espaço público demonstraram a evolução de acordo com as necessidades da cidade, o que levou a Câmara Municipal a fiscalizar a qualidade e os serviços prestados através de terceirização da infraestrutura urbana, como, por exemplo, o serviço de abastecimento de água potável, que foi entregue a uma companhia conforme o artigo 5º do Código de 1870. Além disso, houve uma evolução dos instrumentos de controle e do uso do solo urbano, conjuntamente com as respostas às demandas clínicas e sanitárias.

Em decorrência dessa preocupação com a salubridade pública, a cidade ganhou praças arborizadas como espaços para renovação do ar. A construção de bulevares em Fortaleza foi iniciada no plano de extensão de Herbster, em 1863, através de duas avenidas largas e retilíneas. O desenho ortogonal e a introdução de bulevares receberam maior destaque nas plantas de 1875 e 1888, do engenheiro. A conservação do desenho ortogonal evidenciava a necessidade do poder público em impor e continuar com a racionalização do traçado urbano.

A ideia principal que descrevia o urbanismo de Herbster é a progressista, mesma concepção das propostas relativas à modernidade. Embora timidamente, foi nesse momento que as transformações adotadas por Herbster obedeceram a um triplo objetivo como resposta à evolução dos modos de vida na cidade, objetivos similares com aqueles utilizados por Haussmann:

- Racionalização das vias de comunicação, através da circulação fácil e cômoda dentro da cidade;
- Eliminação da insalubridade, criando uma cidade mais arejada e arborizada;
- Preparação da cidade para receber novos monumentos arquitetônicos, unindo-os através de eixos viários e perspectivas.

Devido às exigências do comércio e do transporte de mercadorias, os anos de 1870 foram marcados pela introdução da rede ferroviária em Fortaleza, obra de uma nova classe de projetistas. Com os estudos aqui apresentados, foi verificado o alargamento das ruas, adequando-as aos novos meios de transporte, em especial, o bonde. O transporte coletivo de bonde à tração animal foi iniciado em 1880, e mais tarde seria substituído por bondes de tração elétrica, em 1913.

Pode-se afirmar que os novos meios de transporte facilitaram a mudança de domicílio para fora do núcleo central da cidade, viabilizando o surgimento de novos bairros em Fortaleza. As diferentes tecnologias de transporte favoreceram a procura pelos moradores da cidade de zonas mais distantes do centro agora ligadas ao núcleo central pelos bondes.

Já o discurso médico-higienista havia se manifestado desde a década de 1830; entretanto, a política sanitária seria intensificada durante as grandes secas de 1877, 1878 e 1879. Esses anos seriam marcados pelo colapso da economia, morte da população por fome e epidemias. Em 1878 foram registradas 57.780 mortes na capital cearense. Os movimentos demográficos, a fome, as doenças e mortes provocados ao fim dessa fase transformaram as secas em um problema social de grandes dimensões. Esse período foi marcado por normas para o controle de doenças que ameaçavam a população. Os instrumentos de controle da cidade (Códigos de Postura) davam continuidade mais direta às medidas relativas ao saneamento.

Quanto à higienização da cidade, há que se destacar os segmentos de embelezamento propostos pelo poder público, principalmente após a grande seca. Momento em que muitas praças foram reformadas não somente com o intuito de beleza, mas também com a finalidade de facilitar a circulação e inserir novas regras de convívio, bem como estimular a prática de exercícios corporais aos jovens da

cidade, como, por exemplo, as reformas na Praça do Ferreira, Marquês do Herval, e da Praça da Sé. Nesse sentido as praças se enquadraram nas reformas estéticas do final do século XIX e início do XX, com conceitos enraizados nas ideias do modelo dos “pré-urbanistas” progressistas definidas por Choay (2003).

Através da análise do código de postura de 1893, percebe-se um reforço do poder público em trazer uma paisagem homogênea para a cidade, com a padronização da arquitetura, obrigando as edificações a adotar o uso de platibanda nas residências e mostrando a necessidade de harmonizar os vãos de portas e janelas nas fachadas externas das novas construções.

No início do século XX, Fortaleza foi então introduzida nos principais centros urbanos do Brasil. Nessa ocasião, foram inseridos os primeiros automóveis na Capital e implementados os bondes elétricos. O poder público, de forma recorrente, buscou instrumentos de melhorias da cidade, de modo a contribuir com o desenvolvimento dos serviços e das obras públicas relacionadas à rede urbana de água, esgoto e energia elétrica. Em termos de investimento nas edificações públicas, viu-se a valorização da arquitetura.

Ao ser transformada no principal centro econômico do estado, o crescimento urbano e populacional de Fortaleza seria inevitável. Fortaleza centralizou o dinamismo das atividades administrativas, dos serviços e do comércio. Dessa forma, a capital cearense reuniu as riquezas produzidas e se tornou a principal cidade para migração da população rural, principalmente nos períodos de secas, como aconteceu em 1915 e 1932. Esse dinamismo econômico seria materializado em investimentos públicos e privados, através de serviços urbanos e espaços de lazer.

A partir da década de 1920, foi iniciada a ampliação do perímetro urbano da cidade. Surgiram novos bairros, novas residências, novos edifícios, novas estradas e as moradias se deslocaram gradativamente no sentido radiocêntrico. O fim dos anos de 1920 e o início dos anos 1930 foram marcados por tentativas de modernização apoiadas pelo reformismo, tanto no tema urbano como arquitetônico. Apontam-se alguns fatos de uma cadeia de experiências que conduziram o “urbanismo moderno” da Capital cearense:

- Adoção de um novo código de postura, em 1932, em substituição às velhas posturas municipais do século XIX;

- Separação da cidade em zonas diferenciadas e com regramentos específicos, publicadas no novo código;
- Divulgação de técnicas, regras e métodos de utilização do uso do concreto armado;
- Utilização de uma nova linguagem arquitetônica, em substituição do ecletismo arquitetônico dominante nas décadas anteriores;
- Proposta de um novo “*Plano de extensão e remodelação de Fortaleza*”, em 1933, elaborado pelo urbanista Nestor de Figueiredo, ora utilizando conceitos de Le Corbusier, ora conceitos de Alfred Agache.

É possível observar indicações da atividade construtiva, de boa construção de ordenamento público, de higiene no código de postura de 1932, seguindo os preceitos do urbanismo moderno de ventilação, insolação e higiene. Da mesma forma, houve uma nítida vertente ligada à ordenança de zoneamento.

Na realidade, o urbanismo fortalezense, desde o plano de 1813 até 1933, foi submetido a profundas dinâmicas econômicas, sociais e urbanísticas, atingindo uma complexidade estrutural e morfológica já desenvolvida com os serviços de transportes, infraestruturas, equipamentos e novas tipologias espaciais. Como consequência, daria continuidade às morfologias urbanas enraizadas no modelo progressista, seguindo, também, a linha dos princípios “hausmannianos”.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que as propostas urbanas para Fortaleza – planos e códigos – no período aqui estudado, tinham como eixos centrais de desenvolvimento a procura de soluções para as mudanças colocadas pelo crescimento demográfico acelerada e contínua expansão. Dessa forma, o poder público lança mão de instrumentos de controle, de previsão e de expansão do crescimento urbano. Isto contribuiu para que, no meio dos especialistas que produziram a cidade, engenheiros e urbanistas, as reflexões sobre os elementos morfológicos se desenvolvessem essencialmente em torno das teorias que deram origem à disseminação do ideário moderno no campo do urbanismo e da arquitetura, cooperando para a demarcação de uma nova fase na história urbanística fortalezense.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC):

Série: Correspondências expedidas, códigos de postura, receitas e despesas. Período: 1818/1845. Ala 02. Estante 01. Caixas: 37, 38 e 38A.

Série: Correspondências expedidas, códigos de postura, receitas e despesas. Período: 1846/1879. Ala 02. Estante 01. Caixas: 39, 40 e 41, 42.

Série: Resoluções da Província do Ceará. Período: 1835/1855. Prateleira 20. Livros 01 e 02.

Série: Resoluções da Província do Ceará. Período: 1856/1871. Prateleira 23. Livros 06 e 07.

Série: Resoluções da Província do Ceará. Período: 1872/1873. Prateleira 29. Livro 58.

Série: Resoluções da Província do Ceará. Período: 1878/1879. Prateleira 29. Livro 63.

Série: Resoluções da Província do Ceará. Período: 1893. Prateleira 16. Livros 17 e 18.

Ofícios do Presidente da Província as Câmaras Municipais desta província. 1846 a 1850/ 1851 a 1856/ 1856 a 1862/ 1862 a 1869. Ala 20. Estante 430.

Colleção de leis, decretos, resoluções e regulamentos da província do Ceará. Tomo XXXI, 1853. Tipografia Cearense.

Jornais e periódicos:

Jornal O Povo:

< <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/clima-e-de-tranquilidade-na-manifestacao-viadutosim-no-coco/> > acesso em 15 de setembro 2015.

Jornal Diário do Nordeste:

< <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/manifestantes-bloqueiam-parte-da-av-engenheiro-santana-junior-1.852225> > acesso em 15 de setembro 2015.

Fontes iconográficas:

a) Internet:

<https://divadahistoria.files.wordpress.com/2009/03/carta_da_capitania_do_cerc3a1_1818.jpg>. Acesso abril 2016.

<http://en.wikipedia.org/wiki/Lisbon_Baixa#mediaviewer/File:Pombaline_Baixa_Lisbon_map_1756.jpg>. Acesso junho 2014.

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart519681/cart519681.jpg> Acesso dezembro de 2014.

b) Livros:

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (NIREZ). **Fortaleza ontem e hoje**. Pesquisa ilustrada Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1991.

CAPELO FILHO, José. **Fortaleza Centro: Guia Arquitetônico**. / José Capelo Filho e Lídia Sarmiento Garcia. – Fortaleza, 2006.

CHAVES, Gylmar; VELOSO, Patrícia; CAPELO, Peregrina. **Ah, Fortaleza! Centro**. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2006.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gados das Ribeiras do Norte**. 2013. 307p.Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

INSTITUTO DO CEARÁ. **Arquivo do Barão de Studart**/ Instituto do Ceará; Coordenação geral José Augusto Bezerra. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2010.

LOPES, Marciano. **Fortaleza antiga**: praça, ruas, esquinas. Fortaleza: ABC Editora, s/d. 1998.

REIS, Nestor Goulart (org.). **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Imprensa Oficial; Edusp; Fapesp, 2000a.

Bibliografia:

ABREU, Mauricio de Almeida. 1997. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: SILVA, J.B. et al. **A Cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

ACCIOLY, Vera Mamede. **O ciclo do algodão e o urbanismo em Fortaleza**: evidências das contradições urbanas. Cidade História Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX, Salvador Mau Ufba, 1993.

ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica**: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810 – 1933). 2012. 297 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDRADE, Lia Raquel Vieira de. **O Clã de Moreira Campos**: aspectos sociais dos contos publicados em revista. Dissertação de mestrado em Letras. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil colonial**; ensaio de geografia urbana retrospectiva. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, Universidade de São Paulo, n. 208, 1956.

AZEVEDO, Sânzio de. **Literatura Cearense**. Fortaleza: Publicação Academia Cearense de letras, 1976.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Editorial Presença: Lisboa, 1987.

BENÉVOLO, Leonardo; MELOGRANI, Carlo; GIURA LONGO, Tommaso. **Projetar a cidade moderna**. Portugal: Editorial Presença: Lisboa, 1977.

BOLTSHAUSER, João. **Noções de evolução urbana nas Américas**. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais/ Escola de Arquitetura, 1968.

BORGES, Marília Santana. **Quarteirão sucesso da cidade: o Art Déco e as transformações arquitetônicas na Fortaleza de 1930 e 1940**. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz. Publicação em: **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1828**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm> Acesso em: 18 de fevereiro de 2016.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP 1992.

CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza provincial: rural e urbana**. Introdução ao estudo dos códigos de posturas de 1835, 1865, 1870 e 1879. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. 121 p.

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista** (Cenas do Ceará). 13. ed. São Paulo: Ática, 1998.

CANDIDO, Antônio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CASTRO, José Liberal de. **Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza**. Faculdade de Artes e Arquitetura, Universidade Federal do Ceará, 1973.

_____. **Cartografia Urbana Fortalezense na Colônia e no Império e Outros Comentários**. In: Fortaleza. Administração Lúcio Alcântara, 78/82, Fortaleza, Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982.

_____. **Arquitetura no Ceará. O século XIX e algumas antecedências**. In: Revista do Instituto do Ceará. Universidade Federal do Ceará, 2014.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**, utopias e realidades uma antologia. São Paulo, Editora Perspectiva, 2003.

CODEF. **Fortaleza**: evolução urbana (1603 – 1979). Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1979.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. 2005. **Fortaleza**: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, J. B. da. ZANELLA, M. E.; MEIRELES, J. Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste Brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica.

_____. Do Higienismo ao ecologismo: os discursos sobre o espaço urbano, in: SILVA, J.B. et al. **A Cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. **Praças de Fortaleza** – Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1990. 416p.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **De cidade à metrópole**: (trans)formações urbanas em Fortaleza. / Eustógio Wanderley Correia Dantas, José Borzacchiolo da Silva e Maria Clélia Lustosa Costa – Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DIAS, Pollyanna D'Ávila G. **O século XIX e o neogótico na arquitetura brasileira**: um estudo de caracterização. In. Especialização em História da Cultura e da Arte. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2007.

DIAS, Arthur. Ceará (do livro O Brasil atual, 1904). **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano XXVII, p. 228-242, 1913.

DUARTE, Renato. **Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil**. In: Alicia Ziccardi. (Org.). *Pobreza, Desigualdad Social y Ciudadanía*. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2001, v. 1, p. 425-440.

FARIAS, Airton. de. **História do Ceará**, dos índios à geração cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997.

FARIAS FILHO, José Almir. **O Plano Moderno e a Morfologia do Traçado**. Narrativa sobre um traçado em xadrez que aprisiona o discurso de projeto social. In: X Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, 2008, Recife. Anais do X SHCU. Recife: UFPE, 2008. v. 1.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. – 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FORTALEZA. **Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza. 1835.

FORTALEZA. **Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza. 1870.

FORTALEZA. **Código de Posturas do Município de Fortaleza**. Fortaleza, 1932.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1979.

_____. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1983.

_____. **O Ceará**/ Raimundo Girão, Antônio Martins Filho. – Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara Filho, 2011.

_____. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza, BNB. ETENE, 1985. 446p.

_____. **Pequena história do Ceará**. 4ª ed. rev. e atual. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1984. 294p.

_____. Plano de Urbanização de Fortaleza (subsídios para sua história). In: **Revistas do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo anno LVII, 1943, 205-222.

GUTIÉRREZ, Ramón. “**La Ciudad Iberoamericana en el Siglo XIX**”. In: TÉRAN, Fernando de. et al. *La Ciudad Hispanoamericana. El Sueño de um Orden*. Madrid: CEHOPU/ MOPU, 1989, pp.252-256.

IBGE. **Censo demográfico brasileiro**. Rio de Janeiro, 2015.

IPLAM. **Síntese diagnóstica do município**: caracterização urbana do município de Fortaleza. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1990.

JUCÁ, Gisafran. Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945 – 1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Ed. 4, 1992.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil, 1895 – 1965**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MAPURUNGA, José. **A Construção de uma Fortaleza**. Fortaleza: SESCAP, 2012.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

MENEZES, Antônio Bezerra de. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: Edições UFC, 1992.

MONTENEGRO, Abelardo Fernando. **Psicologia do povo cearense**. Fortaleza: Casa José de Alencar / Programa Editorial, 2000.

MOTA, Leonardo. **Padaria Espiritual**. 2ª ed. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 1994.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NEVES, Castro de Frederico. Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 – 1932). **Revista Brasileira de história**. São Paulo: ANPUH/ contexto, v. 15, n. 29, 1995. P.93-122.

OLIVEIRA, Carla Silvino. de. **Cidade (in)salubre: idéias e práticas médicas em Fortaleza (1838 -1853)**. Dissertação de mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

PAIVA, Manoel. de O. **A Afilhada**. São Paulo: Poeteiro Editora digital, 2014.

PANERAI, Philippe R.; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. **Formas urbanas: de la manzana al bloque**. Barcelona: Gustavo Gili, *Coleccion Arquitectura / Perspectivas*, 1986.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Philippe Panerai; tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 198 p. – (Coleção arquitetura e urbanismo).

PESSOA, José Augusto Martins. **Fortaleza**: a re-invenção da cidade e a disciplina urbanística da cidade agrário-mercantil à cidade industrial. V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo “Cidades: temporalidades em confronto”, Campinas-SP, PUC – Campinas, 1998.

PINTO, Rodrigo Márcio Souza. **Do passeio público à ferrovia**: o futebol proletário em fortaleza (1904 – 1945). Dissertação de mestrado. Departamento de História do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

POMPEU, Gina. Vidal Marcílio; TASSIGNY, Mônica Mota. **Seca, Forno e Estado de Emergência**. Fortaleza: Editora INESP, 2006.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. São Paulo. Siciliano. 1993.

RIBEIRO, João O. de Saboya. Memorial justificativo do plano diretor para a cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LXIX, 1955.

REIS, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pini, 2000b.

_____. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. 2ª edição, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SABATÉ, Joaquín. **El proyecto de la calle sin nombre**. *Los regulamentos urbanos de la edificación París – Barcelona*. Colección *Arquíthesis*, num. 4. Barcelona: *Fundación Caja de Arquitectos*, 1999.

SOLÀ-MORALES I RUBIÓ, Manuel de. **Las Formas de crecimiento urbano**. Barcelona: *Edicions UPC*, 1997.

SALGADO, Ivone e BUENO, Beatriz. Pierre Patte e a cultura urbanística do urbanismo francês. **Caderno de Pesquisa do LAP** nº38, Série Urbanização e Urbanismo, USP/ FAU, 2003.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço, in: SOUZA, Simone (coordenadora). **História do Ceará** (vários autores) – Fortaleza, Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989. 403 p.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza: imagens da cidade** Fortaleza: - Museu do Ceará / Secretaria da cultura e Desporto do estado do Ceará, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Antonio Gilberto Abreu de. **Arquitetura neoclássica e cotidiano social do Centro Histórico de Fortaleza** – da Belle Époque ao ocaso do início do século XXI. 2012. 374f. Tese (Doutorado em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes, Belo Horizonte.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua Evolução Urbana**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Fortaleza, Edições UFC, 1980.

_____. **A Fome: cenas da seca do Ceará**. Fortaleza. Gualter R. Silva. 1890.

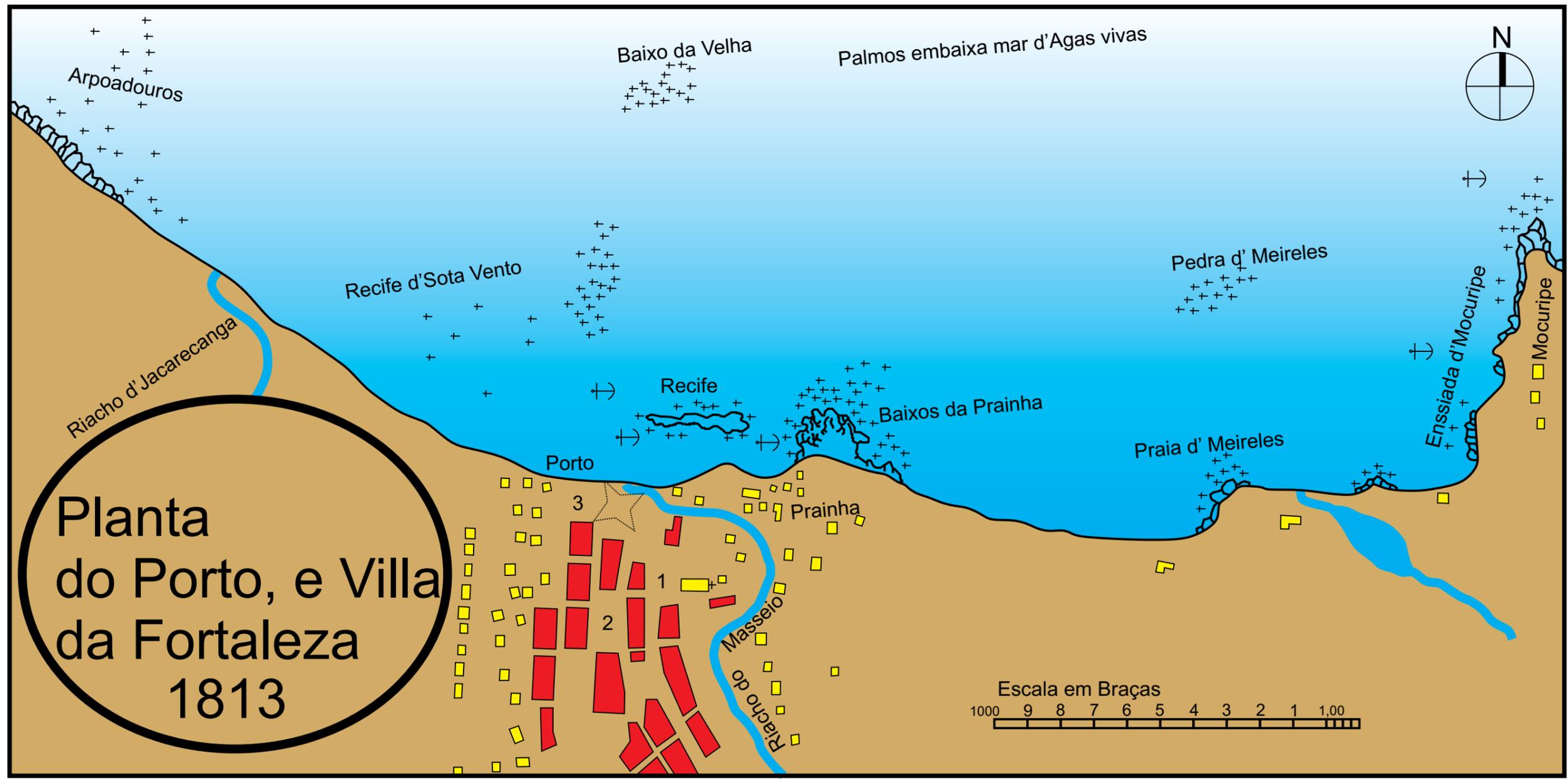
_____. **Varíola e vacinação no Ceará: Primeiro milheiro/** Rodolpho Theophilo - ed. fac. Sim. – Fortaleza: Waldemar Alcântara, 1997.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Nestor Figueiredo e o urbanismo nas cidades do Norte**. Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 5, p. 96-116, 2013.

VITERBO, Sousa (Coord.). **Diccionario histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes**. Fac-símile. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988. v. II.

YUNES, Gilberto Sarkis. **Cidades reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul**. 1995. 158p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

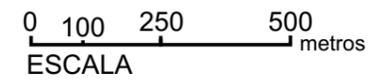
APÊNDICES



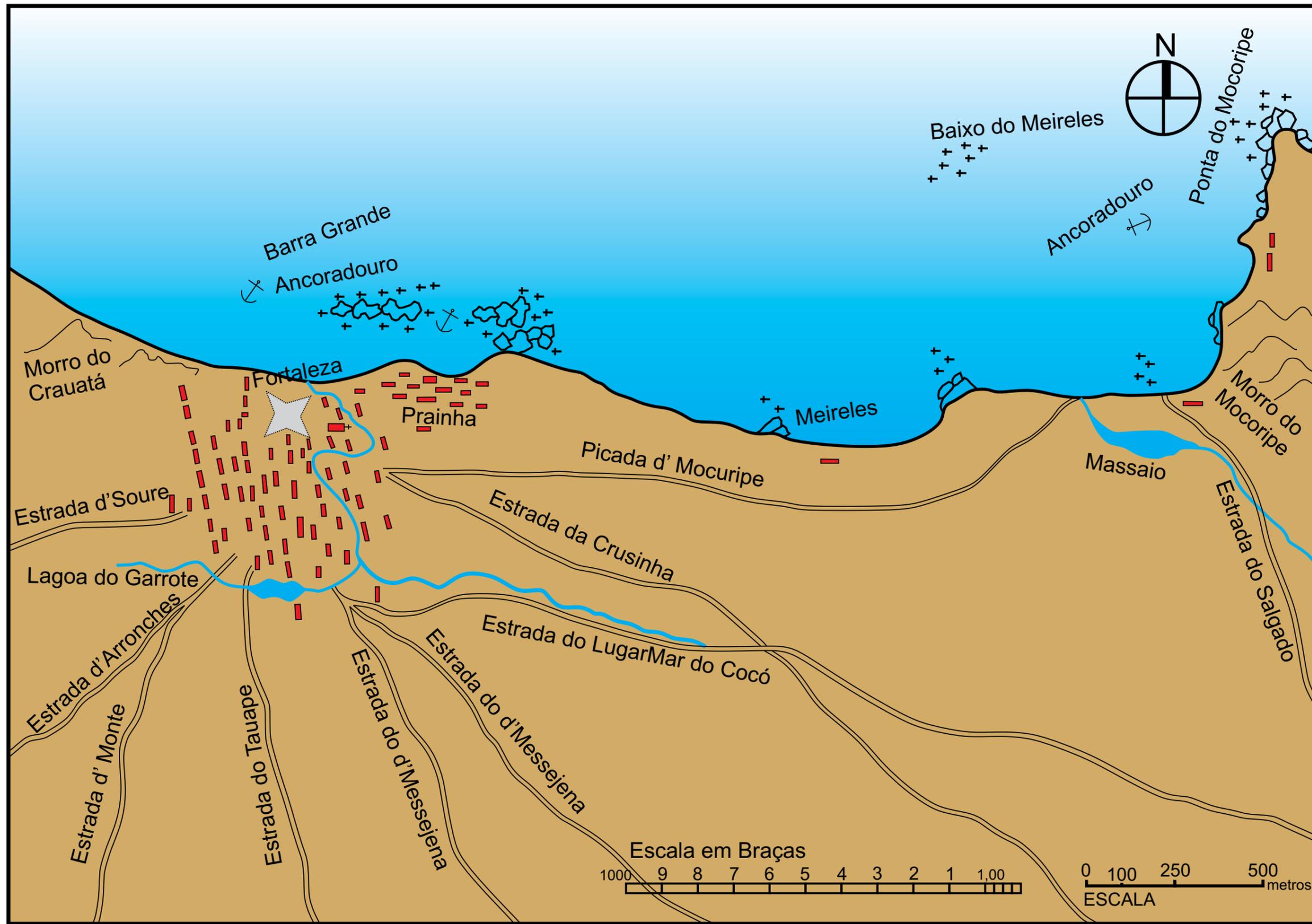
**Planta
do Porto, e Villa
da Fortaleza
1813**

LEGENDA

- Quadra
- Ocupação
- Em Construção
- 1 - Praça do Conselho
- 2 - Praça do Palácio
- 3 - Paio da Pólvora



TÍTULO:	"Planta do Porto, e Villa de Fortaleza - 1813"		
FONTE:	ANDRADE, 2012, p.23/ REIS, 2000, p. s/n.		
ELABORAÇÃO DA PLANTA:	Antônio José da Silva Paulet		
DATA DO REDESENHO:	AGOS. 2015	REDESENHO:	LARRY ANDELMO
PRANCHA:	1		



TÍTULO:

"Planta da Vila da Fortaleza e seu Porto - 1818"

FONTE:

ANDRADE, 2012, p.67.

ELABORAÇÃO DA PLANTA:

Antônio José da Silva Paulet

DATA DO REDESENHO:

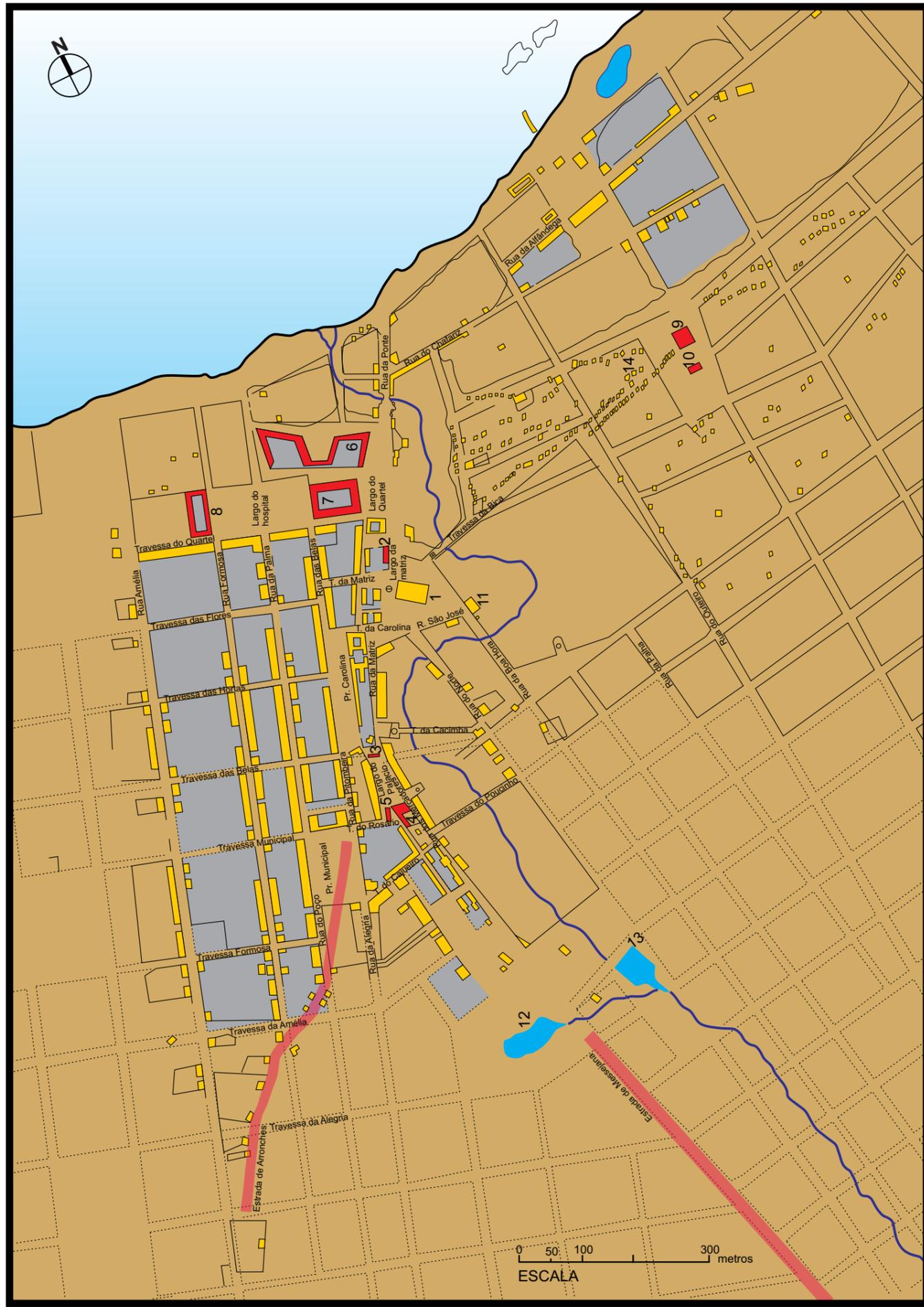
AGOS. 2015

REDESENHO:

LARRY ANDELMO

PRANCHA:

2



EDIFÍCIOS PÚBLICOS, IGREJAS E MATRIZ

- 1 - Matriz
- 2 - Tesouraria Provincial
- 3 - Tesouraria Geral
- 4 - Palácio do Governo
- 5 - Igreja do Rosário
- 6 - Forte
- 7 - Quartel
- 8 - Hospital
- 9 - Capela da Conceição da Prainha
- 10 - Cemitério da Cap. da Conceição da Prainha
- 11 - Chácara dos Guimarães
- 12 - Lagoa do Garrote
- 13 - Açude do Pajeú
- 14 - Outeiro da Prainha

- LEGENDA**
- Plano de Expansão
 - Antigos Caminhos
 - Quadra/ Área Consolidada
 - Ocupação
 - Institucional

TÍTULO:	FONTE:	ELABORAÇÃO DA PLANTA:	DATA DO REDESENHO:	REDESENHO:	PRANCHA:
"Planta da Cidade de Fortaleza - 1850"	ANDRADE, 2012, p.71.	Antônio Simões Ferreira de Farias	SET. 2015	LARRY ANDELMO	3



TÍTULO:	“Planta Exacta da Capital do Ceará - 1859”
FONTE:	ANDRADE, 2012, p.74.
ELABORAÇÃO DA PLANTA:	Adolfo Herbster
DATA DO REDESENHO:	OUT. 2015
REDESENHO:	LARRY ANDELMO
PRANCHA:	5



LEGENDA

- Edificação existente
- Antigo núcleo urbano
- Plano de expansão
- Antigos Largos e Praças
- Novos Largos e Praças
- Ruas

Largos e Praças

- | | | | |
|-------------------|-------------------|--------------------|---------------------------|
| 1 - da Alfândega | 5 - das educandas | 9 - da Alegria | 13 - Izabel |
| 2 - da Conceição | 6 - da Matriz | 10 - Municipal | 14 - das Corealis |
| 3 - da Leopoldina | 7 - do Palácio | 11 - do Patrocínio | 15 - Visconde de Pellotas |
| 4 - do Colégio | 8 - do Carolina | 12 - da Lagoinha | |

0 100 300 500 metros
ESCALA

TÍTULO:	ANDRADE, 2012, p.75.	ELABORAÇÃO DA PLANTA:	Adolfo Herbster	DATA DO REDESENHO:	OUT. 2015	REDESENHO:	LARRY ANDELMO	PRANCHA:	6
"Plano de Expansão da Cidade de Fortaleza - 1863"									

RUAS E ESTRADAS

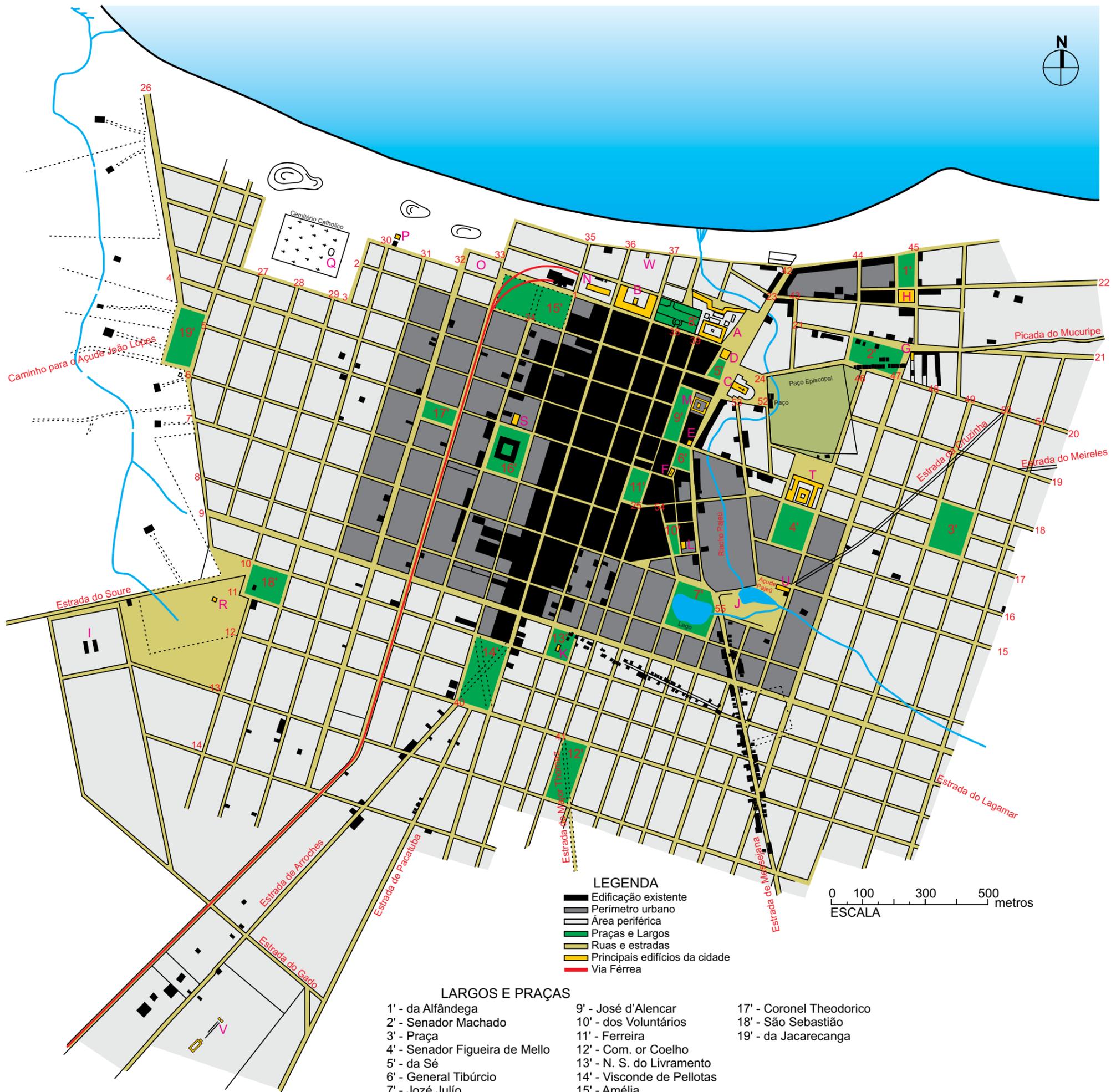
- 1 - Rua da Misericórdia
- 2 - Rua Senador Castro Silva
- 3 - Rua Senador Alencar
- 4 - Rua da Assembléia
- 5 - Rua Municipal
- 6 - Rua Com. Luís Ribeiro
- 7 - Rua Dr. Pedro Pereira
- 8 - Rua Dom Pedro
- 9 - Boulevard Duque de Caxias
- 10 - Rua do Livramento
- 11 - Rua São Sebastião
- 12 - Rua Antônio Pompeu
- 13 - Rua dos Coelhos
- 14 - Rua do Bom Fim
- 15 - Rua do Córrego
- 16 - Rua de São Luís
- 17 - Rua do Colégio
- 18 - Rua do Sol
- 19 - Rua do Paço
- 20 - Rua da Conceição
- 21 - Rua do Seminário
- 22 - Rua da Alfândega
- 23 - Rua Singlehurst
- 24 - Rua da Ponte
- 25 - Rua do Cajueiro
- 26 - Boulevard Jacarecanga
- 27 - Rua Conselheiro Estalito
- 28 - Rua Figueiras
- 29 - Rua Padre Mororó
- 30 - Rua do Payol
- 31 - Rua Isabel
- 32 - Boulevard Imperador
- 33 - Rua 14 de Março
- 34 - Rua 24 de Maio
- 35 - Rua General Sampaio
- 36 - Rua Senador Pompeu
- 37 - Rua Formosa
- 38 - Rua Major Facundo
- 39 - Rua Boa Vista
- 40 - Boulevard Visconde do Cauípe
- 41 - Estrada do Major Thomaz
- 42 - Rua Visconde D'Eu
- 43 - Travessa do Outeiro
- 44 - Travessa da Praia
- 45 - Travessa da Conceição
- 46 - Rua Pasú
- 47 - Boulevard Conceição
- 48 - Rua da Glória
- 49 - Rua Leopoldina
- 50 - Rua Soledade
- 51 - Rua Aldeota
- 52 - Rua do São José
- 53 - Rua do Sampaio
- 54 - Rua da Alegria
- 55 - Boulevard do Rio Branco

EDIFÍCIOS DA CIDADE

- A - Quartel e Fortaleza N. S. da Assunção
- B - Santa Casa de Misericórdia
- C - Igreja da Sé
- D - Tesouraria Provincial
- E - Tesouraria Geral
- F - Igreja N. S. do Rosário
- G - Igreja N. S. da Conceição da Praia
- H - Alfândega
- I - Matadouro
- J - Açude do Pajeú
- K - Igreja N. S. do Livramento
- L - Quartel da Polícia
- M - Mercado Público
- N - Cadeia
- O - Cemitério Inglês
- P - Antigo Paiol
- Q - Cemitério Público
- R - Igreja
- S - Igreja N. S. do Patrocínio
- T - Casa de Educandos
- U - Cavalaria da Polícia
- V - Água do Benfica
- W - Gasômetro

LARGOS E PRAÇAS

- | | | |
|--------------------------------|---------------------------|--------------------------|
| 1' - da Alfândega | 9' - José d'Alencar | 17' - Coronel Theodorico |
| 2' - Senador Machado | 10' - dos Voluntários | 18' - São Sebastião |
| 3' - Praça | 11' - Ferreira | 19' - da Jacarecanga |
| 4' - Senador Figueira de Mello | 12' - Com. or Coelho | |
| 5' - da Sé | 13' - N. S. do Livramento | |
| 6' - General Tibúrcio | 14' - Visconde de Pelotas | |
| 7' - Jozé Julio | 15' - Amélia | |
| 8' - Passeio Público | 16' - Marquez do Herval | |



LEGENDA

- Edificação existente
- Perímetro urbano
- Área periférica
- Praças e Largos
- Ruas e estradas
- Principais edifícios da cidade
- Via Férrea

TÍTULO:	“Planta da Cidade da Fortaleza e Subúrbios - 1875”
FONTE:	ANDRADE, 2012, p. 148/ COSTA, 2005, p. 58.
ELABORAÇÃO DA PLANTA:	Adolfo Herbster
DATA DO REDESENHO:	NOV. 2015
REDESENHO:	LARRY ANDELMO
PRANCHA:	7

RUAS E ESTRADAS

- 1- Rua da Misericórdia
- 2- Rua Senador Castro Silva
- 3- Rua Senador Alencar
- 4- Rua d'Assembêa
- 5- Rua Municipal
- 6- Rua Comm. or Luís Ribeiro
- 7- Rua Dr. Pedro Pereira
- 8- Rua Dom Pedro
- 9- Boulevard Duque de Caxias
- 10- Rua do Livramento
- 11- Rua São Sebastião
- 12- Rua Antônio Pompeu
- 13- Rua dos Coelhos
- 14- Rua do Bom Fim
- 15- Estrada Pajuçara
- 16- Estrada do Gado
- 17- Rua do Corrego
- 18- Rua de São Luiz
- 19- Rua do Colégio
- 20- Rua do Sol
- 21- Rua do Paço
- 22- Rua da Conceição
- 23- Rua do Seminário
- 24- Rua do Singlehurst
- 25- Rua da Alfândega
- 26- Rua da Ponte
- 27- Rua do Cajueiro
- 28- Boulevard Jacarecanga
- 29- Rua Cons. Estelitta
- 30- Rua Filgueiras
- 31- Rua Padre Mororó
- 32- Rua do Paiol
- 33- Rua Izabel
- 34- Boulevard Imperador
- 35- Rua 14 de Março
- 36- Rua 24 de Maio
- 37- Rua General Sampaio
- 38- Rua Senador Pompeo
- 39- Rua Formosa
- 40- Rua major Facundo
- 41- Rua Boa Vista
- 42- Rua d'Alegria
- 43- Rua do Risário
- 44- Rua do Visconde d'Eu
- 45- Rua do Sampaio
- 46- Rua do São José
- 47- Travessa do Oiteiro
- 48- Rua do Paiol
- 49- Rua da Conceição
- 50- Boulevard da Conceição
- 51- Rua da Glória
- 52- Rua Leopoldina
- 53- Rua Solenidade
- 54- Rua Aldeota
- 55- Estrada Velha da Pacatuba
- 56- Estrada do Major Thomaz
- 57- Boulevard do Visconde Rio Branco

LARGOS E PRAÇAS

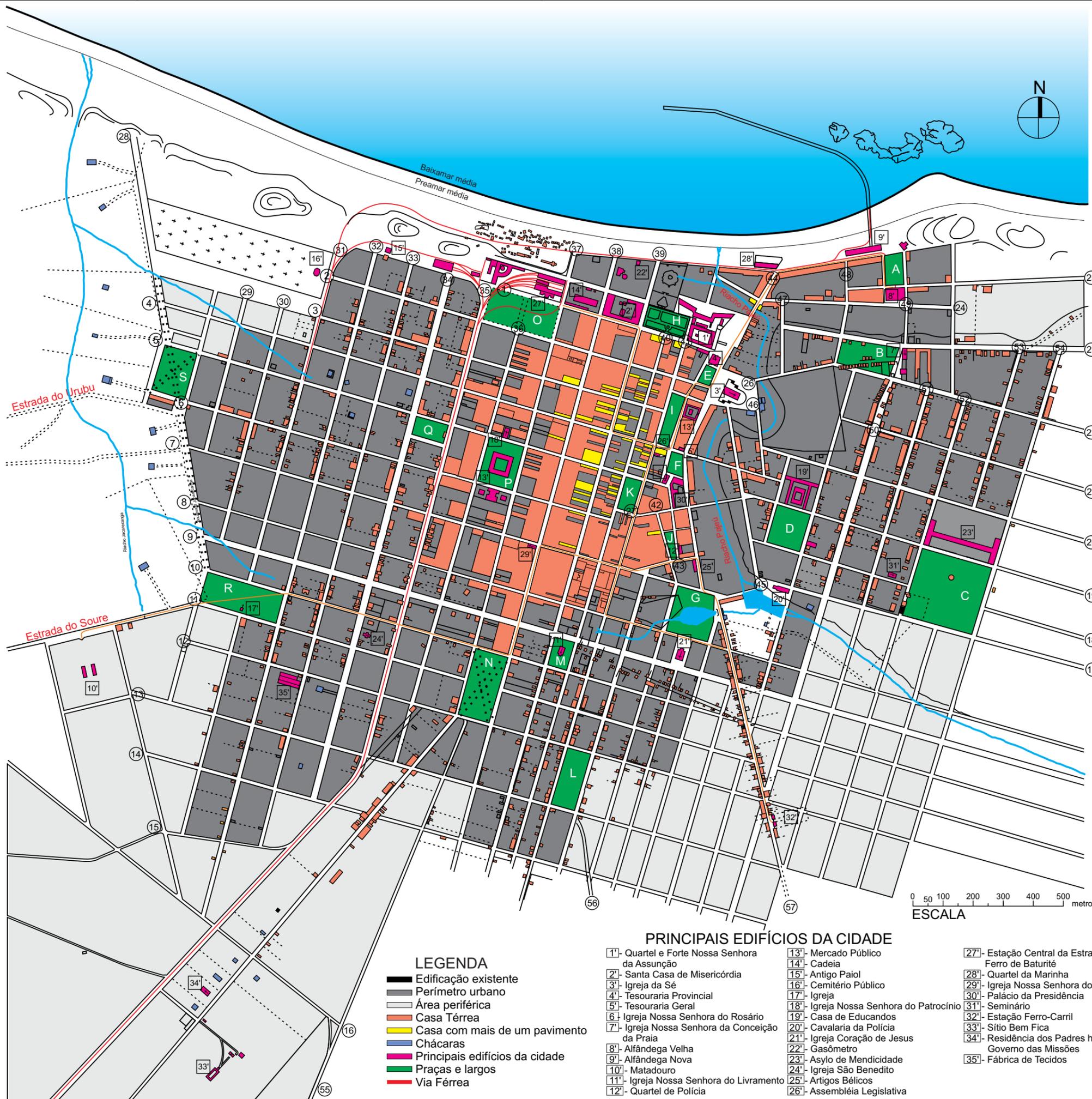
- A - da Alfândega
- B - Senador Machado
- C - Barão da Ibiapina
- D - Senador Figueira de Mello
- E - da Sé
- F - General Tibúrcio
- G - Jozé Julio
- H - Passeio Público
- I - José d'Alencar
- J - dos Voluntários
- K - Ferreira
- L - Com. or Coelho
- M - N. S. do Livramento
- N - Visconde de Pellotas
- O - Amélia
- P - Marquez do Herval
- Q - Coronel Theodorico
- R - Senador Paula Pessoa
- S - Senador Fernandes Vieira

LEGENDA

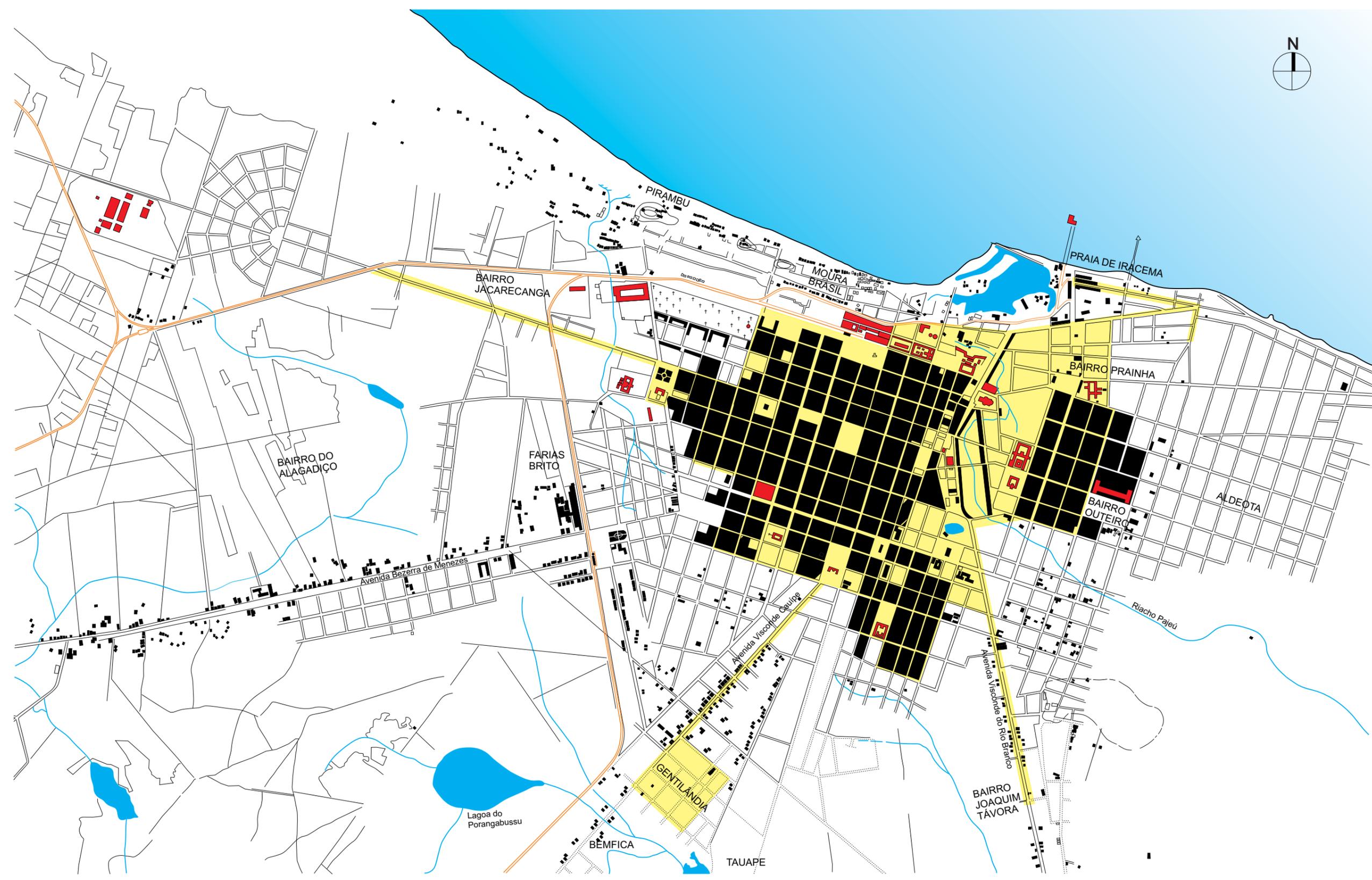
- Edificação existente
- Perímetro urbano
- Área periférica
- Casa Térrea
- Casa com mais de um pavimento
- Chácaras
- Principais edifícios da cidade
- Praças e largos
- Via Férrea

PRINCIPAIS EDIFÍCIOS DA CIDADE

- | | | |
|---|--|---|
| 1- Quartel e Forte Nossa Senhora da Assunção | 13- Mercado Público | 27- Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité |
| 2- Santa Casa de Misericórdia | 14- Cadeia | 28- Quartel da Marinha |
| 3- Igreja da Sé | 15- Antigo Paiol | 29- Igreja Nossa Senhora do Bom Parto |
| 4- Tesouraria Provincial | 16- Cemitério Público | 30- Palácio da Presidência |
| 5- Tesouraria Geral | 17- Igreja | 31- Seminário |
| 6- Igreja Nossa Senhora do Rosário | 18- Igreja Nossa Senhora do Patrocínio | 32- Estação Ferro-Carril |
| 7- Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia | 19- Casa de Educandos | 33- Sítio Bem Fica |
| 8- Alfândega Velha | 20- Cavalaria da Polícia | 34- Residência dos Padres holandeses do Governo das Missões |
| 9- Alfândega Nova | 21- Igreja Coração de Jesus | 35- Fábrica de Tecidos |
| 10- Matadouro | 22- Gasômetro | |
| 11- Igreja Nossa Senhora do Livramento | 23- Asylo de Mendicidade | |
| 12- Quartel de Polícia | 24- Igreja São Benedito | |
| | 25- Artigos Bélicos | |
| | 26- Assembléia Legislativa | |

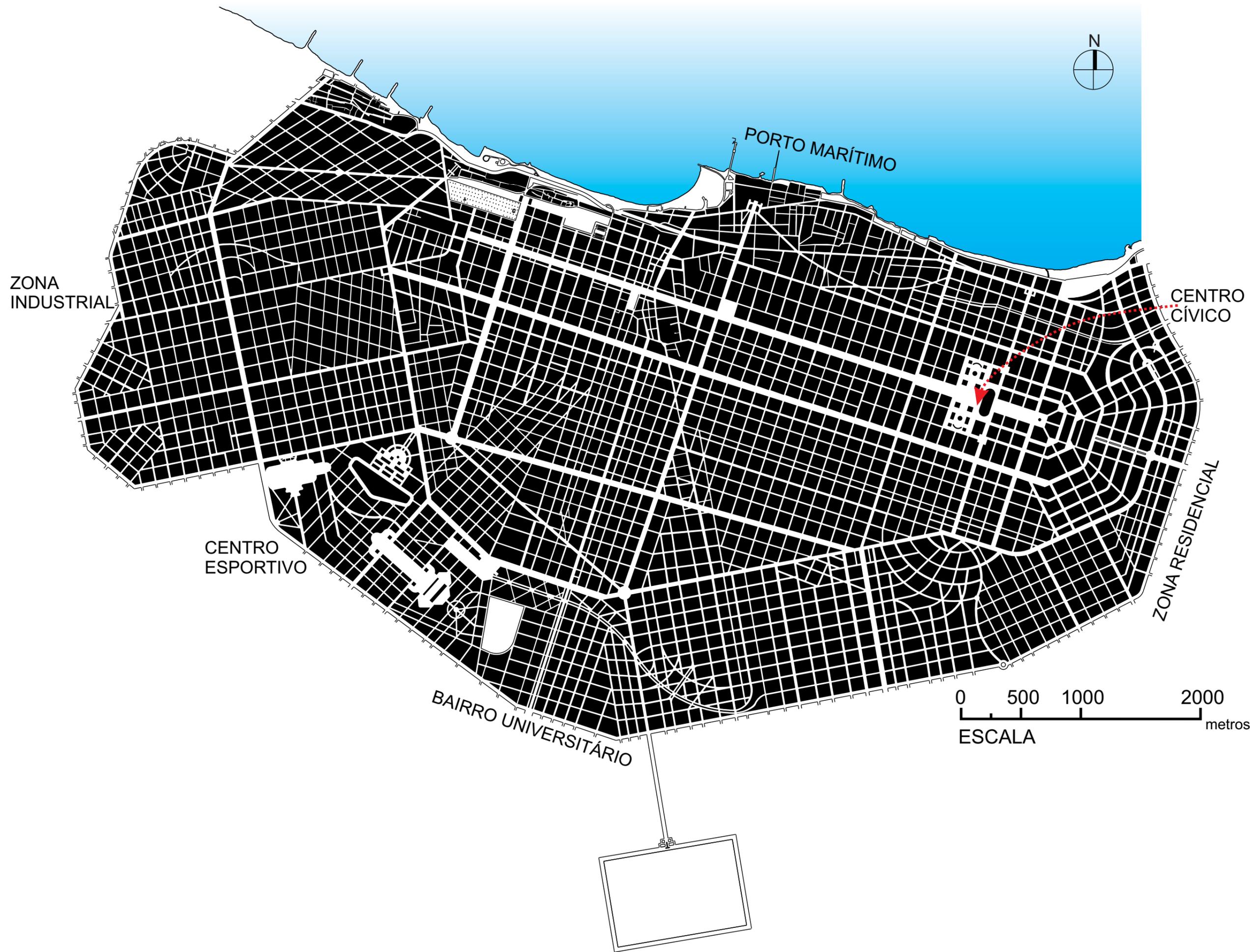


PRANCHA:	8
REDESENHO:	LARRY ANDELMO
DATA DO REDESENHO:	DEZ. 2015
ELABORAÇÃO DA PLANTA:	Adolfo Herbster
FONTE:	ANDRADE, 2012, p. 158.
TÍTULO:	"Planta da Cidade da Fortaleza - 1888"



- LEGENDA**
- Edificação existente
 - Principais edifícios da cidade
 - Perímetro urbano
 - Estrada de ferro

TÍTULO:	“Reconstrução Cartográfica de Fortaleza - 1932”	FONTE:	ANDRADE, 2012, p. 194/ CAPELO FILHO, 2006, p.226.	ELABORAÇÃO DA PLANTA:	Prefeitura de Fortaleza	DATA DO REDESENHO:	DEZ. 2015	REDESENHO:	LARRY ANDELMO	PRANCHA:	9
---------	---	--------	--	-----------------------	-------------------------	--------------------	-----------	------------	---------------	----------	---



<p>TÍTULO: "Plano de Remodelação e Expansão da Cidade de Fortaleza - 1933"</p>	<p>FONTE: ANDRADE, 2012, p. 256/ IPLAM, 1990, p. 23.</p>	<p>ELABORAÇÃO DA PLANTA: Nestor Egídio de Figueiredo</p>	<p>DATA DO REDESENHO: JAN. 2016</p>	<p>REDESENHO: LARRY ANDELMO</p>	<p>PRANCHA: 10</p>
--	--	--	---	-------------------------------------	------------------------